



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto De Sociologia, Filosofia e Política
Programa De Pós-Graduação em Sociologia

ARIELSON TEIXEIRA DO CARMO

**A trajetória de trabalhadores da cidade de pelotas (RS): a vida, o trabalho e
as disposições**

PELOTAS
2024

ARIELSON TEIXEIRA DO CARMO

**A trajetória de trabalhadores da cidade de pelotas (RS): a vida, o trabalho e
as disposições**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Teoria social e conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Pedro Robertt

PELOTAS

2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

C287t Carmo, Arielson Teixeira do

A trajetória de trabalhadores da cidade de Pelotas (RS) [recurso eletrônico] : a vida, o trabalho e as disposições / Arielson Teixeira do Carmo ; Pedro Alcides Robertt Niz, orientador. — Pelotas, 2024. 231 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Trabalho. 2. Trabalhadores de Pelotas. 3. Reforma trabalhista. 4. Biografia. 5. Sociologia disposicional. I. Niz, Pedro Alcides Robertt, orient. II. Título.

Arielson Teixeira do Carmo

A trajetória de trabalhadores da cidade de pelotas (RS): a vida, o trabalho e as disposições

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas

Data da Defesa: 22 de agosto de 2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 PEDRO ALCIDES ROBERTT NIZ
Data: 23/09/2024 20:01:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz

(Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal Rio Grande do Sul.

Documento assinado digitalmente
 MARILIS LEMOS DE ALMEIDA
Data: 26/09/2024 14:31:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof(a). Dr(a). Marilis Lemos de Almeida

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Campinas.



.....
Prof. Dr. Alfredo Falero

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Udelar

Documento assinado digitalmente
 RICARDO GONCALVES SEVERO
Data: 26/09/2024 11:57:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Severo Doutor em Ciências Sociais pela PUCRS

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutoramento a minha irmã Josiane Teixeira do Carmo (em memória). Ela carregava a força e o poder de ser única.

A minha mãe Percília Teixeira do Carmo por ser uma fortaleza e me ensinar todos os dias que podemos ser muito mais fortes do que pensamos ser.

Para todos os jovens negros desse país que sonham na transformação através da educação.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe e a minha família que sempre me apoiaram nas minhas escolhas, sobretudo, ao longo da minha trajetória com os estudos.

Ao meu orientador Professor Dr. Pedro Robertt pela sensibilidade, generosidade e acolhida ao longo de todo o processo de orientação.

Aos meus amigos: Laylson Mota Machado, Manoela Neutzling, Juliana Rocha, Cleiton Rocha, Jacson Piovesan, Carolina Oliveira, Fernanda Trindade, Pedro Narciso e David Silva. O afeto, solidariedade e compreensão de vocês me salvaram.

Ao Dagoberto Silva por sempre me apoiar e ter sido um companheiro compreensível e que segurou minha mão com tanta força em momentos mais tortuosos da minha vida.

Aos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados para esta tese.

À Universidade Federal de Pelotas e, em particular, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPel) e a todo o seu corpo docente.

Por fim, gostaria de agradecer à CAPES pela bolsa concedida ao longo do meu Doutorado, que foi imprescindível para a minha permanência e conclusão desta etapa acadêmica.

NOTA DE APOIO FINANCEIRO DA CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

“(...) a vida em mim é tão insistente que se me partirem, como a uma lagartixa, os pedaços continuarão estremeando e se mexendo. Sou o silêncio gravado numa parede, e a borboleta mais antiga esvoaça e me defronta: a mesma de sempre. De nascer até morrer é o que eu me chamo de humana, e nunca propriamente morrerei (...)”.
(LISPECTOR, 1964)

Resumo

CARMO, Arielson Teixeira do. A trajetória de trabalhadores da cidade de pelotas (RS): a vida, o trabalho e as disposições. Orientador: Prof. Dr. Pedro Robertt. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto De Sociologia, Filosofia e Política. Programa De Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal De Pelotas, Pelotas, 2024.

A sociedade do trabalho no Brasil estruturalmente precária e instável impõe para os trabalhadores relações laborais que são cada vez mais intensas e exaustivas. Nas fendas dessa estrutura os atores sociais que vivem do trabalho tentam se adaptar e readaptar às novas configurações laborais que assumem cada vez mais aspectos de um capitalismo neoliberal. Assim, o principal objetivo desta tese é analisar se as novas configurações do trabalho e a reforma trabalhista no Brasil estariam introduzindo novas disposições para o labor na trajetória de vida de diferentes categorias de trabalhadores na cidade de Pelotas, RS. Teoricamente, esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva disposicionalista do sociólogo francês contemporâneo Bernard Lahire. Como metodologia utilizamos entrevistas biográficas ou narrativas de vida, que nos permitiu uma atenção maior para a fala e as histórias de vida dos entrevistados em seus processos de socializações laborais. Identificamos disposições que foram sendo incorporadas e como elas se fortaleceram em alguns casos, as quais passamos a enumerar: disposições laborais, disposições para trabalhos precários e árduos, disposições para empregos registrados, disposições para empreender, disposições para mais de um emprego e disposições para crença e descrença nos sindicatos. Compreendemos que, embora sejam atores sociais com suas singularidades e particularidades, os trabalhadores compartilham aspectos estruturantes da sociedade laboral brasileira que torna suas trajetórias semelhantes. Nesse sentido, fomos além do observado por Lahire em sociedades modernas no contexto europeu, na qual o autor detecta que existe uma pluralidade de universos sociais que tornam os atores singulares e plurais. Percebemos que sociedades como a brasileira em que a homogeneidade precarizante do mundo do trabalho se impõe, tornam os trabalhadores disposicionalmente semelhantes.

Palavras-chave: Trabalho; trabalhadores de Pelotas; Reforma Trabalhista; Biografia; Sociologia Disposicional; disposições.

Abstract

CARMO, Arielson Teixeira do. The trajectory of workers in the city of Pelotas (RS): life, work and dispositions. Advisor: Prof. Dr. Pedro Robertt. Thesis (Doctorate in Sociology) Institute of Sociology, Philosophy and Politics. Postgraduate Program in Sociology. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The structurally precarious and unstable labor society in Brazil imposes labor relationships on workers that are increasingly intense and exhausting. In the cracks of this structure, social actors who make a living from work try to adapt and readapt to new work configurations that increasingly assume aspects of neoliberal capitalism. Thus, the main objective of this thesis is to analyze whether new work configurations and labor reform in Brazil would be introducing new provisions for work in the life trajectory of different categories of workers in the city of Pelotas, RS. Theoretically, this research is based on the dispositionalist perspective of the contemporary French sociologist Bernard Lahire. As a methodology, we used biographical interviews or life narratives, which allowed us to pay greater attention to the speech and life stories of the interviewees in their labor socialization processes. We identified provisions that were being incorporated and how they were strengthened in some cases, which we now enumerate: labor provisions, provisions for precarious and arduous work, provisions for registered jobs, provisions for entrepreneurship, provisions for more than one job and provisions for belief and disbelief in unions. We understand that although they are social actors with their singularities and particularities, workers share structuring aspects of Brazilian labor society that make their trajectories similar. In this sense, we went beyond what Lahire observed in modern societies in the European context, in which the author detects that there is a plurality of social universes that make actors singular and plural. We realize that in societies like Brazil, where the precarious homogeneity of the world of work is imposed, it makes workers dispositionally similar.

Keywords: Work; workers from Pelotas; Labor Reform; Biography; Dispositional Sociology; provision.

Lista de figuras

Figuras 1 Processos de socialização.....133

Lista de tabelas

Tabela 1 Contratações realizadas em 2022.....	113
---	-----

Lista de gráficos

Gráfico 1 Indicadores de novas contrataçãoe.....	112
--	-----

Lista de quadros

Quadro 1 Perfil dos Entrevistados122

Lista de abreviatura e siglas

OT	Observatório do trabalho
COVID-19	Sars-cov-2
RS	Rio Grande do Sul
CQC	Círculos de Controle de Qualidade
CLT	Leis do Trabalho
PT	Partidos dos Trabalhadores
FMI	Fundo monetário internacional
BC	Banco Mundial
OMC	Organização Mundial do Comércio
FNT	Fórum Nacional do Trabalho

Sumário

Introdução	18
1 A abordagem teórica: em defesa de uma sociologia em escala individual para as investigações sobre o trabalho no brasil	26
1.1 Contextualizando o papel do indivíduo na teoria sociológica.....	27
1.2 A sociologia dos indivíduos de Bernard Lahire: do homem plural aos contextos disposicionais.....	33
1.3 Alguns apontamentos acerca da teoria de Bourdieu.....	39
1.4 A noção de <i>habitus</i> em Bourdieu.....	42
1.5 A crítica de Lahire ao conceito de <i>habitus</i>	46
1.6 A utilização da noção de disposição por Lahire.....	49
1.7 Considerações sobre o capítulo: em defesa de uma sociologia em escala individual para as investigações sobre o trabalho no brasil.....	57
2 As transformações do trabalho no brasil e os impactos da reforma trabalhista	63
2.1 O contexto de mudanças do capitalismo global no século XX.....	64
2.1.1 O trabalho no Brasil alguns apontamentos sócio-históricos.....	67
2.1.2 Reestruturação produtiva e reconfiguração do trabalho no Brasil a partir de 1990.....	75
2.2 A Reforma trabalhista brasileira e seus efeitos na vida dos trabalhadores.....	83
2.2.1 Considerações sobre o capítulo.....	97
3 Trajetos da pesquisa o uso da abordagem biográfica: singularidades e experiências laborais de trabalhadores na cidade de pelotas, RS	100
3.1 O método e escolha pela metodologia de pesquisa.....	100
3.1.1 Discussão sobre o método adotado.....	104
3.1.2 O <i>locus</i> da pesquisa: caracterização do mercado de trabalho na cidade de Pelotas.....	110

3.2 Os entrevistados da pesquisa.....	114
3.3 As entrevistas via rede de relações interpessoais.....	115
3.3.1 Entrevista via interações sociais do pesquisador a partir do cotidiano.....	118
3.3.2 Erros e acertos na estratégia metodológica.....	124
3.3.3 Considerações sobre o capítulo.....	131
4 A singularidade dos/as trabalhadores/as: a vida e as disposições.....	132
4.1 “Nunca ninguém me deu nada, sempre na luta”: a história de vida de Alessandro.....	133
4.2 A biografia de Denis e a importância da família.....	147
4.3 Trabalho, família e religião na vida de Elton.....	151
4.4 Roberto e uma vida dedicada ao trabalho.....	157
4.4.1 Kelly: O trabalho, a família e os estudos.....	160
4.4.2 Rosiane: O trabalho, a juventude e os estudos.....	164
4.4.3 Camilo: disciplina e hiper valorização do trabalho.....	166
4.4.4 Considerações sobre o capítulo.....	169
5 O trabalho e as disposições.....	171
5.1 A incorporação de disposições para o labor nos processos de socializações dos entrevistados: O que pode nos informar o primeiro emprego?.....	173
5.2 Disposições para trabalhos precários e trabalho árduo.....	184
5.3 Disposições para empregos registrados.....	187
5.4 Disposições para empreender.....	190
5.5 Disposições para mais de um emprego.....	195
5.5.1 Disposições para crença e descrença nos sindicatos.....	204
5.5.2 Considerações sobre o capítulo.....	209
6 Considerações finais.....	211
Referências.....	218

Introdução

Tudo, tudo eu trabalhei sem carteira, trabalhei como pintor, trabalhei muito, quatro ano como pintor, trabalhava como pintor e trabalhava em outro serviço. Fazia bate-estaca, fazia limpeza, sempre. Eu não parava porque eu tinha um objetivo que eu tenho que comprar, eu tenho que comprar aquilo dali, aí eu ia lá: “Hoje, eu quero comprar tal coisa”. E a minha primeira compra que eu fiz foi tirar a minha carteira de carro e moto, aí eu botei na cabeça: “Hoje eu vou, nem que eu tenha que me matar trabalhando, mas esse ano eu vou comprar a minha moto”. Eu fui lá e comprei a minha moto. (Entrevistado Alessandro)

A sociedade do trabalho no Brasil, estruturalmente precária e instável, impõe para os trabalhadores relações laborais que são cada vez mais intensas e exaustivas. Nas fendas dessa estrutura os atores sociais que vivem do trabalho tentam se adaptar e readaptar às novas configurações laborais que assumem cada vez mais aspectos de um capitalismo neoliberal. A fala de Alessandro, indivíduo entrevistado para esta tese, já nos permite fazer uma reflexão inicial sobre o significado que o trabalho assume na vida de boa parte dos trabalhadores brasileiros e como ele se torna uma necessidade sendo substancial para resoluções de problemas de ordens materiais e subjetivas.

Cumpramos ressaltar que a categoria trabalho¹ tem sido amplamente utilizada como ponto de reflexão por diversas áreas das ciências sociais e humanas. Seja em investigações de cunho estrutural, subjetivo, coletivo ou de aspectos identitários, o trabalho se apresenta como uma questão central para a compreensão da realidade social ao longo da história da sociedade moderna.

O labor, em relação com a vida cotidiana dos atores², desvenda aspectos singulares de uma sociedade em mutação e seus processos sociais, e se mostra como atividade crucial para a sobrevivência das pessoas que vendem sua força de trabalho para viver.

¹ Aqui, (...) o trabalho é definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade (...). (ANTUNES, 2011, *apud* CATTANI e HOLZMANN, 2011, p. 432-433).

² Nesta tese, dar-se-á preferência à utilização da palavra ator/atores em relação aos laços implícitos da ideia de “liberdade”, de “racionalidade”, “ação”, “ato”, “atividade”, “ativar” e “reativar”. Não se trata da metáfora do ator relacionado a papel, peças teatrais, personagens, etc. (Lahire, 2002)

A literatura especializada aponta que as mudanças globais em curso na economia capitalista, nas últimas décadas do século XX, implicaram significativas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. Após 1970³ é possível elencar o seguinte conjunto de mudanças: crise dos modelos fordistas e taylorista; novos paradigmas produtivos; padrões de demandas associados à especialização flexível; modernização tecnológica; globalização da economia com ênfase para o capital financeiro; divisão social⁴ e sexual do trabalho; reestruturação produtiva; crise do industrialismo e do setor fabril; expansão do trabalho assalariado⁵ em alguns países europeus; crise do *welfare state*; e expansão do trabalho temporário precário, subcontratado e terceirizado.

O capitalismo brasileiro apresenta suas especificidades no tocante ao seu desenvolvimento hiper tardio⁶. Embora o processo de construção da sociedade do trabalho, no Brasil, tenha sido distinto ao dos países capitalistas avançados — fato que veremos com maior aprofundamento nas linhas seguintes —, essas transformações em nível global também afetaram as estruturas sociais, econômicas e políticas do país, por conseguinte, a vida das pessoas que vivem do trabalho e a própria dinâmica da tecitura social brasileira com as suas singularidades.

Por sua vez, precisam ser destacadas as mudanças significativas nas leis trabalhistas e nos direitos historicamente conquistados pela classe

³ Segundo Harvey (2008), “desde mais ou menos 1972 vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, políticas e econômicas. Para o autor, essa mudança está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço (Harvey, 2008, p. 8).

⁴ A divisão social do trabalho é o processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhadas por distintos indivíduos ou grupos. Toda e qualquer sociedade comporta uma divisão do trabalho, tanto mais extensa e profunda quanto mais desenvolvida ela for. Essa divisão pode estar fundamentada nas características biológicas dos indivíduos, distribuindo-se as atividades de acordo como o sexo e a idade, e essa parece ser sua forma mais geral e recorrente, definida como divisão natural do trabalho. Em sociedades mais desenvolvidas e mais complexas, a divisão do trabalho também é mais complexa, e as atividades são mais especializadas, separando-se: as atividades praticadas na cidade daquelas exercidas no campo; atividade de concepção de atividades de execução; atividades intelectuais de atividades manuais; atividades complexas de atividades simples. A essa divisão do trabalho, corresponde uma hierarquização das pessoas e grupos, segundo as atividades a que se dedicam, ordem que se expressa em diferenças e desigualdades sociais”. (Cattani & Holzmann, p. 127, 2011)

⁵ Ver: Castel (2013)

⁶ Ver: Cardoso (2019)

trabalhadora, no Brasil, desde 1940⁷. A reforma trabalhista⁸, aprovada em março de 2017, acabou provocando um desmonte dos direitos dos trabalhadores, mantendo práticas já existentes e estabelecendo diretrizes legais que prejudicaram e precarizaram a vida dos trabalhadores.

A Reforma Trabalhista teve como principal justificativa a “modernização” das relações de trabalho, com a promessa da geração de milhões de empregos. No entanto, verificou-se que essa reforma impactou negativamente a vida dos trabalhadores brasileiros, principalmente com a proliferação de formas de contratação precárias e atípicas, a flexibilização da jornada de trabalho, o rebaixamento das remunerações, a alteração das normas de saúde e segurança do trabalho, a fragilização sindical, as mudanças na negociação coletiva e a limitação do poder da Justiça do Trabalho⁹.

Um exemplo sobre os impactos da Reforma Trabalhista é o do trabalho intermitente, também conhecido como “contrato zero hora”, no qual o trabalhador fica à disposição do empregador para desempenhar funções em dias e horários alternados. Institui-se, assim, a figura do trabalhador *just in time*, um trabalhador que passa a ser renumerado mediante as horas/períodos em que trabalha, ficando à disposição do empregador, caracterizando uma situação de precariedade e instabilidade laboral¹⁰.

Em suma, a Reforma Trabalhista alterou as formas de contratação, que passaram a ser mais precárias, tanto pela terceirização ampla e irrestrita, como pelo contrato intermitente, parcial, autônomo ou temporário. No Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) pode-se observar, ainda, a extinção do Ministério do Trabalho, o aprofundamento das medidas restritivas aos direitos dos trabalhadores e a possibilidade da implementação da denominada carteira “verde amarela”¹¹.

⁷ Ver Biavaschi (2007).

⁸ Ver Krein (2017)

⁹ Ver Krein et al. (2018); D'avila & Robertt (2018).

¹⁰ Ver: Krein et al. (2018); D'avila & Robertt (2018).

¹¹“Destinada principalmente aos jovens trabalhadores, apresenta mudanças circunstanciais à Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT). O contrato de trabalho “Verde e Amarelo”, alterou a legislação trabalhista e previdenciária. “No dia 12 de novembro de 2019, o ex-Presidente Jair Bolsonaro editou a medida provisória (MP) n. 905/2019, que institui o “contrato de trabalho verde e amarelo” e promove outras alterações na legislação trabalhista brasileira (Brasil, 2019). A MP teve por finalidade, declarada na explicação da ementa, a geração de empregos para trabalhadores que tenham entre 18 e 29 anos de idade. Essa finalidade, supostamente, seria alcançada mediante uma figura contratual mais precária, estabelecida por prazo determinado e

É, pois, a partir das discussões advindas das mudanças do trabalho, no Brasil, e da Reforma Trabalhista que se configura o pano de fundo sobre o qual se analisaram, nesta pesquisa, a biografia de trabalhadores da cidade de Pelotas. A pesquisa se propôs investigar as disposições incorporadas desses trabalhadores ao longo de seus contextos de socialização laboral e extra-laboral.

As categorias de trabalhadores selecionadas se justificam porque conseguiram informar os impactos sobre as classes que vivem do trabalho, das reconfigurações do trabalho e das mudanças na regulação trabalhistas ao longo do tempo. São pessoas que vivem do seu próprio negócio, funcionários de empresas terceirizadas, motoristas de aplicativos que desenvolvem atividades informais e sem direitos trabalhistas.

Para levar adiante a pesquisa, utilizamos a metodologia de entrevistas biográficas ou narrativas de vida, a qual nos permitiu uma atenção maior para a fala e histórias de vidas dos entrevistados em seus processos de socializações laborais. Optamos por esta metodologia porque ela é a mais indicada para os estudos de tradição disposicionalista.

Ao todo, foram entrevistados sete trabalhadores, sendo cinco do sexo masculino e dois do sexo feminino. Todos possuíam mais de uma atividade laboral e alternavam o tempo entre um trabalho e outro graças à flexibilidade que o trabalho principal lhes possibilitava. Seis dos entrevistados tinham empregos fixos em portaria predial e tinham esta como sua atividade laboral principal por lhes oferecer segurança, em relação à legislação trabalhista. Apenas um entrevistado era microempreendedor e dono de uma oficina de manutenção de carros e tinha como segunda opção de trabalho realizar pequenos fretes na Cidade de Pelotas.

A escolha pela cidade de Pelotas deu-se por seu mercado de trabalho seguir as transformações que ocorrem tanto no cenário nacional quanto no Estado do Rio Grande do Sul. O setor econômico de Pelotas é predominantemente caracterizado pelo comércio e serviços, com destaque para os serviços públicos (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2020).

Acompanhando esses processos, nos anos de 2000 a 2014 observa-se um aumento do emprego formal e um crescimento econômico em todo o país

com severas restrições de direitos, com possibilidade de abarcar contratos criados até 2022 (...)" (Dutra & Jesus, 2020, p. 1).

que também se reflete na cidade de Pelotas, que teve como marco, neste período, a expansão do emprego, principalmente, o emprego formal protegido, a redução de pessoas desempregadas e a estabilização das ocupações informais (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2020).

O período de 2015 a 2016 foi marcado pela crise econômica, conhecida como a maior recessão desde os anos 90. Os efeitos sobre o trabalho e o emprego foram marcantes nesse período, com desestruturação do mercado de trabalho, redução do emprego e aumento do desemprego e do trabalho informal. Embora, em 2018, o mercado de trabalho pelotense tenha apresentado melhoras no quesito emprego, no ano seguinte, os indicadores apontaram para perdas no estoque de emprego celetista. Este cenário só veio a piorar em 2020 com a chegada da pandemia de COVID-19, a qual provocou efeitos nocivos na economia do país, não sendo diferente no Rio Grande do Sul e nas suas cidades (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2020).

Teoricamente, esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva disposicionalista do sociólogo francês contemporâneo Bernard Lahire, também conhecida como uma sociologia do ator plural, dos patrimônios individuais ou também contextualista, disposicional em escala individual. Para Lahire (2002; 2004; 2005; 2015), a teoria disposicional a escala individual se funda nas análises das disposições, principalmente as dos patrimônios individuais, o que pressupõe conhecer as percepções, sentimentos, motivações e ações que formaram os indivíduos em diversos contextos, tais como: a família, a escola, as instituições culturais, religiosas, a profissão, o trabalho etc. O autor trabalha, em algumas de suas pesquisas, com uma unidade de análise particular, as trajetórias individuais. Aborda o presente e o futuro entrelaçado com o passado, os quais geram disposições que são ativadas pelos atores em contextos particulares no presente¹². Essas experiências ficam suspensas, depositadas e à disposição, à espera de um contexto específico para sua mobilização no presente¹³.

Assim sendo, nesta tese, pretendemos entender, a partir da biografia desses trabalhadores que desempenham mais de uma atividade laboral - as

¹² Ver: Vandenberghe (2013).

¹³ Ver: Lahire (2002;2005;2015)

disposições frente às transformações do mundo do trabalho que apontam para a crise, informalidade, instabilidade, flexibilidade e terceirização das atividades laborais, levando em conta as mudanças legais, sobretudo, a reforma trabalhista aprovada em 2017, no governo Temer, sob a Lei n. 13.467/17. Ao investigar a vida laboral desses trabalhadores buscou-se observar o processo de maior precariedade, crise, estabilidade/instabilidade que eles enfrentavam no cotidiano de suas atividades laborais. Existem, nas singularidades desses trabalhadores, desejos e aspirações que estão para além das estruturas sociais e grupos que os condicionam.

Os trabalhadores percebem a precariedade de suas atividades laborais e de suas próprias vidas. Por sua vez, o conjunto de disposições incorporadas durante suas trajetórias e suas condições de vida no passado ou presente, marcadas por dificuldades financeiras, pobreza, falta de acesso ao consumo e a necessidades básicas são fatores preponderantes que os levaram a desempenhar duas ou mais atividades laborais a ou abrir seu próprio negócio. O passado incorporado gerou uma disposição pessoal a não voltarem para as condições econômicas e sociais de outrora e a não perder o poder de consumismo que, arduamente, conseguiram conquistar. Desta maneira, lançou-se mão da seguinte problemática: as novas configurações do trabalho e as mudanças na regulação trabalhista contribuem para a incorporação de novas disposições para o labor?

Nosso objetivo geral foi o de analisar se as novas configurações do trabalho e a reforma trabalhista no Brasil estariam introduzindo novas disposições para o labor na trajetória de vida de diferentes categorias de trabalhadores na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos, pretendíamos identificar, a partir das biografias individuais, o perfil e a trajetória de vida de diferentes trabalhadores; compreender o contexto de incorporação das disposições para o trabalho e identificar os diferentes tipos de disposições incorporadas em seus contextos de socialização laboral.

Este estudo, por sua vez, iniciou-se com a seguinte hipótese: a) O mercado de trabalho brasileiro em boa medida foi fortemente desregulado ao longo de sua história pós-abolição da escravidão, permanecendo essa característica na história recente do país. Dessa maneira, estamos diante de trabalhadores com disposições heterogêneas e plurais, que, frente às mudanças

no mercado de trabalho e na economia capitalista, incorporam novas disposições e se adaptam, submetendo-se às novas atividades laborais. Esses trabalhadores se veem satisfeitos nessa nova realidade bem como desenvolvem duas ou mais ocupações, em busca de uma vida mais digna, de uma melhor qualidade de vida, complementação da renda e de uma certa “ascensão social” e poder de consumo.

No que confere à hipótese levantada, ela foi respondida parcialmente. Constatamos que, apesar de estarem inseridos em espaços de socialização diferenciados, são trabalhadores que compartilham de uma sociedade laboral homogênea. As disposições não são particularmente novas, elas apenas se atualizaram ou se fortaleceram frente aos contextos de mudanças laborais. As disposições incorporadas ao longo de seus processos de socialização, principalmente disposições para mais de um emprego, possibilitam a complementação de renda, inserção econômica, material e de consumo.

A tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Abordagem Teórica: em defesa de uma sociologia em escala individual para as investigações sobre o trabalho no Brasil”, apresentamos, em primeiro lugar, o esquema conceitual e teórico que orientou a pesquisa e, em segundo lugar, buscamos demonstrar a importância das abordagens teóricas e empíricas de tradição disposicionalista para os estudos sobre o trabalho no Brasil.

No segundo capítulo, que leva por nome “As transformações do trabalho no Brasil e os impactos da Reforma Trabalhista”, tivemos como objetivo principal trazer as análises mais relevantes sobre as transformações do trabalho no Brasil, com enfoque para o desenvolvimento de seu capitalismo hiper tardio. Buscamos trazer, ainda, os diferentes momentos históricos da regulação trabalhista, culminando com a reforma, aprovada em 2017 no Governo Temer, argumentando que essa reforma precarizou amplamente as relações de trabalho e a vida dos trabalhadores.

No terceiro capítulo, com o título “Trajetos da pesquisa: o uso da abordagem biográfica - singularidades e experiências laborais de trabalhadores na Cidade de Pelotas”, trouxemos a metodologia adotada e as reflexões advindas dela. Através da entrevista biográfica, pudemos desvendar aspectos importantes das experiências dos entrevistados com o mundo do trabalho.

No quarto capítulo denominado “A singularidade dos/as trabalhadores/as: a vida e as disposições” apresentamos a biografia das pessoas entrevistadas. O objetivo foi tratar dos aspectos de fabricação social dos indivíduos. Olhamos para seus contextos de socialização para entendermos a origem de algumas de suas disposições e a influência que a família, a escola, a igreja e outras instituições tiveram na incorporação de disposições laborais.

Finalmente, no quinto capítulo, intitulado “Trabalhadores plurais na cidade de Pelotas: o trabalho e as disposições”, foi destinado a compreender como as disposições laborais dos entrevistados foram se formando e se incorporando no processo de socialização com o trabalho. Além disso, buscamos detalhar os contextos de experiências laborais dos entrevistados, tanto do passado quanto do presente, com o objetivo de situar esses contextos dentro das transformações ocorridas no mundo do trabalho brasileiro.

Nas considerações finais, identificamos disposições que foram sendo incorporadas e como elas se fortaleceram em alguns casos, as quais passamos a enumerar: disposições laborais, disposições para trabalhos precários e árduos, disposições para empregos registrados, disposições para empreender, disposições para mais de um emprego e disposições para crença e descrença nos sindicatos. Compreendemos que, embora sejam atores sociais com suas singularidades e particularidades, os trabalhadores compartilham aspectos estruturantes da sociedade laboral brasileira que torna suas trajetórias semelhantes. Nesse sentido, fomos além do observado por Lahire em *Sociedades modernas no contexto europeu*, na qual o autor detecta que existe uma pluralidade de universos sociais que torna os atores singulares e plurais. Percebemos que sociedades como a brasileira, em que a homogeneidade precarizante do mundo do trabalho se impõe, tornam os trabalhadores disposicionalmente semelhantes.

CAPÍTULO 1 - A ABORDAGEM TEÓRICA: EM DEFESA DE UMA SOCIOLOGIA EM ESCALA INDIVIDUAL PARA AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O TRABALHO NO BRASIL

“O mundo de cada um recebe a insatisfação milenária de todos os mundos, que palpitam dentro de si”

Fragmento do Livro “O homem Plural” de Mario Graciotti

Iniciamos este capítulo fazendo duas indagações: qual o papel do indivíduo na teoria sociológica e qual o papel que o indivíduo singular ocupa nas investigações acerca do trabalho no Brasil? Lança-se mão de tais perguntas, uma vez que: a) esta tese se orienta a partir da perspectiva teórica e conceitual de uma sociologia disposicionalista em escala individual proposta pelo sociólogo francês Bernard Lahire; b) temos a pretensão de olhar o trabalho no Sul do Brasil sob a ótica das biografias, dos processos de socializações e das singularidades que carregam os atores sociais que compõem o universo deste estudo. Os indivíduos desta pesquisa são trabalhadores da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), que possuem diferentes percursos biográficos, experiências e relações com o trabalho.

Neste enquadramento, propomos dois objetivos para este capítulo. O primeiro deles é o de apresentar o esquema conceitual e teórico que orienta esta pesquisa, isto é, uma Sociologia em escala individual, disposicionalista e contextualista ou interacionista disposicionalista (Boaes, Oliveira & Assis, 2019). O segundo objetivo visa demonstrar a importância das abordagens teóricas e empíricas desta natureza para os estudos do trabalho no Brasil. O intuito é evidenciar a relevância que as singularidades e os múltiplos processos de socialização dos indivíduos são capazes de nos revelar sobre a dinâmica laboral tanto a nível nacional como local.

No decorrer do capítulo apresentamos, o papel que o indivíduo singular ocupa nas investigações sociológicas e o constructo teórico edificado por Bernard Lahire. Nos detemos a apresentar a crítica que Lahire direciona à teoria sociológica, em especial à sociologia das práticas sociais e do *habitus*, de Pierre Bourdieu. Finalizamos, ilustrando os principais enfoques em que a sociologia do trabalho no Brasil tem se debruçado, e apontando caminhos possíveis que uma

sociologia das disposições pode propor para as investigações nesse campo de pesquisa.

1.1 Contextualizando o papel do indivíduo na teoria sociológica

A relação entre indivíduo e sociedade é um tema bastante amplo e já muito discutido nas ciências sociais, portanto não é nossa intenção fazer uma apresentação detalhada acerca do assunto. Nosso interesse é, ainda que breve, situar a discussão sobre a singularidade do indivíduo no contexto sociológico. Tal discussão, nos oferece as bases de entendimento para uma sociologia em escala individual e para a compreensão das trajetórias e experiências laborais das pessoas entrevistadas para esta pesquisa.

Onde e como apreender o social? Esta foi uma questão levantada por diferentes cientistas sociais e sociólogos, em diferentes momentos, que ofereceram distintas respostas (Durkheim (2004); Weber (2007); Marx (1996); Elias (1994); Berger e Luckmann (2004) e Simmel (2006), por exemplo). De forma complementar, Lahire (2005) nos faz pensar em mais uma problemática: as ciências sociais teriam objetos de predileção no mundo?

De acordo com Lahire (2005), uma epistemologia realista teria a tendência de pensar que alguns objetos são mais sociais do que outros (ou menos sociais). Diante dessa linha de raciocínio os movimentos coletivos, os grupos, as classes, as instituições sociais seriam objetos das ciências sociais, ao passo que os comportamentos de um indivíduo e suas singularidades, as depressões, os sonhos, as emoções ou objetos técnicos que também fazem parte do social, seriam domínios de investigações a serem tratados por psicólogos, psicanalistas, médicos, engenheiros e outras disciplinas do conhecimento.

A crítica suscitada pelo autor nos faz refletir sobre as dificuldades que as ciências sociais têm para enfrentar temas, objetos e novas realidades, para além daqueles habitualmente investigadas. Segundo o autor, para que a sociologia almeje um progresso maior na sua autonomia científica é preciso que a disciplina não exclua nenhum assunto do seu campo de estudo (Lahire, 2005).

Dentre os assuntos, o indivíduo singular e seus múltiplos processos de socializações demoraram para ter um lugar de destaque nas reflexões sobre o

social. Ainda que autores clássicos como Marx, Weber, Durkheim e Simmel demonstrassem certa preocupação pelo papel que o indivíduo singular ocupava, na sociedade e nas relações sociais, o sujeito singular por si só não foi objeto de estudo desses autores, em toda sua complexidade (Martuccelli, 2007).

Segundo Lahire (2005), as dificuldades de apreensão do social em sua forma individualizada residem em dois riscos permanentes: o primeiro deles diz respeito ao fato de se acreditar na possibilidade de compreender um novo tema de estudo valendo-se de antigos conceitos e métodos, (o que seria arriscado dadas as complexidades das mudanças nas relações sociais ao longo do tempo); já o segundo risco está relacionado ao fato de “se pensar ter atingido os seus fins científicos tendo cozinhado uma sociologia feita de alhos (de origem sociológica) e bugalhos (de origem psicológica)” (Lahire, 2005, p. 12).

Sobre estes riscos, Lahire (2005, p. 12) argumenta que:

Colocando de parte o segundo tipo de risco (que deu lugar, por exemplo, a tentativas infelizes de aproximação ao marxismo e à psicanálise nos anos 70), o qual precisaria de um desenvolvimento demasiado longo sobre os impasses da inter ou pluridisciplinaridade (Lahire, 1998: 227-229), o primeiro tipo permaneceu largamente invisível aos olhos dos investigadores. De facto, a mudança de escala — da análise dos grupos, dos movimentos, das estruturas ou das instituições, para a dos indivíduos singulares que simultaneamente “vivem em” e “são constitutivos de” esses macro-objects — não foi brutal a ponto de forçar a visão dos investigadores, de lhes provocar alguma dor de cabeça e, ao mesmo tempo, de lhes fazer ganhar consciência. Este deslizamento foi insensível, imperceptível e, desta forma, tornou difícil o exercício da lucidez teórica. Foi sem se dar conta, e sem medir as consequências, que a sociologia se interessou tanto pelos indivíduos socializados enquanto tais (nos estudos de caso ou em ensaios apresentando, entre outro tipo de “dados”, retratos individuais, apoiados metodologicamente na prática da história de vida ou da entrevista aprofundada) como pelos grupos, categorias, estruturas, instituições ou situações (seja qual for a sua amplitude ou o seu tipo)

A citação acima evidencia que o interesse pelo indivíduo socializado só passou a ser objeto de predileção sociológica no final do século XX, com a crise teórica e metodológica da sociologia, com as mudanças e complexificação das relações e das próprias estruturas sociais. Conforme Martuccelli (2010), a crise que se instaurou na sociologia reside na dificuldade de se pensar e sistematizar as experiências individuais e os processos estruturais.

As vertentes chamadas sociologias do indivíduo¹⁴ são parte do legado deixado pelas tradições sociológicas dos séculos XIX e XX, sobretudo, com a virada teórico-metodológica pela qual passou a Sociologia, no final do século XX. Nesse período, tem-se um enfoque maior da disciplina no sujeito e na sua subjetividade, o que se pode chamar também de “retorno do sujeito” ou “morte e ressurreição do sujeito” nos termos de Gaulejac (2004) e Jodelet (2009), respectivamente.

Não nos cabe aqui enveredarmos por essa seara de discussão sobre o sujeito enquanto objeto de análise das ciências sociais¹⁵, interessa-nos demonstrar apenas como este debate é importante para que possamos pensar o indivíduo singular. De modo genérico, a noção de sujeito originária das ideias de individualismo, humanismo e de consciência, foi sempre rejeitada desde o positivismo, o marxismo, o estruturalismo, os pós-modernismos até por outras correntes teóricas oriundas destas (Jodelet, 2009). Nas ciências sociais, conforme Jodelet (2009, p. 682):

o objetivismo, reificando os processos sociais, reduziu o mundo a um “teatro de marionetes”, segundo a imagem de Simmel. O anátema marxista, enxergando no individualismo o produto de uma ideologia de classe e rejeitando a ideia de uma consciência livre cortada de suas condições materiais, situou o sujeito do lado da falsa consciência. O anátema estruturalista, responsabilizando o discurso do humanismo, obliterou o sujeito originário e fundamental sob o jogo dos funcionamentos inconscientes de ordens psíquicas, linguística e social. O anátema pós-moderno, alvejando o sujeito do cartesianismo e seu caráter unitário e substancial, dispersou o Si (“Soi”, no original francês) – o self que é uma objetivação da identidade e não um sujeito – sob as “técnicas sociais de saturação”, para resgatar uma expressão de Gergen (1991)

Corroborando com essa linha de pensamento, Martuccelli (2007) afirma que embora as reflexões sobre o indivíduo não sejam nenhuma novidade dentro do escopo teórico da sociologia, a lição que se aprende desde Durkheim é que a ciência da sociedade não deveria ser redutível aos indivíduos. Na medida que os fundamentos ontológicos e empíricos da sociologia foram se solidificando e ganhando espaço como Ciência da Sociedade, deixaram pouco espaço para o

¹⁴ Em concordância com Boaes, Oliveira e Assis (2019) optamos por colocar o termo no plural porque pensamos que as sociologias dos indivíduos não formam um todo homogêneo em suas abordagens. Cada vertente e autor apresenta visão distinta, embora, compartilhe do mesmo princípio geral.

¹⁵ Para uma discussão apurada sobre o assunto ver: Jodelet (2009) e Gaulejac (2004).

indivíduo. As interpretações sociológicas, até 1950, foram predominantemente focadas na “lógica descendente”, ou seja, primeiro a sociedade e depois o indivíduo. A posicionalidade do indivíduo passou então a ser interpretada pela ideia de “posição social” e/ou “personagem social” (Martuccelli, 2007). Jodelet (2009) sinaliza que a relação entre indivíduo/sociedade, que na sua gênese foi interpretada na ideia de oposição entre ator ou agente e sistema social ou estrutura, sofreu uma ruptura e deu lugar para investigações que se aproximavam das noções de ator e de agente e as fazem juntar-se à noção de sujeito. Dentro de um contexto em que se pretende colocar o indivíduo como protagonista de reflexões sociológicas, o termo ator se afasta de uma concepção de indivíduo orientado por seus interesses e suas intenções privadas (Jodelet, 2009, p. 690).

Ainda, segundo Jodelet (2009), em um primeiro momento a noção de ator social estava relacionada às manifestações regidas por condutas sociais, pessoais e coletivas. Isso não diz respeito propriamente a atribuições de papéis, estatuto que dependem de processos de socialização. Esses processos de socialização são definidos pelos sistemas de normas sociais dominantes em uma sociedade ou em um grupo, em função dos quais seu significado é fixado. As principais reflexões que a noção do ator implica é a da sua subordinação a papéis impostos pelo lugar social que ocupa, isto é, não possui autonomia diante de uma sociedade e seus dispositivos de poder (Jodelet, 2009, p. 689-690).

No entanto, é importante esclarecer que a própria noção de ator, nas Ciências Sociais, passou por algumas modificações, dentre elas, a possibilidade de escolhas racionais e a capacidade de oposição aos constrangimentos do sistema; noções essas próximas da escola inglesa de sociologia, sobretudo, de inspiração giddensiana¹⁶, que coloca o indivíduo como agente e reconhece os potenciais de suas escolhas e ações. Giddens entende, também, o indivíduo como alguém autônomo e detentor de suas decisões; livres, em certa medida, das pressões dos sistemas sociais (Jodelet, 2009). Outro autor que faz uma

¹⁶ Com críticas fortes ao estruturalismo francês, principalmente contrário às ideias de um sujeito sem história e numa tentativa de superar o objetivismo e subjetivismo, Giddens (2003) ao cunhar a noção de agente social argumenta que: “o domínio básico de estudo das ciências sociais [...] não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo [...] As práticas sociais, ao penetrarem no tempo e no espaço, estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social” (Ibid.: 2; XXIV).

revisão crítica à noção de ator social é Bernard Lahire, sobretudo, acerca das ideias de unicidade da ação e fragmentação do ator social. Para Lahire (2002) essas noções são dadas a priori, sem muitas consistências empíricas – mais adiante trataremos dessa crítica com mais propriedade.

Apesar dos esforços feitos pelos sociólogos do conhecido “novo movimento teórico”¹⁷ para os imbricamentos possíveis entre indivíduo e sociedade, nas figuras de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann, o social individualizado, por si só, não assumiu o protagonismo nessas grandes sínteses teóricas (Alexander, 1987; Boaes, Oliveira & Assis, 2019). Diferentemente destes autores, as sociologias do indivíduo tiveram algum reconhecimento em obras do sociólogo Norbert Elias, principalmente em “Mozart: A sociologia de um gênio”. Elias foi o sociólogo que mais se afastou da noção do “personagem social” e buscou aproximar indivíduo e sociedade a partir da ideia de figurações. Além disso, ele parece ter se preocupado mais com o instituído do que com o instituinte (Kaufmann, 2000; Boaes, Oliveira & Assis, 2019)

O indivíduo com sua singularidade, esquecido ou negligenciado na teoria sociológica entra em cena e reivindica o seu lugar na teoria, na metodologia e na epistemologia. Como nos informam Boaes, Oliveira e Assis (2019), o marco é a aurora e pós-áurea da macrosociologia, onde se encontra, não só a singularidade dos indivíduos, mas também a própria noção de “indivíduo”. Assim, esta noção se amplia e se torna mais “inclusiva”, fazendo com que as pessoas negras, as mulheres, os não ocidentais, os não heterossexuais, as crianças, os animais e até os objetos inanimados se tornem, também, objetos de reflexão sociológica (Boaes, Oliveira & Assis, 2019, p. 14).

Com mencionamos anteriormente, em meados do século XX, quando a complexificação das relações sociais resultado do alto grau de modernização da sociedade, a pluralidade dos círculos sociais e a própria dinâmica urbana impõem aos indivíduos novas formas de socialização, é que a sociologia se volta para compreender as experiências sociais dos indivíduos, tanto a partir dos

¹⁷ De acordo com Alexander (1987), o "novo movimento teórico", na sociologia, inclui as interpretações de uma nova geração de pensadores pós-marxistas que foram fortemente influenciados pela microteoria norte-americana, os quais somaram esforços para juntar ação e estrutura.

sistemas quanto das logicas grupais e societárias. A disciplina assume novos recortes e direciona olhares para novas abordagens. Os antigos modelos interpretativos apresentavam dificuldades, uma vez que a noção de sociedade integrada aos poucos se desfazia e dava lugar às contingências e incertezas (Setton, 2019, p. 97).

É neste momento que vemos a sociologia, de várias maneiras, voltar suas interpretações para o indivíduo singular, não mais como mero coadjuvante, mas como protagonista de acesso à realidade societária (Boaes, Oliveira & Assis, 2019). O intuito não é romper definitivamente com as abordagens clássicas ou com qualquer outro tipo de reflexão em que o privilégio não seja o indivíduo. Antes de qualquer coisa, como aponta Martuccelli (2007), é uma necessidade histórica e teórica de captar as mudanças do mundo marcadas por diferentes espaços de socialização e de modos de existência permeados por intensas disputas ou, como diria Lahire (2005), refletir sobre o social individualizado. O social refratado num corpo individualizado se particulariza por esse corpo atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes do cotidiano. Assim, trata-se de captar a realidade social na sua forma incorporada, individualizada (Lahire, 2005).

Ainda de acordo com Martuccelli (2007), os estudos sobre a sociedade não são mais os únicos meios de chave de compreensão do indivíduo; ao contrário, o ser individual abre caminhos para se compreender a sociedade. Esse reordenamento reflexivo implica em questionamentos sobre as próprias noções de indivíduo e de sociedade. É nas experienciais individuais que a própria imaginação sociológica vem se remodelando (Martuccelli, 2007). Nessa assertiva, Lahire (2002) também já sinalizava para as mudanças em escala de fabricação social dos indivíduos em uma sociedade altamente complexa e diferenciada. Uma sociedade em que os indivíduos são socializados em espaços plurais e heterogêneos (Lahire, 2002).

As chamadas sociologias do indivíduo têm como maiores expressões os pensadores Jean-Claude Kaufmann, François Dubet, Claude Dubar, Danilo Martuccelli, Vincent de Gaulejac, Dominique Memmi, Alain Ehrenberg e Bernard Lahire. Ao contrário do que se pode pensar, esses autores ao privilegiar a singularidade dos indivíduos, em suas reflexões, em nenhum momento deixaram

de se interessar pelo social; pelo contrário, para estes autores o “que é social é individual e o que é individual é social” (Boaes, Oliveira & Assis, 2019).

Ao trazer o indivíduo para o cerne das indagações sociológicas, a maioria dos autores supracitados trazem à tona um importante debate acerca das oposições entre as disciplinas de psicologia e sociologia. A proposta é demonstrar que existe uma complementariedade entre as disciplinas e que através do diálogo profícuo entre ambas, é possível desvendar aspectos negligenciados, tanto pela sociologia como pela psicologia (Boaes, Oliveira & Assis, 2019). A sociologia em escala individual, inicialmente ficou conhecida por uma sociologia psicológica, posteriormente, assumiu outras denominações, sociologia disposicionalista e contextualista ou interacionismo disposicionalista (Boaes, Oliveira & Assis, 2019).

Dentre as diversas perspectivas dessa corrente de pensamento, nos interessa, a de Bernard Lahire. O autor aparece no contexto francês como um dos defensores de uma sociologia em escala individual. Lahire surge como um sociólogo herdeiro da tradição bourdiesiana, se colocando, ao mesmo tempo, como o crítico mais sagaz da teoria de Bourdieu (Boaes;Oliveira;Assis, 2019). Nas próximas seções, iremos discorrer acerca da teoria de Bernard Lahire, sua crítica à teoria de Pierre Bourdieu e o entendimento do conceito de *disposições*.

1.2 A sociologia dos indivíduos de Bernard Lahire: do homem plural aos contextos disposicionais

Bernard Lahire é um sociólogo francês contemporâneo, sendo atualmente Professor na École Supérieure de Lyon, na França. Para Vandenbergue (2010; 2013), Lahire se mostra criativo em arquitetar uma sociologia do indivíduo que se afasta da coerência e homogeneidade monolítica do *habitus*; e por analisar as formas em que as disposições plurais são ativadas e desativadas em diferentes contextos e situações sociais diferenciadas. Ainda, segundo Vandenberghe (2013), embora as análises de Lahire estejam situadas no limiar entre a psicologia, psicanálise e a sociologia, a abordagem proposta pelo autor é centralmente sociológica, isto é, Lahire propõe uma sociologia que possa compreender o indivíduo em toda a sua complexidade e explicar seus comportamentos.

Bernard Lahire é um autor versátil e multifacetado. Suas produções são variadas, abrangendo desde trabalhos que abordam sucessos e fracassos escolares em meios populares (1995) e consumo cultural (2006), passando pela formulação de uma teoria da ação (2002;2004), até os mais recentes que versam sobre a literatura (2006; 2010), a arte e os sonhos (2018).

No Brasil¹⁸ os seus livros mais conhecidos são: “Tableaux de familles: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires (1995)”, traduzido no Brasil como “Sucesso escolar nos meios populares: as razões improváveis”; “L’Homme pluriel (1998)”, em tradução de Língua Portuguesa “O homem plural: os determinantes da ação”; “Portraits sociologiques (2002)” traduzido para o português como “Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais “e “La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi”, em português “A cultura dos indivíduos (2004)”.

Em seu arcabouço teórico, Lahire traz na bagagem os velhos dilemas que atravessam o pensamento sociológico, tais como: as discussões acerca de estrutura e ação e de indivíduo e sociedade. Essas dicotomias passam a ser reinterpretadas na teoria lahiriana pela noção de que o individual é social e o que é social é individual. De forma introdutória, para Lahire a apreensão do social fica mais refinada quando se captam as singularidades dos indivíduos, pois o olhar aproximado sobre o indivíduo é capaz de captar as possibilidades múltiplas de singularização do social (Boaes, Oliveira & ASSIS, 2019).

Para edificar sua teoria, Lahire busca inspiração em autores como Durkheim, Halbwachs, Weber, Bourdieu, Goffman, Alfred Schütz, Anselm Strauss, Pierre Naville, Wittengstein, Freud e Elias. É, pois, a partir desses pensadores que o autor elabora noções cruciais que atravessam sua forma de pensar em diferentes obras, como as enumeradas a seguir: disposição, inclinação, propensão, hábito, tendência e pluralidade das disposições e competências, repertórios, jogo e campo secundário (Boaes, Oliveira & Assis, 2019, p.15).

¹⁸A primeira obra de Lahire, aparece no contexto brasileiro a partir da década de 1990. O livro *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável* (LAHIRE, 1997) foi o arauto para a recepção das ideias de Lahire no contexto nacional. Acolhidas primeiramente no campo da educação, essas ideias foram gradativamente se difundindo para outras áreas. Daí pra frente, várias obras do autor foram publicadas em português. (Boaes, Oliveira & Assis, 2019, p. 20).

O autor é herdeiro da tradição sociológica disposicionalista. Conforme Sá (2010) essa vertente teórica busca desvendar as disposições que orientam as ações dos indivíduos nos diferentes contextos sociais em que eles se inserem, seja na família, na escola, no trabalho, seja nos grupos de amigos onde vivem e tecem suas relações sociais.

A noção de disposições, apresentada por Lahire, inclui ações, mas também crenças, apreciações, percepções, opiniões, etc., as quais podem ser coerentes, incoerentes, contraditórias e/ou heterogêneas; e assumem uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica. De tal forma, para Lahire (2004), uma disposição é uma realidade construída que não pode ser observada diretamente; portanto demanda um trabalho interpretativo para dar conta dos comportamentos geradores da diversidade das práticas sociais. Adiante iremos detalhar as principais críticas que Lahire desenvolve à sociologia disposicional.

O termo disposição corresponde a uma força interna elaborada continuamente nos processos de socialização do indivíduo, nos esquemas de ação do passado e do presente, que sofre influência do contexto e das relações sociais que se estabelecem entre os atores, isto é, uma mistura de interioridade com exterioridade que se materializa na ação e no desempenho individual (Borges, 2015). Trata-se do passado incorporado que é estruturante, mas que se manifesta em ocasiões ou em dadas circunstâncias (Lahire, 2002; 2004). Esse passado incorporado está relacionado às experiências socializadoras sucessivas ou paralelas no âmbito da família, da escola, do trabalho, da igreja, etc. O contexto é, por sua vez, o momento presente, que diz respeito ao tecido social no qual o indivíduo está vinculado, palco de suas ações (Lahire, 2002; 2004).

Nessa perspectiva, para que possamos compreender uma sociologia em escala individual e o papel que o indivíduo ocupa no escopo teórico de Bernard Lahire, é preciso que nos voltemos para dois momentos específicos que o autor mobiliza em suas reflexões: o primeiro diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade que perpassa diferentes períodos do pensar e do fazer sociológico; e o segundo momento, de crítica à teoria do *habitus* e das práticas sociais de Pierre Bourdieu, buscando elaborar um raciocínio sociológico com, contra e a favor deste autor. Contudo, cabe explicitar que as críticas não se restringem a Bourdieu, pelo contrário, elas perpassam também pelas teorias sociológicas de

autores como Marx, Weber, Durkheim e Simmel. Assim, ainda que esses autores demonstrassem certa preocupação do papel que o indivíduo singular ocupava na sociedade e nas relações sociais, o sujeito singular por si só, não foi em toda sua complexidade objeto de estudo desses autores (Lahire, 2002; Martuccelli, 2007).

É na obra *“O homem plural: os determinantes da ação (2002)”*, que Lahire oferece reflexões sobre as diferentes teorias da ação, procurando definir o papel que o indivíduo ocupava nelas, para assim formular os pressupostos básicos de sua teoria. Nessa obra, como o próprio nome sugere, o autor defende a existência de um indivíduo menos “coletivo”, contudo, sem deixar de ser social. Para o autor, o indivíduo fabricado nas sociedades atuais, é colocado em espaços diferenciados no qual vive experiências socializadoras distintas, conflitantes, que são resultados dessa inserção pluricontextual (Boaes, Oliveira & Assis, 2019; Lahire, 2002). Na referida obra, contrariando as teses da unicidade da ação e das generalizações abusivas do social, o autor busca compreender o social a partir dos indivíduos singulares em seus diversos contextos de ação, demonstrando que estes não estão mais regidos por estruturas (sociais, políticas, econômicas, religiosas, etc.) e grupos que antes defenderia com sua autenticidade (Lahire, 2002).

A teoria do ator plural examina o social nas dimensões mais sensíveis dos indivíduos, a partir de observações empíricas no nível macrossociológico, procurando entender como os atores são socializados e forjados. O autor deixa claro que o esboço de uma teoria do ator plural deve tomar todos os cuidados, para não conservar um único tipo de ação na cabeça e não pecar por generalizações abusivas do social. Ao criticar as diferentes teorias da ação, Lahire (2002, p. 10) afirma:

As teorias da ação e do ator, comumente, opõem-se em redor de uma série de tensões interpretativas, a saber, tensões entre as teorias que privilegiam a unicidade, a homogeneidade do ator (de sua identidade, de sua relação com o mundo, de seu "ego", de seu sistema de disposições ...) e as que nos descrevem uma fragmentação infinita de "egos", de papéis, de experiências; tensões, ainda, entre as teorias que dão um peso determinante ao passado do ator e as que fazem de conta que não existem; tensão, enfim, entre as teorias da ação consciente, do ator estrategista, calculador, racional, vetor de intencionalidades ou de decisões voluntárias (e que as vezes acreditam que podem deduzir dessas capacidades calculadoras, conscientes, racionais ... uma liberdade fundamental do ator) e as teorias da ação inconsciente, infra

consciente ou não consciente que apresentam as ações como ajustamentos pre-reflexivos às situações práticas

Lahire (2002) critica ainda as tradições disposicionais que só consideram o passado do ator e enxergam este somente como alguém que tem total consciência de suas ações; pelo contrário, o autor se vale do princípio da não-consciência dos atores, sem menosprezar as suas falas, que embora sejam conscientes delas, não são conscientes dos dispositivos que os levam até elas (Lahire,2002;2004). Para Lahire (2010, p. 40):

Todas as tendências para as análises unilaterais, exclusivamente contextualistas ou exclusivamente disposicionalistas, provam o quanto é difícil para as ciências humanas e sociais encontrar o equilíbrio nesta fórmula científica na análise das práticas sociais

Boaes, Oliveira e Assis (2019) corroboram com esta ideia e afirmam que para além da tradição sociológica clássica, Lahire em o *homem plural* direciona suas críticas para dois polos específicos, de um lado, o disposicionalismo, e do outro, o contextualismo. No primeiro polo critica os autores que consideraram exclusivamente o peso do passado do ator e desconsideraram a força do presente. Já no outro polo, as críticas são dirigidas para aqueles autores que se preocuparam demais com o presente e desconsideraram o peso do passado incorporado (Boaes, Oliveira;Assis, 2019).

Assim, ainda segundo Boaes, Oliveira e Assis (2019), do lado da tradição sociológica disposicional a crítica mais ferrenha que Lahire faz é destinada a Bourdieu, especialmente à noção de *habitus* desenvolvida por este último. No polo do contextualismo, aparecem as figuras dos sociólogos interacionistas cujas investigações sociológicas centraram-se no presente das interações face a face, esquecendo de dar devida atenção aos esquemas de experiências incorporadas pelos atores sociais na forma de disposições.

Nas suas interpretações acerca da obra de Lahire, Boaes, Oliveira e Assis (2019) afirmam que a sociologia em escala individual, proposta pelo autor, busca se colocar em uma posição intermediária entre os dois polos mencionados acima, ou seja, as disposições sozinhas não são capazes de explicar a coerência/incoerência das ações, dos pensamentos e sentimentos dos indivíduos, assim como, apenas os elementos dos contextos não dão conta. Nessa linha de análise é que Lahire pretende evidenciar que a sua sociologia

em escala individual é antes de tudo, uma sociologia disposicionalista-contextualista, “por meio da qual o pesquisador pode reconstruir o universo social do indivíduo que analisa, considerando sempre o jogo entre o passado incorporado e o presente contextualizado” (Boaes, Oliveira & Assis, 2019, p. 14).

É nesse ponto que Lahire sugere pensar os atores sociais não somente a partir de suas falas, mas a partir dos seus comportamentos e das representações que criam e recriam a partir de suas práticas:

De modo semelhante ao globo terrestre, o conjunto das diversas teorias da ação tem dois grandes polos: o da unicidade do ator e o de sua fragmentação interna. Por um lado, se está à procura de sua visão do mundo, de sua relação com o mundo ou da “formula geradora de suas práticas” e, por outro lado, admite-se a multiplicidade dos conhecimentos e do saber-fazer incorporados, das experiências vividas, dos “eus” ou dos “papeis” incorporados pelo ator (repertório de papeis, estoque de conhecimentos, reserva de conhecimentos disponíveis). Nos dois casos, porém, a escolha da unicidade ou da fragmentação dá-se *a priori*; ela constitui um postulado não discutido e funda-se, em certos casos, mais sobre pressupostos éticos do que em constatações empíricas (Lahire, 2002, p. 17).

Os indivíduos se apresentam com disposições heterogêneas que podem ser ora harmônicas, ora conflitantes, dependendo de suas socializações e contextos de manifestação da ação, ou seja, os esquemas de suas disposições são frutos de experiências sociais formadas e incorporadas em diferentes processos de socializações passadas que ficam suspensas à espera de uma reação em momentos específicos no tempo presente. Segundo o autor (2002; 2004; 2005; 2015), a teoria disposicional em escala individual se funda nas análises das disposições, principalmente as dos patrimônios individuais, o que pressupõe apoiar-se nas propensões que formaram os indivíduos na família, à escola, às instituições culturais, religiosas, profissão, trabalho, etc. Lahire trabalha com uma unidade de análise particular, as biografias individuais — uma vida.

Em conformidade com Setton (2009), um dos pontos centrais da tese de Lahire é questionar a teoria da prática de Bourdieu, a teoria da ação social dos agentes sociais e principalmente a noção de *habitus*. De acordo com Lahire (2002), a teoria de Bourdieu não privilegia as múltiplas experiências de socialização e não se detém nos conjuntos de ações que um indivíduo pode realizar quando confrontado com diferentes contextos e situações. O autor

preocupa-se com uma análise sobre o lugar dos atores sociais nas ciências sociais.

De facto, a mudança de escala — da análise dos grupos, dos movimentos, das estruturas ou das instituições, para a dos indivíduos singulares que simultaneamente “vivem em” e “são constitutivos de” esses macro-objectos — não foi brutal a ponto de forçar a visão dos investigadores, de lhes provocar alguma dor de cabeça e, ao mesmo tempo, de lhes fazer ganhar consciência (Lahire, 2005, p. 12).

Na medida em que homem na sociedade é idealizado e se apresenta como um ser isolado, autônomo, responsável, guiado por sua razão, oposto à *sociedade* contra a qual ele se defenderia com sua *autenticidade*, é que as Ciências Sociais devem exercer o papel de revelar a fabricação social dos indivíduos. O social não se reduz ao coletivo ou ao geral, pelo contrário, se encontra nas dobras mais singulares de cada indivíduo (Lahire, 2013, p. 13, grifos nossos).

1.3 Alguns apontamentos acerca da teoria de Bourdieu

Nesta seção, antes de aprofundarmos nas principais críticas de Lahire destinadas a Bourdieu, julgamos relevante trazer, ainda que de forma sucinta um resumo da noção de *habitus* e das reflexões sociológicas propostas por Bourdieu. O constructo teórico edificado por Bourdieu visava superar os debates que existiam no interior das ciências sociais, a pontuar, os antagonismos entre os modos de conhecimento subjetivista e objetivista, a separação entre as análises simbólicas das análises materiais e as discussões sobre a investigação empírica e teórica. A ambição maior de Bourdieu era de superar a oposição que existia entre indivíduo e sociedade e as correntes teóricas que defendiam tais perspectivas, respectivamente o subjetivismo e o estruturalismo (Jourdain; NAULIN, 2017). Em “Coisa ditas”, Bourdieu (2004) explicita sua insatisfação com as correntes existencialistas e estruturalistas, ao afirmar que:

“Muitas das disposições intelectuais que tenho em comum com a geração “estruturalista” (especialmente Althusser e Foucault) - na qual não me incluo, primeiro porque estou separado dela por uma geração escolar (fui aluno deles) e também porque rejeitei o que me pareceu ser uma moda - se explicam pela vontade de reagir contra o que o existencialismo havia representado para ela: o “humanismo” frouxo que estava no ar, a complacência em relação ao “vivido” e essa

espécie de moralismo político que sobrevive hoje em dia com Esprit” (Bourdieu, 2004, p. 17).

O empreendimento teórico de Bourdieu implicava debruçar-se numa ontologia social não cartesiana, não positivista, não marxista. Bourdieu tinha as pretensões de superar uma sociologia reduzida a uma física objetivista das estruturas, da fenomenologia construtivista e do existencialismo sartreano. Assim, Bourdieu propõe um “estruturalismo genético” capaz de incluir ambas (Jourdain;Naulin, 2017). Conforme Bourdieu (2004, p. 26):

eu diria que tento elaborar um estruturalismo genético: a análise das estruturas objetivas - as estruturas dos diferentes campos - é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais) e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produto de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço)

Segundo Vanderbegue (2010), Bourdieu tentava romper com as oposições clássicas da filosofia e sua principal inspiração eram os estudos da dialética de Gaston Bachelard¹⁹. As posições de Bachelard os auxiliavam para compreender as antinomias e ambiguidades herdadas da filosofia (sujeito-objeto, ideal-material, individual-coletivo, micro-macro) e da sociologia sujeito versus objeto, liberdade versus determinismo, idealismo versus materialismo, história versus estrutura, cultura versus natureza.

Mesmo que Bourdieu pareça ter concepções comuns aos estruturalistas²⁰, principalmente no que diz respeito às suas críticas com relação ao existencialismo e ao humanismo, de seguir as mesmas concepções estruturalistas de Saussure e Lévy-Strauss, no que concerne o entendimento de

¹⁹As principais ideias de Bachelard (2000) estavam relacionadas com a crítica do determinismo científico, do método cartesiano e do pensamento objetivo. Bachelard (2000) defendia que a epistemologia cartesiana estava em crise e o que o método cartesiano era redutivo, não indutivo, criticando severamente a epistemologia objetivista.

²⁰ O Estruturalismo tem suas origens na França. Trata-se de uma corrente teórica que reformulou a agenda científica e epistemológica nos anos de 1950-1960. O estruturalismo buscava, antes de tudo, um rigor científico e um estatuto de verdade para as ciências sociais e demais disciplinas do conhecimento científico. Nas ciências sociais, por exemplo, teve influência direta na sociologia, na ciência política e principalmente na antropologia e na psicanálise. Foi, um movimento científico de certo rigor, cujas principais críticas recaíram sobre o existencialismo sartreano, o humanismo e as correntes teóricas vinculadas à práxis social (Dosse, 2019; Hans;Wolfgang, 2018; Peixoto, 2010; Coutinho, 2010).

que existem estruturas subjacentes que governam a consciência e a vontade dos agentes, o autor não se vincula a esta corrente de pensamento, diferenciando-se no sentido de tentar compreender quais são as problemáticas que exprimem a existência de uma estrutura subjacente ao social (Bourdieu, 1980). Ao que tudo indica Bourdieu se opõe radicalmente às análises subjetivistas do estruturalismo que rejeita as práticas dos agentes.

Apesar de Bourdieu pensar a sociologia a partir de análises estrutural e relacional, ele parece ter resistido profundamente a qualquer vinculação com a corrente teórica estruturalista (Jourdain;Naulin, 2017). Em Bourdieu compreende-se que as estruturas são produtos de uma reprodução dos esquemas, sejam eles, de percepção, ação ou pensamento. As estruturas, as representações e as práticas são constituídas continuamente (Bourdieu;Passeron, 1977; Ortiz, 1994). O empreendimento teórico científico de Bourdieu deixa claro que só é possível capturar a lógica mais profunda do social submergindo nas particularidades de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la como um universo de configurações possíveis (Jourdain & Naulin, 2017).

O conhecimento praxiológico, que Bourdieu e Loic Wacquant propõem em *Um convite à prática sociológica*, tem como principal objetivo associar a dialética entre os indivíduos, as estruturas mentais e as estruturas sociais ou ainda estabelecer uma relação de aproximação entre os conhecimentos fenomenológicos e objetivistas. Entende-se, então, que as estruturações das práticas e da sociedade só podem ser realizadas por meio da dialética do processo de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (Bourdieu;Wacquant, 1992).

Nesse sentido, Bourdieu propõe o método *praxiológico*, que consiste em fazer uma leitura apurada das complexidades que envolvem o mundo social utilizando recursos e práticas das ações dos agentes.

De acordo com Bourdieu (1983, p. 46-47):

O conhecimento que podemos chamar de praxiológico que tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e

as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (tradução nossa).

Bourdieu explicita que o sociólogo tem por função descobrir e identificar as estruturas que não são tão aparentes e os mecanismos que geram essas estruturas que estão encobertas. Bourdieu critica o que denomina de sociologia espontânea, chama atenção acerca da reflexividade nas ciências e critica muitos cientistas que estão presos às visões de suas escolas científicas (Bourdieu;Wacquant, 1992).

1.4 A noção de *habitus* em Bourdieu

Seguindo a ideia acima, o conceito de *habitus* é central em toda teoria bourdieusiana. A noção permite superar as oposições clássicas que são tão caras à sociologia, as oposições entre, objetivismo/subjetivismo, holismo/individualismo, macro/micro. Cabe, entretanto, ressaltar que este conceito não foi forjado por Bourdieu, sendo apenas refinado e redefinido para ser utilizado enquanto instrumento de interpretação sociológica pelo autor.

A noção de *habitus* tem sua tradição na tradução de Santo Tomás de Aquino, da ideia aristotélica de *hexis* — que se refere às atitudes e aptidões corporais (modos de comportamento, destreza) incorporadas ao longo do processo educacional e que dizem respeito à capacidade de ação atual dos indivíduos. Ao traduzir *habitus*, Santo Tomás de Aquino tinha o objetivo de demonstrar que a socialização prescreve práticas religiosas, que em seguida se tornam autênticas. Não tardou para que a noção de *habitus* passasse a ser utilizada por autores da sociologia, a exemplificar, Émile Durkheim, Nobert Elias, Marcel Mauss, Erving Goffman e Max Weber (Lahire, 2002; Setton, 2002; Jourdain & Naulin, 2017).

A noção de *habitus* em Durkheim, em um primeiro momento, foi utilizada para caracterizar uma relação muito coerente e durável com o mundo. O autor discute tal conceito em duas situações históricas singulares: as “sociedades tradicionais” e o “regime de internato”. No segundo momento, Durkheim emprega

o conceito de *habitus* na educação²¹, notadamente a cristã, que marca toda a vida da criança e cuja influência é constante (Lahire, 2002).

O autor que mais inspirou Bourdieu no refinamento do conceito de *habitus* foi o historiador alemão Erwin Panofsky, com sua sociologia implícita no livro “*Architettura gotique penseé scolastique*” (Arquitetura gótica e pensamento escolástico) — traduzido para o francês por Bourdieu, em 1967, quem redigiu também o posfácio. Bourdieu se valeu dessa obra para explicitar, verificar e fortalecer sua teoria do *habitus*. Na obra, Panofsky se debruçava em entender a origem da arquitetura gótica. Ele demonstrava que os arquitetos que faziam parte da escolástica gótica e que possuíam o monopólio da educação, trouxeram para a arquitetura os princípios aprendidos na escolástica (ideias que pretendiam conciliar fé e razão). Desse modo, era possível perceber homologia e semelhanças estruturais entre o pensamento escolástico e a arquitetura gótica (catedrais abertas, transparentes, com estruturas divididas) fruto de uma relação causal. Assim, Bourdieu interpreta essa transposição como um *habitus* adquirido ao longo da trajetória escolar e religiosa para a arte e arquitetura (LAHIRE, 2002; SETTON, 2002; JOURDAIN & NAULIN, 2017).

Panofsky no capítulo II de sua obra intitulado “*La fuerza formadora de Hábitos*”, esclarece essa concepção:

Durante la fase “concentrada” de este desarrollo extraordinariamente sincrónico, es decir, durante el período que se extiende aproximadamente entre 1130-1140 y 1270 se puede observar, a mi juicio, una conexión entre el arte gótico y la escolástica que resulta más concreta que un simple “paralelismo” y no obstante más general que “esas influencias individuales” (y también tan importantes) que los consejeros eruditos ejercen sobre los pintores, los escultores o los arquitectos. Esta conexión, en oposición, a un simple paralelismo, es una auténtica relación de causa a efecto. Esta relación de causa a efecto, en oposición a una influencia individual, se instaura más por difusión que por contacto directo. Se establece de hecho a través de la difusión de lo que puede denominarse, a falta de una expresión mejor, un hábito mental — entendiendo este utilizado cliché en el sentido escolástico más preciso: “principio que regula el acto”, principium importans ordinem ad actum (...) Tales hábitos mentales existen en todo tipo de civilizaciones. Así, por ejemplo, no hay escritos modernos sobre la historia que no estén impregnados de la idea de evolución (idea cuya evolución merecería la pena que fuese más estudiada de lo que ha sido hasta el presente y que parece entrar ahora en una fase crítica), y, sin tener un conocimiento profundo de la bioquímica y del psicoanálisis, hablamos todos los días con la mayor suficiencia de

²¹ Na obra: “A Evolução Pedagógica” (1995).

insuficiencia vitamínica, de alergias, de fijaciones a la madre y de complejos de inferioridade (Panofsky, 2018 , p.26).

A citação acima reflete sobre as homologias estruturais presentes entre a linguagem teológica e a língua arquitetônica. Seguindo essas reflexões, Bourdieu (2007) explicita que Erwin Panofsky se esforçava em estabelecer uma conexão concreta que pudesse explicar a relação dessas homologias. Assim, o objetivo de Panofsky não se limitava a recorrer a uma visão unitária do mundo ou a um espírito do tempo e nem a oferecer uma explicação para aquilo que se deve explicar, nas palavras de Bourdieu (2007, p. 346):

nem mesmo o indivíduo concreto – no caso particular este ou aquele arquiteto – como lugar da coincidência aparentemente mais ingênua (talvez porque ela elimine uma parte do mistério das correspondências) numa sociedade em que a transmissão da cultura é monopolizada por uma escola, as afinidades profundas que unem as obras humanas (e evidentemente, as condutas e os pensamentos têm seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados de sistema inconsciente (ou profundamente internalizados) o qual constitui sua cultura ou melhor seu *habitus*, ou seja, em suma de transformar a herança coletiva individual e comum; é um dos meios de explicar, não só o que eles *proclamam*, mas também o que eles *traem*, pelo fato de participarem da simbólica de uma época e de uma sociedade

Além disso, ao adotar o conceito de *habitus* da escolástica para designar cultura, Panofsky evidenciava que a cultura não é apenas um código trivial, muito menos um repertório de resposta a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamentos particulares e particularizados, refere-se, sobretudo, a um conjunto de esquemas fundamentais assimilados previamente (Bourdieu, 2007, p. 348-349).

É, pois, a partir das investigações levantadas por Panofsky, acerca do *habitus* escolástico, que Bourdieu aperfeiçoa o conceito à sua teoria. Desde então o autor ofereceu diversas definições de *habitus* em diferentes obras. A noção de *habitus* já aparece nas primeiras obras nos anos de 1960, especialmente nas suas pesquisas na Argélia (*Travail et travailleurs en Algérie*, 1963) e com os camponeses da região francesa de Béarn, onde o *habitus* surge como perspectiva cultural. Na obra (*Travail et travailleurs en Algérie*), o conceito de *habitus* mostra-se como emergência empírica de compreender as relações entre os comportamentos dos indivíduos, as estruturas e condicionamentos

sociais, ou seja, relacionar as estruturas sociais envolventes às formas culturais (Lahire, 2002; Setton; 2002).

De acordo com Peters (2017), essas primeiras investigações analisaram as relações entre as estruturas econômicas e estruturas temporais com base nas práticas econômicas, troca de presentes, ajuda mútua e cooperação entre os trabalhadores argelinos, com enfoque na discordância entre as disposições econômicas dos agentes e o mundo econômico no qual estavam pautando suas ações, demarcadas pela transição de uma economia pré-capitalista para uma economia capitalista. Conforme, Lahire (2002, p. 26):

Pierre Bourdieu reatualizou a noção de *habitus* para captar justamente o funcionamento de uma sociedade tradicional fracamente diferenciada, a saber, a sociedade cabila. Do fato da grande homogeneidade, da grande coerência e da grande estabilidade de condições materiais e culturais da existência e dos princípios de socialização daí decorrentes, os atores modelados por tais sociedades estão dotados de um estoque particularmente homogêneo de esquemas incorporados de ação

O conceito de *habitus* aparece como parte constitutiva da sua teoria também em o “*Le Sens pratique, 1980*” (O senso prático). É nessa obra, que segundo Jourdain & Naulin (2017) se encontra a definição mais celebre.

Segundo Bourdieu (1980, p. 88-89) o *habitus* se constituiria enquanto:

O condicionamento associado a uma determinada classe de condições de existência produz *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturantes, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que se revelam objectivamente adaptados ao seu objetivo sem assumir a finalidade consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objectivamente “regulados” e “regulares” sem serem produto da obediência a regras, e, sendo tudo isso, orquestrados coletivamente sem serem o produto da ação organizadora de um maestro

O *habitus* seria, portanto, o condicionante de orientação da ação social, contudo, por ser produto das relações sociais também se encarrega da reprodução dessas mesmas relações objetivas que o originaram. Portanto, cada agente mesmo que consciente ou inconscientemente é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, ao passo que suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi*, do qual ele não é produtor e não possui o domínio consciente; suas ações encerram, pois, uma intenção objetiva, que ultrapassa as intenções

conscientes; corresponde, ao mesmo tempo, a estruturas mentais através das quais os indivíduos acessam o mundo social e a suas manifestações corporais (Bourdieu, 2004). A interiorização feita pelos atores sociais dos valores, normas e morais são os responsáveis pelas adequações entre as ações dos sujeitos e a realidade objetiva da sociedade (Ortiz, 1983; Bourdieu, 1980).

Na obra *Razões Práticas* (2008), Bourdieu explicita um exemplo calcado na realidade sobre o *habitus* enquanto gerador de práticas distintas e distintivas. O autor expõe a situação de um operário que se alimenta, e acima de tudo a forma como se alimenta, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expô-las, tudo isso difere sistematicamente dos hábitos e práticas de consumo do empresário industrial. Além disso, são esquemas classificatórios, de visão e divisão de gostos distintos (Bourdieu, 2008).

Em resumo, para Pierre Bourdieu (1980), a noção de *habitus* está vinculada à necessidade de entender como se estabelecem as relações entre os comportamentos dos agentes, as estruturas e as regras sociais. Trata-se de esquemas de percepções (maneira de perceber o mundo), de apreciações (maneira de julgá-lo) e de ações (maneira de comportar-se) que foram interiorizados e incorporados pelos indivíduos em seus processos de socialização, de maneira mais ou menos inconsciente (Jourdain;Naulin, 2017).

Na leitura de Setton (2002), o conceito de *habitus* refere a um sistema de esquemas individuais, a um conjunto de disposições estruturadas e estruturantes do social, formadas na mentalidade dos indivíduos, fruto de suas trajetórias passadas. Desse modo, as disposições do *habitus* são duráveis conforme a durabilidade incorporada das práticas sociais. Todavia, as disposições que formam o *habitus* são transponíveis, ou seja, as disposições adquiridas em espaços sociais como a família ou a escola, podem ser transpostas para outros domínios sociais, como o trabalho ou a igreja, tendendo a criar “estilos de vida” homogêneos (Jourdain;Naulin, 2017, p. 50-51).1.5 A crítica de Lahire ao conceito de habitus.

1.5A crítica de Lahire ao conceito de habitus

Nesta seção vamos demonstrar com mais propriedade o ponto de partida das críticas que Lahire direciona a Bourdieu e que alicerçam as bases de sua sociologia em escala individual. Tudo começa, após leituras minuciosas da teoria de Bourdieu, principalmente da noção de *habitus* em que Lahire refina suas abordagens e critica muitas das posturas de Bourdieu. O autor destaca que Pierre Bourdieu, na tradição sociológica, tem seu lugar de destaque como um dos autores que privilegiaram teoricamente a compreensão dos indivíduos socializados. Nas palavras do autor:

Entre o conjunto de trabalhos existentes, os de Pierre Bourdieu designaram e caracterizaram teoricamente estas “pequenas máquinas produtoras” de práticas (no sentido alargado do termo), essas “matrizes” que retêm no corpo de cada indivíduo o produto das experiências passadas. Quando, por exemplo, as noções (e as realidades para as quais elas remetem) de estruturas cognitivas, psíquicas ou mentais, de esquemas, de disposições, de *habitus*, de incorporação e de interiorização não estavam no centro do estudo, mas serviam somente, nos relatórios finais das investigações, de comutadores necessários para explicar as práticas evocando grosseiramente a socialização passada incorporada, estes modelos teóricos podiam parecer satisfatórios (Lahire, 2005, p. 13).

Ainda que o autor faça críticas à teoria bourdieusiana, ele não deixa de admirar as suas contribuições conceituais. Como aponta Vandenberghe (2013), assim como no caso de Bourdieu, o programa de pesquisa de Lahire não é apenas científico e sociológico, está no limiar do cientificismo e do sociologismo; e mais do que isso, é disposicional e contextual. Enquanto a fórmula de Bourdieu se traduz em “[*(habitus) + (capital)*] + campo = práticas”, Lahire por sua vez sugere: “disposições + contextos = práticas” ou ainda “passado incorporado + contexto presente de ação = práticas observáveis” (Vandenberghe, 2013).

Para Lahire (2002), já nas investigações sobre o *habitus* na obra de Panofsky, Bourdieu não considerava a excepcionalidade do contexto histórico analisado, caso o tivesse feito teria já nesse momento relativizado a unicidade e durabilidade dos esquemas das disposições constitutivas do *habitus*. O mesmo aconteceu nos primeiros trabalhos do mesmo autor sobre as investigações na Argélia nos anos sessenta. Segundo Lahire (2002) já nesses escritos Bourdieu poderia ter construindo uma teoria do ator e da ação que fosse mais sensível à pluralidade dos esquemas e experiências incorporadas formadoras dos hábitos:

Paradoxalmente, os primeiros trabalhos do mesmo autor sobre a Argélia dos anos sessenta poderiam tê-lo levado a construir uma teoria do ator e da ação mais sensível a pluralidade dos esquemas de experiências incorporadas e das forças formadoras dos hábitos¹³. De fato, em *Le Deracinement*, Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad analisavam a situação de "desdobramento que fornecia, em geral, ao colonizado a saída pela qual ele escapava das contradições de uma existência dupla" (Bourdieu e Sayad, 1964: 59). Mas eles oscilavam, conforme os momentos da obra, e de maneira particularmente interessante entre este modelo do "desdobramento" (mental e social) que supõe que os atores do mundo social põem em ação maneiras de pensar e de agir diferentes e frequentemente contraditórias *dentro de universos sociais diferentes* (o universo familiar e o universo do colono) e o do "saber* cultural" que implica muito na mistura, na confusão dos gêneros e registros e, finalmente, na *contradição dentro de cada prática (...)* (Lahire, 2002, p. 26).

As críticas à noção de habitus que Lahire (2002) dirige a Bourdieu, dizem respeito aos trabalhos do sociólogo na Argélia, principalmente, ao momento histórico e à situação específica do contexto investigado. Naquele período, a Argélia ainda era uma sociedade pré-industrial, tanto do ponto de vista da divisão social do trabalho quanto demograficamente. Conforme Lahire (2002), nas sociedades tradicionais de características demograficamente fracas (pequenas em níveis populacionais), com forte interconhecimento, em que cada um exerce o controle sobre o outro, e onde a divisão do trabalho e a diferenciação das funções sociais e de outras esferas da vida cotidiana apresentam pouco desenvolvimento, torna-se difícil separar da vida social, da econômica, política, jurídica, religiosa, moral, filosófica, científica, etc. Nelas, a estabilidade e a durabilidade das condições sociais em que estão inseridos os atores são sempre as mesmas e os modelos de socialização se mantêm, é mais viável que os esquemas de percepção, apreciação e ações sejam homogêneos (Lahire, 2002).

Em contrapartida, as sociedades contemporâneas são mais extensas espacialmente e demograficamente, existindo diferentes esferas nas quais os indivíduos agem, entre as quais podemos considerar a cultura e as formas de socialização, sendo estas últimas instáveis, concorrentes e contraditórias. Os espaços de socialização na sociedade contemporânea são cada vez mais concorrentes e heterogêneos (Lahire, 2002).

Bernard Lahire mostra-se ousado e ambicioso ao pensar de forma distinta de Bourdieu, de acordo com Vandenbergue (2010, p. 91):

Bernard Lahire (1998) é mais ambicioso e tenta pensar de modo diferente de Bourdieu. Iniciando por uma análise das práticas

cotidianas da escrita de listas de compras, planos de viagem etc., ele introduziu a reflexividade no *habitus* e desenvolveu uma ambiciosa teoria de atores plurais na qual os indivíduos aparecem como produtos de processos de socialização múltiplos, heterogêneos e conflitantes

Lahire questiona Bourdieu por generalizar abusivamente a noção de *habitus* a um modelo particular que se aplica apenas às situações excepcionais (como sociedades tradicionais e instituições totais) (Vandenberghe, 2013, p. 77). Lahire não se interessa pela homogeneidade do *habitus*, a qual que atribui às disposições individuais ao nível de classe. Pelo contrário, interessa-se por observar o indivíduo como um ser complexo dotado de uma pluralidade de hábitos, esquemas, competências e capacidades heterogêneas que resultam de múltiplas socializações que podem operar em conjunto ou entrar em conflito (Vandenberghe, 2013).

1.6 A utilização da noção de disposição por Lahire

Bernard Lahire prefere a utilização do termo disposições ao de *habitus*. A tradição sociológica disposicionalista se ocupa das investigações dos comportamentos, das práticas sociais, do passado incorporado dos atores individuais. Disposições para o autor estão para além da ação, incluindo crenças, apreciações, percepções, opiniões, etc. que podem ser coerentes, incoerentes, contraditórias, heterogêneas e assumem uma perspectiva tanto sincrônica, quanto diacrônica. Como já aludimos no início deste capítulo, as teorias disposicionalistas passam a enxergar os indivíduos não mais como entidades essencializadas, separados do meio no qual interagem e muito menos desligados das condições em que interagem (Jungueira, L, 2009). Na tradição disposicionalista os indivíduos não são mais observados apenas nas suas relações em grupos, pelo contrário, preocupa-se em captar as suas particularidades a partir das diversas redes de relações nas quais se socializam e interagem (Jungueira, L, 2009).

Dentro dessa tradição, podemos obviamente citar Bourdieu (1980) e Passeron (1990) por levaram em consideração a trajetória social do indivíduo e seus processos de socialização. Contudo, embora os autores considerem a dimensão temporal da trajetória do agente, a perspectiva disposicional adotada por eles faz um corte na dimensão histórica, afim de mostrar o resultado prático

dos processos de socialização dos indivíduos. Em Bourdieu, por exemplo, o indivíduo (agente) e sua socialização ou percurso biográfico está muito mais conformado pela determinação do espaço social, pelas regras impostas pelos campos sociais (Jungueira, L, 2009).

Nesse domínio, a sociologia disposicionalista em escala individual proposta por Lahire (2002;2005) sugere que a própria noção de disposição seja examinada. O autor argumenta que, dentro do universo sociológico, a noção de disposição nunca tinha recebido a atenção devida. Para Lahire (2005), raramente houve interesse no uso desse conceito para ampliar as investigações do mundo social.

Sobre o uso dessa noção, Lahire explicita que embora Bourdieu se valesse da noção de disposição, sobretudo, na obra “A distinção”, de 1979, ele não a delimita conceitualmente e muito menos consegue informar qual é a relação existente entre *disposições correspondentes* e *práticas sociais*. Acerca dessa crítica:

Por exemplo, quando Pierre Bourdieu explica que não há prática mais classificadora do que a frequência de um concerto ou a prática de um instrumento de música “nobre”, devido à “raridade das condições de aquisição das disposições correspondentes” (Bourdieu, 1979: 17), ele afirma alguma coisa sobre a função de distinção de certas práticas culturais, sobre a sua raridade, mas não diz nada sobre o que é que são as “disposições correspondentes” a essas práticas. Do mesmo modo, quando ele afirma que as obras literárias de Malarmé ou de Zola têm a marca das “disposições socialmente constituídas dos seus autores” (Bourdieu, 1979: 19), o leitor interessado está totalmente “disposto” a acreditar nisso, mas nenhuma análise das disposições destes autores, do que se entende precisamente por “disposições” e da maneira como se poderiam reconstruir tais disposições, nos é apresentada. As disposições sociais dos escritores, pertinentes para compreender as suas obras, são as disposições sociais gerais adquiridas familiarmente? Ou são elas o produto específico da socialização literária (o que significaria que nem “tudo”, da experiência socializadora dos autores, é de reconstrução pertinente, no intuito de apreender os seus “comportamentos” literários)? (LAHIRE, 2005, p. 14).

A crítica que Lahire (2005) dirige diz respeito, sobretudo, ao fato de que Bourdieu não explica com clareza como se dá a incorporação, inculcação ou *transmissão das disposições*. Na referida obra não existe qualquer indicação sobre os meios pertinentes para reconstruir as disposições, muito menos, sobre as maneiras como elas agem e são ativadas, desativadas ou suspensas em determinados contextos específicos da vida dos indivíduos (Lahire, 2005).

Lahire (2005) aponta Nobeit Elias como um dos autores que se esforçou em sistematizar um conhecimento atrativo com relação às disposições do indivíduo vinculadas aos contextos sociais nos quais estava inserido. Embora, incompleta, Elias na sua obra “Mozart: A sociologia de um gênio” buscou evidenciar, a partir das economias psíquicas, os laços que ligavam Léopold Mozart e o seu filho, Wolfgang Amadeus Mozart. De acordo com Lahire (2005), mesmo não estando munido de um forte e consistente aparelho conceitual, Elias consegue explorar e reconstruir as singularidades de Mozart a partir dos contextos nos quais ele estava inserido, demonstrando, como as suas disposições foram sendo construídas durante sua trajetória. Elias, então, exemplifica bem as origens das primeiras disposições e abre caminhos para se pensar uma sociologia em escala individual (Lahire, 2005).

Ao criticar a noção de *habitus* e a de *disposições*, Lahire se insere na tradição disposicionalista, adotando uma postura em que os processos de socialização são mais soltos, flexíveis e independentes do que aqueles que Bourdieu apresenta na lógica dos campos, justamente porque as socializações são atravessadas por processos temporais e experiências cotidianas que são modificadas ao longo do tempo (Jungueira, L, 2019).

Lahire (2005, p. 16-17) explicita que:

A partir da constatação da fraca rentabilidade actual da noção, duas conclusões opostas podem ser tiradas: uma que consiste em pensar que podemos fazer sociologia sem este tipo de conceitos e que a economia (no sentido duplo do termo) conceptual dos modelos explicativos deve tender para uma depuração do modelo (*exit* pois as noções de disposição, de esquema ou de *habitus*, consideradas supérfluas); a outra, a que eu formulo e que me conduz ao programa de uma sociologia à escala individual, leva-nos a pensar que é necessário, daqui em diante, pôr à prova de investigações empíricas um tal conceito retórico para o fazer passar para um estatuto de conceito cientificamente útil. Se a sociologia pretende continuar a ser uma sociologia disposicional, em vez de se pôr ao lado das abordagens a-históricas e des socializantes do mundo social (reduzido a uma gramática ou a uma lógica de acção presente, a sistemas de acção, à ordem presente da interacção...), ela deve ultrapassar a simples invocação ritual do passado incorporado, tomando por objecto a constituição social e as modalidades de actualização desse passado.

Ao sugerir que vivemos relativamente e sucessivamente em contextos diferenciados e que os universos sociais não são equivalentes, Lahire (2005) demonstra que muito embora, os atores sejam socializados em espaços como a família, a igreja e clubes desportivos, dentre outros lugares nos quais podem

exercer suas atividades sociais principais (de filho, mãe, padre, treinador); em outros universos sociais eles podem ser consumidores, espectadores, amadores e em outros, ainda, podem ser profissionais, trabalhadores, estudantes, sendo que estas últimas distinções não fazem sentido para o universo familiar, da igreja ou empresarial, por exemplo.

É neste ponto que Lahire crítica também a noção de *campo* de Bourdieu ao deixar claro que o processo histórico de diferenciação das esferas de atividade sociais não pode ser reduzido ao aparecimento de “campos sociais” relativamente autônomos; e se caracterizando como espaços estruturados de posições de poder, com suas regras do jogo, interesses, seus capitais e suas lutas específicas, onde dominantes e dominados lutam por manter ou melhorar sua posição (Lahire, 2002).

Na visão de Lahire, nem tudo pode ser reduzido a *campos sociais*, lutas e disputas entre os atores. O universo familiar, os encontros amorosos, de bares ou algum tipo de lazer não constituem propriamente características que possam ser atribuídas a um campo particular. Assim, nem toda interação, situação social pode ser encarada como um campo (Lahire, 2002).

A teoria dos campos apesar de solucionar uma série de problemas de ordem científica, cria outros na medida em que ignora a passagem operada pelos agentes que pertencem a um campo para outro campo do qual são produtores, campos onde são simples consumidores, espectadores e as mais diversas situações que não são referenciáveis a apenas um campo. Bourdieu negligencia situações que se definem socialmente (e se constituem mentalmente) fora da atividade de um campo específico, como o caso de donas de casa em atividades não remuneradas. Para Lahire (2002), Bourdieu considera os atores fora do campo, os sem grau, a partir dos padrões sociais de poder (escolaridade, situação econômica, acesso à cultura, entre outros) definindo seu *habitus* pela falta de poses, miséria e situação de dominado (Lahire, 2002). Lahire busca demonstrar que os atores sociais não podem ser reduzidos aos seus *habitus* de campos. Existem indivíduos singulares, com trajetórias e socializações heterogêneas e que agem para além de um campo social específico. A teoria dos campos sociais deve ser encarada como uma teoria regional do mundo social e não como uma teoria universal (Lahire, 2002).

É a partir dessas críticas que alguns questionamentos acerca da própria noção de disposição aparecem na teoria proposta pelo autor. Dentre as perguntas então que Lahire indaga são: como se formam os esquemas de disposições? As disposições adquiridas podem se apagar progressivamente, desaparecer por falta de atualização, ou como dizia Bourdieu, as disposições podem cansar-se? Será que elas podem ser destruídas por um trabalho sistemático de contra socialização? Como é que as múltiplas disposições incorporadas, que não formam necessariamente um “sistema” coerente e harmonioso, se organizam ou se articulam? (Lahire, 2005, p, 17). Essas questões mencionadas apontam para as dificuldades de entender satisfatoriamente uma disposição se não buscarmos suas origens, modalidades e as condições que se deram na sua formação.

Em Lahire (2005), o indivíduo está munido de disposições para crer (crenças) e agir. Para o investigador interessado em captar as disposições de um indivíduo singular é importante distinguir esses tipos de disposições. As disposições para crer referem a crenças que são mais ou menos fortemente incorporadas pelos indivíduos, que não podem ser confundidas ou assimiladas com as disposições para agir.

Os indivíduos são portadores de múltiplas disposições para agir e incorporam na sua trajetória diversas crenças (hábitos do espírito, discursivos e mentais²²) que podem ser ou não verbalizadas e estão intimamente ligadas às normas produzidas, suportadas e difundidas por algumas instituições como a família, a escola, a igreja, médicas jurídicas, políticas, etc. Na medida que essas crenças vão sendo constituídas ou confirmadas pelas experiências individuais elas podem ser coerentes e mais ou menos sustentadas pelas instituições e sua força varia em função do seu grau de aprendizagem e assimilação, depois da confirmação dessa aprendizagem. (Lahire, 2005, p. 17-18).

É importante observar que se partimos do pressuposto de que uma crença não se traduz necessariamente em disposição para agir é porque seria

²² Retomando sem discussão a proposição filosófica de Charles Sanders Peirce, segundo a qual uma crença é “qualquer coisa na base da qual um homem está pronto a agir, numa palavra, um hábito”, os sociólogos estariam a ser demasiado apressados e não compreenderiam por que razão algumas crenças ou convicções morais, culturais, educativas, ideológicas ou políticas, embora por vezes muito fortes, não são efetivamente atualizadas, a não ser verbalmente (Lahire, 2005, p. 19).

difícil compreender fenômenos como “a *ilusão*, a *frustração* ou a *culpabilidade* (*má consciência*), que são igualmente produtos da distância entre as crenças e as disposições para agir, ou entre as crenças e as possibilidades reais de acção” (Lahire, 2005, p.18). Além disso, Lahire (2005) sinaliza para o fato de que vivemos em sociedades complexas em que os indivíduos podem incorporar crenças sem os meios necessários (materiais e/ou disposicionais) para as respeitar, concretizar ou cumprir. A seguir reproduzimos um exemplo didático, citado pelo autor, para que possamos compreender sua proposta conceitual:

viver sempre imerso num ambiente ideológico-cultural que valoriza os benefícios do consumo pode levar os actores de uma sociedade a sonhar em aceder ao consumo para “se sentir bem”, “ser feliz” ou “estar em cima do acontecimento”. Mas estes mesmos actores podem estar privados de meios económicos que lhes permitam agir no sentido da sua crença, vivendo essas situações como uma frustração temporária ou permanente. Mais fundamental ainda, os actores podem ter interiorizado normas, valores, ideais..., sem ainda terem podido forjar hábitos de acção que lhes permitam atingir o seu ideal. É bem conhecido, hoje em dia, o hiato entre crenças e disposições nos estudantes que reconhecem a legitimidade da cultura escolar tendo, no entanto, grandes dificuldades escolares. Percebendo-se a partir daquilo que não são, só lhes resta auto desvalorizarem-se (“sou estúpido”, “inculto”, “não inteligente”). (Lahire, 2005, p. 18).

Dessa maneira, é mais que necessário distinguir os diferentes elementos que constituem as estruturas complexas que formam as combinações individuais de disposições para agir (hábitos de acção) e de crenças (disposições crer, hábitos mentais e discursivos), sejam elas fracas ou fortes (Lahire, 2005). Como o pesquisador capta e investiga essas disposições? Uma disposição é uma realidade reconstruída e que por sua natureza, nunca é observada diretamente. Desse modo, falar de disposição requer um trabalho interpretativo para dar conta das práticas, dos comportamentos dos atores sociais. Este modelo interpretativo tem como principal objetivo fazer aparecer os princípios que geraram a diversidade das práticas que marcam a trajetória dos indivíduos (Lahire, 2004).

O autor sugere que uma disposição só se revela através de múltiplos traços que podem ser mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado (Lahire, 2004). Ao refletir sobre essas questões, está sugerindo uma interpretação sociológica da perspectiva dos atores sociais. Para Lahire (2002, p. 12):

O esboço de uma teoria do ator plural, as reflexões sobre as diferentes formas de reflexividade na acção, sobre a pluralidade das lógicas da

ação, sobre as formas da incorporação do social e o lugar da linguagem no estudo da ação, e dos processos de interiorização que propomos, foram elaborados com o cuidado constante de não conservar um único tipo de ação na cabeça e teorizar por generalização abusiva, mas, ao contrário, de fazer variar sistematicamente os casos possíveis, as vezes até aos casos-limites e quase absurdos (o raciocínio absurdo é uma boa maneira de captar a lógica dos casos normais que comumente se furta ao olhar), apoiando-nos em pesquisas empíricas diversas, as nossas e as de numerosos outros pesquisadores em ciências sociais. Esta atenção a diversidade do real permite, por um lado, evitar que se teorize inconscientemente, isto é, se generalize indevidamente um caso particular do real, como faz a maioria das teorias evocadas, e, por outro lado, se adivinhem por trás de cada teoria dessas os exemplos, os casos ou as series de casos relativamente limitados que elas descrevem ou dissecam sem o saber. Para grande parte delas, as tensões conceituais reproduzem de modo definitivo, na ordem teórica, diferenças sociais reais, a saber, diferenças entre tipos de ação, dimensões da ação ou tipos de atores

Para captar a pluralidade das ações dos atores sociais, na obra *“Retratos sociológicos: disposições e variações individuais (2004)”*, o autor propõe um instrumento metodológico capaz de apreender as variações dos comportamentos, dos patrimônios de disposições individuais e dos contextos presentes da ação dos atores sociais. O método utilizado por Lahire é o de entrevistas biográficas e em profundidade²³ que têm como principal foco realizar encontros em diferentes espaços de ações da vida social dos atores. Esse método é aplicado ao mesmo entrevistado, diversas vezes, ou seja, o entrevistador entrevista uma pessoa mais de uma vez em diferentes contextos, buscando compreender suas ações em distintas práticas e contextos de socialização. Ao entrevistar oito pessoas em seis oportunidades diferentes e analisar suas biografias, Lahire buscou montar retratos sociológicos desses atores singulares. Segundo ele, o ator não é reduzido a algo específico, pelo contrário, é definido pelo conjunto de relações, compromissos, propriedades, passadas e presentes (Lahire, 2004).

Conforme Lahire (2012) se quisermos compreender, por exemplo, a singularidade de uma família, de um microgrupo ou de um determinado indivíduo

²³ Nesta tese, não iremos utilizar as entrevistas em profundidade, devido alguns contratemplos, dentre eles: o atual período pandêmico enfrentado nos anos de 2020 a 2022. Isso dificultou a coleta de dados e propiciou o afastamento dos entrevistados. Além disso, os trabalhadores entrevistados possuem mais de uma atividade laboral que impossibilita muitos deles de realizar mais de uma entrevista. Por isso, optamos por utilizar as narrativas e biografias desses trabalhadores, pois tais metodologias também ajudam a compreender as singularidades e captar as disposições dos indivíduos pesquisados. Este argumento é melhor desenvolvido no capítulo metodológico desta tese.

é necessário que possamos vê-los como uma combinação de uma multitude de propriedades sociais. O retrato responde a essa necessidade: “Mas mesmo quando se trata de fazer o retrato sociológico de um indivíduo, este é tudo menos individualizado no sentido de estar isolado de tudo o que é socialmente constituído” (Lahire, 2012, p. 220).

Setton (2009) evidencia que não é mais possível pensar o indivíduo contemporâneo sendo regido apenas por um único princípio de conduta. Os indivíduos estão sendo socializados com base em uma multiplicidade de princípios, não agiriam mais de forma homogênea nas muitas situações da vida, não agiriam coerentemente o tempo todo a partir de um sistema de disposições homogêneo, coerente e único, fato este que poria em xeque a teoria do *habitus* de Bourdieu (Setton, 2009, p. 299).

Bernard Lahire (2005, p. 13) questiona:

Ora, mais do que supor a existência de um processo sociocognitivo como o da “transferibilidade” (ou “transponibilidade”) das disposições, não seria melhor trabalhar esta questão em pesquisas empíricas que visassem comparar sistematicamente as disposições sociais postas em prática segundo o contexto de ação (domínios de práticas, esferas de atividade, micro contextos, tipos de interação...) considerado? O simples uso do singular em expressões como “fórmula geradora” ou “princípio gerador e unificador” das práticas ou das condutas não contribuirá para resolver um problema antes mesmo de o ter colocado e, pelo menos parcialmente, antes de o ter resolvido empiricamente?

É a partir dessas indagações que o autor propõe então uma sociologia à escala individual. Este programa teórico visa estudar o social individualizado, ou seja, o social refratado num corpo individualizado (Lahire, 2005). Para o autor, esse corpo individualizado apresenta diversas particularidades que vão além das instituições, grupos, campos de forças e lutas ou cenas diferentes; preocupa-se em apreender o social na sua forma incorporada e interiorizada ou ainda no seu estado *dobrado*, bem como no seu estado coletivo, objetivado, *desdobrado* (Lahire, 2005, grifos nossos). Em outras palavras, Lahire (2013) quer dizer que o mundo social não se apresenta apenas como realidade exterior (coletiva e institucional), pelo contrário o social existe também em seu estado dobrado, ou seja, sob a forma de disposições e competências incorporadas.

Se nós representarmos o espaço social em todas as suas dimensões (econômicas, políticas, culturais, religiosas, sexuais, familiares, morais,

esportivas etc. [...]) na forma de uma folha de papel ou de um pedaço de tecido [...], então cada indivíduo é comparável a uma folha dobrada ou a um tecido amarrotado. [...]. Essas dimensões...dobram-se sempre de maneira relativamente singular em cada ator individual, e o sociólogo, que se interessa pelos atores singulares, encontra em cada um deles o social amassado, amarrotado (Lahire, 1998, p. 233).

Desse modo, as deduções apressadas de uma análise das práticas dos indivíduos, ou de um grupo social, dentro de um contexto social determinado, seja ele qual for, esquemas de disposições gerais, *habitus* que funcionam da mesma maneira em qualquer lugar, em outros lugares e em outras circunstâncias, constituem, pois, um erro de interpretação (Lahire, 2005, p.23)

Embora tenhamos como base a teoria lahiriana, não deixamos de reconhecer os seus limites como qualquer outra teoria que se ocupa de entendimento do real. Dentre as principais críticas ao programa teórico de Lahire estão o fato do autor ser multideterminista, sobretudo, no que diz respeito às vivências e às lógicas diferenciadas de socialização do indivíduo. Em Lahire é como se os contextos em que o indivíduo está inserido e foi socializado são os que vão definir todas as suas ações. Outra crítica recai sobre o peso da história do indivíduo, que apesar de existir no pensamento lahiriano, ela ainda é limitada aos processos de socialização. Segundo Jungueira (2019), o dado histórico na teoria em escala individual de Lahire “não é bem desenvolvido empiricamente, nem no contexto de uma reflexão concernente dos sistemas de produção de bens, conforme as teorias históricas ou o marxismo” (Jungueira, L, 2019, p. 33).

1.7 Considerações sobre o capítulo: em defesa de uma sociologia em escala individual para as investigações sobre o trabalho no Brasil

No Brasil, apresenta-se uma vasta sociologia do trabalho com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, interessadas nas investigações acerca das condições estruturais e subjetivas do trabalho e dos trabalhadores. Os temas variam desde estruturas econômicas, ação coletiva, lutas sindicais até papéis sociais e familiares, dentre outros²⁴. Contudo, durante um longo período a

²⁴ Ver: Lima (2016).

sociologia do trabalho debruçou-se sobre a temática do trabalho fabril e suas implicações para vida dos trabalhadores, sua estrutura e organização²⁵.

Nos anos 1960, os temas recorrentes da sociologia do trabalho, no Brasil, giravam em torno do entendimento da formação de uma nova classe operária, filha dos processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira²⁶ que naquele período crescia em ritmo acelerado²⁷. Na virada dos anos 1970 para 1980 os olhares voltaram-se para compreender as dinâmicas da vida dos trabalhadores em um país que se modernizava e industrializava²⁸, abordando-se temas como os dilemas da marginalidade, a organização política e social dos sindicatos e as lutas operárias durante o período ditatorial. Presencia-se também, estudos com inspirações marxistas e nas teses do fim da centralidade do trabalho. Ainda neste período, a sociologia do trabalho podia ser facilmente comparada a uma sociologia do desenvolvimento²⁹.

A partir dos anos de 1990, com o avanço da globalização neoliberal e a reestruturação produtiva, os estudiosos sobre o trabalho no Brasil somavam esforços para compreender as mudanças no cenário do capitalismo global, e, de modo peculiar como essas transformações afetavam o trabalho e os trabalhadores no Brasil. As pesquisas desenvolvidas nesse período se concentravam em entender os processos de produção desencadeados com a revolução tecnológica e com os novos modelos organizacionais; as novas configurações e reconfigurações do trabalho e das formas flexíveis, da regulação do trabalho, das formas de contratação a crise dos sindicatos e daquelas que incidiram diretamente na vida dos trabalhadores, como mudanças estruturais dos empregos, desempregos e desigualdades. Também proliferam os estudos sobre informalidade, terceirização e precarização do trabalho — sobretudo, do conceito desfiliação cunhado por Castel (2013) ao investigar a sociedade salarial no contexto francês³⁰.

²⁵ Ver: Abramo e Montero (1995); Sorj (2000) e Lima (2016).

²⁶ O cinema brasileiro retratou bem essas transformações nos filmes: “Rio, Zona Norte” (1957) e “Assalto ao Trem Pagador” (1962). Neles é possível acompanhar as mudanças no cenário urbano no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

²⁷ Ver: Bridi; Braga & Santana (2018)

²⁸ Ver: Lima (2016)

²⁹ Ver: Bridi; Braga & Santana (2018); Lima (2016)

³⁰ Ver: Bridi; Braga & Santana (2018); Lima (2016).

Atualmente, a sociologia do trabalho brasileira vem se debruçando ainda sobre temas tradicionais, como a organização do trabalho fabril, a qualificação e a flexibilização³¹. Os estudos estruturais sobre terceirização, informalidade e precariedade do trabalho também continuam com fôlego no cenário Brasileiro. Em meio a estas temáticas, outras vêm demonstrando interesse dos estudiosos, dentre elas: as trajetórias profissionais e laborais; o papel de gênero; o trabalho imaterial, as emoções dos trabalhadores; as novas formas de trabalho como home office, homework e os trabalhos mediados pela tecnologia.

Seguindo, então, as investigações que se ocupam das subjetividades e trajetórias dos trabalhadores brasileiros, esta tese pretende contribuir com tais reflexões trazendo as trajetórias dos indivíduos singulares e uma teoria em escala individual para a compreensão do trabalho no Brasil. Como podemos observar, também ao longo deste capítulo, a sociologia do trabalho brasileira dialoga, em boa parte, com uma compreensão marxista da sociedade, o que entendemos não invalida a proposta teórica escolhida nesta tese. Ao valermos do arcabouço teórico lahiriano para a sociologia do trabalho brasileira, propomos abrir caminhos e possibilidades de reflexões teóricas e metodológicas distintas para se pensar o quadro atual do labor no Brasil que se apresenta plural, multifacetado, e carente de abordagens que levem em consideração, além dos aspectos estruturais, a vida dos trabalhadores e suas várias formas de adaptação, readaptação e estratégias no mundo do trabalho.

O trabalho de pesquisa de Jessé Souza (2012) *“Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora”* serve como um guia para as investigações que desafiam esta tese. Nessa obra, o autor a partir de uma pesquisa empírica de fôlego, estabelece um diálogo com a tradição disposicionalista para analisar a mudança de trajetória de diferentes categorias de trabalhadores (informais, feirantes e telemarketing). Partindo do pressuposto das mudanças econômicas, sociais, políticas e do trabalho, pelas quais vem passando o Brasil, o autor evidencia a emergência de uma nova classe trabalhadora, no início do século XXI, que se diferencia das classes média e alta, no que tange às questões econômicas, de consumo e culturais; e que se distancia da “ralé” — classe inteira de indivíduos desprovidos

³¹ Ver: Bridi; Braga & Santana (2018); Lima (2016).

de capital econômico e cultural, abandonadas social e politicamente, e que vivem em condições fortemente “precarizadas”.

Essa nova classe trabalhadora, “os batalhadores”, através do esforço, sofrimento, trabalhando muitas vezes em dois turnos, desempenhando duas ou mais funções de trabalho, e dedicando-se ao empreendedorismo passa a integrar a estrutura social e econômica. Os batalhadores são proprietários de seus próprios negócios, disciplinados para o trabalho e trabalham jornadas extensas — muitas vezes ocupando posições no mercado de trabalho sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas.

Para entender esses *batalhadores*, em seus múltiplos contextos sociais, Jessé Souza põe em xeque o passado incorporado desses trabalhadores individuais, mergulhando em suas biografias individuais e trajetórias, buscando compreender as disposições desses atores que são construídas em diferentes contextos e situações da vida cotidiana.

Os “batalhadores” representam:(...) uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta. Mas como as classes sociais não podem ser definidas – como vimos acima e veremos no decorrer de todo este livro – apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo “prática”, que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento, que é em grande medida pré-reflexivo ou “inconsciente”, temos que estudá-la empírica e teoricamente para definir seu lugar preciso (Souza, 2012, p. 26).

Souza (2012) explicita que existem batalhadores empreendedores que possuem pequenos comércios como lojas em bairros populares ou feiras, donos de pequenas indústrias e pequenos agricultores. Além disso, evidencia questões como a raça, o gênero, a família e religião desses *batalhadores*. Destaca-se o papel que a última desempenha para conduzir as vidas dos batalhadores, em relação íntima com o trabalho no agir cotidiano. A partir dessas abordagens, percebe que existe um elo entre o trabalho e a religião dos trabalhadores, principalmente naquelas expressões religiosas que valorizam uma ética do trabalho *duro* e pragmático, e uma visão de um futuro próspero e de trajetórias de líderes exemplares (igrejas protestantes históricas, algumas pentecostais e neopentecostais).

Embora Jessé Souza dialogue com uma teoria sociológica das disposições, não trata especificamente da teoria do ator plural de Lahire.

Diferentemente de Souza (2012), propõe-se nesta tese aprofundar as reflexões da teoria disposicional de Lahire a partir dos dados empíricos coletados. Como já mencionado, partiremos de diferentes categorias de trabalhadores na cidade de Pelotas- RS, para compreender se as novas configurações do trabalho e as mudanças na (des)regulação trabalhista contribuem para a incorporação de novas disposições, reativam outras, se fortalecem ou enfraquecem outras tantas.

As categorias de trabalhadores escolhidas, para esta pesquisa, não constituem uma nova classe, porém são sujeitos resultado de processos sociais diversos que os conduziram a mudanças em suas práticas e à incorporação de disposições para o labor. O cenário de mudanças econômicas, políticas, sociais e do trabalho levam o trabalhador a desenvolver estratégias de adaptação frente às mudanças e crises. Isso devido às singularidades de suas motivações pessoais, desejos, crenças, emoções e habilidades incorporadas nos seus contextos de socialização.

Encara-se nesta pesquisa os trabalhadores com estoques de práticas e disposições sociais, fruto de diversos processos de socialização que marcaram suas trajetórias. Indivíduos que não podem ser reduzidos a uma única condição estrutural ou social. São pessoas que criaram caminhos para a mobilidade social e hábitos de consumo e desenvolveram aptidões e criaram estratégias e técnicas próprias a partir de suas vivências para não sucumbirem às amarras do capitalismo.

Deste modo, entende-se imprescindível a teoria do ator plural, pois, através da apreensão do singular, do indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização torna-se possível enxergar a pluralidade interna dos atores sociais e a incorporação de novas disposições. Pensar trabalhadores singulares e diferentes categorias de trabalhadores abordando suas disposições irá permitir compreender esses atores não apenas reduzidos a um grupo social ou estrutura.

O labor na sociedade contemporânea deve considerar outros aspectos que compõem o universo mais amplo da vida, os processos de socializações diversos, e a trajetória dos atores dentro e fora do trabalho — um conceito amplo de trabalho³² —. Isso implica compreender o trabalho e o trabalhador não isolado

³² Ver: De la Garza (2009).

das suas relações com a igreja, com a família, o bairro, a educação e os outros aspectos singulares que marcam sua trajetória e perfil biográfico.

Para compreendermos melhor o trabalho na sociedade brasileira, no próximo capítulo, iremos tratar especificamente das reconfigurações do trabalho no Brasil e suas especificidades. Apresentaremos como essas mudanças afetaram a vida dos trabalhadores brasileiros. As discussões apresentadas estarão em boa parte calcadas na ideia de que o trabalho no Brasil e a sociabilidade brasileira se acimentaram fundamentalmente sob a égide das desigualdades sociais. Diferentemente de outros países do capitalismo avançado, o Brasil não experimentou um efetivo Estado do Bem-estar Social, sendo que o mercado de trabalho pós-abolição da escravidão, tendeu a ser predominantemente desregulado e precário (Oliveira, 2019).

CAPÍTULO 2 - AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL E OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA

*Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
 Tempo de absoluta depuração.
 Tempo em que não se diz mais: meu amor.
 Porque o amor resultou inútil.
 E os olhos não choram.
 E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
 E o coração está seco.
 Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
 Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
 mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
 És toda certeza, já não sabes sofrer.
 E nada esperas de teus amigos.
 Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
 Teus ombros suportam o mundo
 e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
 As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
 provam apenas que a vida prossegue
 e nem todos se libertaram ainda.
 Alguns, achando bárbaro o espetáculo
 prefeririam (os delicados) morrer.
 Chegou um tempo em que não adianta morrer.
 Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
 A vida apenas, sem mistificação.*

Os ombros suportam o mundo
Poema de Carlos Drummond de Andrade

O principal objetivo com este capítulo é fornecer reflexões acerca das transformações do trabalho no Brasil, bem como do desenvolvimento do seu capitalismo hiper tardio. Examina-se essas transformações em paralelo com as mudanças sociais, políticas e econômicas do capitalismo global, em particular a partir do século XX. Com base nessas investigações, busca-se demonstrar como essas mudanças afetaram e afetam o tecido social brasileiro e as subjetividades dos trabalhadores. Além disso, evidenciaremos os diferentes momentos históricos da regulação trabalhista até a atual reforma aprovada em 2017, no Governo Temer, que precariza amplamente as relações de trabalho e a vida dos trabalhadores brasileiros.

As discussões propostas, aqui, estão em boa parte calcadas na ideia de que o trabalho no Brasil e a sociabilidade brasileira se acimentaram fundamentalmente sob a égide das desigualdades sociais e diferentemente dos

países do capitalismo avançado, no nosso, não se teve a experiência de um efetivo Estado do Bem-estar social³³ e a constituição de um mercado de trabalho pós-abolição da escravidão, ocorreu de forma desregulada e precária (Castel 2013; Cardoso, 2019).

As transformações no mundo do trabalho, durante o século XX, implicaram em um processo de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas que simbolizaram a passagem de uma ordem estabelecida para outra, afetando diretamente as relações de trabalho e a vida social das pessoas que vivem do trabalho (Furtado, 2001). As mudanças nas organizações econômicas e sociais iniciadas, no século XX, no modo de produção capitalista adentram o novo século XXI, moldando não só as formas de produção e de relação com o trabalho, mas atingindo diretamente a *classe que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2015).

2.1 O contexto de mudanças do capitalismo global no século XX

São abundantes e profundas as mudanças econômicas e políticas do capitalismo do final do século XX, sobretudo, a partir da década de 1970 com as modificações nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e políticas, poderes e práticas de estado, o avanço da globalização da economia com ênfase para o capital financeiro, mudanças dos paradigmas

³³ Nas assertivas de Nunes (2011): “Desfeito o mito de que a *sociedade civil* (a *ordem econômica natural*) garantiria por si própria a ordem social e a justiça social, o *estado social* assumiu ser necessário intervir de forma sistemática na economia, deixando está de ser, para o estado e para os cidadãos, um *dado* da ordem natural, para se tornar num *objecto susceptível de conformação pelas políticas públicas*”. Aceitando-se que “nenhuma questão política pode ser separada das suas repercussões económicas e, inversamente, que nenhum problema económico pode ser resolvido sem meios políticos”, o *estado social* assume-se como *estado económico*, estado cuja principal função é a de conseguir reunir as condições de funcionamento de uma *economia bem sucedida*, objetivo que, no período de que estamos a falar, se entendia só ser alcançável se o estado garantisse um certo grau de justiça social, um certo grau de satisfação de determinadas necessidades sociais, porque só deste modo, atenuando os conflitos de classe, se conseguiria a ‘paz social’ indispensável à estabilidade das sociedades capitalistas e à sobrevivência do sistema económico capitalista”.

produtivos com a crise dos modelos fordistas³⁴ e taylorista³⁵, reestruturação produtiva, crise do industrialismo e do setor fabril, divisão social e sexual do trabalho, novos postos de trabalho, novas estratégias empresárias, mudanças do perfil profissional, expansão do trabalho assalariado e crise do Bem-Estar Social em alguns países europeus (Castel, 2013; Harvey, 2008; Leite, 2003; Antunes, 2005).

No tocante ao mundo do trabalho, em conformidade com Harvey (2008) o longo período de expansão do pós-guerra, de 1941 a 1973, se caracterizou pelo conjunto de práticas e de controle do trabalho e do trabalhador, das inovações tecnológicas e configurações político-econômica — notadamente pelo o que se pode chamar de modelos produtivos fordista-keynesiano. Em 1973 tem-se a crise desse sistema. O colapso levou as mudanças, fluidez e incerteza no mundo do trabalho e nas estruturas do capitalismo global. Harvey (2008) com base nessas mudanças sustenta a hipótese de que as transformações das práticas econômicas, sociais, políticas e a expansão destas desde o pós-guerra marcaram a passagem do fordismo para o regime de *acumulação “flexível”* — maneira como se poderia caracterizar até aquele período a história do capitalismo e das relações de trabalho (Harvey, 2008, p. 19).

Seguindo as linhas argumentativas de Coriat (1989); Castel (2013); Sennet (2001) e Harvey (2008), o conceito de acumulação flexível está diretamente ligado às mudanças e transformações socioculturais e político-

³⁴ O fordismo como modelo produtivo surge em 1914, quando engenheiro e empreendedor estadunidense Henry Ford introduziu nas primeiras décadas do século XX a sua produção de automóveis a jornada de oito horas e cinco dólares como recompensa aos trabalhadores de sua linha automática de montagem de carros e que logo passaria a ser sua marca registrada (Harvey, 2008). Conforme Holzmann et. al (2006) o fordismo é o paradigma organizacional, econômico e político que se mostrou hegemônico na economia mundial desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970. Holzman et. al, (2006) chama atenção ainda para as dimensões desse modelo produtivo que podem ser abordados em duas diferentes perspectivas: tanto no chão da fábrica, quanto nas dimensões macroeconômica e social (Holzmann, et. al, 2006, p. 199).

³⁵ A principal característica do método de produção taylorista está relacionada com a organização do processo do trabalho, relações sociais e a um sistema de remuneração. Este método tinha como princípio básico a separação entre o trabalho de execução e trabalho de concepção, na individualização das tarefas, na seleção dos trabalhadores segundo aptidões e exigências operacionais, na introdução de novas ferramentas de trabalho, no sistema de pagamentos por tarefa, etc. (Antunes, 2015; Dal rosso; 2008; Holzmann, Et. al, 2006; Neffa, 1998; Palloix, 1982). Conforme Leborgne e Lipietz (1990): “O taylorismo implica uma separação estrita entre a concepção do processo de trabalho, que é a tarefa do Escritório de Organização e Métodos (O&M) em um lado, a execução de tarefas padronizadas e formalmente prescritas no chão de fábrica, por outro lado” (Lipietz, 1990, p. 6, tradução nossa).

econômicas ocorridas nos países de capitalismo avançado, desde meados da década de 1960 e início dos anos de 1970. Dentre os acontecimentos que corroboram para essas rupturas culturais, sociais e da crise do sistema capitalista estão: a disseminação da cultura de massa, das transformações ideológicas, do conhecimento científico e da tecnologia, no século XX, mudando consideravelmente as formas de relações sociais, do tempo e do espaço (Berman, 1982; Harvey, 2008). A acumulação flexível se apresentava como um novo modelo para o capitalismo que buscava estratégias para sair da crise e aumentar os lucros, investindo em novas tecnologias, formas de organização do trabalho, estratégias para enfraquecer os sindicatos, reorganização do mercado e do sistema financeiro e flexibilidade das relações de trabalho (Castel;2013; Sennet;2011 Harvey, 2013, 2011, 2008). Essas novas dinâmicas do capitalismo global, nos anos de 1970 e 1980 algumas interpretações como a de Gorz (1982) e Offe (1989) questionaram a centralidade do trabalho, calcadas no determinismo tecnológico, de uma sociedade pós-industrial³⁶ e sem trabalhadores, ao contrário disso, o movimento do capitalismo contemporâneo ressignifica suas práticas com o intuito de intensificar o trabalho para que os trabalhadores trabalhem mais e assim produzam mais e melhor para elevar os lucros do capital. Essa intensificação do trabalho no capitalismo atual produz nocivos efeitos à vida dos trabalhadores: maior desgaste físico, mental e emocional.

As profundas transformações do capitalismo nos países avançados, especificamente a partir da década de 80, trouxeram algumas modificações na materialidade *da classe que vive do trabalho*, essencialmente nas formas de inserção na estrutura produtiva, e nas esferas sindicais e políticas. Não menos importante, também tiveram impactos nas subjetividades, na vida cotidiana, nas relações sociais e nas formas de ser e estar no mundo dos trabalhadores (Antunes, 2015).

As principais transformações na esfera produtiva que destacamos são: cenário globalizado de abertura de mercados e de competição internacional com unidades produtivas de grande porte mais “enxutas” e aumento a produtividade

³⁶ Autores como Ianni (1994), Antunes (2005) e Leite (2003) se colocaram fortemente contrários às teses do fim da centralidade do trabalho.

(a chamada *lean production*); atividade produtiva exige trabalhadores polivalentes (flexíveis); parcela do trabalho fica fora do “foco” principal da empresa, passando a ser subcontratada por outras empresas (terceirizadas); setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva a um aumento da precarização nos contratos de trabalho; sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho; e diminuição e crise sindical (Santana;Ramalho, 2004, p. 9-10).

Ao apresentarmos esse quadro de mudanças e pensando o contexto dessas transformações laborais no Brasil surgem as seguintes perguntas: como as mudanças globais (globalização, reestruturação produtiva, crise dos modelos produtivos) afetam as relações de trabalho no Brasil? Tais mudanças conduzem a um processo de reconfiguração do trabalho em solo brasileiro? Estas perguntas pretendem ser respondida nas seções seguintes.

2.1.1 O trabalho no Brasil alguns apontamentos sócio-históricos

Esta seção, se inspira, sobretudo, na obra “*A construção da Sociedade do Trabalho no Brasil*” de Adalberto Moreira Cardoso. Partindo do pressuposto de que as desigualdades no Brasil em suas múltiplas dimensões se apresentam como condição estruturante da sociabilidade brasileira, Cardoso (2019) faz uma abordagem historiográfica e social do trabalho, buscando demonstrar a incorporação desigual dos trabalhadores no capitalismo brasileiro. O autor argumenta que o longo período do regime escravista deixou marcas profundas na ordem e nas práticas sociais, que perduram até nos dias atuais. A triste herança da escravidão no Brasil e a falta de assistência às pessoas negras libertas pós-escravidão contribuiu não só para manter as desigualdades, mas também deu origem à constituição de um trabalho degradante, desregulado e precário. Além disso, a indiferença das elites acerca da pobreza e a falta de recursos das pessoas desprovidas de *status* social e com precárias condições de vida foram fundamentais para a estruturação e conformação de nossa sociabilidade excludente, desigual e meritocrática (Cardoso, 2019).

Para Cardoso (2019, p. 1):

A desigualdade social, em suas múltiplas dimensões, é uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, talvez a mais importante delas. Indivíduos, grupos e classes sociais encontram-se dispostos em um espaço social de posições vazado por disparidades profundas de oportunidades de vida, isto é, de determinantes *ex ante* das chances de acesso a renda, bens, serviços, *status* social e recursos de poder, chances cujos parâmetros mais gerais se constroem antes mesmo do nascimento, no curso das histórias de vida das famílias e das classes sociais. A disparidade manifesta-se também *ex post*, de várias maneiras: (i) na distribuição efetiva dos frutos do trabalho social, seja ela feita pelo mercado ou pelo Estado; (ii) distribuição das recompensas estatutárias; na alocação social dos recursos de poder e das possibilidades reais que indivíduos famílias, grupos e classes sociais têm de mudar para melhor sua posição; (iv) no acesso aos direitos civis, políticos e sociais

Outro ponto importante que convém mencionar, que já foi explorado anteriormente, refere ao grau de implementação de um Estado do bem-estar social no nosso país. Com suas singularidades, o Brasil, também, construiu um sistema de proteção social desse tipo, responsável por estruturar as relações de trabalho e em que prevaleceu o sistema assalariado formal, com uma relação de emprego padrão tendo como principais características: salário fixado em lei, salário indireto representado por 13.^o, férias renumeradas, pagamento de horas extras com valor diferenciado, descanso semanal renumerado, e sistema de seguro social contemplando acidente, desemprego, velhice, dentre outros. (Piccinini, Holzmann et. al, 2006, Castel, 2003).

O Brasil constituiu, em certa medida, o seu Estado de bem-estar social e um Estado redistributivo. Contudo, essa redistribuição de recursos jamais se universalizou, e não foi capaz de reduzir a pobreza a níveis socialmente aceitáveis (Cardoso, 2019). Dentre as dificuldades de construção de um Estado de bem-estar duradouro, estavam: o baixo padrão de incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista no final do século XIX e início do XX, que deixou marcas profundas na sociabilidade capitalista posterior; a fragilidade estrutural do Estado, seus problemas com os déficits e sua incapacidade de enraizamento no vasto território nacional; a persistência da violência estatal contra o trabalho organizado; a diminuição da participação do operariado industrial na estrutura social; a fragmentação das formas organizadas de obtenção de meios de vida do mundo urbano, fora do mundo do trabalho formal; e a baixa riqueza social produzida. Todo esse contexto foi responsável em dar vida a uma sociedade fluida, caracterizada por uma inércia estrutural e pela

transmissão da pobreza e da desigualdade de geração para geração (Cardoso, 2019).

A sociabilidade desigual capitalista brasileira traz consigo as marcas profundas da inércia prolongada da ordem escravista. A ordem instituída teve uma ruptura com o Governo de Getúlio Vargas, que rompendo com a dinâmica da ordem social herdada da escravidão buscou renovar as estruturas do Estado capitalista brasileiro. A implementação de um marco trabalhista forte, no que diz respeito ao acordo de classes, aconteceu pela primeira vez no governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1940. Contudo, mesmo com a tentativa de equacionar as relações de trabalho com a promessa de instituir a proteção social e trabalhista no meio urbano, Vargas não chegou a melhorar e investir nas relações de trabalho no campo, o que contribuiu para que muitas pessoas migrassem para as cidades em busca de emprego. O lento processo de incorporação dessa população ao mercado de trabalho urbano, também foi crucial para explicar a persistência da desigualdade no país (Cardoso, 2019, p. 4).

Nessa perspectiva, o processo estrutural da construção da sociedade do trabalho no Brasil a partir de 1940 se diferenciava da sociedade salarial estudada por Castel (2013), na França. A ideia do salário e do assalariamento protegido pelo Estado jamais se generalizou no Brasil, como na França ou em outros países da Europa. Por essa singularidade, é que Cardoso (2019) prefere a adoção do termo “sociedade do trabalho” a “sociedade salarial”. Nas assertivas do autor:

qualificar o capitalismo como “sociedade do trabalho” chama a atenção para a real força produtiva da riqueza social, o trabalho, ainda que o capital seja seu principal elemento estruturante, sendo o embate entre essas duas dimensões o motor da transformação social. Elegi como porta de entrada nas dinâmicas estruturais de inércia e de mudança social a transição da escola para o trabalho, tomada como momento privilegiado da construção de anseios, projetos e ambições individuais e coletivas numa sociedade capitalista embalada por promessas de igualdade, liberdade e realização pessoal. O padrão de transição ali construído deve ser interpretado como uma das muitas faces materiais da ordem institucional fundada por Vargas. (Cardoso, 2019, p. 4-5).

A grande inércia estrutural da sociabilidade capitalista caracterizada pela manutenção da ordem escravista, da exploração do trabalho e resistente às mudanças até os anos de 1940, foi fruto de uma longa dinâmica dessa ordem

desigual, que passa pelo Império³⁷, pela Primeira República e chega até o alvorecer do século XX com a insistência das continuidades da escravidão, o que contribuiu para que o Estado Brasileiro se constituísse como um Estado antissocial, sem nenhuma preocupação com a população que vive do trabalho (Cardoso, 2019).

A lenta transição para o trabalho livre apresentou obstáculos, bem como a efetivação de direitos básicos e do próprio desenvolvimento do Estado do bem-estar social. Não é de interesse particular desta tese apresentar toda uma discussão acerca desse período histórico, mas sim demonstrar como essa ordem e sociabilidade desigual reverberou no mundo do trabalho brasileiro.

De acordo com Cardoso (2019), a Constituição de 1891 é um dos marcos mais relevante do ordenamento jurídico brasileiro, instituída durante a transição da monarquia para a República. A referida Constituição trouxe novidades para o ordenamento jurídico definidor do Estado e para a sociabilidade de modo geral. O liberalismo que a inspirava prescrevia o Estado mínimo como sua antecessora (Cardoso, 2019). A Carta regulava as fontes das receitas públicas, o ordenamento político, as competências dos estados membros e os direitos civis e políticos dos cidadãos, entre outros aspectos. Em relação à Constituição de 1824, se diferenciava principalmente por ter abolido a pena de morte e instituído o *habeas corpus*, o direito de associação e de reunião e as garantias aos juízes (como vitaliciedade), dentre outras normativas (Cardoso, 2019, p. 1891).

Entretanto, a Constituição de 1891 não teve a preocupação de assegurar efetivos direitos trabalhistas e muito menos aos trabalhadores. O trabalhador livre ainda não tinha importância para a principal norma jurídica do país. A pergunta que se coloca é: em que momento o trabalho e os trabalhadores tiveram alguma garantia de seus direitos assegurados no capenga e caótico ordenamento jurídico brasileiro?

O estudo de sociologia histórica, de Cardoso (2019), aponta que a questão social do trabalho no Brasil foi colocada em pauta na campanha eleitoral

³⁷ “O interesse ainda é a Primeira República e a transição para o trabalho livre como matriz da persistente sociabilidade desigual, mas argumento que a origem do caráter antissocial do Estado capitalista que aqui se consolidava deve ser buscada no Império e sua frouxa centralização do poder, que legou à República um Estado que qualifico como um Leviatã de múltiplas cabeças e corpo raquítico, porque incapaz de se capilarizar no vasto território nacional, razão pela qual foi obrigado a contemporizar com as oligarquias locais, que por seu lado impediram que o centro imperial legislasse sobre a “questão social” (Cardoso, 2019. p,39).

de Rui Barbosa em 1910, então candidato a presidente da República. O objetivo de Rui Barbosa era ampliar sua base política incluindo a massa de trabalhadores urbanos, com o intuito de angariar votos dessa parcela da população e vencer as eleições. Embora a tentativa frustrada de inclusão dessa massa de trabalhadores, esse foi um dos momentos em que a regulação do trabalho ganhou alguma relevância nas pautas parlamentares, ainda que tímida e a passos lentos. De acordo com Cardoso (2019, p. 126):

Foi a partir da campanha presidencial de 1919, quando Rui Barbosa, candidato a presidente da República, colocou explicitamente a questão social na pauta da campanha eleitoral, na frustrada tentativa de ampliar sua base de sustentação para incluir a massa de trabalhadores urbanos e, eventualmente, vencer as eleições por fora das máquinas eleitorais caudilhescas, que a regulação do mercado de trabalho ganhou alguma relevância nas discussões parlamentares, embora com a timidez de sempre. O movimento operário realizara duas assustadoras (do ponto de vista das classes dominantes) greves gerais no Rio de Janeiro (em 1917) e em São Paulo (em 1919), ambas reprimidas com violência inaudita, mas revelando, a contráio, a penúria em que estavam submersos os trabalhadores urbanos

Dentre os acontecimentos que levaram à preocupação da elite urbana com as condições dos trabalhadores estavam: as mobilizações operárias no Rio de Janeiro, em 1917 e em São Paulo, em 1919, sendo alvo ambas de duras repressões e violência; o fim da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, levando o Brasil a instituir a legislação de proteção social; a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, que teve o Brasil como membro fundador; e por último, e não menos importante, a Revolução Bolchevique de 1917 que emitiu o alerta para a crise industrial (CARDOSO, 2019). Apesar da influência dos acontecimentos internacionais terem contribuído para se pensar as questões trabalhistas e dos trabalhadores, em contrapartida, as políticas sociais caminhavam em ritmo lento e tímido.

Em 1923, Arthur Bernardes (Presidente da República, 1922-1926) constituiu o Conselho Nacional do Trabalho, cuja função era reunir em um corpo único a legislação trabalhista dispersa, naquela época, pelos estados federados. A atuação desse Conselho acabou sendo irrelevante e não instituiu políticas de peso para a proteção do trabalhador. No mandato presidencial de Arthur Bernardes as principais medidas adotadas foram: em 1923, por iniciativa do deputado paulista Eloy Chaves, criou-se a caixa de Aposentadoria e Pensão dos

Ferrovários que mais tarde foi estendida a outros profissionais; e em 1925 criou-se a lei que concedia 15 dias de férias renumeradas aos profissionais industriais, do comércio e dos bancos e em 1927 o Código de Menores. Essas foram as principais medidas, em termos de obra social para o trabalhador na Primeira República³⁸ (Cardoso, 2019, p. 127-128).

A precariedade das condições de vida das classes que viviam do trabalho nos centros urbanos do Brasil se alastrou rapidamente. A falta de proteção salarial, a fome, o desemprego e os empregos instáveis faziam parte do cotidiano degradante do brasileiro que vivia do trabalho, no século XX. As consequências dessa precarização da vida e do trabalho elevaram o índice de mortalidade infantil e causaram a redução da expectativa de vida entre homens e mulheres trabalhadores (Cardoso, 2019).

Durante o século XX, o capitalismo no Brasil foi marcado por uma onda de acumulação industrial, particularmente, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), no qual se assistia a mudanças significativas para um país verdadeiramente industrializado; tendo em vista, que as formas anteriores estavam reféns de um processo de acumulação que tinha como protagonista a exportação do café, na qual a indústria tinha papel de mera coadjuvante (Cardoso, 2019; Antunes, 2015). O período varguista figura com um importante momento de transição e ruptura de uma dinâmica herdada do modelo escravista, para uma sociedade do trabalho, embora diferente da “sociedade salarial” analisada por Castel (2013) na França (Cardoso, 2019).

De cenário fortemente estatal e nacionalista, foi na década de 1930 e, posteriormente, nos meados de 1950, com o governo de Juscelino Kubistchek

³⁸ “Cumprе salientar que o *fiat* do liberalismo republicano foi cindir a ordem econômica em urbana e rural, e isentar o mundo agrário da regulamentação estatal, ao passo em que abria lentamente as portas do parlamento para a questão social *urbana*. Pois, até pelo menos 1919 a resistência de gente como Borges de Medeiros a projetos de redução da jornada de trabalho e outros se baseava nos preceitos constitucionais de 1891, cujo mais estrito liberalismo fora consagrado para garantir a liberdade de empresa *agrícola*111. Temerosos de que a regulamentação do trabalho urbano se estendesse também ao campo, os representantes dos interesses agrários se lhe opuseram tenazmente, e por muito tempo. A Convenção No. 12 da OIT de 1921, por exemplo, garantindo indenizações por acidentes de trabalho aos trabalhadores agrícolas, só foi ratificada pelo Brasil em abril de 1957. Getúlio Vargas tentará, em vão, estender o manto protetor do Estado às populações trabalhadoras rurais, e o fracasso de suas intenções geraria um dos principais vetores de reprodução das desigualdades entre nós. Antes de mostrar como isso se deu, é preciso retomar a análise da construção da sociabilidade capitalista no Brasil republicano, ou não se compreenderá a enormidade da transformação operada por Vargas na dinâmica social brasileira.” (Cardoso, p, 128).

que a industrialização no Brasil desponta e dá o seu segundo salto. O terceiro salto veio a ocorrer a partir do golpe militar de 1964, momento no qual se acelerava a industrialização e internacionalização do Brasil (Cardoso, 2019; Antunes, 2015).

Na década de 1960, intensifica-se o processo de industrialização, deslocando o eixo dinâmico da economia do campo (setor agrícola) para as atividades urbanas. Nesse ano, 60% da população estava ocupada em atividades agrícolas, percentual que foi diminuindo consideravelmente até chegar aos 20,6% nos anos dois mil. Com acelerada modernização da sociedade brasileira, a força de trabalho foi se concentrando no setor de serviços, nas atividades industriais e na construção civil (Piccinini, Holzmann, et.al, 2006). Diante dessas constatações, o Brasil apresentava-se com um modelo produtivo bifronte, ou seja, de um lado, uma produção que se baseava em bens de consumo duráveis para o mercado interno; e, de outro, uma produção voltada para a exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados (Rivero, 2009; Antunes, 2015). Esse movimento de acumulação industrial estruturava-se a partir da exploração da força de trabalho, baixos salários, prolongamento e intensidade da jornada de trabalho (Cardoso, 2019; Antunes; 2015). O cenário do trabalho nesse período apontava ainda para a amplitude da precariedade da força de trabalho, sendo que muitas pessoas ficaram alijadas do acesso aos benefícios trabalhistas e sociais

Cumprir considerar que o Brasil cresceu a altas taxas até o final da década de 1970. Mesmo mantendo-se desestruturado, o mercado de trabalho se mostrou inclusivo ao passo que foi incorporando novos atores que chegavam e se adaptavam à dinâmica urbana, oriundos do meio rural (Leite, 2009).

Somente na segunda metade da década de 1980, com o fim da ditadura militar, no governo Sarney (1985-1990), o padrão produtivo do Brasil, centrado nos pilares setor estatal, capital nacional e capital internacional começou a sofrer abalos em suas estruturas. Nesse momento, o país passava por mudanças organizacionais e tecnológicas no seu modelo produtivo e de serviços, embora em um ritmo muito mais lento em comparação aos países centrais, que já estavam vivendo a reestruturação produtiva do capital e o avanço do ideal político neoliberal, que se alastrava em paralelo com essas mudanças (Antunes, 2015). Até esse período, o país ainda estava longe de um efetivo processo de

reestruturação produtiva e de um projeto neoliberal sistematizado. Contudo, a década de 1980 é um marco importante para reestruturação produtiva no Brasil, que atingiria seu apogeu na década de 1990 (Piccinini, Holzmann et.al, 2006).

Em 1980 as empresas começaram, ainda que timidamente, a adotar padrões organizacionais tecnológicos e novas formas de organização sociais do trabalho, dentre elas: o modelo *just-in-time*³⁹, *kanban*⁴⁰, programas de qualidade total, métodos participativos, difusão da microeletrônica e a produção baseada em team work (trabalho em equipe) (Antunes, 2015; Dedecca, 1990).

Além disso, o fordismo periférico⁴¹, até então, preponderante no país, perdia força e abria espaço para as práticas do modelo produtivo japonês toyotista⁴². O modelo produtivo que dominava o Brasil até a década de 1980 ainda era o fordismo periférico, no entanto, na segunda metade de 1980 com a recuperação ainda que parcial da economia brasileira, iniciou-se a ampliação das inovações tecnológicas graças à introdução da automação industrial de base microeletrônica, especialmente nos setores automobilísticos, petroquímico, siderúrgico e bancário (Cardoso, 2019; Antunes, 2015). Como consequência

³⁹ *Just-in-time* pode ser traduzido como 'justo a tempo', ou no 'momento exato'. Corresponde à forma de administração da produção industrial e de seus matérias segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários e necessários ao processo de produção são supridos no tempo e na quantidade exata (...) foi implantado pela primeira vez na Toyota Japonesa, em meados de 1970, e divulgado por Taichii Ohno, um de seus vices presidentes" (Franzoi (2011) In. (Cattani & Holzmann, 2011, p. 235).

⁴⁰ O *kanban* refere-se ao sistema visual de informação utilizado para viabilizar o *justi-in-time*. Empregado pela primeira vez na Toyota Japonesa, esse sistema de cartões que indica a quantidade de matéria-prima necessária ou de peças intermediárias a serem produzidas para suprir a estação de trabalho seguinte. Tal como introduzido pela Toyota Japonesa, o *Kanban* diferencia-se do sistema de cartões de informação que acompanha a produção nos moldes industriais tradicionais. Enquanto o sistema de cartões baseia-se em um planejamento a *priori* da produção empurrando-a desde o estoque até o setor de vendas, o *Kanban* funciona como chamada para a quantidade a ser produzida pelas unidades anteriores, fazendo com que a produção seja acionada do fim para o início (Franzoi, 2011) In. (Cattani & Holzmann, 2011, p. 237).

⁴¹ Segundo Lipietz (1991): "Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo "periférico", no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação a baixo preço para os capitalismo centrais" (Lipietz, 1991, p. 119).

⁴² A característica central do toyotismo consiste em demonstrar a partir dos seus dispositivos, protocolos organizacionais e institucionais a busca de um novo paradigma hegemônico para o capitalismo como condição política, econômica e sociocultural, visando retomar a acumulação capitalista, poderio voltado para a realização da captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. O toyotismo, ao invés de perenizar a crise da organização capitalista do trabalho, instaura novas determinações da luta de classes na produção. (Alves, 2005).

dessas transformações, o mundo em escala global se deparou com a problemática do desemprego estrutural e com a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho. Em um plano geral, as modificações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, do final do século XX e início do século XXI, incidem diretamente nas mudanças no mundo trabalho, no hábito de consumo, práticas do estado, poderes e configurações geopolíticas (Santana & Ramalho, 2003; Harvey, 2008). Ademais, emergem outros processos de trabalho marcados pela flexibilização da produção, especialização flexível, novos padrões de produtividade e novas formas de se adequar à lógica do mercado (Antunes, 2015). Na próxima seção, tratar-se-á de explicar como se configurou esse processo de mudança produtiva, que atingiu o Brasil nos anos de 1990.

2.1.2 Reestruturação produtiva e reconfiguração do trabalho no Brasil a partir de 1990

Nos primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva dava seus primeiros passos, caracterizando-se em boa medida pela retração de custos a partir da redução da força de trabalho. A reestruturação foi observada, principalmente, nos setores automobilísticos, de autopeças e dos ramos bancários e têxtil, surgindo então necessidade da elevação da produtividade por meio da reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho, Círculos de Controle de Qualidade (CQC) e sistemas de produção *Just-in-time* e *Kanban*, dentre outros (Cardoso, 2015; Leite, 2009).

A reestruturação produtiva à brasileira levou os empresários à tentativa de introduzir novas técnicas de organização e de gerenciamento do trabalho e da produção, inspiradas no modelo japonês toyotista em combinação com formas tayloristas-fordistas. Essas inovações organizacionais tinham como principal objetivo o acesso ao mercado mundial, e padrões de preço e qualidade dos produtos com a abertura comercial, durante o mandato de Fernando Collor (Santana & Ramalho, 2004, p. 36).

De acordo com Leite (2009, p. 81):

A inflexão desse quadro de estruturação do mercado de trabalho que se inicia já com a crise do começo dos anos 1980, foi decisiva para que um conjunto de novos direitos e reivindicações sindicais fossem incorporadas à constituição de 1988, aumentando a proteção social. As reformas de cunho neoliberal que começaram a ser implementadas, todavia, a partir da década de 1990, não só impediram que muitos dos novos direitos fossem assegurados, como promoveram um conjunto de transformações econômicas que tiveram profundo impacto no mercado de trabalho

Nos anos 1990, o Brasil foi afetado pelas mudanças socioeconômicas e tecnológicas que ocorriam na esfera produtiva internacional, com o aprofundamento do processo de “globalização”. Contudo, o país ainda que estivesse enfrentando uma crise estrutural, buscou formas de se adaptar à conjuntura liderada pelo capital internacional. A globalização começou a levar às grandes empresas a se reestruturarem e terceirizarem, através, principalmente, da redução de custos e da reformulação de suas estruturas. As grandes empresas, ao se descentralizarem, ficaram mais enxutas e criaram redes de pequenas e médias empresas filiadas, subcontratadas e com posses cruzadas das ações (Piccinini, Cardoso, et. al, 2006).

As metamorfoses no mundo do trabalho e do capitalismo recente no Brasil podem ser observadas com mais profundidade a partir da segunda metade dos anos de 1990, com as mudanças nas estruturas do capital produtivo, fruto do desenvolvimento, intensificação e consequências da reestruturação produtiva. Esse processo de reestruturação produtiva do capital foi incentivado pelas políticas macroeconômicas brasileiras e suas propostas neoliberais, difundidas no Consenso de Washington⁴³, que desencadearam diversas medidas de desregulamentação em distintas áreas do mundo do trabalho no país (Antunes, 2015).

⁴³ Conforme Stiglitz (2008) o Consenso de Washington se resume, da seguinte maneira: “To most people, the Washington Consensus represents a set of policies predicated upon a strong faith – stronger than warranted either by economic theory or historical experience – in unfettered markets and aimed at reducing, or even minimizing, the role of government” (Stiglitz, 2008, p. 41). Ao se referir As Políticas Neoliberais e a crise na América do Sul, Bandeira (2002), entende que o Consenso de Washington: “resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, com o lançamento em 1990 de The Enterprise for the Americas Initiative.” (Bandeira, 2002, p. 136).

Buscando se adequar aos modelos organizacionais e aos padrões tecnológicos característicos da consolidação da reestruturação produtiva, as empresas não tiveram outra saída a não ser adaptar-se ao período marcado pela instabilidade e crise. Nesse contexto, algumas medidas começaram a ser adotadas, além da terceirização e da subcontratação, tais como a contratação em tempo parcial, o trabalho sem seguridade social, a flexibilização da jornada de trabalho e o desmantelamento da rede de proteção social ao trabalhador. Essas medidas tinham como principal objetivo a desregulamentação do mercado de trabalho levando à precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores brasileiros. O resultado foi agravamento das desigualdades sociais, e o enfraquecimento e controle dos sindicatos (Piccinini, Holzmann, et. al, 2006).

Nesse cenário, o contexto do trabalho urbano, a partir da década 1990, no Brasil, é caracterizado pelo aumento da economia informal, que passa a agregar uma diversidade maior nas categorias de trabalhadores, pela terceirização em diversos setores do mercado de trabalho e pelo aumento de outras formas de atividades laborais não regulamentadas pela legislação trabalhista. Estes fatos intensificaram o processo de precarização da força de trabalho. A abertura de mercado e o aumento da competitividade levaram à perda da qualidade do emprego e um aumento da precarização (Antunes, 2015).

A flexibilização do trabalho foi acompanhada pela desorganização e crise dos sindicatos brasileiros e pelo maior controle das empresas sobre os trabalhadores (Pochmann, 2006; Antunes, 2015). Dentre os fatores para a desmobilização sindical estavam o medo do desemprego e o individualismo advindo das transformações do capitalismo global.

O processo de reestruturação produtiva do capital explica, em certa medida, o atual estágio do capitalismo brasileiro, marcado pelo forte enxugamentos da força de trabalho, o qual se entrelaça como as mutações sociotécnicas da produção e com a nova organização do controle social da força de trabalho. Sendo assim, a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais bem como a terceirização e as novas formas de gestão de trabalho, incorporadas à produção, estão a todo o vapor presentes com grande intensidade no país, coexistindo com antigas práticas fordistas, que ainda se preservam em vários ramos produtivos e de serviços (Antunes, 2015).

Essas transformações que se solidificaram nos anos 1990 aconteceram e vêm ocorrendo de modo profundamente desigual. Quando se pensa a reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores e sua materialidade na cotidianidade, observa-se uma tendência do aumento dos mecanismos de desregulamentação e, concomitantemente, uma maior precarização da força do trabalho (Antunes, 2015; Leite, 2009). De um lado, os empresários adotam cada vez mais a implantação de técnicas de organização, gerenciamento de trabalho e de produção de modo a assegurar seus interesses, particularmente a terceirização, cuja preocupação é diminuir os custos e os postos de trabalhos, e aumentar as contratações atípicas com baixa remuneração e, por outro lado, trabalhadores que tem tido experiências de trabalhos cada vez mais precários, obrigados a desempenhar mais de uma atividade laboral e sem direitos básicos trabalhistas assegurados. As novas formas de organização do trabalho, adotadas pelas empresas, acarretam desemprego, enfraquecimento da coesão social e falta de solidariedade dos trabalhadores (Antunes, 2015).

Sobre a divisão sexual do trabalho no contexto das mudanças tecnológicas e da flexibilização do trabalho, Antunes (2015) detectou um movimento de aumento de mulheres no mercado de trabalho, o qual, contudo, não foi acompanhado de uma equalização dos salários. Pelo contrário, acentuaram-se as desigualdades e discriminações das mulheres em alguns setores de trabalho.

As formas de flexibilização do trabalho também aumentaram o tamanho do mercado informal e a taxa de desemprego. A flexibilização do trabalho não deve ser confundida com a desregulamentação das relações de trabalho, muito menos com a ideia de precarização, mesmo que sejam processos relacionados. A flexibilização se caracteriza pelo esforço de superar situações de rigidez, com o objetivo de definir salários no exercício de tarefas e nos contratos de trabalhos, em momentos de crises econômicas enfrentadas pelas organizações de trabalho (Piccinini, Cardoso, et. al, 2006; Ramalho, 1995). De acordo com Piccinini, Holzman et.al (2006), a flexibilidade apela para uma moral individual baseada na realização pessoal, isto é, o individual sobressai aos interesses coletivos ou sociais.

A flexibilização das formas de trabalho advindas do processo de reestruturação produtiva, pode assumir as seguintes características:

- 1) Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuïrem;
- 2) Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar os horários de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- 3) Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salarias, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- 4) Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.);
- 5) Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- 6) Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontrato, entre outras figuras emergentes de trabalho atípico (...) (Vasapollo, 2006, p. 45-46, enumeração nossas).

A flexibilização tende a ser uma imposição à própria força de trabalho para que esta aceite atividades laborais cada vez menos valorizadas, com baixos salários e em péssimas condições. É, pois, nessa perspectiva que se estão propagando as ofertas de trabalho, com base no seu caráter trabalho irregular, precário e sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas (Vasapolo, 2015). Assim, as estruturas do que se concebia como emprego ou trabalho padrão vão aos poucos se desmantelando e dando forma a outros tipos de trabalho, denominados como trabalho atípico.

No trabalho padrão o horário previsto é o tempo integral, as atividades têm tempo e lugares determinados, existe uma diversidade de posição entre quem trabalha como empregado e quem é independente. Em contrapartida, no trabalho atípico as empresas se reorganizam e os horários passam a ser mais flexíveis; existe o regime constante de prestação de serviços; e a exclusividade na relação e no efeito da disponibilidade temporal e prestação de serviços, cuja característica fundamental é a falta ou insuficiência da tutela formativa e contratual, ou seja, formas contratuais indeterminadas e temporárias (Vasapolo, 2006; Alves; 2014).

Delimitando as reconfigurações do trabalho advindas da reestruturação produtiva, temos:

- I. “O trabalho flexível:** implica a alteração de um arranjo institucional baseado no emprego formal e no bem-estar social. O trabalho flexível surge, em um primeiro momento, para burlar a legislação de proteção social, pela contratação de trabalhadores menos qualificados ou por trabalhadores qualificados poderem exercer suas funções na forma de prestação de serviços. O trabalho flexível, também pode ser uma forma de inserção de trabalhadores qualificados que procuram uma jornada de trabalho flexível e sem vínculo fixo com um empregador. No mercado de trabalho brasileiro, as formas de trabalho flexível sempre foram utilizadas amplamente nos setores calçadistas e têxtil-vestuário, e especialmente no sul e sudeste.
- II. Terceirização e subcontratação:** conhecida como uma das práticas de flexibilização mais usada, consiste na contratação de empresas para desempenhar atividades antes realizada pela contratante. Trata-se da externalização da atividade meio (segurança, vigilância, alimentação, etc) ou periféricas (transporte, contabilidade, etc.). A subcontratação, por sua vez, está relacionada com o deslocamento de atividades fim, seja para atender necessidades sazonais de produção, típico da indústria de confecções; ou para especialização da empresa no desenho de produtos, que são continuamente produzidos por contratadas;
- III. Rede de empresas:** diz respeito à divisão do trabalho entre organizações que se especializam em determinadas fases da cadeia produtiva. A autonomia e a capacidade de controle dependem do porte e da posição que as empresas ocupam na cadeia; tais redes simbolizam rupturas com o modelo taylorista-fordista;
- IV. Trabalho a domicílio:** resultado de um acordo verbal documentado que o trabalhador é pago por peça elaborada ou beneficiada. É realizada no ambiente do lar. Corriqueiramente utilizado no setor calçadista e de vestuário;
- V. Cooperativa de trabalho:** associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida;
- VI. Trabalho temporário:** forma de trabalho que o contrato é estabelecido entre organização e trabalhadores, com prazo delimitado para início e fim das atividades. Legalmente reconhecido pela lei n. 6.019 de janeiro de 1974, com sua prática intensificada a partir dos anos de 1980;
- VII. Trabalho em tempo parcial (part-time):** trabalho com período de duração inferior ao de turno integral;
- VIII. Trabalho de tempo compartilhado:** atribuição de duas ou mais pessoas à mesma tarefa e renumeração. Quando o trabalho for concluído, a última será compartilhada;
- IX. Suspensão temporária do contrato de trabalho (Lay-off):** diante de uma crise, o trabalhador é desligado temporariamente e readmitido assim que a empresa retorne os níveis de produção ou atividade;
- X. Estágios:** Instituído pela lei n. 6.649 de 1997, como meio de regulamentar o estágio de estudantes de ensino profissionalizante, supletivo e ensino superior. Estabelece que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio;
- XI. Multifuncionalidade:** capacidade dos trabalhadores operarem mais de uma máquina com características semelhantes. Não contribui para o desenvolvimento de habilidades e para a qualificação do trabalhador;
- XII. Polivalência:** um mesmo trabalhador tem a capacidade de ocupar vários postos de trabalho em função das necessidades de distribuição interna de pessoal. Se apresenta com mais força em atividades mais instáveis.
- XIII. Hora extra:** consideradas uma das primeiras formas legalmente previstas de flexibilizar o tempo de trabalho. É entendida como o

volume de horas trabalhadas, adicionais estabelecidos pelo contrato de trabalho. Regulamentada pelo artigo 59 da consolidação da Leis Trabalhista (CLT);

XIV. Anuidade das horas trabalhadas (banco de horas): criada para atender à sazonalidade das demandas das organizações, o trabalhador fica mais tempo na organização nos momentos de pico da produção, trabalhando acima do horário estipulado legalmente e desconta o número de horas trabalhadas a mais nos momentos que há redução do volume de produção. Estabelecido pela lei 601/98;

XV. Jornada de trabalho flexível: o trabalhador cumpre um número fixo de horas em horários determinados pela empresa e outras parcela de forma flexível, geralmente o cumprimento dessas horas se dão nos períodos de entrada, saída ou almoço;

XVI. Turnos de Trabalho: Possibilita às empresas, maior flexibilidade na produção pela extensão do dia do trabalho e substituição periódica dos trabalhadores". (Piccinini, Cardoso, et. al, 2006, p. 106-108, grifos e enumeração nossas).

Além dessas formas flexíveis de trabalho, não se pode deixar de falar da informalidade, tipo de trabalho que também aumenta com as mudanças do mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 1990, acentuando-se sua centralidade na economia capitalista brasileira (Matsuo, 2009).

O termo informal data da década de 1970. Foi criado pela Organização Internacional do Trabalho para dar conta da realidade laboral dos países subdesenvolvidos, onde as relações capitalistas de produção dividiam espaço com formas de organização da produção não capitalistas, em que se sobressaíam alternativas de ocupação e de sobrevivência para diversos trabalhadores. Compreendia, inicialmente, as pequenas produções urbanas, que eram desenvolvidas nas brechas das atividades do núcleo duro do capitalismo, e associavam-se à baixa ou quase inexistente formalização, tanto da atividade em si como da inserção do mercado de trabalho. Em suma, a categoria inclui trabalhadores por conta própria, negócios familiares, trabalhador familiar sem remuneração, assalariado sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores que se envolvem em relações laborais subordinadas (Toni, 2011).

No início do século, destacam-se três interpretações distintas para o termo informalidade. A primeira é econômica, de onde se origina o termo, sendo informais aqueles trabalhos periféricos e sem vínculos empregatícios. A segunda tem relação com a legislação, considerando legal e que assume aspectos da formalidade, aquelas situações regulares previstas por lei, tais como existência da carteira de trabalho assinada, contrato de trabalho coletivo e registros autônomos e status de empregador. Em oposição a essa condição se encontra

a situação de informalidade. Já terceira interpretação, relacionada ao senso comum, que tem influência direta tanto da econômica quanto da legislação, além da mídia e dos institutos de pesquisas, tende a reconhecer como informal a ausência da carteira de trabalho assinada (Piccinini, Cardoso, et.al, 2006, p. 110).

No Brasil, a informalidade aumentou com a crise do emprego e com as altas taxas de desemprego nos anos de 1990, resultado da crise econômica e das dificuldades de geração de emprego e renda. Entre os anos de 1995-1998, com a redução de postos de trabalho, o desemprego atingiu mais de 20% da população economicamente ativa (Mattoso, 1999).

O avanço da informalidade ou “nova informalidade⁴⁴”, durante os anos de 1990, no contexto das novas formas de organização do trabalho, de desenvolvimento tecnológico e de desemprego estrutural, esteve associado com dois fatores principais: o ambiente econômico de baixo e instável crescimento e as transformações gerais ocorridas no capitalismo contemporâneo, caracterizadas pelo processo de reorganização econômica e pelas mudanças no papel do estado e das instituições públicas (Neves, 2013). No contexto de reconfigurações do trabalho, o termo informalidade é mais que necessário para compreender tais transformações, visto que as noções de flexibilização e de precarização são amplos e não dão conta de toda a realidade do mundo do trabalho (Druck, 185).

Dessa maneira, desde as últimas décadas do século XX, com as mudanças dos modelos produtivos, tecnológicos, frutos da globalização mundial e da crise dos modelos fordista e taylorista, a sociologia do trabalho americana, francesa e latino-americana vem dando conta das análises e interpretações que acompanham este processo de organização do trabalho e do capital global frente às mudanças, crises e rupturas (Biavaschi, 2007).

As mudanças advindas com a reestruturação produtiva, nos anos 90, atravessam o século XX e se apresentam no século XXI, no Brasil, com a intensificação das práticas de flexibilização, desregulamentação, precarização e

⁴⁴ Para Neves (2013), a “nova informalidade” pode ser caracterizada pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades que podem ser ou não articulados com os processos produtivos formais, ou em atividades laborais da antiga informalidade.

terceirização do trabalho⁴⁵; e o surgimento e difusão de outras formas de trabalho ou “trabalhos não clássicos⁴⁶”, como: microempreendedorismo, teletrabalho, trabalho atípico, informalidade, motoristas de aplicativo, uberização do trabalho, trabalhos mediados por tecnologia e do homeoffice, acentuados com a crise instaurada pela proliferação e contaminação do vírus da COVID-19⁴⁷.

Outro ponto importante a ser considerado quando se fala de trabalho no Brasil é a reforma trabalhista e os impactos causados nas relações de trabalho e nas subjetividades dos trabalhadores brasileiros. Em vista disso, na próxima seção, discute-se a reforma trabalhista de 2017, e como ela afetou e tem afetado a vida dos trabalhadores de uma forma geral.

2.2 A Reforma trabalhista brasileira e seus efeitos na vida dos trabalhadores

As leis de proteção do trabalho e dos trabalhadores surgem para garantir os direitos básicos da *classe que vive do trabalho* e uma melhor qualidade nas condições de vida e de suas atividades laborais. As primeiras leis trabalhistas brasileiras surgem como produto das lutas de classes subalternas contra a ordem ortodoxa liberal das oligarquias agroexportadoras e da burguesia industrial, que começam a crescer no período pré Estado Novo. Nesse momento, os sindicatos puderam se insurgir sobre as elites, pressionando o Estado a

⁴⁵ Ver: Vasapolo (2006)

⁴⁶ De La Garza, Balestro et.al (2009)

⁴⁷ O novo coronavírus (COVID-19), da família de vírus (SARS-CoV-2) tem sido tema de diversas notícias no Brasil e no mundo desde o início do ano de 2020, e toda a sociedade já sente seus impactos, em maior ou menor escala, sejam eles sociais, culturais, políticos e econômicos. De campeonatos esportivos paralisados, igrejas fechadas ou com números reduzidos de membros, shows musicais cancelados, cinemas, shoppings, bares, escolas interrompendo seus funcionamentos com tempo indeterminado, fechamentos de fronteiras e divisas, e, é claro, as quarentenas, em pouco tempo o coronavírus se tornou um elemento importante no dia a dia. Para a maioria de das pessoas, é a primeira vez que enfrentamos um quadro dessas proporções. Os primeiros registros de transmissão pela COVID-19 tiveram seu início em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China, sendo em seguida disseminada e transmitida de pessoa a pessoa. Pelo rápido contágio, não demorou para a Organização Mundial da Saúde (OMS) inserir a proliferação do vírus como uma pandemia global em 11 de março de 2020. No Brasil, no início de 2020 o vírus se espalhou rapidamente, logo o país decretou estado de calamidade pública e fechou todas as suas fronteiras internacionais. Internamente, uma série de estados e cidades adotaram desde então medidas de quarentena, lançando decretos para adotar medidas restritivas para diminuir aglomerações em estabelecimentos como shoppings, cinemas, bares, etc. Ao fazer isso, é possível conseguir diminuir o número de contaminações enquanto as pessoas já infectadas se recuperam. Assim, evita-se que haja mais pessoas doentes ao mesmo tempo, do que a capacidade de nosso sistema de saúde de atendê-las (Carmo; Oliveira, 2021).

legislar em seu favor. Em 1926, por exemplo, ocorreu uma ruptura importante nas estruturas “institucionais legais” que rompeu com a ortodoxia não-intervencionista e o Estado apareceu exercendo uma função reguladora sobre o mercado (Rivero, 2009).

Muito se fala dos avanços das leis trabalhistas devidos à atuação do Governo Vargas, contudo, antes do Estado Novo ocorreram mobilizações dos trabalhadores pela consolidação de uma legislação trabalhista (Rivero, 2009). A construção de uma legislação trabalhista antes mesmo da instauração do Estado Novo foi fruto das reivindicações exercidas pela luta operária e não por um consenso com o Estado. A legislação que versa sobre descanso dominical, regulamentação da jornada de trabalho, trabalho do menor e da mulher, férias, caixas de seguro, sindicato (legislação de 1907) e acidentes de trabalho antecede à Era Vargas (Rivero, 2009, p. 91).

Contudo, a implementação de um marco trabalhista que considerasse as exigências e condições de vida dos trabalhadores, no que diz respeito ao acordo de classes, aconteceu pela primeira vez no governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1940. De acordo com D’Avila e Robertt (2018) e Cardoso (2015), até esse período histórico, o trabalhador era a parte mais frágil na relação entre capital e trabalho. Foi então no governo Vargas que se criaram as possibilidades de elaboração de um conjunto de normas e leis fundamentais para regular e reduzir as desigualdades existentes entre esses dois polos. Os direitos trabalhistas tomaram corpo formalmente em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual garantiu direitos e deveres entre trabalhadores e empregadores.

A carteira de trabalho assinada significava uma espécie de “passaporte” à cidadania. Junto com isso, foram instituídos a jornada de trabalho de oito horas, as férias renumeradas, o salário mínimo, entre outras medidas jurídicas relevantes para garantir ao trabalhador uma boa qualidade de vida. Todavia, cabe destacar que a regulação das relações de trabalho foi incompleta, deixando à margem categorias de trabalhadores sem reconhecimento de suas profissões pelo estado, tais como os trabalhadores autônomos e os trabalhadores domésticos (D’ avila;Robertt, 2018, p. 42).

Muito embora esses direitos já estivessem assegurados, foi somente em 1966 que ocorreu a primeira alteração, com a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS). Essa medida, contudo, ao invés de ser benéfica

propiciou a perda da estabilidade dos trabalhadores com vínculo empregatício, pois, levou ao fim do contrato por tempo indeterminado (D'avila; Robertt, 2018). Posteriormente, em uma direção diferente, o processo de redemocratização no Brasil, após o regime militar (1964-1985), marca um novo momento de ampliação de direitos sociais, políticos e trabalhistas.

Cabe, entretanto, ressaltar que entre os anos de 1981-1983 o Brasil enfrentava uma crise econômica sem precedentes, resultado da opção recessiva adotada pelo governo para combater os desequilíbrios externos⁴⁸, que atingiu principalmente o setor industrial (D'avila; Robertt, 2018). Como consequência dessa recessão, o mercado de trabalho passou por grandes dificuldades, as oportunidades de empregos diminuíram e a população com idade para trabalhar aumentou. Esses fatos tornaram a questão do emprego um dos problemas centrais das discussões econômicas nesse período (Sabóia, 1986).

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços para os trabalhadores, reafirmando os direitos já existentes e estendendo-os às categorias de empregados antes não contemplados, como os trabalhadores rurais e os trabalhadores do lar. Porém, na década de 1990, diversas mudanças foram realizadas, principalmente a partir dos discursos de “modernização” das relações de trabalho, onde um dos principais argumentos defendidos pelos empregadores era o da flexibilização⁴⁹ das relações de trabalho, a qual tenderia a beneficiá-los, tendo em vista as dificuldades de fiscalização para o cumprimento das leis trabalhistas (D'avila; Robertt, 2018; Arruda, 2011; Krein; 2001).

Assim, os anos de 1990 representam o avanço na flexibilização dos direitos trabalhistas, com altas taxas de informalidade e de desemprego e a diminuição real do valor do salário. Nesse período, foram aprovadas novas leis

⁴⁸ O Produto interno Bruto (PIB) recuou 3,8% entre 1980 e 1983, ao mesmo tempo que o *PIB per capita* apresentou, no mesmo período, uma queda de 10,6%. A indústria foi o setor mais atingido, com uma redução de 11,4% no nível de produção (SABÓIA, 1986, p, 82).

⁴⁹ “No contexto da década de 1990, novas teses no campo da regulação do trabalho ganharam expressão para explicar os problemas do mercado de trabalho brasileiro, como a existência de altas taxas de desemprego e de informalidade e os baixos salários. Duas correntes, com perspectivas distintas, advogam a necessidade de uma flexibilização das relações trabalhistas, desregulamentando o arcabouço de proteção assegurado pelo Estado (legislação e papel das instituições públicas) ou fortalecendo um processo de autocomposição dos conflitos da relação entre capital e trabalho, definindo um papel mais preponderante às negociações coletivas, que preferencialmente devem ocorrer de forma descentralizada no âmbito da empresa. Uma terceira vertente é de crítica às anteriores, cuja ideia central é a de que o enfraquecimento da regulação pública do trabalho significaria, na verdade, uma maior precarização do mercado de trabalho brasileiro” (Krein, et. al, 2012, p. 2).

que flexibilizaram o mercado de trabalho, dentre elas: a alteração do regime jurídico do trabalho — que marca a transição do trabalho estável para o tempo de trabalho determinado, a criação dos bancos de horas e o trabalho aos domingos. Ao que tudo indica essas medidas beneficiaram novamente somente os empregadores (D’avila; Robertt, 2018; Arruda, 2011).

Para Arruda 2011, p. 65):

A flexibilização, difundida sob o discurso de ser essencial à modernização das relações de trabalho e atualizadora da legislação trabalhista, é, na verdade, uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelo capital para subjugar os trabalhadores aos interesses de lucros crescentes, deixando a força de trabalho cada vez mais fragilizada, aumentando a concentração de rendas

Ainda no que concerne à conquista de direitos e às medidas legislativas de flexibilização do trabalho, os governos dos Partidos dos Trabalhadores (PT), presididos, respectivamente, por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram nas políticas de proteção social, uma vez que ampliaram as políticas sociais e de redistribuição de renda, de geração de postos de trabalhos formais, de valorização do salário mínimo, de fortalecimento da regulação pública do mercado de trabalho e de uma maior formalização do emprego e inclusão dos trabalhadores autônomos na seguridade social. Muito embora esses governos tenham criado uma série de leis que iam ao encontro da flexibilização, estas teriam sido direcionadas a públicos específicos, como trabalhadores atuando sobre a modalidade de pessoa jurídica, micro e pequenas empresas e jovens (D’, avila; Robertt, 2018, p, 43). Contudo, assistiu-se nos governos do PT certo avanço nas políticas sociais e trabalhistas, diferentemente do que veio ocorrer nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PSL).

Segundo Baltar et. al (2010), os primeiros anos que Luís Inácio Lula da Silva presidiu o país, algumas mudanças puderam ser observadas no mundo do trabalho. Nesse período, presenciou-se o crescimento acelerado da economia brasileira em relação aos anos 1990 (marcados pela difusão e propagação das políticas econômicas neoliberais). Esse crescimento econômico (cerca de 5% ao ano) foi positivo para dinamizar o mercado de trabalho, na medida que contribuiu para a geração de empregos, reduziu as taxas de desemprego, melhorou a estrutura ocupacional e de rendimentos, aumentou a proporção de ocupações

sob a legislação trabalhista e reduziu as desigualdades de rendimentos do trabalho, no país (Baltar, et. al, 2010).

Além dos efeitos positivos listados acima, é importante mencionar a valorização do salário-mínimo: a maior fiscalização dos cumprimentos da legislação trabalhista, das pressões e das negociações sindicais, a implementação de políticas governamentais nas áreas social e do trabalho e as mudanças institucionais, que não estavam previstas como ações imediatas do crescimento econômico. Porém, essas ações só foram definidas a partir do tensionamento nas relações de poder e nas negociações entre trabalhadores, empresários e governo.

Nesse mesmo período (2003-2008), outras políticas contribuíram para a geração de empregos, principalmente, protegidos pela legislação trabalhista. Dentre as políticas importantes estavam: os avanços nos programas de transferência de renda (como o “Bolsa Família”⁵⁰) e os verificados no piso salarial e nos benefícios protegidos pelo sistema de aposentadoria, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (Baltar, et. al, 2010).

É importante deixar claro que essas políticas não estavam direcionadas para superar os dilemas e os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, pois medidas de valorização do salário-mínimo foram importantes para expandir indiretamente a geração de empregos e melhoras nos empregos protegidos pela legislação trabalhista (Baltar, et. al, 2010), mas não para alterar o quadro mais geral de informalidade e precariedade. Com o ritmo do crescimento econômico observou-se o aumento do emprego assalariado formalizado e do crescimento na estrutura ocupacional, fruto da modificação e ampliação da estrutura produtiva brasileira, junto com a formalização de contratos por meio da fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Baltar, et. al, 2010).

Nessas circunstâncias, Krein et. al (2012) em concordância com Baltar et. al (2010) elenca que a plataforma do Governo Lula tinha em 2002, três propostas básicas na área da regulação do trabalho, sendo elas: a valorização

⁵⁰ “O PBF repassa às famílias com renda per capita insuficiente uma complementação para evitar situações de privação extrema. Em contrapartida, as famílias se comprometem a manter a frequência das crianças e adolescentes na escola, a procurar acompanhamento médico para a gestante e o recém-nascido e a retirar as crianças do trabalho infantil” (Baltar, et. al, 2010, p. 28).

do salário mínimo; a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que teria como principal função replanejar o sistema de organização sindical e trabalhista do Brasil, estabelecendo diálogos entre os agentes sociais (empregadores e trabalhadores) e os representantes do Estado (Krein, et. al, 2012, p. 2). Das propostas apresentadas, apenas a política de valorização do salário-mínimo foi implementada a partir de 2005. Essa política estabelece:

um modo de elevação do seu valor, incorporando a inflação passada, acrescida do desempenho do PIB de dois anos anteriores. As outras duas propostas, apesar de iniciativas governamentais, não tiveram os resultados esperados (Krein, et. al, 2012, p. 2).

De acordo com Krein, et. al (2012), entre as mudanças significativas desse período estavam ainda as medidas contrárias à ideia de flexibilização de direitos, tendência predominante desde os anos de 1990. No entanto, isso não quer dizer que as perspectivas flexibilizadoras desaparecerem no Governo do PT, pelo contrário, ao mesmo tempo, em que algumas medidas confirmavam essa tese, havia outras que reforçavam cada vez mais as ideias de ampliar a regulação pública do trabalho. Krein, et. al (2012) defendem que a tese da flexibilização (via alteração legal) foi perdendo força com a melhora dos indicadores do mercado de trabalho (Krein, et. al, 2012, p. 2).

Dentro desse contexto, Krein, et. al (2012) apontam duas vertentes que são pró flexibilização e uma terceira que crítica as anteriores. A primeira posição de defesa da flexibilização do trabalho encontra respaldo nas entidades empresariais e em importantes instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BC) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa postura defende que a legislação trabalhista apresenta um excessivo detalhismo, fato esse que tornaria a contratação formal muito onerosa e a negociação direta entre as partes praticamente impossível. Além disso, deixaria mais lenta a adaptação da produção das empresas às variações da demanda, forçando na direção do aumento das taxas de informalidade e de desemprego (Krein, et. al, 2012). Dentre as soluções apresentadas por essa corrente estão: a flexibilização dos contratos de trabalho, com o intuito de simplificar as legislações trabalhistas e previdenciária; e o estímulo a uma forma de regulação das relações de trabalho que tem como base a negociação direta

entre trabalhadores e empregadores, tendo o Estado apenas o papel de assegurar o funcionamento do mercado (Krein, et. al, 2012, p. 5). A segunda vertente pró flexibilização parte do princípio de que o problema do mercado de trabalho brasileiro não está relacionado com a geração de postos de trabalho, trata-se antes de tudo de um problema de contratação de mão-de-obra. A partir desses pressupostos essa corrente visa demonstrar que há, no Brasil, uma institucionalidade que cria incentivos para a formalização de contratos de trabalho de curto prazo, que beneficia muito mais as empresas do que os trabalhadores. Isso acarreta baixa produtividade e salários reduzidos. Diferente da primeira vertente, acredita que o mercado de trabalho brasileiro já seria historicamente flexível, tanto em relação ao salário real quanto ao emprego. Já a terceira vertente que crítica as anteriores, entende que a flexibilização atrelada ao fortalecimento da autorregulação pelo mercado em detrimento da regulação pública das relações de trabalho, ocasiona precariedade e insegurança no mercado de trabalho. Esses argumentos surgem a partir das ideias de que as medidas de flexibilização, que foram colocadas em prática nos países centrais a partir de 1980, não apresentaram os resultados esperados, sobretudo, em relação ao nível de emprego. Esses fatos também, puderam ser acompanhados no Brasil uma vez que as medidas efetivadas fracassaram na tentativa de resolver os problemas do desemprego e da informalidade (Krein, et. al, 2012, p. 5-6).

A flexibilização das relações do trabalho no Brasil é estrutural e continuou persistindo nos governos do Partido dos Trabalhadores, em muitos aspectos, como, por exemplo, a elevação da taxa de rotatividade, o aumento da jornada de trabalho, a ampliação da contratação atípica e o avanço na remuneração variável (Krein, et. al, 2010). Em relação ao debate sobre a reforma trabalhista, as medidas seguiram em dois eixos: de um lado, em direção à flexibilização; e em outro, à regulação pública do mercado de trabalho. Destaca-se que o tema da reforma ficou em evidência graças a criação, no ano de 2003, do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), momento esse em que se estabeleceu a separação entre a reforma sindical e a trabalhista (Krein, et. al, 2012).

Sobre isso:

A primeira foi priorizada, e sendo objeto de um grande esforço, chegou-se a produzir um documento síntese (concretizado em uma PEC e um Projeto de Lei) sobre modelo de organização sindical, negociação

coletiva e formas de solução dos conflitos. Entretanto, apesar da participação das principais entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, não se conseguiu concretizar uma proposta de reforma do modelo de organização sindical e negociação coletiva. Os pretensos consensos no Fórum não resistiram às diversas mobilizações difusas das forças que se contrapunham à alteração da legislação sindical existente no país (Krein, et. al, 2012, p. 9).

Enquanto para a reforma sindical o governo do PT somou esforços para sua efetivação, o mesmo parece não ter ocorrido com a reforma trabalhista, em que não se chegou a consolidar uma proposta única e abrangente para tratar do tema. Assim, as medidas encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional foram, por um lado, em direção de uma agenda da flexibilização e, por outro, no sentido contrário a essa posição (Krein, et. al, 2012; Krein, et. al, 2017).

Entre as medidas flexibilizadoras das relações de trabalho no governo Lula (2003-2006 e 2007-2008) podemos citar:

- I. A nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial, medida que acarretou perda dos direitos dos empegados, beneficiando às instituições financeiras e de proteção ao crédito e provocando danos aos direitos dos trabalhadores. Krein, et. al, (2012) atestam que essa iniciativa se justificava como alternativa para a redução das taxas de juros, pois, acreditava-se que a medida iria proporcionar maiores garantias aos bancos nos seus empréstimos. A referida medida não tinha comprovação da sua eficácia e desregulamentava um direito até então existente, o de privilegiar o pagamento do passivo trabalhista em caso de falência da empresa (KREIN, et. al, 2012, p. 9).
- II. No que faz referência ao serviço público, a Emenda Constitucional n. 41/2003 foi responsável por alterar o sistema previdenciário. Tal medida afetou os direitos dos servidores ativos e inativos ao estipular o fim da integralidade e da paridade, estabelecendo o limite a ser percebido a título de proventos de aposentadoria segundo o teto do regime geral do INSS. No geral, a medida afetava os direitos dos servidores públicos e impunha barreiras para estes conseguirem a aposentadoria (Krein, et. al, 2012, p. 9).
- III. A Lei n. 11.196/2005 e Lei n. 11.442/2007 que versa sobre a regulamentação do trabalho intelectual e regulação para o trabalho em atividades de transporte rodoviário de cargas. Essas leis tenderam a enfraquecer as garantias e direitos trabalhistas ao transformar relações de natureza laborais em relações comerciais (Krein, et. al, 2012, p. 9).
- IV. A contratação de jovens via O Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) que buscava conceder incentivos financeiros às empresas que contratavam jovens, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ajudou a estimular a incorporação e a contratação de jovens ao mercado de trabalho, sendo este segmento que apresentava o maior nível de desemprego. A medida flexibilizadora residia no fato do programa ter a permissão de contratar os jovens por tempo determinado e ao se valer da redução de custos e incentivos fiscais por parte dos empregadores (Krein, et. al, 2012, p. 9).
- V. A lei para empregados domésticos⁵¹ (Funcionários do Lar) n. 11.324 de julho de 2006 foi responsável pela garantia da estabilidade ainda que provisória às mulheres

⁵¹ Falamos deste termo nas perspectivas dos autores, contudo, entendemos que a expressão “doméstica” possui conotação racista, por tanto, devendo ser evitada. Gonzalez (1983) argumenta que as representações feitas sobre as mulheres negras no Brasil, sejam elas, do lugar dos corpos sexualizados e da submissão, são advindas das ideias racistas da mãe-preta,

grávidas, férias renumeradas de 30 (trinta) dias e a vedação a descontos por fornecimento de alimentação, vestuário ou higiene para essa categoria. Todavia, o presidente vetou o recebimento de FGTS, a multa rescisória de 40%, o salário família e o seguro desemprego para esses trabalhadores. O principal argumento na época era que isso oneraria demasiadamente o vínculo do trabalho do lar, que contribuiria para o aumento da informalidade e o desemprego. Embora a lei tenha sido representativa, no sentido, de ampliar os direitos da categoria, o veto, contudo, impediu a equiparação integral com os direitos dos trabalhadores amparados pela CLT (Nunes, 2010, p. 42).

- VI. A concessão de benefícios trabalhistas às micros e pequenas empresas L.C. n. 123, de 15 de dezembro de 2006, instituiu que essas empresas ficavam: dispensadas da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências; da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros e fichas de registros; de empregar os jovens aprendizes em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem; da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho" e de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas (Nunes, 2010, p. 42).
- VII. Acerca da regulação para o trabalho e atividades de transporte rodoviário de Cargas (Lei n. 11442, de 5 de janeiro de 2007) determinou-se não haver vínculo de emprego, mas apenas relações de natureza comercial, entre o motorista e o transportador de carga e a empresa do referido setor, fatos esses que exigiram do trabalhador que seja ele o dono do seu próprio veículo de carga. Dessa forma, os conflitos gerados, passaram a ser julgados pela justiça comum e fazem com que esses trabalhadores percam seus direitos trabalhistas (Nunes, 2010, p. 42).
- VIII. A MP n. 388, de 5 de setembro de 2007, versa sobre o trabalho dos Comerciantes aos domingos e feriados. A referida MP seguiu a mesma lógica defendida por Fernando Henrique Cardoso nos anos 2000, estipulando o trabalho aos domingos para os comerciantes e acrescentando a permissão de trabalho em feriados (Nunes, 2010, p. 43).
- IX. Sobre os Trabalhadores rurais, a MP n. 410 e posterior a Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008, validou a contratação de empregados rurais sem registro na Carteira de Trabalho, sobretudo, para serviços de curta duração (até 2 meses). A MP contribuiu para burlar a legislação trabalhista e incentivou o aumento da informalidade no campo, uma vez que, os direitos trabalhistas passaram a ser pagos diretamente ao trabalhador, mediante adição à remuneração acordada. (Nunes, 2010, p. 43).

Os pontos mencionados acerca das medidas flexibilizadoras do governo do PT (2003- 2006 e 2007-2008) nos levam a uma reflexão crítica sobre algumas medidas desse levada adiante por esse partido. Ainda que se tratasse de um governo fincado nas bases do movimento sindical e com ideais de valorização do trabalhador, seguiu em parte uma lógica flexibilizadora herdeira dos anteriores. Ainda que a economia naquele período tivesse permitido a elevação do nível de emprego formal, o governo manteve medidas flexibilizadoras, com efeitos precarizadores de algumas atividades laborais. Essa flexibilização segue o ritmo das mudanças estruturais do capitalismo globalizado e financeirizado, onde a tendência é a de fragilização da regulação pública e de fortalecimento de soluções autônomas, e de aumento do poder discricionário dos empregadores

mulata e da empregada doméstica. Nesse contexto, optamos pelos termos: secretárias do lar ou funcionários do lar.

em determinar as condições de uso e renumeração do trabalho. Além disso, a flexibilização avança com a terceirização, a subcontratação, a contratação como pessoa jurídica, e a permanência da alta ilegalidade, da informalidade e da rotatividade (Nunes, 2010; Krein, et. al, 2012; Baltar, et al., 2010).

Mesmo que essas medidas de flexibilização tenham sido efetivadas pelo governo da época, elas não apresentaram nenhuma novidade no mercado de trabalho brasileiro, que historicamente se constituiu a partir do alto grau de flexibilidade. Apesar disso, é importante registrar que medidas contrárias a flexibilização do trabalho também foram adotadas nos governos de Lula, tais como: a) a aprovação da Lei n. 11.644, de 10 de março de 2008, que veta a exigência de período de experiência superior a seis meses; b) a retirada do Projeto de Lei n. 4.302/98, que refere à terceirização de serviços; c) a política de valorização do salário, uma das medidas mais importantes por seu papel na estruturação do mercado de trabalho, no combate à pobreza e melhora dos rendimentos dos trabalhadores; d) a ampliação do seguro desemprego para sete meses, instituída para os trabalhadores dos setores econômicos mais atingidos pela crise de 2008/2009; e) a retirada do Projeto de Lei Complementar n. 134101, que consistia em uma alteração do artigo 618 da CLT, reduzindo o papel do Estado na regulação das relações de trabalho e contribuindo para deixar a legislação sujeita à alteração pela vontade autônoma das partes; f) a solicitação do presidente ao Congresso Nacional da ratificação da Convenção n. 158 da Organização Internacional do Trabalho, que impede o rompimento motivado do contrato de trabalho; g) o cancelamento das alterações da licença maternidade feitas no ano de 1999, que estipulava que o salário maternidade seria pago diretamente pela Previdência Social e não mais pelo compromisso do empregador, que em seguida era ressarcido; h) a contratação por prazo determinado através do cancelamento dos subsídios nas contribuições sociais desse tipo de contrato (Nunes, 2010; Krein, et. al, 2012).

É importante mencionar que, a partir de 2004, a situação da desestruturação do mercado e das relações de trabalho começou a se modificar, permanecendo no segundo mandato do governo Lula. Esse quadro de mudanças só foi possível graças ao crescimento econômico, às políticas públicas e à prática sindical ativa, que se tornaram fatores preponderantes para delinear um contexto de aumento do emprego, de redução do desemprego, de

melhoria do padrão ocupacional, de elevação do poder de compra do salário-mínimo e de recuperação dos salários. Por sua vez, o aumento da formalização também foi significativo para a formulação de políticas de regulação do trabalho (Krein, et. al, 2012).

Constata-se, então, que a reforma trabalhista no Governo Lula (2004-2008) esteve assinalada por contradições. Muito embora, o período tenha representado e colocado um ambiente mais favorável aos trabalhadores, a tendência da flexibilização prevaleceu e ainda que o nível de emprego tenha melhorado, prevaleceram questões estruturais como a alta rotatividade e grande segmentação, tanto em relação a níveis salariais quanto à qualidade dos empregos (Nunes, 2010; Krein, et. al, 2012).

Durante o governo de Michel Temer, foi aprovada, em 13 de julho de 2017, por meio da Lei nº 13.467 materializou-se, no ordenamento jurídico, a reforma trabalhista que passava a efetivar profundas alterações na legislação desde a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943. É importante frisar que essa pauta remete à agenda do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Em conformidade com Índio (2017, p. 74):

A pauta do Congresso Nacional como a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a legalização da terceirização irrestrita nos remete à agenda do governo de Fernando Henrique Cardoso. A fixação de FHC em destruir a CLT e tudo o que chamava de herança do getulismo, a ampliação da terceirização, a tentativa de estabelecer idade mínima de 65 anos para a aposentadoria e a afirmação de que a economia brasileira não suportaria as conquistas da Constituição de 1988 volta com força com o golpe articulado pela direita e suas conexões

De acordo com Índio (2017) os objetivos citados acima teriam sido o motivo da ação golpista. Agravados pela crise internacional que freou um período de crescimento econômico mundial que possibilitava o grande capital abertura para:

(...) concessões ao “andar de baixo”, os círculos neoliberais lançaram mão de todos os instrumentos – nem sempre legítimos – para colocar à testa do governo federal representações partidárias dispostas a alterar profundamente o marco legal e permitir a expropriação dos direitos de amplas camadas da classe trabalhadora brasileira (Índio, 2017, p. 74).

As alterações precisavam de um momento propícios para sua concretização e este ambiente acabou sendo criado após a consumação do

golpe de Estado, articulado pelo Congresso Nacional de postura conservadora e comprometido com políticas e interesses oligárquicos que levou a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT) via processo de impeachment em 2016 que rompeu com um ciclo de governo comprometido com a promoção de políticas públicas sociais importantes, mas é importante elucidar que essa linha governativa não realizou modificações necessárias no sentido de construir uma sociedade mais justa. (Freitas; Silva, 2017, p. 24).

O cenário pós golpe criou o ambiente perfeito para a aprovação da reforma trabalhista e com ela o desmonte dos direitos trabalhistas. Para Freitas e Silva (2017) esse cenário:

abriu espaço para que uma orientação política de cunho radicalmente neoliberal, justificada e promovida pelos discursos de alarme e medo em torno da crise econômica e política, pudesse voltar à superfície com alguns dos principais pontos em que assenta a reforma trabalhista e as suas nefastas consequências para os atuais e futuros trabalhadores submetidos ao regime da CLT, demonstrando-se cabalmente como e porque esta reforma representa um gigantesco retrocesso no direito do trabalho. Por outro lado, demonstrar-se-á a invalidade dos argumentos, sobretudo aqueles de natureza econômica apresentados no Projeto de Lei 6.787/2016, de 23 de dezembro, de iniciativa do Executivo, para justificar a “necessidade” da “atualização” da regulamentação trabalhista (Freitas; Silva, 2017, p. 25-26).

A reforma trabalhista aprovada do governo Temer alterou, criou e revogou mais de cem artigos e parágrafos da CLT, afetando consideravelmente o funcionamento do mercado de trabalho (Krein et. al., 2017), pretendendo ser uma resposta, segundo a visão governamental, a um momento de forte crise econômica e política.

Segundo Krein et. al. (2017; 2018), a reforma trabalhista foi retomada na agenda nacional como parte de medidas liberalizantes e alicerçadas em um conjunto de outras reformas em implementação e tramitação, tais como o congelamento de gasto público por vinte anos, a reforma da previdência e as privatizações (Krein et al., 2017; Souto Maior, 2018). O clamor por uma reforma trabalhista tende a surgir em cenários marcados pelas instabilidades políticas e institucionais. Deve-se lembrar que em 1990 algumas medidas foram introduzidas como o contrato por prazo determinado, o banco de horas, a

liberação do trabalho aos domingos, o contrato parcial, e o programa de participação nos lucros e resultados (Krein et al., 2017).

Uma das principais justificativas apresentadas para a Reforma Trabalhista é a necessidade de "modernizar" as relações de trabalho no Brasil. O pressuposto que sustenta essa tese é o de que, depois de 74 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, estaria obsoleta. Um conjunto de leis concebidas para um país majoritariamente rural e em um contexto de industrialização incipiente seria inadequado para um país majoritariamente urbano, marcado pelo crescimento da economia de serviços e pelo uso das tecnologias de informação. As condições econômicas mudaram e as políticas também: a CLT, implementada no final do Estado Novo (1937-1945), não caberia em um regime político democrático. Este deveria assegurar o direito de escolha, promover a liberdade individual e não a ingerência estatal (Krein et al., 2017, p, 8).

Isto posto, a reforma trabalhista teve como principal justificativa a “modernização” das relações de trabalho com a promessa da geração de milhões de empregos. No entanto, verificou-se que essa reforma impactou negativamente na vida dos trabalhadores brasileiros, principalmente, com a proliferação de formas de contratação mais precárias e atípicas; a flexibilização da jornada de trabalho; o rebaixamento das remunerações; a alteração das normas de saúde e segurança do trabalho; a fragilização sindical e as mudanças na negociação coletiva e a limitação do poder da Justiça do Trabalho (Krein et al. ,2017, D’avila; Robertt, 2018).

Um exemplo que podemos trazer sobre os impactos da Reforma Trabalhista é o do trabalho intermitente, também conhecido como “contrato zero hora”, em que o trabalhador fica à disposição do empregador para desempenhar funções em dias e horários alternados. Assim, institui-se a figura do trabalhador *just in time*, em que este passa a ser remunerado mediante as horas/períodos em que trabalha (Krein et al., 2018, D’avila; Robertt, 2018).

A reforma trabalhista alterou as formas de contratação, que passaram a ser mais precárias, tanto pela terceirização ampla e irrestrita como pelo contrato intermitente, parcial, autônomo ou temporário. Segundo Krein (2018), que ao invés de chamar de Reforma Trabalhista utiliza a expressão “Contra Reforma”, informa que a mesma buscou:

(...) legalizar práticas já existentes no mercado de trabalho e possibilitar um novo 'cardápio' de opções aos empregadores para manejar a força

de trabalho de acordo com as suas necessidades. Assim, ela busca ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho (Krein, 2018, p. 79).

A reforma trabalhista de 2017 avançou para uma nova etapa em 2019 com o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, em novembro desse ano; a edição da medida provisória da liberdade econômica (convertida na lei n. 13.874/2019); a edição da medida provisória n. 873/2019 (que dificultava o procedimento para arrecadação da contribuição sindical e que, ao fim do seu prazo de vigência, caducou sem ser convertida em lei); e a aprovação da Reforma da Previdência (EC n. 103/2019), com regressão de benefícios previdenciários e ampliação dos requisitos para a aposentadoria por idade (Dutra; Jesus, 2020; Brasil, 2019).

Nesse sentido, a reforma trabalhista de 2017 e sua perspectiva neoliberal são radicalizadas a partir de 2019 com a ascensão de Bolsonaro ao poder, se concretiza, material e simbolicamente o desmonte de proteção ao trabalho ao trabalhador instituído pela constituição de 1988, por meio da extinção do Ministério do Trabalho, por uma política ofensiva aos sindicatos e pela falta de diálogo e participação política da sociedade civil, bem como por um discurso, propagado e compartilhado por Bolsonaro, seus ministros e políticos que formam a base de seu governo, favoráveis à desconstrução dos “excessos paternalistas”, que segundo eles, constavam na legislação trabalhista brasileira (Dutra; Jesus, 2020, p. 2). Outrossim:

O governo editou, ainda no primeiro semestre de 2018, a MP da Liberdade Econômica (posteriormente convertida na lei n. 13.874/2019), que aprofunda o conteúdo da reforma trabalhista, estipulando, entre outras medidas, a possibilidade de controle de ponto por exceção, criando a carteira de trabalho eletrônica e modificando os procedimentos de registro e anotações, em detrimento do simbólico instrumento que vigia desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Dutra; Jesus, 2020, p. 2).

Além da extinção do Ministério do Trabalho, o Governo Bolsonaro editou a medida provisória (MP) n. 905/2019, que institui o “contrato de trabalho verde amarelo” ou “carteira verde amarela” que promove novamente mudanças na

legislação trabalhista brasileira. O principal argumento defendido pela (MP) foi a de geração de empregos para trabalhadores jovens (entre 18 e 20 anos). Para alcançar o objetivo proposto, a contratação dessa mão de obra se daria por vias flexibilizadoras, estabelecida por tempo determinado e com inúmeras restrições de direitos, com a possibilidade abarcar contratos criados até 2022 (Dutra; Jesus, 2020; Brasil, 2019).

O contrato de trabalho “verde e amarelo” segue a mesma lógica da contratação flexível, para a geração de empregos, ocorrida nos anos de 1990 com o contrato provisório do trabalho. O argumento defendido pelo governo para a implementação de tais medidas seria a flexibilidade nos contratos de trabalho pelos empregadores na contratação de jovens em situação de primeiro emprego, desde que, ao fazê-lo, ficasse claro que os contratantes não excederiam o número de empregados contratados entre janeiro e outubro de 2019 (Dutra; Jesus, 2020, p. 2). Desse modo:

Os trabalhadores submetidos a esse regime não poderão corresponder a mais de 20% do quadro de empregados de cada empresa e terão contratos de 24 meses (independentemente da finalidade da contratação), com recolhimentos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em alíquotas inferiores (2%, e não 8%), multa por rescisão contratual equivalente à metade da devida aos demais empregados (20% dos depósitos de FGTS, e não 40%), e esvaziamento da importância social do direito de férias e 13º salário, cujas remunerações serão feitas de forma parcelada, a cada mês trabalhado. A MP prevê ainda a possibilidade de contratação de seguro em favor desses empregados, hipótese em que o adicional de periculosidade, se incidente, seria pago na fração de 5% do salário-base, limitando tal incidência àquelas situações em que o trabalhador fique exposto ao risco por mais de 50% da sua jornada, o que não ocorre em relação aos demais trabalhadores. Mais grave, os empregadores que contratarem nessa modalidade terão plena isenção em relação às contribuições previdenciárias, o que é completamente contraditório com o suposto cenário de crise de arrecadação previdenciária sustentado pelo governo (Dutra; Jesus, 2020, p. 3).

É importante considerar, que essas medidas têm sido alvo de duras crítica pela oposição do governo. Já foram apresentadas diversas ementas parlamentares alegando inconstitucionalidade às propostas apresentadas. A referida MP segue sendo reformulada pela equipe econômica do atual governo, em 2022.

2.2.1 Considerações sobre o capítulo

Após apresentar os aspectos das reconfigurações do trabalho no Brasil e das reformas trabalhistas, convém destacar que as categorias de trabalhadores escolhidos para esta pesquisa estão inseridas no contexto dessas mudanças. São terceirizados, informais e empreendedores que ativam e desenvolvem disposições para o trabalho a partir do contexto histórico e social descrito. Trabalhadores que antes desenvolviam apenas uma atividade de trabalho, atualmente realizam jornadas de trabalho extensas, em um ou mais empregos, às vezes juntando atividades formais e informais em horários diferentes, outras em trabalhos formais, com características da informalidade e sem proteção. Para esta pesquisa é importante que a própria categoria trabalho seja compreendida com outros elementos da vida social dos trabalhadores, ou seja, o labor na sociedade contemporânea deve levar em consideração os aspectos que compõem o universo mais amplo da vida, tais como os processos diversos de socialização e a trajetória dentro e fora do trabalho. Isso implica compreender o trabalhador não isolado das suas relações com a igreja, com a família, o bairro, a educação e os outros aspectos singulares que marcam sua trajetória e perfil biográfico, seus desejos, realizações, angústias, emoções, planos e aspirações para o futuro (De la Garza ,2009).

O período de mudanças laborais e da reforma trabalhista se configura como um momento de rupturas e aprofundamento de disposições para o trabalho e o consumo – como demonstraremos mais adiante. É, pois, a partir das discussões advindas das reconfigurações do trabalho no Brasil e da Reforma Trabalhista que se desenha o pano de fundo sobre o qual se analisam, nesta tese, as biografias e experiências com o trabalho de diferentes categorias de trabalhadores na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores que participam nesta pesquisa, embora, sejam impactados pelo processo de precarização e desregulamentação do trabalho, são sujeitos individuais e plurais que ativam e reativam disposições para o labor e se adéquam ou readéquam para sobreviver em um país capitalista periférico e desigual. Mesmo sabendo de suas condições de precariedade, notaremos que as pessoas pesquisadas buscam alternativas de melhorar suas condições de vida, complementação da renda e de acesso ao consumo.

No próximo capítulo iremos apresentar a metodologia utilizada nesta pesquisa e como ela nos ajuda na construção e na compreensão das biografias

e trajetórias laborais dos entrevistados. Utilizamos a análise de entrevista biográfica, por compreendermos que a vida de qualquer indivíduo se constituiu por uma sequência cronológica e complexa de acontecimentos. Ao escrevermos a biografia dos entrevistados, pretendemos copilar os eventos de suas vidas por grau de importância, com ênfase nas experiências com o trabalho ao longo do tempo (Berger, 1976). Além do mais, o capítulo seguinte apresenta os trajetos da pesquisa e as eventuais dificuldades encontradas ao longo do percurso de pesquisa.

CAPÍTULO 3 - TRAJETOS DA PESQUISA O USO DA ABORDAGEM BIOGRÁFICA: SINGULARIDADES E EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE TRABALHADORES NA CIDADE DE PELOTAS, RS

Para compreender o comportamento de um indivíduo, é preciso saber como ele ou ela percebeu a situação, os obstáculos que ele ou ela pensou que teria de enfrentar, as alternativas que ele ou ela viu se abrir diante dele ou dela; só se pode compreender os efeitos do campo das possibilidades, das subculturas da delinquência, das normas sociais e de outras explicações de comportamento comumente invocadas, olhando-as do ponto de vista do ator (Becker, 1986, p. 106. Tradução nossa).

3.1 O método e escolha pela metodologia de pesquisa

A importância das falas e das percepções que os atores sociais têm de si mesmos e da sociedade em que vivem contribui para pensar os processos sociais e suas complexidades. A biografia é marcada pelo ato de falar, de narrar uma história, contudo olhar a biografia de um indivíduo não constitui apenas uma descrição trivial de suas histórias vividas; pelo contrário, é antes de tudo um exercício de reflexão tanto daquele que coleta a narrativa, quanto daquele que conta. Revela ainda os significados e os sentidos que uma narrativa pode assumir, sendo produtora de saberes no processo de alteridade entre aquele conta que sua história e o outro que escuta (Lechner, 2009).

Para Saunier e Raynaud (2014), o entrevistado, ao lembrar fatos do passado, ao falar de suas relações familiares, com o trabalho, com a educação, com a religião e com outras instâncias de socialização, está evocando seu percurso biográfico. Ao trazer essas narrativas, permite ao pesquisador refletir sobre a gênese dos fenômenos sociais, precisar as origens das disposições e, assim, captar o social em sua forma individual e coletiva.

Segundo Junqueira (2019), a noção genérica de biografia (escrita narrativa de uma vida) tem suas origens na Grécia antiga no quinto século antes de Cristo. O termo “bios”, naquele tempo, fazia referência direta à narrativa de vida pública do cidadão, uma vez que não existia a ideia de intimidade como se

conhece hoje. O indivíduo era concebido pelo seu foro exterior. Desse modo, as biografias tinham por finalidade tecer elogios das personalidades nacionais, em total oposição à identidade persa.

Cumpramos destacar ainda que o termo biografia nasce com a história, tendo como fundamentação a dimensão temporal (Junqueira, 2019). O termo biografia é geralmente associado à ideia de contar a história de vida de uma personalidade famosa ou histórica, em muitos casos, de um indivíduo já falecido. Aqui utilizaremos a biografia sociológica nos termos de Lahire (2018), justamente para distinguirmos o nosso trabalho de biografias literárias ou mesmo históricas, por exemplo. Propomos, com essa abordagem, entender a vida de pessoas comuns, de trabalhadores e de suas experiências a partir do viés sociológico.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é o de apresentar os caminhos metodológicos que guiaram a pesquisa. Através de entrevistas biográficas ou narrativas de vida, pretendemos evidenciar as possibilidades de utilização desse método em pesquisas que buscam dar conta da pluralidade disposicional de indivíduos singulares. No caso específico desta tese, através da abordagem biográfica, objetivamos compreender as experiências laborais de trabalhadores na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, procurando desvendar se existe uma mudança de disposições a partir das novas configurações do trabalho e da reforma trabalhista promulgada, no Brasil, em 2017. Valemo-nos, também, de um diário de campo com anotações importantes, em que foram registradas observações e informações acerca da realização das entrevistas.

Demais a mais, o método biográfico é indicado para pesquisas que privilegiam a lente teórica dos estudos de tradição disposicionalista, como é o caso desta tese. Ou como afirmam Catani e Mazé (1982), a predileção pela abordagem biográfica perpassa antes de tudo por uma escolha ideológica do pesquisador que valoriza as subjetividades das pessoas pesquisadas ou, ainda, na perspectiva de Lechner (2009) que se refere a uma “práxis humana”, que diz respeito ao cruzamento entre as histórias individuais e coletivas. O olhar para a biografia de um ator social serve como um instrumento que os livra de rótulos e classificações mais ou menos opressivos (Lechner, 2009). Conforme Bertaux (1999), pesquisas baseadas nas experiências de vida de um indivíduo revelam uma interessante capacidade e qualidade de interpretação sociológica e sócio-histórica.

Para Lahire (2004), a partir da narrativa de uma vida e das singularidades apreendidas é possível captar as razões e variações intra-individuais dos comportamentos dos indivíduos, possibilitando a articulação complexa entre disposições individuais e contextos plurais de socializações. Refletir sobre a biografia de um indivíduo é pensar sobre um corpo que, antes de ser individual, é social, ou, como nos sugere Lahire (2004, p.13): “O mundo social está dentro de nós como fora de nós”.

Junqueira (2019, p. 31-32), na esteira do pensamento de Lahire sustenta que:

A biografia do agente social, enquanto método de pesquisa, consiste, portanto, em buscar entender de que modo o agente expressa a sociedade em si mesmo à medida em que vive, e como sua trajetória de vida é condicionada por uma consciência coletiva exterior a ele. Por isso, para os disposicionalistas, o método biográfico se confunde com o estudo dos processos de socialização dos agentes, uma vez que é por estes processos fundantes que a sociedade conforma, até certo ponto, os indivíduos e, ao mesmo tempo, é conformada por eles

Antes de falarmos propriamente do método adotado e de autores que já o utilizaram, é importante esclarecer que, no decorrer da construção deste trabalho científico, alguns percalços nos fizeram mudar de postura metodológica e optar pela escolha da abordagem biográfica. No início da pesquisa, ainda na fase exploratória, a ideia inicial era trabalhar com uma metodologia proposta por Lahire (2004), os “Retratos Sociológicos”. Tal abordagem recomenda que se entreviste por mais de uma vez uma mesma pessoa, buscando captar as origens das disposições, ativações, reativações e a incorporação de novas disposições em diferentes contextos sociais em que um mesmo indivíduo transita, em resumo, realizar entrevistas longas e em profundidade.

Em um primeiro momento, foram escolhidas três pessoas para a realização de entrevistas desta natureza. No período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021 foram feitas as primeiras entrevistas com três trabalhadores que, naquele momento, se colocaram à disposição para entrevistas futuras. No entanto, devido ao contexto pandêmico instaurado pela COVID-19 e o aumento dos casos no Brasil e na cidade de Pelotas, começaram a surgir algumas dificuldades, dentre elas: a preocupação, o medo e o cuidado de contaminação, tanto por parte dos entrevistados como por parte do pesquisador. Alguns dos

entrevistados relataram casos de contaminação deles e da família e que compreendiam que o cenário não era adequado para realização de entrevistas.

Isso demonstrava que, mesmo em um cenário pandêmico, muitos trabalhadores continuaram exercendo suas atividades laborais e estavam suscetíveis à contaminação pelo vírus. O momento mais crítico da pandemia propiciou o afastamento entre pesquisador e pesquisados, mesmo com tentativas de entrevistas por plataformas digitais, a rotina de trabalho dos últimos (por trabalharem em diferentes horários e postos de trabalhos) dificultava o processo de interação nessas plataformas.

Passado o cenário mais crítico da pandemia, tentou-se novamente uma aproximação com as três pessoas entrevistadas via aplicativo de mensagem instantânea (*WhatsApp*) para a tentativa de continuação das entrevistas, contudo, não houve sucesso. Os entrevistados não demonstraram a mesma disponibilidade e começaram a relatar contratempos diversos e todos sempre relacionados às rotinas extenuantes de trabalho que lhes deixavam sem tempo. A maior insistência não propiciou resultados positivos, pois não demorou para os três afirmarem que não estavam mais dispostos a realizar entrevistas.

Foi nesse momento que percebemos que não seria possível aplicar a metodologia de entrevistas longas, conforme, sugeria Lahire (2004). Um complicador recaía sobre a rotina com o trabalho dos entrevistados, os quais, por desenvolverem mais de uma atividade laboral que lhes consumia boa parte do tempo durante a semana, não tinham como prioridade conceder uma entrevista, uma vez que o tempo que tinham disponível, queriam passar com a família ou descansando. O trabalhar “demais” dificultava a aplicação de uma metodologia como a de “Retratos Sociológicos”.

As inquietações que surgiram a partir disso eram: que método utilizar? Que método aplicar nas pesquisas de tradições disposicionalistas? Que método nos ajudaria a pensar e a problematizar a vida de indivíduos singulares?

Eis então que, dentro da própria teoria de Lahire, a abordagem biográfica aparece como uma alternativa, tendo em vista que o autor propõe refletir o social a partir de uma unidade muito particular – a vida dos indivíduos. Ademais, as narrativas biográficas permitem o encontro com a subjetividade, a síntese entre o singular e o plural e o seu caráter intercultural (Lachner, 2019). A partir disso, buscou-se uma literatura especializada e autores que se valeram do método

biográfico⁵² para a interpretação da realidade. A leitura atenta da obra desses autores nos levou ao encontro com a metodologia que decidimos adotar.

3.1.1 Discussão sobre o método adotado

Dentre os sociólogos que usaram essa abordagem, destacamos: William Tomas e Florian Znaniecki, da Escola de Chicago com a obra “The Polish Peasant in Europe and America: Monograph Of An Immigrant Group” (1918-1920). Na referida obra, os autores se utilizaram de uma junção de métodos para compreender a organização social e a imigração de camponeses poloneses para a América e Europa, no contexto do cenário industrial que se constituía nesses países.

No tocante à abordagem biográfica, no volume III da obra intitulada “*Life Record of an Immigrant (1919)*”, os autores se valeram da autobiografia (Registro da vida de um imigrante) de um camponês de vida urbana e de classe popular, com a finalidade de demonstrar os processos de desorganização de um indivíduo frente às transformações de um tipo de organização social para outro, marcadas pelas características urbana e industrial. Além disso, os autores defendem que o registro particular da vida de um indivíduo pode ser compartilhado por outros indivíduos de um mesmo grupo social ou de fenômenos sociais mais amplos. Znaniecki e Tomas (1984) argumentam que os registros de vida pessoal “constituem um tipo perfeito de material sociológico” (Znaniecki e Tomas, 1984, p. 6. Tradução nossa).

Ainda acerca da abordagem biográfica, Znaniecki e Tomas (1984) defendem que a realidade social e as instituições que as regem não podem ser compreendidas na sua totalidade se os estudos que se fazem delas se limitarem apenas às questões que dizem respeito à sua organização. Para os autores, se faz importante uma análise da experiência social dos seus membros, para identificar as formas que os processos sociais aparecem e influenciam a vida pessoal dos indivíduos que compõem uma sociedade ou determinado grupo.

⁵² Não se pretende trazer um debate epistemológico crítico sobre a utilização da abordagem biográfica. Para tal discussão, ver Conde (1993); Gussi (2008); Junqueira (2019).

Saindo do cenário americano da sociologia de Chicago, no final de 1960 a sociologia francesa a França adere à abordagem biográfica na conhecida obra de Maurizio Catani intitulada *Tante Suzanne et l'histoire de vie et du devenir social d'une femme*. A obra é fruto de pesquisas realizadas entre 1971 e 1979, com publicação de 1982 (Junqueira, 2019). Nessa obra, Catani (1982) se ocupa de investigar a história de vida social de uma senhora idosa imigrante que se chamava Tante Suzanne em Mayenne, no oeste da França, na época da Primeira Guerra Mundial. Tante era esposa de um relojoeiro, mãe de dois filhos, dona de um jardim muito conhecido na periferia e, em suas narrativas, não deixava de lado suas origens. Essa obra de Catani serve como um guia para os que optam em trabalhar com histórias de vida, narrativas e entrevistas biográficas. Nela, o autor, a partir da biografia de Suzanne, apresenta os erros e acertos na utilização deste tipo de abordagem. Ao mostrar a história social de vida de Suzanne, ele elucida a importância da subjetividade, das singularidades e das falas das pessoas pesquisadas para que se possam pensar aspectos estruturais e de grupo.

Catani (1982) nos esclarece que optar pela escolha do método biográfico estava diretamente atrelado ao processo de individualização moderna e também de uma escolha política e ideológica de privilegiar a subjetividade do indivíduo como instrumento capaz de produzir reflexões e investigações férteis e de fôlego sobre os fenômenos sociais. O autor sustenta que refletir acerca da biografia de um indivíduo é buscar compreender os seus sistemas de ideias, representações e valores, os quais vão além de seus “universos mentais”.

Ainda no contexto francês, Daniel Bertaux (1990) escreve um célebre artigo no qual sai em defesa da utilização do uso da biografia. Cumpre destacar que, em 1976, ele publica a obra *Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*, na qual já demonstrava a utilização desse tipo de abordagem para a apreensão do social e suas particularidades. Nessa obra, Bertaux preocupou-se em distinguir metodologicamente história de vida e relato biográfico, trabalho sobre a vida de uma pessoa (com uso de recursos de outros documentos) e narrativas de alguém sobre si próprio (Sawicki, 1992).

Iremos nos atentar aqui para o artigo que Bertaux escreve em 1999, tratando da validade e da potencialidade da abordagem biográfica. Nesse texto,

além de fazer um apanhado de autores sobre diferentes perspectivas teóricas que utilizaram a abordagem biográfica desde diferentes lugares, Bertaux (1999) discorre acerca de questões metodológicas bastante pertinentes aos que optam em privilegiar o uso de biografias como instrumentos de coletas. O artigo de Bertaux (1999) aparece no cenário em que a abordagem biográfica já tinha ganhado destaque na sociologia desde dos anos 1980 (Junqueira, 2019).

De acordo com Bertaux (1999), dentre as condições para que uma entrevista biográfica seja realizada, é importante que o ator social queira contar sua história de vida e que assuma o controle da conversa. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que, durante a condução da entrevista, seja considerado o conhecimento acerca das estruturas sociais, como, por exemplo, relações de produção, normas culturais, normas profissionais, o papel na divisão social do trabalho, etc. Recomenda ainda que a escuta seja atenta e não passiva. O pesquisador deve estar atento para não cancelar uma pergunta, pois o esforço do entrevistado em responder uma pergunta não pode ser interrompido por uma nova pergunta. Acrescentaríamos ainda nesses quesitos as relações sócio-simbólicas para captar as diversidades das práticas sociais (Catani, 1982). Sobre as formas de analisar os dados, Bertaux (1999) é enfático em afirmar que os relatos biográficos devem seguir na construção progressiva de uma representação do objeto sociológico.

Ainda na França, Jean Peneff publica, em 1979, *Autobiographies de militants ouvriers*. Nessa obra, a partir de relatos autobiográficos de uma dúzia de trabalhadores ativistas que pertenciam à mesma corrente sindical (CGTU e CGT) e ao mesmo grupo de metalúrgicos de uma empresa na região de Nantes, o autor buscou entender o contexto social, econômico e histórico (regional e local) em que esses trabalhadores estavam inseridos, a partir das suas experiências com o trabalho. Além de um quadro demonstrativo da vida e das memórias dos entrevistados, mediante a organização do material empírico, as narrativas dos trabalhadores pesquisados por Peneff sinalizaram para a forma de organização desses trabalhadores na França, mostrando que a história do movimento desses ativistas se baseava na oposição constante, na campanha de grupos anônimos e na ausência de personalização, sobre as lutas, fracassos, vida cotidiana e contratempos que marcaram o percurso biográfico desses trabalhadores.

Pennef (1979) defende que os relatos individuais possuem grande riqueza documental para a sociologia. Evidência que o uso de autobiografias ou biografias toma o indivíduo como sujeito da história, alguém com eventos coerentes e dignos de atenção e apresenta dados interessantes de períodos sócio-históricos de uma sociedade ou grupo em que o ator social está inserido. Para ele, pesquisar as autobiografias é estudar os excluídos da história (Pennef, 1979).

Nesse cenário, Pennef (1990) propõe quatro níveis de análises para a abordagem biográfica: o primeiro se refere à função do método para os pesquisadores, em que o tipo de abordagem permite que se conheçam as características sociais de um indivíduo, seja ele no contexto familiar, escolar ou sócio profissional, estudadas em relação à sua situação atual (Pennef, 1990, p. 6, tradução nossa); o segundo diz respeito ao método biográfico servir como uma documentação histórica, uma fonte documental direta e difusa que auxilia os pesquisadores na coleta de dados originais previamente negligenciados; o terceiro, por sua vez, versa sobre a reconstrução do passado do indivíduo com sua reconstrução verbalização que recai em interpretações que dizem respeito às contradições entre o que é contado e o que realmente aconteceu; o quarto está diretamente relacionado com instrumentos para o conhecimento das opiniões, valores, normas e convicções do indivíduo (Pennef, 1990, p. 6, tradução nossa).

Se por um lado, elencamos autores que defendem a utilização do método biográfico, por outro lado, em um tom crítico, Bourdieu (1986)⁵³ publica o artigo *L'illusion biographique* – sendo difundido no Brasil como *A ilusão biográfica* (2006)⁵⁴. Bourdieu (2006) expõe que o uso de biografia como método seja lido a partir de uma postura crítica. Chama atenção para o cuidado de não

⁵³ “Esta posição muito crítica de Bourdieu com relação ao método biográfico nos seus escritos dos anos 1970 e 1980, parece ter se suavizado nos anos 1990. De fato, o autor utilizou a biografia e a autobiografia em algumas ocasiões, levantando questionamentos a respeito de sua posição sobre o assunto, conforme havia sido colocada no artigo *A Ilusão Biográfica*. É digna de nota a publicação do livro *A Miséria do Mundo* em que Bourdieu (1998) utiliza relatos biográficos quais completamente desacompanhados de estudos e análise sociológica, ainda menos de reflexões a respeito da abordagem biográfica utilizada. Também é importante citar o esforço realizado pelo autor para situar sua vida e obra no tempo social em que viveu, através do livro *Esquisse pour une auto-analyse*, escrito em 2001, pouco antes de sua morte em 2002. (Junqueira, 2019, p. 37).

⁵⁴ No livro “Usos e abusos da história oral”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado.

aceitar com tanta facilidade aquilo que é narrado pelos entrevistados que pode vir carregado por um discurso de ego distorcido e da idealização de si mesmo.

Nesse ponto, Junqueira (2019) argumenta que, para Bourdieu (2006), o eu não sou substancial, mas relacional. Isso é fato quando Bourdieu (2006) esclarece que uma história de vida deve ser compreendida a partir das redes de relações e matrizes de socialização do indivíduo, que as reflexões acerca dos acontecimentos biográficos devem levar em consideração as *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, ou seja, pensar a posição e distribuição do capital social dentro de um determinado campo de poder.

Em 1986, Howard Becker também publica um texto com reflexões pertinentes acerca do uso da biografia, no escopo da sociologia, intitulado *Biografia e o mosaico científico*. Becker (1986) traz ao debate a importância do uso de biografias para a compreensão de processos sociais. Para além de reforçar a importância da fala e das singularidades dos atores sociais, o texto apresenta algumas noções acerca da utilização da abordagem biográfica, dentre elas: a biografia não fornece, por si só, provas decisivas, a favor de uma hipótese, podendo ser um caso negativo que obriga ao pesquisador a notar que a proposta é inadequada; permite ir para além da área da temática geral da pesquisa; oferece outros tipos de informação, fornecendo uma base para fundamentar os pressupostos da realidade e é uma indicação próxima da direção em que se encontra a verdade; é útil para trazer à tona o lado subjetivo dos processos institucionais; e, pela sua riqueza de detalhes, pode ser importante quando e onde a pesquisa se estagna.

Em conformidade com Becker (1986), uma biografia bem feita permite captar os detalhes de processos sociais que muitas vezes são apenas especulados, bem como descrever as sequências relevantes de interações em que se criam caminhos de ação coletiva e individual.

A biografia também aparece como abordagem na sociologia proposta por Bernard Lahire, visando compreender por que os indivíduos fazem o que fazem (ação social), dizem o que dizem (interação social) e pensam o que pensam (representações sociais) (Junqueira, 2019). A perspectiva que Lahire assume vai de encontro às investigações convencionais de trajetórias individuais, as quais se resumem em apresentar as propriedades e características, como a origem social, diploma e profissão. Tal reconstrução,

entretanto, deve ir além dessas experiências específicas, buscando desvendar quais as propriedades adquiridas nessas práticas (Junqueira, 2019).

Na obra de Lahire (2018) *Éléments pour une théorie de la création littéraire*, a partir de um caso singular – a vida do escritor Franz Kafka –, o autor se debruçou em compreender o porquê Kafka escreveu o que escreveu, o contexto em que escreveu, as condições e os quadros de socialização do curso de vida de Kafka que o fizeram ser o que ele foi. Ao fazer isso, além de reforçar sua teoria com um caso empírico de que todo indivíduo singular é completamente social, Lahire (2018) sai em defesa do uso da abordagem do tipo biográfica sociológica. Ao examinar a história de vida de Kafka, evidencia que estudar sociologicamente um caso individual nunca é examinar uma realidade isolada, desconectada de seus múltiplos vínculos com toda uma série de outras realidades sociais, o que auxilia na identificação dos elementos estruturantes da vida familiar, escolar, sentimental, profissional, religiosa etc. (Lahire, 2018, p. 94, traduções nossas).

Ao examinar os patrimônios de disposições de Kafka, Lahire (2018) chama atenção ao fato de que a biografia sociológica não pode, simplesmente, ser encarada como uma série de anedotas ou reduzida única e exclusivamente a uma sequência cronológica de eventos e fatos. Muito pelo contrário, deve, antes de tudo, considerar as evidências das estruturas recorrentes, que não precisam ser necessariamente coerentes, no decorrer de uma trajetória individual moldada socialmente. Deve-se levar em consideração os aspectos diacrônicos e sincrônicos desses processos e as multiplicidades de mundos sociais simultâneos, vivenciados pelos indivíduos.

A biografia sociológica problematiza uma vida ao invés de simplesmente descrevê-la em uma cadeia de eventos (Lahire, 2018). O sociólogo deve se atentar para entregar uma biografia, que apresente um trabalho meticuloso de reconstrução das diversas condições sociais de produção da singularidade de um indivíduo (Lahire, 2018). No entanto, é preciso deixar claro que Lahire (2004; 2018) não está preocupado em captar todos os acontecimentos da vida de um indivíduo, o que para ele não seria possível, mas sim de fazer uma seleção criteriosa dos eventos que considerem a potencialidade para gerar, reforçar ou criar novas disposições sociais (Junqueira, 2019).

Nas assertivas de Junqueira (2019), Lahire, ao problematizar e utilizar o método biográfico,

(...) vai mais além e atualiza o método para atender à complexidade dos fenômenos sociais de hoje. Nesse sentido, a abordagem biográfica não mais se limita à consideração da trajetória individual do agente para que seja adaptável a um campo social de manifestação, preponderante na idade adulta. A análise biográfica percorre, no seu modo particular de apropriação, a diversidade das instâncias de manifestação individual, ora focando em elementos mais subjetivos, ora em outros mais objetivos. Ela se flexibiliza para ajustar-se melhor ao ritmo mais veloz e à diversidade crescente da manifestação individual na multitude dos mundos sociais, na pluralidade de papéis sociais e na variedade de disposições sociais que o indivíduo pode apresentar ao transitar pela vida (Junqueira, 2019, p. 42).

Seguindo os passos dos autores citados no decorrer desta seção, ao resgatarmos o método biográfico e tendo como recorte questões que norteiam o mundo do trabalho no Brasil, especificamente na cidade de Pelotas, também é de nosso interesse compreender, a partir da biografia dos trabalhadores selecionados para esta pesquisa, de que maneira essas mudanças afetaram o conjunto de relações sociais nos quais participam, particularmente o trabalho, além de compreender o conjunto de disposições que se apresentam e se desenvolvem em seus percursos biográficos. Os entrevistados da pesquisa são pessoas que subsistem economicamente de sua própria atividade, isto é, funcionários de empresas terceirizadas, motoristas de aplicativos, entre outros, e que, além de suas respectivas ocupações principais, desempenham outras funções laborais em dias e horários distintos. Ao investigar a biografia desse conjunto de trabalhadores, busca-se através da precariedade, crise, estabilidade/instabilidade frente ao cenário de suas atividades laborais e da vida entender se houve incorporação de novas disposições para o trabalho, se foram ativadas ou desativas. Os relatos biográficos nos auxiliarão a entender a história de vida do indivíduo que trabalha a partir dos seus valores, representações e ideias. Além de que, olhar para esses trabalhadores a partir de suas disposições, é também compreender o seu devir pessoal, das variedades de suas práticas culturais, das suas prospecções para o futuro, autorrealização e dos mecanismos que se utilizam para confrontar uma ordem social laboral alterada.

3.1.2 O *locus* da pesquisa: caracterização do mercado de trabalho na cidade de Pelotas

A realização da pesquisa empírica deu-se na cidade de Pelotas, localizada na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo estimativas oficiais do IBGE do ano de 2021, Pelotas contava com uma população de 343.826 pessoas, se configurando com a quarta cidade mais populosa do estado. A escolha pela cidade de Pelotas dá-se por seu mercado de trabalho seguir as transformações que ocorrem no cenário nacional. O setor econômico de Pelotas é predominantemente caracterizado pelo comércio e serviços, com destaque para os serviços públicos (Observatório do trabalho, 2020).

Acompanhando esses processos, nos anos de 2000 a 2014, observa-se um aumento do emprego formal e um crescimento econômico em todo o país que também refletiu na cidade gaúcha que teve como marco neste período a expansão do emprego, principalmente o emprego formal protegido, a redução de pessoas desempregadas e a estabilização das ocupações informais (Observatório do Trabalho, 2020).

O período de 2015 a 2016 foi marcado por uma grande crise econômica, conhecida como a maior recessão desde os anos 90. Os efeitos sobre o trabalho e o emprego foram marcantes nesse período, com: desestruturação do mercado de trabalho, redução do emprego, e aumento do desemprego e do trabalho informal. Embora em 2018 o mercado de trabalho pelotense tenha apresentado melhoras no quesito emprego, no ano seguinte os marcadores apontaram para perdas no estoque de emprego celetista⁵⁵. Este cenário só veio a piorar em 2020 com a chegada da pandemia da COVID-19, que provocou efeitos nocivos na economia do país, não sendo diferente no Rio Grande do Sul (Observatório do Trabalho, 2020).

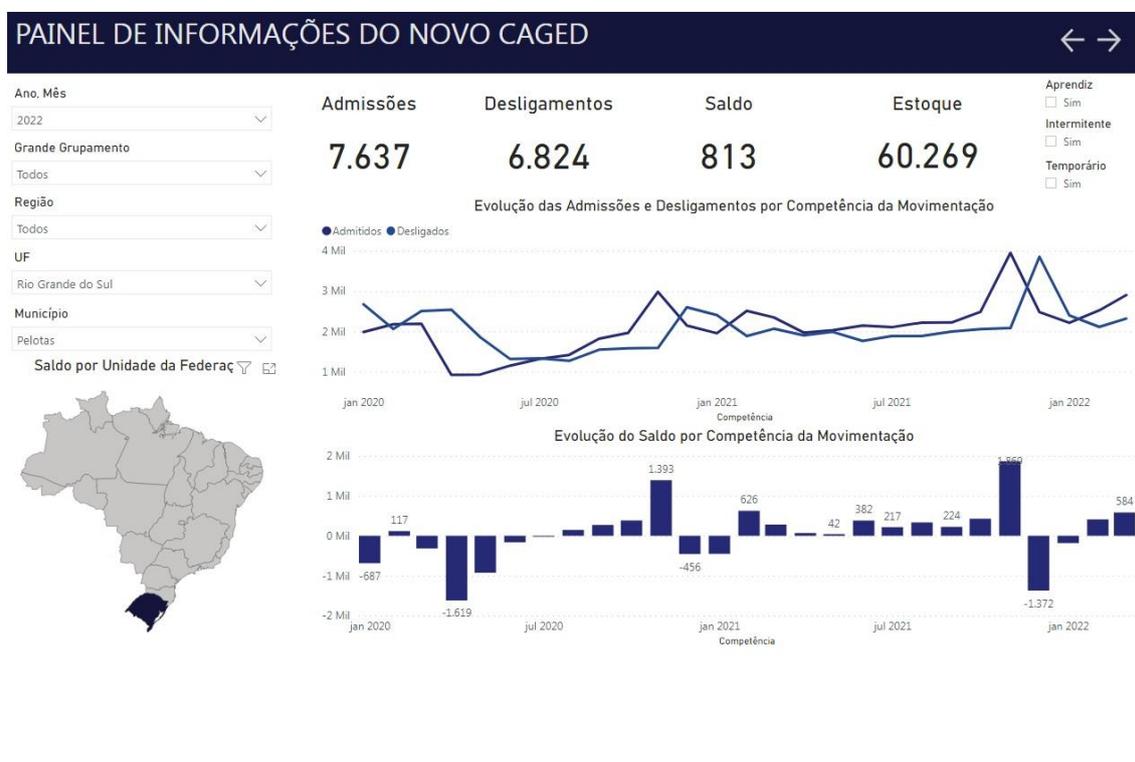
Passado o período mais crítico da pandemia, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em dados oficiais divulgados em 2021, apresentou uma melhora do saldo positivo de emprego em Pelotas, seguindo as tendências do estado gaúcho. Em 2021, foram admitidos 28.495 trabalhadores para ocuparem postos de trabalho. O setor que mais admitiu foi o de serviços (10.105), seguido do comércio (8.695), da indústria (5.154) e da construção (4.430). Os dados do CAGED também sinalizam que a idade da

⁵⁵ Refere-se ao emprego na iniciativa privada, com o contrato regido pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT).

maioria dos novos contratados está entre 18 e 24 anos, com Ensino Médio completo e do sexo masculino. Sobre as admissões das mulheres, foram (12.144), enquanto a contratação de homens foi (16.088). No conjunto, trata-se de um mercado de trabalho que parece priorizar a mão de obra jovem e masculina.

O gráfico abaixo apresenta um quadro demonstrativo do primeiro trimestre de 2022 com o saldo positivo de 813 vagas de emprego formal em Pelotas. Além disso, os dados do CAGED apontam um saldo positivo no primeiro trimestre para os seguintes setores: serviços (692 novas contratações); construção (207 novas contratações) e indústria (46 contratações). Já, no que se refere ao saldo negativo no mesmo período, os setores de comércio (120 demissões) e do agronegócio (12 demissões) foram os que mais demitiram trabalhadores.

Gráfico 1 Indicadores de novas contratações



Fonte: Novo CAGED, SEPRT/ME

O gráfico sinaliza ainda que, após o período mais crítico da pandemia, o mercado de trabalho de Pelotas voltou a apresentar melhoras nos indicadores de novas contratações em comparação ao ano de 2020. Isso pode ser visualizado nas diferenças nos números de contratações entre janeiro e março,

quando foram registradas 7.637 novas contratações e 6.824 novos postos de trabalho.

A tabela abaixo apresenta um panorama geral do número de contratações e desligamentos realizados de janeiro a novembro de 2022.

Tabela 1 Contratações realizadas em 2022

Competência	Admitidos	Desligados
Janeiro de 2022	2.251	2.411
Fevereiro de 2022	2.250	2.138
Março de 2022	2.947	2.438
Abril de 2022	2.386	2.203
Mai de 2022	2.318	2.391
Junho de 2022	2.398	2.089
Julho de 2022	2.177	2.181
Agosto de 2022	2.417	2.226
Setembro de 2022	2.383	1.993
Outubro de 2022	2.403	2.041
Novembro de 2022	3.773	2.057

FONTE: Novo CAGED, SEPRT/ME

No período em análise, o total de admissões em Pelotas foi de 28.003 e o de desligados de 24.168, fechando um saldo positivo de 3.835. Em 2022, os meses que mais admitiu trabalhadores foram março e novembro. Assim, o cenário do emprego em Pelotas, no referido período, se mantém positivo e tem o setor de serviços e de comércio como sendo o que mais contratou, respectivamente, 10.900 e 8.447 novos postos de trabalho.

Ao apresentarmos esse panorama, podemos situar o cenário em que trabalham as pessoas pesquisadas para esta tese. São trabalhadores que ocupam vagas em alguns desses setores e/ou desempenham atividades em um segundo ou terceiro emprego, não captadas pelo CAGED, às vezes, de forma informal, de contratações atípicas, temporárias ou como Microempreendedores

Individuais (MEI). O que chamamos de segundo ou terceiro emprego está relacionado ao fato de que esses trabalhadores transitam e desempenham mais de uma ocupação laboral em diferentes turnos e dias da semana, com jornadas extenuantes e, na maioria das vezes, sem tempo para tirar férias e dedicar-se às atividades de lazer.

3.2 Os entrevistados da pesquisa

Em um primeiro momento, era de nosso interesse entrevistar trabalhadores que possuíssem uma primeira ocupação nas seguintes atividades: serviços do lar; microempreendedorismo; setores de comércio, serviços, industrial e construção civil; e transportes de aplicativos. No entanto, dadas as dificuldades já enumeradas, não foi possível dar conta de todas essas categorias. Contudo, uma rede de entrevistados foi se formando, o que nos conduziu a concentrar o trabalho de campo em trabalhadores de empresas terceirizadas como vigilância, limpeza e portaria, motoristas de aplicativos, trabalhadores informais, da construção civil e do comércio. O acesso às novas categorias permitiu, no nosso entendimento, manter os objetivos da pesquisa.

Para termos os dados, optamos pela elaboração de um roteiro com perguntas que visavam captar elementos subjetivos da vida dos trabalhadores; e direcionado, principalmente, para as questões laborais. Assim, o roteiro continha perguntas sobre a relação com a vida no trabalho ao longo dos anos, com a família, com os amigos, bem como sobre as relações fora do trabalho, levando em consideração o lazer e o tempo livre em que não estavam trabalhando. Além disso, continha perguntas acerca da reforma trabalhista e o seu impacto na vida dos entrevistados, através de suas experiências com o trabalho. Contudo, esta última questão não foi desenvolvida de forma satisfatória, tendo em vista, que os entrevistados não conseguiam narrar como a reforma trabalhista impactava, positivamente ou negativamente, na sua vida cotidiana. Nessa pergunta, em específico, os entrevistados respondiam, apenas, “sim” ou “não”; ou afirmavam que não sabiam como responder essa pergunta, porque não estariam “por dentro” da reforma trabalhista. Isso indica que os trabalhadores entrevistados tinham conhecimento, em alguns casos, da

existência da reforma trabalhista, mas não conseguiam dimensionar os seus impactos no mundo objetivo.

O objetivo do roteiro e da reconstrução das narrativas foi traçar o perfil biográfico dos entrevistados, tendo como preocupação maior as falas com relação ao labor ao longo de suas trajetórias. Seguindo o indicado pela metodologia biográfica e a importância, dada nesta pesquisa, às narrativas, decidimos privilegiar a trajetória laboral dos entrevistados e tentar fazer um entrelaçamento com elementos mais amplos de suas vidas. Por isso, embora tenham sido abordados outros espaços de socialização, como os da família, a escola e a igreja, o nosso interesse maior esteve centrado na biografia dos entrevistados e nas suas trajetórias (JUNQUEIRA, 2019).

Para chegarmos às pessoas entrevistadas foi preciso construir o que chamamos de duas redes de relações: *interpessoais*, a partir de indicações de pessoas próximas, e *interações sociais* do pesquisador no cotidiano. Essas duas modalidades de entrevistas se deram dentro e fora do ambiente de trabalho dos pesquisados. A primeira delas diz respeito à indicação de entrevistados a partir das redes de relações afetivas e de amizade. A segunda caracteriza-se pela interação social em que o pesquisador estabelece no próprio cotidiano com pessoas que se enquadram no perfil da pesquisa. Nesse caso específico, as interações foram realizadas com motoristas de aplicativos (*UBER* e *99*) e com um trabalhador responsável por realizar frete de mudanças e outros tipos de carga, a partir de diálogos que se estabeleceram na utilização dos serviços. O objetivo, em um primeiro momento, foi sondar, a partir de conversas informais, se esses trabalhadores possuíam outra atividade laboral além daquelas que desenvolviam naquele momento. Quando o perfil era aquele esperado, relatava-se sobre a pesquisa e, em seguida, havia trocas de contato para agendamento de uma possível entrevista.

É importante esclarecer que nem sempre a entrevista se realizava ou saía como esperada, apesar das inúmeras tentativas de contato. Esforços de conquista, confiança, insistência e de manter a proximidade com as pessoas entrevistadas se fizeram necessários e importantes para o andamento da pesquisa.

3.3 As entrevistas via rede de relações interpessoais

As quatro entrevistas que iremos relatar foram intermediadas por um conhecido próximo que prestava serviços de zeladoria em uma empresa terceirizada⁵⁶, de vigilância, portaria e limpeza que oferecia esses serviços na cidade de Pelotas. Ao falarmos da proposta da pesquisa, ele nos informou que no condomínio em que trabalhava, tinha alguns funcionários da portaria que desempenhavam outras atividades laborais em postos de trabalhos diferentes. Isso despertou nosso interesse e as primeiras entrevistas foram se alinhando com os trabalhadores dessa empresa.

Os entrevistados, dois porteiros e duas porteiras, trabalhavam na portaria e possuíam outras ocupações. O trabalho na portaria se caracterizava pelo regime 12x36, ou seja, o trabalhador trabalha 12 horas e descansa 36. Naquilo que deveria ser o descanso desses trabalhadores, eles aproveitavam para ocupar outras ocupações de trabalhos em lugares e empresas distintas. Assumindo uma postura ética, trataremos os entrevistados por nomes fictícios.

Desse modo, Alessandro, porteiro dessa empresa terceirizada, homem branco, 34 anos com Ensino Fundamental incompleto. Na época era casado, não tinha filhos e, além de trabalhar para essa empresa, realizava serviços de manutenção predial para o próprio condomínio que contratava os serviços da terceirizada, contudo, em regime de contratação atípica e sem direitos trabalhistas. Ao longo de sua trajetória com o trabalho, Alessandro incorporou o que iremos chamar de *disposições para o trabalho árduo e disposições de adaptação e flexibilidade laboral* devido ao seu contexto social, econômico e familiar marcado por crises, instabilidades e incertezas.

Já Roberto, que também trabalhava na portaria, era um homem branco, heterossexual, trinta e três anos, com Ensino Médio completo, solteiro e pai de quatro filhos. Não só tinha uma, como outras duas ocupações laborais. Ele trabalhava em outras duas atividades: a de motorista de aplicativo na plataforma digital *UBER* e a de entregador (Motoboy) para algumas lanchonetes da cidade.

⁵⁶ De acordo com Antunes e Druck (2011) “o crescimento e a difusão da terceirização a reafirma como uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira, que, no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões” (Antunes e Druck, 2011, p. 219).

Desde muito cedo, Roberto incorporou o que iremos denominar de *disposições para trabalhos precários*. Outro fato singular no percurso biográfico de Roberto é o de ter sido pai muito cedo e, aos trinta e três anos, ter quatro filhos com mulheres diferentes. Esse momento da vida do Roberto o levou a desenvolver *disposições para adquirir renda* ou *disposições para suprir necessidades* justamente porque, geralmente, era no “trabalhar mais” que ele tirava o dinheiro para pagar as pensões alimentícias dos filhos, o aluguel do carro, da casa e outras despesas.

Kelly, que também trabalhava na empresa terceirizada, se considerava racialmente como parda, tinha 37 anos, heterossexual, com ensino médico completo, técnica em radiologia e em administração de empresa, casada e mãe de dois filhos. Tinha o *UBER* como sua segunda atividade laboral. Trabalhando desde muito cedo para ajudar a família, ela sempre encarou o trabalho com o meio para adquirir bens materiais e melhorar sua condição de vida. O marido de Kelly foi um dos que a influenciou para que ela começasse a trabalhar como motorista de aplicativo, uma vez que ele sempre foi taxista. Segundo ela, o nascimento dos filhos e o aumento com as despesas do lar se configuraram como o fator mais importante para que ela continuasse com as duas atividades laborais. As disposições adquiridas provenientes das relações familiares, advindas das necessidades e do aumento do consumo, foram o que a fizeram optar por ter mais de um emprego. Mais adiante, veremos outra situação interessante da vida de Kelly que é acerca da otimização do seu tempo, o qual ela agencia entre ser mãe de dois filhos, esposa, porteira e motorista de aplicativo. Devido a esses contextos, ela incorporou *disposições de otimização do tempo* para lidar com as situações corridas que a rotina diária exigia dela.

Por último, Rosiane, uma jovem branca, de 24 anos, estudante do curso técnico de enfermagem, tentava conciliar seu tempo entre ser porteira, atendente em uma pequena loja da família e a rotina de estudante. Na trajetória de vida da jovem, o trabalho sempre teve um papel central, uma vez que ela começou a trabalhar muito cedo, entre os nove e dez anos, como babá; em seguida na adolescência como jovem aprendiz⁵⁷ e, desde então, tenta conciliar estudos e

⁵⁷ “O Programa da Lei da Aprendizagem, conhecido como Programa Jovem Aprendiz – PJA, objeto de estudo do presente artigo, caracteriza-se por promover a inserção laboral de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, com a exigência de manutenção do participante

trabalhos. O cenário social de família pobre e de periferia do Bairro Dunas na cidade de Pelotas, levaram-na a experienciar, desde muito cedo, empregos subalternos e sem direitos trabalhistas. O emprego como babá era reflexo dessa conjuntura, embora ilegal por ela ainda ser uma criança, as *disposições laborais* aparecem como uma necessidade para ajudar com as despesas da família. Depois disso, na adolescência, trabalhar passou a ser algo mais individual, segundo ela, para ter seu próprio dinheiro. Perceberemos que, na biografia da Rosiane, as *disposições para suprir necessidades* via labor têm sido muito fortes, sobretudo, no momento em que ela opta em ter mais de um emprego e, mesmo insatisfeita na segunda ocupação na loja do irmão, abdicar daquele emprego naquele momento da entrevista não era uma opção, pois a renda advinda dessa atividade lhe auxiliava no pagamento do apartamento recém-financiado. Outras características que destacamos na biografia da Rosiane é sobre a exaustão e as impossibilidades de se ter lazer como ela gostaria por conta da rotina de trabalho e estudo. Contudo, o trabalhar demais, que marca todo o seu percurso fez com que ela incorporasse o que vamos denominar como *disposições de prospecções para realizações* futuras, pois, através do trabalho e dos estudos ela visualiza um futuro onde possa adquirir bens materiais, ter conforto e não precisar ter que trabalhar tanto.

Para os trabalhadores mencionados, a empresa terceirizada representa a segurança da formalidade e dos direitos trabalhistas, enquanto as outras ocupações se configuram como sendo, mesmo com a instabilidade, precariedade e jornadas de trabalho exaustivas, um meio de garantir uma segunda ou terceira renda. Eles incorporaram *disposições fortes para adquirir renda* e, ao ocuparem distintos postos de trabalho ao longo do percurso biográfico, vão incorporando *disposições para segurança financeira*, o que faz com que deixar um desses empregos não apareça como uma opção.

3.3.1 Entrevista via interações sociais do pesquisador a partir do cotidiano

na escola. O Programa é vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que estabelece as relações jurídicas, incluindo a prestação de serviços e o contrato de aprendizagem” (Vilar e Mourão, 2018, p. 2001).

As entrevistas dessa natureza foram realizadas com três pessoas, todos homens do sexo masculino em momentos e interações distintas. A primeira delas foi com um motorista de aplicativo, que chamaremos de Elton. A entrevista com ele se deu a partir do serviço de aplicativo *UBER* no final do ano de 2020. Depois de algumas negociações e insistências, o Elton, que é um homem negro, solteiro, de quarenta e um anos e pai de dois filhos, decidiu conceder uma entrevista. O primeiro trabalho do Elton era como vigilante, sendo, segundo ele, a atividade que lhe garantia segurança no que se refere aos direitos trabalhistas. A segunda ocupação, como motorista de aplicativo, veio da necessidade de complementação de renda para pagar parcelas de bens adquiridos. Ele ativa *disposições para o consumo* a partir dessa renda “extra” e também de disposições adquiridas como, por exemplo, *disposições para dirigir*, pois, segundo ele é algo que “sempre” gostou desde quando era taxista.

O percurso biográfico com o trabalho de Elton, sobretudo por lidar com o público, tem sido caracterizado por *disposições para ter boas relações*, o que sempre se mostrou eficaz em diversos contextos de socialização para não ficar desempregado por muito tempo. Outro elemento presente, em paralelo com questões laborais na vida de Elton, foi a religiosidade⁵⁸. As *disposições religiosas* e as crenças que ele depositava nas “guias e entidades” de religiões afrobrasileiras representavam uma alternativa nos momentos de dificuldades e crises, principalmente naqueles em que ele se via desempregado e sem perspectivas laborais. Mais adiante veremos com as *disposições religiosas* aparecem entrelaçadas com o mundo do trabalho na trajetória de vida dos entrevistados.

A entrevista com o Denis também se deu a partir de abordagem semelhante à do Elton, mediante as interações via aplicativos de motorista, que, coincidentemente, aconteceram mais de uma vez. Após longas conversas em aplicativos de mensagens instantâneas, desde o fim do ano de 2021, somente no ano seguinte foi possível agendar a entrevista – na seção acerca dos erros e

⁵⁸ A noção de religião e religiosidade na dimensão teórica cultural proposta por Clifford Geertz (1989a; 1989b) diz respeito a um sistema incorporado de significados, símbolos e crenças que dão sentido às experiências dos atores sociais, considerando aspectos sócios-estruturais, subjetivos e psicológicos. A religião, para o autor, trata-se de um sistema coletivo de normas, crenças, valores e regras morais, da mesma maneira que pode assumir uma perspectiva subjetiva, principalmente atuando nos momentos de crises, rupturas e eventuais dificuldades que marcam a trajetória dos atores sociais.

acertos da aplicação do método trataremos dessas e outras dificuldades. Nas primeiras conversas com Denis, ainda em 2021, ele relatou que, além de trabalhar como motorista de aplicativo (*UBER* e 99), tinha um negócio próprio de venda de carros novos e usados. Em 2022, na época da realização da entrevista, tinha deixado o trabalho como motorista de aplicativo e parado com as vendas de carros por conta do contexto da pandemia, e estava trabalhando de representante comercial em uma marca de roupas que pertencia a membros de sua família. Contudo, estava se preparando para voltar com o trabalho de venda de carros, tendo em vista que essa é uma de suas prospecções para o futuro, viver única e exclusivamente com a renda da venda desses carros.

Denis é um homem branco, de trinta e três anos, com Ensino Médio completo e curso técnico incompleto, pai de um filho, com uma união estável, natural do interior do estado do Mato Grosso, e morando há mais de treze anos na cidade de Pelotas, no Bairro Fragata. O trabalho acontece na vida do Denis muito cedo, aos sete anos, quando ele realizava pequenas tarefas na fazenda onde a mãe trabalhava como secretária do lar e o pai como caseiro. O seu início laboral é assinalado pela vontade de ajudar à família e o trabalho, depois, é encarado como vontade de suprir necessidades individuais. O seu percurso biográfico com o trabalho é fortemente influenciado pelas *disposições familiares*. Em diversos momentos do passado e do presente tem trabalhado em negócios da família. Veremos que o Denis, devido ao contexto em que estava inserido, trabalhou em diversos empregos instáveis, precários e sem direitos trabalhistas, incorporando, ao longo desses processos, *disposições para a instabilidade laboral*. Denis também foi, durante algum tempo, desenvolvendo *disposições fracas de empreendedor de si mesmo* que foram e são ativadas em alguns contextos laborais. Ele acredita na figura do empreendedor de si mesmo⁵⁹, sendo enfático em vários momentos em dizer que prefere não ter um patrão. Por sempre ter estado em contexto de trabalhos flexíveis, sem proteção e totalmente desestimulado ideologicamente de ações sindicais e de demais políticas estatais, ele sempre viu no empreendedorismo sentidos e significados da forma

⁵⁹ Para Barbosa (2011), a figura do empreendedor de si diz respeito a um tipo de indivíduo que se encontra “desvinculado de pertencas coletivas e desprovido de qualquer tipo de proteção pelo Estado e, por isso, inviável de ser pensado como padrão universal de comportamento em uma sociedade que busca a diminuição das desigualdades sociais” (Barbosa, 2011, p.121).

de ser, viver e estar no mundo laboral⁶⁰. O UBER e a venda de carros surgem da vontade pessoal de, como ele denomina, “trabalhar para si mesmo”, ter seus próprios horários e não precisar ter uma disciplina com o trabalho ditada por um patrão ou empresa. Em seguida aprofundaremos essa discussão.

Finalizando as entrevistas via interação com o cotidiano, temos Camilo. A negociação da entrevista com ele se deu a partir de conversas informais ainda no ano de 2021, na ocasião da realização de uma mudança minha de um imóvel para outro, onde se contatou o Camilo para realizar o frete. Nas primeiras conversas, ele já informava que o trabalho com o frete era uma segunda ocupação que lhe garantia uma renda extra. Além dessa atividade, ele tinha uma pequena oficina de consertos de carros, profissão que exercia pela influência do pai desde os doze anos.

Camilo é um homem branco, cinquenta e três anos, com Ensino Médio completo e com curso técnico de eletromecânica incompleto, de religião espírita kardecista, divorciado e pai de cinco filhos, todos adultos. Expressou uma hipervalorização do labor e das conquistas realizadas através das horas exaustivas de trabalho.

O contexto familiar também foi um fator preponderante para que Camilo incorporasse *disposições para o trabalho árduo*. Iremos visualizar que o trabalho também surge muito cedo em sua vida, através da influência do pai, que tinha uma oficina de mecânica de carros. Aos vinte anos, ele abre sua própria oficina e começa a incorporar novas disposições, principalmente *disposições para empreendedor de si mesmo*. Isso se reflete no momento de sua trajetória em que passou a ser dono de uma oficina e, anos depois, de uma padaria onde se orgulhava por ter gerado onze postos de trabalho (mesmo sendo claramente precarizados e instáveis).

As suas *disposições para empreender*⁶¹, ainda que fracas, aparecem em vários outros contextos socializadores, tanto do passado quanto do presente, e nas suas prospecções futuras. As *disposições políticas* também aparecem muito fortes, na forma em que Camilo pensa as questões acerca do trabalho e dos

⁶⁰ Ver: (Barbosa, 2011).

⁶¹ Essa visão de empreender está ligada a sistemas de valores e crenças, sobretudo, naqueles em que se valoriza a ética do trabalho árduo e edificante (WEBER, 2003).

direitos trabalhistas. Essas e outras questões serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

O quadro abaixo apresenta uma síntese do perfil dos entrevistados:

Quadro 1 Perfil dos Entrevistados

	31	Ensino Fundamental Incompleto	Homem Heterossexual	Branco Umbandista	1. Porteiro 2. Manutenção predial	via rede de relações interpessoais	Fora do trabalho – Sua residência
	33	Ensino Médio Completo	Homem Heterossexual	Branco Evangélico Pentecostal	1. Porteiro 2. Motorista de aplicativo 3. Entregador (Motoboy)	via rede de relações interpessoais	Fora do Trabalho – na residência da sua mãe
	37	Ensino Médio Completo Curso Técnico de Radiologia Curso Técnico de Administração de Empresas	Mulher Heterossexual	Parda Umbandista	1. Porteira 2. Motorista de aplicativo.	via rede de relações interpessoais	Dentro do espaço de trabalho
	24	Ensino Médio Completo Cursava Curso Técnico de Enfermagem	Mulher Heterossexual	Branca Sem religião	1. Porteira 2. Atendente e vendedora	via rede de relações interpessoais	Dentro do espaço de trabalho – Loja Irmão
	41	Ensino Médio Completo Cursava Curso Técnico de Segurança Privada e Pública	Homem Heterossexual	Negro Umbandista	1. Vigilante 2. Motorista de aplicativo	via interações sociais do pesquisador a partir do cotidiano	Fora do trabalho – Em um parque localizado no Centro de Pelotas

	33	Ensino Médio Completo Curso Técnico Incompleto	Homem Heterossexual	Branco Católico	1. Vendedor de Carros Usados 2. Motorista de aplicativo (atualmente trabalha como Representante Comercial)	via interações sociais do pesquisador a partir do cotidiano	Fora do Trabalho – Em um estacionamento de supermercado
	53	Ensino Médio Completo Curso de Técnico Incompleto de Eletromecânica	Homem Heterossexual	Branco Espírita Kardecista	1. Mecânico de Carros. 2. Atividades com Frete de Mudanças e outras cargas.	via interações sociais do pesquisador a partir do cotidiano	No espaço do trabalho, porém, na rua em frente a sua oficina.

Fonte: própria dos autores

Percebemos, através do Quadro 1, que o perfil biográfico dos trabalhadores é composto, em sua maioria, por pessoas de vinte quatro anos e acima dos trinta anos, com escolaridade no nível fundamental incompleto, médio e tecnólogo. A escolaridade dos entrevistados reflete nas profissões que eles ocupam. Contudo, existe um interesse de alguns deles em continuar estudando para ocuparem postos de trabalho menos subalternizados e precarizados, o que demonstra que veem nos estudos uma alternativa de mobilidade social ascendente.

A maioria é composta pelo sexo masculino uma vez que as profissões que ocupam são culturalmente estereotipadas como trabalho masculino e ocupadas majoritariamente por homens, tanto das empresas terceirizadas de vigilância e

segurança, como a de motoristas de aplicativos⁶². O quesito religiosidade é bem diversificado. Ainda que a maioria se identifique com alguma expressão religiosa, eles não são frequentadores assíduos de espaços considerados sacros. As *disposições religiosas* aparecem mais forte nas biografias de Alessandro, Elton e Roberto, nas quais os símbolos, os sentidos e os significados do sagrado surgem como elementos que lhes auxiliariam em algum momento de suas vidas, sobretudo, nas crises e aflições que envolviam questões relacionadas ao desemprego.

Embora sejam indivíduos singulares e com histórias de vida distintas, podem ser identificados pontos em comum no percurso biográfico laboral de todos eles, em maior ou menor grau, de forma consciente ou não. Essas características dizem respeito ao reconhecimento e à naturalização da precariedade do trabalho⁶³; à exaustão; e à falta de tempo para o lazer atrelado à ideia de trabalhar mais como o principal motor responsável pelas suas realizações materiais, pelos desejos de elevação no padrão de consumo e pelas conquistas pessoais. Ter um segundo ou terceiro emprego assume perspectivas subjetivas e objetivas que são tributárias da herança de uma sociabilidade do trabalho precária, desigual e instável como a brasileira. A incorporação de novas disposições, ativações e reativações dentro do mundo trabalho, acompanha os momentos de rupturas, transformações e continuidades.

3.3.2 Erros e acertos na estratégia metodológica

Como já aludimos no início deste capítulo, alguns percalços marcaram o trajeto de construção desta pesquisa, como o já citado momento crítico da pandemia, que mudou o direcionamento metodológico; e as dificuldades de agendamento de entrevistas, devido à falta de tempo dos entrevistados, ocasionada pela rotina extensiva e extenuante de trabalho. Nesta seção iremos relatar os erros e os acertos da utilização da abordagem biográfica no contexto da presente pesquisa.

⁶² Ver <https://www.agenciamural.org.br/mulheres-falam-sobre-a-rotina-e-os-desafios-de-se-trabalhar-como-motoristas-de-aplicativo/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

⁶³ Ver: Barbosa (2011).

A idealização de uma metodologia e aplicação dela em uma dada realidade empírica raramente se ajusta às perspectivas e expectativas do pesquisador. O campo costuma nos revelar surpresas, nos colocar diante de situações desconfortáveis ou nos levar para outros caminhos muito além daqueles que foram pensados como os mais viáveis e adequados. Desviar o trajeto, pensar outras possibilidades, visualizar novos caminhos fazem parte de tecer o fazer científico e dos desafios colocados para o pesquisador, ao longo do processo de construção e concretização da pesquisa.

Quando optamos pela escolha da abordagem biográfica, ela apareceu justamente como uma possibilidade, uma vez que não seria possível aplicar a metodologia de “Retratos Sociológicos”, proposta por Bernard Lahire. Com já ilustramos, essa metodologia tem como principal foco entrevistar uma pessoa mais de uma vez, em diferentes contextos. O resgate do método biográfico apareceu, então, dentro dos estudos que estamos propondo, para sanar, em certa medida, a lacuna que seria deixada pela primeira metodologia pensada, uma vez que as abordagens biográficas foram e são bastante utilizadas por teóricos de tradição disposicionalista. Ao ter como principal foco a história de vida das pessoas, a biografia nos auxiliou na reconstrução de alguns contextos de socialização dos pesquisados, principalmente nas experiências com o trabalho.

Um dos primeiros problemas que vamos elencar está relacionado ao *falar da vida*. Algumas pessoas entrevistadas se mostraram receosas em tratar de assuntos que envolviam tanto problemas e conflitos familiares quanto aqueles que tratavam de questões delicadas sobre relações de trabalho.

Embora o foco central da pesquisa tenha sido direcionado à vida no trabalho, não deixamos de considerar a importância de reconstruirmos outros contextos socializadores, como a família, a escola, a igreja e o cotidiano do trabalho, pois esses possuem, de forma direta ou indireta, relação com questões laborais, como demonstraremos nos capítulos seguintes. Sobre o *falar da vida* tivemos dois tipos distintos de entrevistados: aqueles que falavam muito, perfis mais comunicativos e que não tinham problemas em falar, expor e aprofundar questões que envolvessem o trabalho e as relações familiares; e aqueles que tinham dificuldades de narrar fatos relacionados a estes tópicos.

Mesmo tentando passar a tranquilidade de que a entrevista era para fins de pesquisa acadêmica e que havia um componente ético de não divulgação de nomes e locais de trabalho, existiu uma desconfiança que as informações fossem usadas para outros fins, como, por exemplo, que se tratasse de um tipo de denúncia ao Ministério do Trabalho ou à empresa na qual trabalhavam. Percebemos existir uma preocupação real das pessoas pesquisadas em perderem seus empregos.

O medo de falar também era potencializado pelo uso do gravador de voz. Ainda que todos tenham autorizado as gravações, alguns optaram por não falar assuntos que envolviam conflitos familiares e trabalhistas. Contudo, ao desligar o gravador, quando o assunto era delicado, eles sentiam-se mais à vontade e acabavam revelando fatos importantes de suas vidas, essas informações foram posteriormente escritas em um caderno de campo como informações adicionais.

As entrevistas com aqueles trabalhadores que não falavam tanto duraram cerca de vinte minutos, e os que tinham maior confiança em falar, cerca de uma hora e quinze minutos. As mulheres entrevistadas tiveram maiores dificuldades de falar sobre suas vidas, o que também foi ocasionado pela entrevista ter sido realizada em seus locais de trabalho, como iremos explicar mais adiante.

Questões mais profundas relacionadas a conflitos familiares não foram tratadas nas entrevistas de Rosiane e Camilo. No caso da Rosiane, por ter o perfil de uma pessoa mais introspectiva, tímida, que demonstrava receio em falar da sua vida, tratar dessas questões foi delicado e causou momentos desconfortáveis durante a entrevista. Em um certo momento, surgiu a necessidade de aprofundar na relação que ela tinha com seu irmão, que, por ventura, era seu patrão no segundo emprego. Nesse momento da entrevista, ela só respondeu se tratar de uma relação “complicada” por se tratar de família. Outro momento, em que se percebeu seu receio, foi quando o assunto versava sobre questões relacionadas ao pagamento de salário na loja do irmão. Indagamos sobre os critérios de pagamento que o irmão utilizava para com seus funcionários, e se eram baseados na legislação trabalhista. Desconfiada e apreensiva, ela respondeu que sim, mas deu a entender que não queria falar dessas questões.

Os assuntos que envolviam relações familiares e com as empresas em que Rosiane trabalhava, sempre vinham acompanhados de minutos de silêncio

em que ela acabava respondendo: “não sei mais o que falar”. O silêncio dela sobre essas questões pode ser interpretado como medo a se comprometer em falar algo que pudesse levá-la a ficar desempregada. De fato, ela estava poupando o que podia para colocar o piso no apartamento recém comprado, o que a levava a ter uma forte dedicação e a valorizar os seus dois empregos. Como ela mesmo dizia, “ficar desempregada não era uma opção”.

Camilo, por sua vez, se sentiu mais desconfortável em narrar questões sobre a relação que estabelecia com os filhos, as ex-esposas e em assuntos relacionados à pensão alimentícia. Quando o interesse do pesquisador era saber sobre como se dava a relação dele com as ex-esposas, ele, enfático, dizia: “não quero falar sobre isso”. Se, por um lado, ele evitava os assuntos relacionados a questões pessoais; por outro, nos que versavam sobre a vida com o trabalho, não só demonstrava interesse em falar, como gostava de citar exemplos e desenvolvia longos argumentos, relatando a experiência que teve como empregador e a centralidade que o trabalho teve na sua vida e na vida daqueles que ele tinha empregado.

Outro problema que identificamos, foi acerca do local e momento da entrevista. As entrevistas realizadas dentro do contexto laboral inibiam os entrevistados de falar sobre suas vidas e sobre temas relacionados ao cotidiano do trabalho. No entanto, a dificuldade maior foi o fato de as entrevistas serem, por diversas vezes, interrompidas, por conta das atividades que esses trabalhadores desempenhavam naquele momento.

A entrevista com Kelly, realizada no horário anterior ao seu almoço na portaria do prédio em que ela trabalhava, revela algumas dessas dificuldades. A rotina de trabalho dela com a portaria era muito intensa, visto que atendia telefone, abria portão, liberava entrada, olhava as câmeras de vigilância, conversava com moradores, e dava atenção para o colega de trabalho, dentre outras ações. Essa rotina de trabalho fez com que a entrevista fosse atravessada por interrupções e dificuldades de concentração e foco, por parte da Kelly, para responder as perguntas e para aprofundar em questões específicas sobre sua vida. O fato de estar no local de trabalho foi importante para se observar a rotina dela; para a qual, além de precisar ser ágil, tinha que exercitar a paciência, a compreensão, pois lhe era exigido saber lidar com questões típicas de gênero, que diversas mulheres enfrentam no mercado de trabalho: o sexismo e a

hostilidade de alguns homens quando se deparam com mulheres em postos de trabalho que seriam culturalmente ocupados por homens.

Observou-se, no dia da entrevista, que os entregadores que precisavam de liberação para subir a um determinado apartamento, tratavam-na de forma agressiva e insistiam para que ela liberasse a entrada, mesmo sem a autorização prévia do morador. Em um determinado momento da entrevista, ela disse: “ta vendo só, é isso que eu passo... com os guris da portaria da frente eles não fazem isso”. Kelly tinha total consciência das discriminações que ela enfrentava por ser mulher, tanto no trabalho como porteira como no trabalho de motorista de aplicativo. Aprofundaremos essas discussões no próximo capítulo.

Pelo tempo de trabalho intensificado que o trabalho exigia de Kelly, alguns pontos não foram aprofundados, tais como as relações com seus colegas de trabalho e as experiências passadas em outros empregos. Por isso, tentou-se agendar uma segunda entrevista com ela, mas sem êxito. De fato, ser mãe de dois filhos, trabalhar em serviços do lar não renumerados, ser porteira e motorista de aplicativo tomavam boa parte do tempo dela, inclusive o tempo para o lazer.

A entrevista com Rosiane também foi em um de seus trabalhos, na loja do irmão em que ela trabalhava como vendedora e atendente. Devido à entrada de clientes na loja, a entrevista que havia sido agendada para as 15 horas, só pode ser iniciada às 16 horas. O momento da entrevista, ao igual que com a entrevistada anterior, também foi marcado por diversas interrupções que tiravam a sua concentração em alguns momentos importantes, por exemplo, quando narrava sua trajetória de vida, principalmente aqueles pontos que envolviam um esforço para lembrança de datas e eventos passados relacionados às suas experiências laborais.

A entrevista com Camilo também foi no seu local de trabalho, porém, diferente das de Kelly e Rosiane, que ocorreram na área interna de seus respectivos espaços de trabalho, a de Camilo aconteceu na área externa de sua oficina, isto é, na rua. Se por um lado, as dificuldades das entrevistas de Rosiane e Kelly foram devidas às interrupções relacionadas à rotina do trabalho, por outro, no caso do Camilo, foram resultado dos barulhos externos provenientes de veículos automotores que transitava pelo perímetro urbano e das falas de pessoas que passavam e cumprimentavam o entrevistado. Essas situações

desviavam a atenção dele, fazendo com que algumas narrativas fossem interrompidas e dificultando o retorno a um determinado ponto específico de sua biografia.

As entrevistas que ocorreram fora do ambiente de trabalho tiveram pontos positivos e negativos. Dentre os positivos, destaca-se a tranquilidade dos pesquisados em estarem em locais onde se sentiam confortáveis, livre da pressão e da preocupação de estarem no ambiente de trabalho. O local da entrevista influenciava positivamente aquilo que era narrado. Entre os negativos, destacamos a presença de conhecidos na hora da entrevista que limitavam o entrevistado a falar de assuntos mais pessoais ou que envolvia a pessoa que estava presente.

No caso da entrevista com Roberto, o encontro ocorreu na casa da sua mãe, no Bairro Santa Terezinha, em Pelotas. Antes de autorizar a gravação, percebemos certa insegurança em conceder a entrevista, pois, segundo ele “não sabia o que falar”. No entanto, o ambiente da casa da mãe o deixava mais à vontade e seguro. A presença da mãe do Roberto foi importante na condução da entrevista, uma vez que, quando ele esquecia de fatos de sua vida, imediatamente ele recorria a ela para lembrar, principalmente do tempo em que ele começou a trabalhar com o pai no Comércio Popular da cidade.

Se a presença de um familiar foi importante para que Roberto contasse fatos da sua vida, o mesmo não aconteceu com Alessandro. Ainda que a entrevista tenha sido realizada no conforto na sua casa, a presença de pessoas próximas, do colega de trabalho e da esposa, o inibiu de detalhar momentos específicos de sua vida. Dentre eles, temas que diziam respeito a sua relação com a família da esposa. Gesticulando com a cabeça, a esposa parecia sinalizar para que ele não falasse nesses assuntos. O mesmo aconteceu com questões que envolviam o cotidiano do ambiente de trabalho e da empresa em que ele trabalhava, devido à presença do colega.

A tentativa de controle da esposa tentando selecionar o que Alessandro iria falar, o deixaram desconfortável e inseguro para aprofundar questões importantes de sua biografia, embora isso não tenha comprometido o foco da entrevista. Percebemos que, enquanto a presença de um familiar ou amigo ajudava na reconstrução da memória e de momentos específicos da narrativa de

uma vida, ela também podia ser intimidadora e causar insegurança para quem narra acontecimentos biográficos.

Já as entrevistas com Elton e Denis aconteceram em locais públicos, em um parque da cidade, conhecido como Dom Antônio Zatera e no estacionamento de um supermercado, respectivamente. A escolha por esses lugares foi feita pelos entrevistados, pois era o tempo que eles tinham livre e que estavam dispostos para realizar a entrevista. Essas duas entrevistas, realizadas fora do espaço do trabalho e livre de presença de familiares e pessoas conhecidas, foram as que deixaram os entrevistados mais confortáveis para falarem de suas vidas. Em outras palavras, as entrevistas com trabalhadores fora do trabalho, foram as que tiveram mais êxito nesta pesquisa.

Ao pensarmos sobre os erros e os acertos do uso da abordagem biográfica nesta pesquisa, constatamos que este tipo de metodologia apresenta algumas limitações, principalmente quando aplicada em contextos com pessoas que não dispõem de tempo suficiente – como trabalhadores com rotinas extenuantes de trabalho.

Desta experiência com entrevista biográfica entendemos que é preciso saber reconhecer que o entrevistado precisa se sentir à vontade para falar e, quando ele falar, é preciso ouvir atento, evitando o quanto for possível interromper uma narrativa e, se essa interrupção acontecer, é necessário saber voltar ao ponto em que a história de vida parou. Eventos, datas e locais às vezes não serão fáceis de serem lembrados na hora exata de uma determinada pergunta, podendo ser lembrados em outro momento específico durante a entrevista; nesse sentido, ficamos atento para ouvir e abrir quantos parênteses forem necessários para captar os contextos passados e presentes da vida dos entrevistados.

Entendemos ainda que insistir para que a pessoa entrevistada fale de assuntos da vida que ela se recusa, pode gerar desconfortos e desconfiança, é preciso respeitar o que os entrevistados querem ou não partilhar sobre suas vidas. A estratégia que utilizamos era que se eles não queriam falar da família, déssemos foco para as suas experiências de vida com o trabalho. A abordagem biográfica não se limita ou tem a pretensão de saber sobre a vida de uma pessoa na sua totalidade. Assim, selecionar fatos e momentos importantes da vida do entrevistado se configura como uma das estratégias desse método.

Por fim, a escuta atenta por parte do pesquisador é, antes de tudo, um processo relacional e de alteridade. Conhecer uma história é aprender com ela. No caso desta pesquisa, essa relação se fez importante para apreender acerca da vida laboral dos entrevistados e suas idiossincrasias e para entender que o labor para essas pessoas, ainda que instável, precário e exaustivo, assume centralidade em suas vidas. Trabalhar é, pelo que acabamos observando, sinônimo de ter mais, de mudanças de padrão de consumo, conquistas materiais e simbólicas.

3.3.3 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo realizamos um esforço de reflexão acerca do tipo de abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa, demonstrando o seu potencial e limitações. Realizamos uma excursão pelo trabalho de alguns principais teóricos que já utilizaram a abordagem biográfica em suas investigações teóricas e empíricas. Apresentamos algumas características da biografia das pessoas pesquisadas, a cidade em que a pesquisa foi realizada e os erros e os acertos na utilização do método.

Em uma sociedade plural e heterogênea, as experiências dos indivíduos são marcadas por uma sequência de acontecimentos, sendo que a soma desses fatos está impressa na biografia de cada um deles, uma vez que os indivíduos procuram ordenar e dar sentido aos fatos de suas próprias vidas (Berger, 1976). Escrever uma biografia consiste em reunir os acontecimentos em ordem cronológica ou por grau de importância do percurso singular de um indivíduo (Berger, 1976). Dessa maneira, resgatarmos os estudos de biografia no contexto desta pesquisa é entender que este tipo de abordagem direciona pensar singularidades e contextos sociais mais amplos no escopo de uma sociologia disposicional e do trabalho.

No próximo capítulo, iremos apresentar a biografia dos entrevistados, identificando alguns contextos de socialização, com atenção para suas experiências laborais ao longo da vida, buscando evidenciar como outras esferas da vida se articulam com questões relacionadas ao trabalho. Demonstraremos, ainda, como essas experiências são responsáveis por dar vida a novas disposições, reativar outras, e fortalecer e enfraquecer outras tantas.

CAPÍTULO 4 - A SINGULARIDADE DOS/AS TRABALHADORES/AS: A VIDA E AS DISPOSIÇÕES

(...) Arranca, vida
Estufa, veia
E pulsa, pulsa, pulsa,
Pulsa, pulsa mais
Mais, quero mais
Nem que todos os barcos
Recolham ao cais
Que os faróis da costeira
Me lancem sinais (...)

Vida – Trecho da Canção de Chico Buarque

A proposta de Lahire (2010) de uma biografia sociológica permite levantar tanto os quadros de socialização quanto o curso de vida de um indivíduo, buscando compreender como este foi socialmente forjado e fabricado. Lahire (2004) chama atenção para a importância que cada contexto de socialização representou para a experiência vivenciada pelo indivíduo em um determinado espaço social e qual o grau de influência que cada prática representou, quais tipos de disposições foram incorporadas e se foram fortes ou fracas, por exemplo.

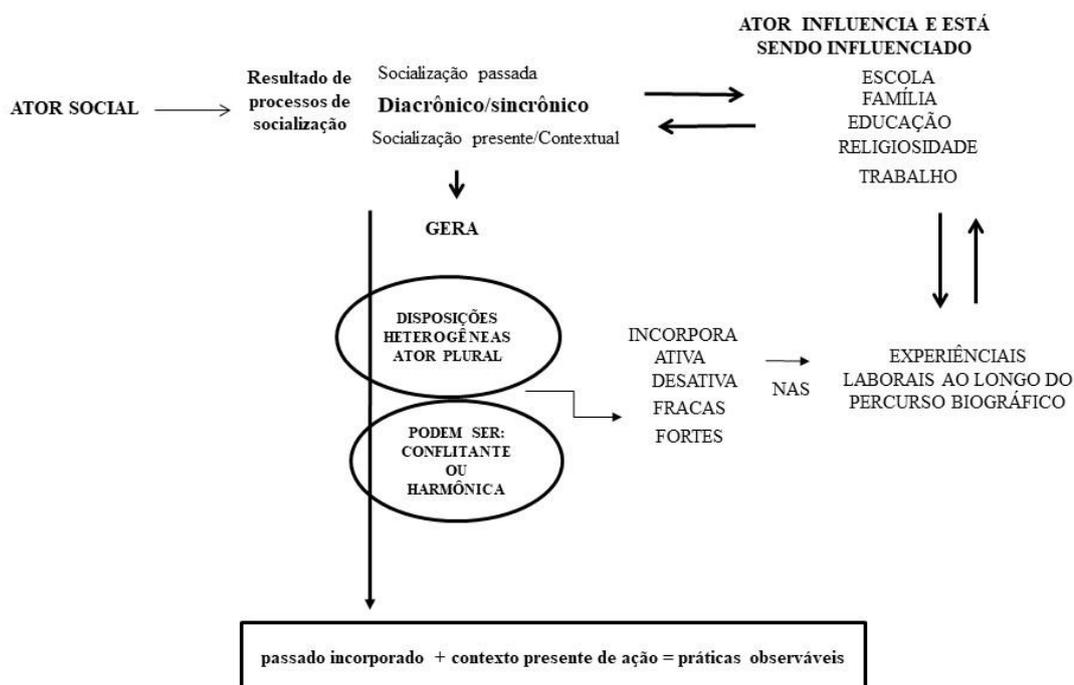
O indivíduo durante o seu curso de vida atravessa quadros sociais diferenciados que deixam marcas na sua maneira de pensar, agir e se expressar (Junqueira, 2019). Nas palavras de Lahire (2004): “O mundo social está dentro de nós como fora de nós”, por isso a necessidade de captar o singular nas dobras da pluralidade das experiências do mundo do social.

Compreendemos assim, como Gussi (2008), que a narrativa biográfica abre leques de interpretações do sujeito que é biografado e sua relação com o contexto social em que se insere. À vista disso, neste capítulo iremos apresentar a biografia das pessoas entrevistadas para esta pesquisa. Argumentamos que é relevante trazer os aspectos de fabricação social desses indivíduos, isto é, os contextos de socialização, para observarmos a origem de algumas de suas disposições. Pretendemos demonstrar ainda a influência de diversos espaços de socialização, como a família, a escola e a igreja com o intuito de entender como

essas esferas da vida se articulam com o universo do trabalho. No capítulo anterior já havíamos esboçado algumas disposições dos entrevistados; aqui iremos precisar com mais detalhes como algumas delas foram incorporadas durante o percurso biográfico de cada um.

Abaixo elaboramos um esquema que sintetiza o que pretendemos demonstrar no capítulo:

Figuras 1 Processos de socialização



Fonte: Autores (2023)

As disposições laborais na vida desses indivíduos foram se constituindo com influência mais ou menos forte da escola, da família e da igreja. Esses espaços de socialização, em paralelo com as configurações estruturais do trabalho no Brasil, atravessam algumas tomadas de decisão que influenciaram a profissão, o tipo e modo de trabalho e principalmente a necessidade de ter mais de uma ocupação em diferentes lugares.

É importante atentarmos que acabamos registrando um nível de homogeneidade nas pessoas entrevistadas, no que diz respeito a suas atividades laborais. Contudo, a partir de suas narrativas notamos que se trata de

indivíduos singulares, que embora imersos numa estrutura de trabalho homogênea com a brasileira, possuem trajetórias distintas que os particularizam. As experiências vividas pelos homens não são as mesmas vividas pelas mulheres; assim como, desde uma perspectiva de classe, um indivíduo proveniente de uma família empreendedora e de classe média não viveu as mesmas experiências que um trabalhador proveniente das classes populares. A singularidade desses indivíduos reside no fato de como cada um deles experienciou o mundo do trabalho ou transitou de forma diferente pelos espaços escolares, religiosos, militares e familiares. Em suma, como ocorreu seu trânsito em contextos plurais de socialização. Neste capítulo, observaremos como, em alguns casos, as disposições se fortalecem e se atualizam, evidenciando com mais clareza como cada um dos indivíduos entrevistados se particulariza e se singulariza.

4.1 “Nunca ninguém me deu nada, sempre na luta”: a história de vida de Alessandro

Como já apresentamos anteriormente, o Alessandro é um homem branco, na época da entrevista tinha 34 anos, trabalhava como porteiro em uma empresa terceirizada e prestava serviços de manutenções prediais. Os fatos que iremos apresentar acerca de seu percurso biográfico dizem respeito a alguns contextos de socialização vivenciados em um bairro periférico da cidade de Pelotas, particularmente, no seio da família e do exército. Por sua vez, observaremos como processos dos quais fez parte nesses contextos influenciaram em outros vinculados à educação e ao trabalho.

Decidimos trazer nesta primeira parte os fatos temporais de sua biografia que correspondem ao período que vai de 1987 até 2010, em que houve eventos importantes diretamente vinculados à incorporação de disposições. Contudo, não deixamos de contextualizar como essas disposições reaparecem em outros momentos oportunos. No capítulo 5, iremos tratar especificamente de como as questões laborais atravessam a vida do entrevistado.

Com a presença de sua esposa, na época, nos concedeu a entrevista muito orgulhoso da casa que tinha construído e dos bens adquiridos à custa de muita dificuldade e trabalho. Assim, o Alessandro em dezembro de 2021 contava

um pouco da sua história de vida, indicando que tinha nascido em 1987 na cidade de Pelotas, em um bairro periférico da cidade conhecido como Dunas, na Avenida Manoel Antônio Peres, onde morou com os pais e mais quatro irmãos (dois homens e duas mulheres) durante algum tempo.

Na década em que o Alessandro nasceu, assistia-se no Brasil a uma crise econômica e política, conhecida, para o conjunto da América Latina, como a *década perdida* no que se refere ao desenvolvimento e ao crescimento econômico (Jr; Kulgelmas,1991). A década do oitenta foi a dos governos ditatoriais; do movimento social das “Diretas Já” que contou com diversas camadas da população brasileira que se uniram e se organizaram para reivindicar o direito à escolha democrática do Presidente da República e pelo voto direto; da morte de Tancredo Neves e a chegada de José Sarney (1985-1990) à presidência que marca o primeiro governo civil posterior ao regime autoritário; da estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) que resultou em altas taxas inflacionárias; da estagnação das ocupações no país; e, enfim, da promulgação em 1988 da Constituição pondo fim a Ditadura Militar (Jr & Kulgelmas,1991; (Bertoncelo, 2009).

E nesse contexto histórico, social e econômico que a história de vida do entrevistado começa a se desenhar, caracterizando-se por uma trajetória marcada por um ciclo de pobreza estrutural e sem muitas oportunidades na periferia da cidade de Pelotas.

Após a separação dos pais em 1994, aos sete anos, por questões financeiras da família, ele passou a morar com uma tia. Nesse período, narra que passou por muitas dificuldades, pois o pai era alcoólatra e não oferecera assistências necessárias, tanto do ponto de vista material como das relações afetivas. No que diz respeito a esse tempo de sua vida, Alessandro narra:

Ah, bom, eu morava na Peres com meus pais. Quando eu tinha seis, sete anos, meus pais se separaram, [e] fui morar com a minha tia com sete ano[s]. Passei trabalho, não tenho vergonha de dizer hoje que muito eu pedi dinheiro na rua, pedi comida pra poder sobreviver porque meu pai era alcoólatra. Meu pai bebia muito, mas muito mesmo e aí não deu. Aí fui morar com a minha tia e depois de alguns anos eu vim morar com a minha mãe. Igual, a minha mãe tentou me dar de tudo, né? Mas... faleceu com trinta e seis anos minha mãe. Eu tinha na época catorze, quinze anos. Trabalhei desde os doze anos em obra, conhecendo. Logo em seguida, perdi meu pai com dezessete, dezessete pra dezoito anos e a minha vida foi sempre uma batalha, né? Nunca tive nada de mão beijada; tudo que eu sempre sonhei ter

eu tive que trabalhar. Ninguém nunca chegou pra mim e “Ó, vou te dar hoje isso aqui”. Nunca ninguém me deu nada, sempre na luta.

A socialização na casa da tia não foi fácil. Ele conta que passou por muitas dificuldades que o levaram à condição de pedinte, afirmando o seguinte: *“pedi comida pra poder sobreviver porque meu pai era alcoólatra, meu pai bebia muito, mas muito mesmo e aí não deu”*. Esse momento é assinalado pelo afastamento dele dos irmãos.

Passado esse período conturbado e dos conflitos na casa da tia, voltou a morar com a mãe, que nessa época estava empregada e se esforçava para não deixar faltar comida aos filhos. Contudo, em 2003, aos quinze anos, a mãe do Alessandro falece, ainda muito jovem, com trinta e seis anos. Esse fato representou um choque emocional muito grande para ele, uma vez que não tinha uma boa relação com o pai. Sobre o papel que a mãe ocupava em sua vida, diz que:

Cara, a minha relação com a minha família, a mais era com a minha mãe, com a minha mãe era mais apegada. Com o meu pai eu não era muito porque, bah, depois de tudo que eu passei na vida, por mais que ele tenha sido meu pai, hoje eu sinto falta dele, mas da minha mãe, bah! Hoje eu sinto muito mais falta dela do que dele (...)

As vivências negativas do Alessandro em um bairro periférico da cidade, agravadas pelo falecimento da mãe, primeiro, e do pai, depois, o levaram a transitar por diversos processos sociais negativos, tais como: desistência escolar ainda no Ensino Fundamental; viver boa parte do tempo mais nas ruas do que na escola, passar fome e precisar, em certos momentos, pedir esmolas para suportar e enfrentar as adversidades de subsistência material. Além disso, ocorreu o afastamento dele com as irmãs e os irmãos. Os irmãos passaram a ter problemas com uso e vendas de drogas ilícitas. Esse contexto social o deixou, ainda na pré-adolescência, abandonado à própria sorte.

O quadro de socialização do Alessandro na família esteve caracterizado pela ausência de uma rede de afeto e proteção, por uma relação conturbada com seus irmãos e principalmente com as irmãs após o falecimento de seus pais. No que concerne a essa relação ele conta que:

A minha irmã mais nova é orgulhosa. Tudo que ela tem hoje ela tem que agradecer tanto a mim quanto meus irmãos, porque a gente largou

tudo de mão beijada pra ela. Os meus irmãos, o meu irmão mais velho, não tem... Hoje ele tá tentando sair, se levantar na vida, porque ele tinha... porque ele vendia droga. Aí queria sair de vender droga, passou umas condições meia ruim. Eu e a minha esposa ajudemo ele muito, se levantar, tava numa pecinha morando no tamanho de um banheiro. Hoje, graças a Deus, tá numa casa melhor. Meu irmão mais novo é um cara meio problemático, né? Hoje ele é um cara mais sociável, tem três filhos, mas antigamente, ele deu muito trabalho, muito trabalho. Roubava, vendia droga, falsificava bebida. Tudo isso a gente passava dentro de casa e hoje não, hoje ele é um cara mais família, trabalha no porto de Rio Grande, tem três filho, a mulher endireitou. Hoje ele tem bastante coisa

A realidade familiar do Alessandro é similar à de muitas populações brasileiras que vivem nas periferias do Brasil, ou também, nos termos de Jessé Souza, da *ralé estrutural* que sofre com a precária assistência do Estado, em que serviços sociais básicos chegam com maior dificuldade a esses indivíduos. O termo *ralé* para Souza (2009):

[..] “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc (SOUZA, 2009, p 21).

A socialização do Alessandro na periferia, o abandono social, a falta de oportunidades, a desestruturação familiar o levou para as ruas e ao contato muito próximo com as drogas e outras ilegalidades. No entanto, chegou um momento em sua vida, ainda em 1999, dos doze para treze anos, que decidiu que não queria, nas palavras dele, “*terminar como muito de seus amigos*” presos ou mortos e optou por tomar outros “*caminhos*” na vida.

Essa mudança de rota em sua biografia era motivada pela vontade de sair da situação social em que ele se encontrava. O Alessandro passou a entender que para ter bens materiais que almejava, conforto e alimentação, ele precisava trabalhar. Esses momentos da vida o levaram a desenvolver *disposições para suprir necessidades* via labor ainda na pré-adolescência. O que chamamos de *disposições para suprir necessidades* está atrelado à vontade e ao desejo do entrevistado de sair de uma condição social e econômica que já

vinha experienciando desde seu nascimento a partir da percepção que ele teve da realidade que o cercava.

O “ter que se virar” é fato recorrente na sua história de vida. Assim, aos doze anos começou a trabalhar como auxiliar de pedreiro em obras de construção civil, com o seu padrasto, momento no que também começou a incorporar *disposições para trabalhos precários*. No próximo capítulo, ao tratarmos de suas experiências laborais, iremos detalhar melhor esses fatos.

As disposições para suprir necessidades via labor é ativada em vários outros contextos da vida do Alessandro. Quando ele entre na adolescência, na vida adulta, quando começa a namorar e quando ele casa. Em cada momento específico as necessidades vão aumentando, sua condição de vida vai melhorando, passa a adquirir novos bens materiais e o trabalho passa assumir maior protagonismo nessa busca por ter coisas.

Acerca de sua trajetória escolar, o Alessandro relata as dificuldades que o levaram ao fracasso escolar e a não concluir o Ensino Básico foram os problemas familiares e os impedimentos econômicos. No entanto, o acontecimento mais importante de sua vida escolar foi ter conhecido sua esposa.

Suas disposições educacionais sempre foram fracas e nunca foram prioridade em sua vida. Essas disposições dizem respeito à vontade e ao desejo de almejar sucesso escolar, que vão desde o término do Ensino Regular até a vontade de seguir cursando um curso superior e uma carreira acadêmica. Mesmo depois da vida adulta, ele não demonstrava nenhuma vontade de voltar ao sistema educacional para continuar e concluir os estudos. Nesse sentido, viu no trabalho o meio mais eficaz para realizar e conquistar aquilo que almejava, que na maioria das vezes estava relacionado ao consumo de bens materiais como: casa, carro, reforma da casa, compra de apartamento, dentre outros.

Temos que ponderar que esses fatos dizem respeito, sobretudo, à vida do Alessandro. Veremos na biografia de Rosiane, que mesmo vindo de um contexto similar, ela desenvolveu disposições fortes para os estudos. O sucesso ou fracasso escolar não estão diretamente ligados com a herança escolar, familiar, capital cultural ou econômico, mas sim com modalidades contextuais de socialização, incorporação de disposições e esquemas mentais e comportamentais (Lahire, 1997).

Nos anos 2000, ele conheceu a Selma, sua atual esposa, ainda no Ensino Fundamental. Namoraram por algum tempo e em 2012 decidiram morar juntos. Nesse período, o Alessandro passou a viver com mais intensidade o contexto de socialização da família dela, onde começou a ressignificar a ideia de família e desenvolveu uma forte afeição pelos pais de sua esposa.

O Alessandro afirma ter muita gratidão à família de sua esposa, especialmente, porque em momentos de crises financeiras, sempre o auxiliou. Assim, criou laços de afetividade com a família da esposa, que se fortaleceram após os dois decidirem ir morar juntos. Os pais de Selma também tinham muito apreço pelo Alessandro:

A minha família é a minha mulher e os pais dela, que são pessoas que eu posso... Se eu precisar hoje “Ah, eu preciso tirar um carro zero, vou comprar um negócio pra casa”, o pai dela prontamente me dá o cartão, a mãe dela me dá. A minha família, se eu depender da minha família, eu passo fome, minha família eu não conto. Não conto com ninguém. É mais fácil eu e a minha esposa ajudar a minha família do que eles me ajudarem. Meus irmãos mesmo, eu tô sempre ajudando, um ajudando o outro. Então, a gente tá sempre se ajudando, mas eu se eu precisar eu tô lascado, né?

Nessa época, os pais de sua esposa tinham pequenos negócios de vendas de roupas, cosméticos e perfumes no bairro. Tanto o pai quanto a mãe da Selma hiper valorizavam o trabalho e a importância de se obter bens materiais à custa de muita dedicação ao mesmo. A Selma ajudava a família e não demorou para o Alessandro entender a importância de se ter um negócio. Foi então a partir desse contexto de socialização que começou a incorporar *disposições para o empreendedorismo*, motivadas pelas *disposições de suprir necessidades*. As disposições para o empreendedorismo referem-se às disposições para crer do entrevistado em acreditar em sua autonomia, individualidade, não precisar da figura de um patrão e ser dono de seu próprio negócio. Cabe antecipar que essa noção de empreendedorismo que aparece na trajetória do entrevistado vai ao encontro de uma ideologia neoliberal cujo objetivo é camuflar as relações entre capital e trabalho e isentar o Governo das responsabilidades de garantir aos atores sociais melhores condições de vida e de trabalho, colocando estes como os principais responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

A crença de que ter um pequeno negócio, oportunidades de renda extra e de autonomia laboral aparecia naquele contexto como uma possibilidade que o levaria a uma certa ascensão nas suas condições materiais e de vida. Essas

disposições serão ativadas em várias outras cenas de sua vida, tanto no passado, quanto no presente. Como veremos mais adiante ele e sua esposa trabalharam com vendas de salgadinhos em casa e ainda hoje o Alessandro tem a formalização de MEI (Microempreendedor Individual) em seu nome com uma micro empresa de reformas e reparos prediais.

A convivência com a família da esposa levou o Alessandro a fortalecer *disposições para o consumo*. Ele e sua esposa gostavam de adquirir coisas, sobretudo, bens materiais. Na época da entrevista não hesitava em enumerar os bens que já havia adquirido, tudo a custo de muito trabalho, esforço e dedicação. Primeiro a casa, logo após os dois decidirem morar juntos; depois a compra de um carro; de um apartamento e as várias reformas na casa que os dois já tinham feito. O Alessandro se orgulhava de tudo o que esposa possuíam em casa: os móveis planejados, uma TV de cinquenta e duas polegadas, o piso e uma geladeira de oito mil reais, a qual estava sempre cheia das coisas que os dois gostavam de comer.

Obter esses bens materiais era sinônimo de ascensão econômica, simbólica e social. Vindo de um lugar em que sempre viveu com o mínimo de subsistência e com muitas dificuldades e inseguranças alimentares, a obtenção de determinadas conquistas, por meio do trabalho, fortalecia a crença que tinha no labor como meio de mudança estrutural na sua condição de vida. O consumo e o dinheiro assumiam dimensões materiais e simbólicas em sua vida, em contraposição ao medo de voltar a uma condição pregressa de dificuldades. Tudo isso devido aos desejos individuais e às influências externas como a da esposa e a da família dela.

Essas incorporações de *disposições para o consumo* surgem da necessidade, dos desejos e das dimensões simbólicas que o valor dos bens materiais passara a assumir em sua vida, os quais perpassam a memória, as experiências individuais e coletivas (de acordo com uma leitura de Ilmonen, et.al., 2011). Além disso, os significados que o entrevistado atribuía ao consumo se dão via rede de informações e de interações sociais ou nas palavras de Douglas & Isherwood (1979): “El consumo es un proceso activo en el cual todas las categorías sociales son continuamente redefinidas” (p, 83).

É importante explicitarmos que o desejo de consumir do entrevistado não estava relacionado única e exclusivamente com a ideia de ascensão econômica,

financeira e de renda, até porque a renda mensal dele e de sua esposa juntas não chegavam a cinco mil reais⁶⁴. Os condicionantes sociais que o levaram a incorporar disposições fortes para o consumo e ativá-los em outros contextos foram influenciados por fatores externos e no contexto de socialização com a família da esposa e dos gostos sociais e individuais dela (Lahire, 2006; Bourdieu, 2008).

Ao casarem, a Selma já tinha todo um conjunto de disposições para o consumo, gostava de viver no conforto, de ter um lar que tivesse o mínimo de estrutura, de comer bem, de possuir bens materiais. Todo esse conjunto de fatores levou ao Alessandro a investir materialmente para oferecer as condições necessárias à esposa estava acostumada.

Esses investimentos no consumo ao longo do tempo se tornaram fatores determinantes para que o Alessandro optasse por ter, ao longo de seu percurso biográfico, duas ocupações laborais. O consumo em alguns momentos se tornou desenfreado, levando-o ao endividamento e, por vezes, a recorrer ao auxílio financeiro dos pais da esposa. Percebemos que os bens de consumo culturais (ir ao cinema, teatro, concertos musicais, viagens com destinos turísticos, etc.) nunca foram interesses ou prioridade para o Alessandro. Isso também é proveniente da construção de sua singularidade e dos significados que ele atribui à importância que as coisas assumiam na sua vida.

Relatamos agora outro fato importante na biografia do entrevistado. Após passar, ainda na pré-adolescência e adolescência, por alguns trabalhos precários, subalternos e sem direitos trabalhistas, teve sua entrada no exército em 2005, aos dezoito anos, onde passou a incorporar *disposições para a disciplina* e fortaleceu *disposições para o trabalho árduo*. Iremos tratar do exército, nesse quadro de socialização do Alessandro, como uma instituição total nos termos de Goffman (1974), justamente por ser um período em que ele estabeleceu residência, trabalhou e teve outra forma de socialização. Para Goffman (1974), uma instituição total diz respeito a um lugar em que grande número de indivíduos com situação semelhante, são separados da sociedade mais ampla, por considerável tempo, e passam a levar uma vida fechada e formalmente administrada. Ao entrar no quartel, o Alessandro passa a viver por

⁶⁴ Equivalentes a três salários-mínimos

algum período em um regime de internato de uma instituição total. Sendo mais específico, Goffman (1974) assim detalha esse tipo de instituição:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três atividades da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta por cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 1974, p. 18).

A interpretação que fazemos é que no Brasil, o exército se apresenta como uma oportunidade para muitos jovens da periferia, principalmente negros, de desenvolver habilidades e de adquirir uma determinada disciplina, atuando como um momento simbólico e ritualístico⁶⁵ de transição para a fase adulta, esperada por muitas famílias. O serviço militar representou na vida do entrevistado um momento de transição e rupturas que foram essenciais para poder se afastar das drogas, entender e encarar a vida, e valorizar a família, o trabalho e as amizades. Essa ruptura se referia, especificamente, com a rotina que ele levava fora, antes de entrar no espaço do quartel.

Para incorporar essas *disposições para disciplina*, o Alessandro passou pelo que Goffman (1974) chama de *mortificação do eu*, ou seja, aquele Alessandro de fora, a partir do momento que escolheu o quartel, passaria por um momento de ressignificação de seu eu, da sua identidade ou em termos de Lahire, de desativar algumas disposições que trazia do “mundo de fora”, principalmente aquelas relacionadas à falta de disciplina. Acerca do contexto de socialização nessa instituição total, ele narra:

Tá, o exército em dois mil e cinco, dois mil e cinco eu fiquei no exército de dois mil e cinco até dois mil e dezesseis, não, dois mil e seis, dois mil e seis pra dois mil e sete, o exército foi bom porque quando eu entrei eu não pensava muito: “Ah, amanhã, amanhã” não, pensava só

⁶⁵ Ver sobre os ritos de passagens de Van Gennep (2013)

no dia de hoje. Lá no exército não, lá a gente aprende a dar o valor no amigo, a pessoa, ah, tá passando lá, não vai conseguir, todo mundo tem que passar igual, vamo todo mundo esperar. Tu vai comer o que tem, a gente comia: “ah, tem, hoje nós temos só pão”, vamo comer todo mundo só pão e eu sempre pensava assim: “Poxa se eu tivesse em casa, eu tava comendo uma boa comida, tava dormindo bem, mas tá todo mundo comigo, então, vou seguir minha intenção”. Então, assim, ah, hoje o exército pra mim, eu sempre digo, hoje eu to com trinta e quatro anos, eu servi com dezoito, faz um bom tempo e eu sempre digo, o exército ensina a gente a dar valor tanto na família quanto na vida.

O exército demarcava o tempo em que ele pôde aprender coisas que não aprenderia na escola, sobretudo, no que diz respeito à disciplina. A disciplina, segundo ele, se refere a uma rotina, baseada em ideais militares como: respeito às posições de poder, dedicação, obediência às regras, valorização do trabalho e da construção moral de uma persona que vive conforme à legalidade das leis administrativas e burocráticas do aparelho estatal. Além disso, deve se agregar a disciplina para ter horário como dormir, acordar e desenvolver atividades que exigem uma rotina regrada e responsável. Essas disposições aparecem fortes no contexto de socialização do entrevistado, ao se orgulhar de ter uma rotina com o trabalho, de respeitar autoridades como a empresa ou síndico do prédio em que presta serviços de manutenção e até de moradores que ele considera ter posições sociais e econômicas superiores à sua. Após sair do exército, o Alessandro passou a trabalhar novamente em empregos precários e sem direitos trabalhistas, vindo a ter um trabalho com carteira assinada só no ano de 2010, como evidenciaremos no capítulo 5.

A partir do ano de 2012, a religião passou a ter uma influência importante na vida de Alessandro, articulando-se, muitas vezes, em paralelo com o mundo do trabalho. A fé e religiosidade umbandista, a partir do ponto de vista dos significados, dos efeitos simbólicos e materiais, representou na trajetória de vida do Alessandro importante mecanismo de socialização, tanto na construção de redes afetivas e emocionais quanto na produção e resolução de conflitos.

No que diz respeito ao início de sua experiência religiosa narra que:

:

Bom, ahn, nós entramo pra religião em dois mil e? Doze, né? Bom, nós somos de umbanda, a gente, eu e a minha família sempre foi umbandista, tenho tio, tenho tia que são pai de santo, ahn, quando eu entrei, nós entremo pra religião, a gente entrou bem, bem, nós tinha um carro bom, a gente não pensava em passar o que a gente passou. A gente entrou pra religião pra desenvolver, pra conhecer um pouco

mais, só que na religião a gente pensa uma coisa, mas às vezes é outra, nada contra as entidades, mas sim as pessoa que tão lá dentro. Nós tinha bem dizer tudo, tinha um bom emprego, trabalhava ganhava bem, quando a gente entrou pra religião a gente começou a sentir que tava gastando, a gente começou a perder um pouco de coisa, perdemo um pouco de privacidade, perdemo um pouco mais de sair, a gente vivia mais pra religião do que pra nós.

Os relatos do Alessandro sugerem que por muito tempo sofreu influência de um sistema religioso de matriz africana, especialmente da Umbanda⁶⁶, por intermédio de seus tios que foram sempre adeptos a essa religiosidade. O ano de 2012 foi o período em que o Alessandro e sua esposa viveram com mais intensidade a fé umbandista.

Algumas questões interessantes podem ser visualizadas na sua socialização nesse grupo religioso. A primeira delas está relacionada aos bens materiais. Embora afirmasse ter entrado para conhecer e se desenvolver como pessoa, parece que houve um interesse adicional, da parte dele e da sua esposa, em entrar para o grupo para obter bens materiais. Outra questão interessante diz respeito com os gastos que ambos tiveram com a religião. Na sua percepção, gastavam demais e não estavam obtendo o retorno que gostariam e esperariam ao entrar para a religiosidade. Além disso, a religião começava a colidir com os horários do trabalho, o que não demorou em levar eles ao cansaço e à exaustão. Por último, conflitos com pessoas que frequentavam o grupo os levou a se afastarem. Nas palavras do entrevistado:

A gente ia pra lá, eu saia do serviço sete hora da noite, ia pra lá, quando era duas, três horas da manhã a gente tomava um susto: “Bah, já são duas, três horas da manhã”, nós vinha pra casa, tomava um banho, se deitava a dormir e eu ia seguir a minha rotina no outro dia, trabalhando. Só que quando a gente começou a fazer nossa casa nos fundos, a gente levou cinco ano pra terminar ela, cada vez a gente fazia dava um passo pra frente e quatro, cinco passo pra trás, um passo pra frente, quatro, cinco passo pra trás. Tudo que a gente pensava em adquirir, fazer a casa, sempre acontecia uma coisa: “Ah, tem que fazer tal coisa, ah, tem que arrumar o carro que estragou” o nosso carro estraga todo mês nosso carro estragava e era um carro bom! Não tinha defeito o

⁶⁶ No início do século XX, enquanto os cultos africanos tradicionais eram preservados em seus nascedouros brasileiros, uma nova religião se formava no Rio de Janeiro, a umbanda, síntese dos antigos candomblés banto e de caboclo transplantados da Bahia para o Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, com o espiritismo kardecista, chegado da França no final do século XIX. Rapidamente disseminada por todo o Brasil, a umbanda prometia ser a única grande religião afro-brasileira destinada a se impor como universal e presente em todo o País (Camargo, 1961). E de fato não tardou a se espalhar também por países do Cone Sul e depois mais além (Oro, 1993). Chamada de “a religião brasileira” por excelência, a umbanda juntou o catolicismo branco, a tradição dos orixás da vertente negra, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena, inspirando-se, assim, nas três fontes básicas do Brasil mestiço (Prandi, 2004, p. 223).

carro, o carro era um carro bom, mas sempre aparecia um defeito. Quando a gente tinha batuque pra ir, a gente se arrumava, comprava roupa, comprava coisa, a gente gastava, se eu tinha duzentos reais hoje e tinha uma festa pra ir, eu voltava com cinquenta reais porque tinha que comprar uma coisa e outra. Então, a gente nunca tinha dinheiro quando a gente, eu resolvi chutar o pau da barraca, bota o verbo pra fora, ahn, não deu um mês, a minha mulher tinha uma questão pra receber de sessenta mil e foi quando a gente decidiu que a gente nunca mais, não digo nunca mais, mas que a gente não iria voltar mais tão cedo pra religião porque a gente já passou muito trabalho dentro de uma casa que chovia, molhava tudo, ahn, a gente, eu, eu tinha vergonha, ela não sei, mas eu tinha vergonha de convidar uma pessoa pra vir almoçar ou comer lá em casa que daqui a pouco chovia e tava molhando as coisas e as pessoa ficava olhando assim: “Bah, o cara se rala trabalhando, trabalha dia e noite e a casa dele tá assim, bah, não arruma”, então, às vezes, eu tinha vergonha, mas não por mim, mas sim por ela. Pô! Ela tava sempre dando, fazendo o máximo, deixava assim, a casa era um espetáculo, a casa era arrumadinha, não tinha uma sujeirinha, não tinha nada, a casa era assim, muito, muito, muito bem limpinha. Só que tinha essas goteiras, a gente já tentou arrumar, nunca conseguia, paguemo alguém pra arrumar também não dava e parece que o troço não ia quando a gente tava na religião. Depois que a gente saiu da religião, a coisa mudou, foi quando eu disse assim: “Ó, pra mim deu, eu to cansado, eu não consigo chegar em casa quatro, cinco hora da manhã, tenho que trabalhar no outro dia, me levantar as seis” às vezes dormia sentado no serviço, não, não tá dando mais”. Aí foi que ela concordou comigo e a gente saiu, foi onde a gente saiu, atendemos a nossa casa, troquemo de carro em dois mil e dezessete, saí da empresa, comprei um carro, depois eu consegui quitar, pagar esse carro, hoje comprei, tenho um carro zero, tenho uma rica de uma casa, melhor que a casa... Tudo bem, tem uma, umas coisinhas pra fazer, mas hoje, eu tenho o bom do conforto.

A falta da eficácia material do ritual (Turner, 1974) no mundo objetivo parecera não ter correspondido com as ambições e expectativas do casal, pois houve muito investimento e pouco retorno. A emergência de uma reforma em sua residência culminou com sua saída da religião, optando por investir o dinheiro que gastavam com a religiosidade em reparos que necessitavam fazer na casa. Nesse período, o Alessandro também saiu da empresa terceirizada em que trabalhava e investiu o dinheiro da indenização na compra de um carro novo.

Se afastar do grupo fez parte de uma estratégia vinculada às disposições incorporadas do Alessandro para o consumo. Assim, era preferível investir em coisas materiais do que com a religião, uma vez que está não estava trazendo o retorno econômico imediato que esperava. Embora, distantes de espaços religiosos, o Alessandro e sua esposa possuíam um altar em casa para as entidades e guias espirituais, no qual realizavam os cultos e os rituais, sem

necessariamente precisarem estar vinculados a um grupo religioso (em termos de Stolz, 2009).

Ele expõe ainda dificuldades em conciliar religião e trabalho. As tensões estavam relacionadas às atividades no terreiro, que na maioria das vezes iam madrugada adentro. O fato de desempenhar algumas funções no espaço religioso o deixava cansado para um dia inteiro de trabalho, no dia seguinte. A respeito disso ele narra:

Olha, pra quem... se for pessoas, no caso, que for diferente de mim, que trabalha e faça um emprego só e que tenha horário diferente até consiga lidar com a religião, consiga manter religião e trabalho separado, mas eu, no meu caso, que eu faço doze hora num serviço e oito hora no outro, é mais difícil, não tem como tu manter os dois: religião e trabalho (...). É, bem mais complicado, pra mim é bem mais complicado, porque assim, ó, quando tu tá na assistência olhando, tu não tem compromisso, tu tá ali olhando, mas daqui a pouco tu saí da assistência, isso vira, tu passa pra corrente, tu tá ali desenvolvendo, querendo ajudar as pessoas, é outra coisa bem mais diferente. Aí tu já não tem mais aquele compromisso que tu tinha na corrente, na assistência, né? Que na assistência tu tá ali, tomou teu passe tu vai embora, acabou, só que tu tá ali na corrente, tu tem que esperar todo mundo ir embora, tu tem que fazer a limpeza da terrera e tu tem que organizar tudo quando tu vai ver já são uma hora, duas hora da manhã. Aí tu vai chegar em casa, tu vai querer comer alguma coisa, vai querer tomar um banho, quando tu vai ver já são duas hora da manhã, pra quem levanta seis hora da manhã, tu tem quatro hora, tu vai dormir o que em quatro hora? Tu não dorme, tu vai tirar um cochilo.

Os conflitos com as pessoas do grupo religioso também representaram um fator da maior relevância para que ele e sua esposa deixassem de frequentar o local de culto. O Alessandro expressou insatisfações com os líderes religiosos do lugar, acusando inclusive algumas pessoas do grupo de explorar e abusar da fé alheia por interesses particulares. Assim, afirmou que: *“A gente tem nossa fé, a nossa fé a gente tem, a gente acredita neles, mas onde nós tava, as entidades de lá a gente acredita, só que as pessoas são exploradoras, se ela puder te explorar, te tirar o que tu tens, é fácil”*.

Ainda que a socialização do Alessandro nesse espaço religioso tenha sido conflituosa, particularmente por conta de suas disposições para o trabalho e para o consumo, a passagem pelo grupo foi importante para ser parte de uma rede de amizades, cujos membros são concebidos como *“irmãos de religião”*, facilitando inclusive a indicação para empregos.

A relação entre trabalho e religião, na trajetória do entrevistado, mostrou-se conflituosa por conta dos horários de realização dos eventos religiosos e das disposições sociais incorporadas para o trabalho e o consumo

Os momentos mais marcantes do percurso biográfico do Alessandro foram assinalados por dificuldades financeiras, problemas familiares, empregos subalternos e sem direitos, desistência escolar e passagem pelo exército. Trouxemos esses cenários, de sua vida, visando demonstrar como esses contextos sociais influenciaram o Alessandro a desenvolver *disposições para o trabalho precário, disposições para o trabalho árduo e disposições de adaptação e flexibilidade laboral* na transição da infância para a pré-adolescência, como veremos no capítulo 5. Ele tinha a convicção de que não era a escola que iria tirá-lo da condição de abandono social na qual se encontrava, e sim o trabalho. Seria através do trabalho que ele poderia sanar os problemas de dificuldades financeiras que estava passando. Descobriu muito cedo, ainda na infância, que o trabalho seria o meio de se livrar de uma vida cotidiana dura e sem muitas expectativas. Durante sua trajetória de vida, o trabalho produz sentidos e significados nas formas dele ser e estar no mundo.

4.2 A biografia de Denis e a importância da família

Os aspectos biográficos que iremos abordar aqui da trajetória do Denis dizem respeito a suas vivências no Mato Grosso do Sul e seu processo migratório para Pelotas, no Rio Grande do Sul. Denis nasceu em 1989 em uma cidade do interior, especificamente na região leste do Mato Grosso do Sul chamada Bataguassu, que faz fronteira com o Estado de São Paulo. Segundo dados do IBGE de 2021, a população de Bataguassu era estimada em 23.620 pessoas. Durante algum tempo a base econômica do município estava concentrada no setor agropecuário e agrícola, contudo, esse cenário conta atualmente com uma forte expansão das atividades industriais e de serviços, favorecida pela proximidade com o Estado de São Paulo⁶⁷. Foi nesta cidade que Denis morou boa parte de sua infância, adolescência e vida adulta.

⁶⁷Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Opportunidades/BATAGUASSU.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2023.

No ano em que o entrevistado nasceu corresponde ao fim da década de 80 e no Brasil alguns fatos históricos marcantes estavam acontecendo na transição para os anos de 1990. Dentre eles, destacamos a emergência do movimento estudantil brasileiro, com um novo perfil de atuação política conhecido como os “caras pintadas”, isto é, jovens que se organizaram e foram para as ruas com seus rostos pintados, entoando músicas de protesto contra os escândalos de corrupção, em 1992, envolvendo o então Presidente da República Fernando Collor de Mello, eleito por eleição direta após quase trinta anos de eleições indiretas. Na época, os estudantes clamavam pelo impeachment do presidente (Borelli & Oliveira, 2010).

No mundo do trabalho algumas transformações também ocorriam nos anos de 1990, nos termos de Alves (2002) a “década neoliberal” (1990-200) foi o período em que o Brasil apresentou as taxas mais medíocres de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), além de ter sido a “década mais que perdida”. Nesse momento, o Brasil tem sua inserção subalterna na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que levaram o país a uma acentuada crise e lógica destrutiva. Nem mesmo o controle da inflação via criação do Plano Real, em 1994, foi suficiente para conter a crise. O país ainda continuava a apresentar os piores índices de distribuição de renda do mundo e a concentração de riqueza social tornou as relações de trabalho ainda mais precárias (Alves, 2002). Nesse contexto, como já vimos no capítulo 2 desta tese, os anos 1990 também foram marcados por um processo complexo de reestruturação produtiva predominantemente toyotista, a precarização do mundo do trabalho, uma crise do sindicalismo, o aumento das taxas de desemprego e a fragmentação da classe trabalhadora (Alves, 2002).

É neste Brasil que Denis passou sua infância e pré-adolescência. Da infância até os quinze anos morou em uma fazenda com seus pais e seu irmão mais velho. Proveniente da classe popular e pobre do Mato Grosso do Sul, a mãe do Denis trabalhava como secretária do lar para os donos da fazenda e seu pai como caseiro. O entrevistado rememora este momento na fazenda com muita nostalgia, pois foi a época em que mesmo vivendo apenas com o necessário, toda sua família estava reunida (pai, mãe e irmãos). Ao reconstruir esse passado ele recorda que:

“(..) E a minha fase na infância foi maravilhosa fui criado numa fazenda, tá ligado?! Tipo até os 15 anos mais ou menos, foi... sinto saudade até hoje, é a melhor fase da minha vida. Não tinha muita gente pra brincar, não tinha brinquedo, mas foi bom porque minha família tava toda junta, tá ligado?! Tipo eu, meu pai, minha mãe e meu irmão. Foi a melhor fase”.

Durante sua infância até os quinze anos o Denis pautou sua socialização basicamente com a família, os donos da fazenda e algumas pessoas que moravam naquela redondeza. Esses anos foram cruciais para que o Denis fosse incorporando *disposições para valorização da família*. O que denominamos aqui de *disposições para valorização da família* dizem respeito à importância e à prioridade que a família representa na vida do entrevistado, durante o seu percurso biográfico, influenciando nas decisões e em outros aspectos mais amplos da sua vida, como o trabalho. Mesmo o pai não estar tão presente, do ponto de vista afetivo e participativo na educação dos filhos, ele nunca deixou faltar nada à família, sendo que o Denis reconhece esse esforço. O Denis foi sempre muito próximo, afetiva e emocionalmente, a sua mãe. Para ele ter a família reunida era sempre o mais importante. Aliás, o que não encontrava no pai, encontrava na socialização com o irmão mais velho, que com o tempo assumiu uma figura paterna em sua vida. Sobre esse fato relata que:

Ah tá. Então, com a minha família meu pai não era muito participativo, mas estava sempre presente, participativo que eu falo tipo nas escolhas que eu ia fazer, de me direcionar igual a gente tava trocando ideia antes sobre isso, né. De me direcionar direitinho, meu irmão foi fundamental na minha vida, me ensinou bastante coisa, né.

Com o passar do tempo passou também a valorizar a importância da sua tia em sua vida, que foi muito importante na sua trajetória quando decidiu sair da fazenda e ir para a cidade, sobretudo, no início de suas experiências laborais. O Denis narra que durante os anos 2000, aos doze anos, sua tia começou a levá-lo para a cidade para ajudá-la nos negócios que ela tinha. Foi nesse momento que o Denis começou a fortalecer *disposições para o trabalho*. Ao falar da importância de sua tia, na sua trajetória, conta que:

Tive uma tia maravilhosa que me ensinou bastante coisa em questão de trabalho, de relacionamento com pessoas. Porque imagina, um cara criado na fazenda, tá ligado?! Tipo fica fechado a tudo, né. Você não tem muito contato, não tem muito conhecimento. E ai acaba que, tipo atender um telefone, esse tipo de coisa assim tu... acabei pegando esse tipo de coisa assim com ela assim, sabe?

O interessante de se perceber é que a incorporação de *disposições para a valorização da família* se atualiza, nos quadros de socialização do Denis, com o passar do tempo. Essas disposições influenciaram e ainda influenciam na esfera do trabalho, como veremos adiante. Na época da entrevista, o Denis era casado e tinha um filho, sendo que sua família assumia um papel central em sua vida.

No tocante às questões educacionais, assim como o Alessandro, o Denis não logrou sucesso escolar e durante o tempo que morou no Mato Grosso do Sul acabou desistindo da escola, por causa da necessidade de trabalhar. Assim, terminou o Ensino Médio já adulto na Cidade de Pelotas e depois não se interessou por ingressar no Ensino Superior. Sobre sua trajetória escolar menciona que:

E questão de escola foi, foi de boa ali, até a quinta série, reprovei o quinto ano, aí depois só derrota, né. Sexta série, sétima, passei tudo só que ai tipo no primeiro ano eu abandonei a escola, ai ia voltava, ia voltava. Acabei concluindo meus estudos aqui no Rio Grande do Sul, que eu fiz um supletivo, eu não sei como é que é o nome hoje, talvez é o mesmo, né. Mas me formei ali no Objetivo.

Ao analisarmos o fracasso escolar do Denis podemos refletir começar a trabalhar muito cedo em trabalhos precários para ajudar a família, ainda na fazenda, aos sete anos. Com o passar do tempo, esse tipo de trabalho foi assumindo cada vez mais destaque em sua vida, sobretudo, para suprir necessidades básicas. Tudo isso o afastou gradualmente da escola, tendo em vista que essa rotina com trabalho atravessa sua infância, pré-adolescência, adolescência e fase adulta. Além disso, na transição da adolescência para a fase adulta, o entrevistado afirma ter dado “problemas para a família” ao se envolver com aquilo que ele chama de “más companhias”. Por esse motivo, a família o fez sair do Mato Grosso e vir a morar com o irmão, no Estado Santa Catarina. Depois disso, no ano 2018/2019, conheceu a sua esposa e mudou-se para Pelotas, onde começou a mudar gradativamente sua vida e seus planos.

No final de 2018, já morando em Pelotas, foi que Denis conseguiu concluir o Ensino Médio, na modalidade de supletivo. A mudança para a cidade de Pelotas marca um momento de transição em sua vida, principalmente com o nascimento de seu filho e o compromisso e o papel que a formação da sua própria família passou a ocupar. As disposições para a valorização da família

sempre estiveram presentes na trajetória do entrevistado, sendo reativadas quando ele começou a constituir sua família.

A mudança para uma nova cidade, também, foi responsável por reativar antigas disposições laborais e ativar outras, como veremos no capítulo seguinte. Assim, ter mais de uma ocupação de trabalho sem direitos trabalhistas e com horários flexíveis atravessa todos os momentos da vida do entrevistado. Em 2019, também, o entrevistado experimenta outros tipos de atividades laborais, como motorista de aplicativo e venda de carros usados, cuja análise será aprofundada no capítulo 5 desta tese.

Família e trabalho são as duas dimensões sociais que mais se fizeram presente durante a trajetória de Denis. Os significados e sentidos dessas esferas produzem na vida do entrevistado o sentido de ser e estar no mundo. Em alguns momentos, Denis afirmou que não conseguia se ver hoje sem sua família e o trabalho se apresentava com uma necessidade essencial para a manutenção dessa instituição.

A preocupação da estruturação e manutenção de sua família via labor parte dos quadros de socialização de Denis, quem desde muito cedo se viu na obrigação de ajudar à família. As disposições para suprir necessidades são reativadas e, atualizadas nos contextos sociais do entrevistado, a partir do momento em que ele se ver formando a sua própria família e se colocando como provedor das necessidades econômicas, tais como pagar contas, alimentação e escola para o filho. O aumento dessas responsabilidades levou o entrevistado a desempenhar duas atividades de trabalho em horários distintos, como veremos mais detalhadamente na próxima seção.

4.3 Trabalho, família e religião na vida de Elton

Iremos nesta seção trazer alguns fatos que marcaram o percurso de vida do entrevistado. Na época da entrevista, em 2020, Elton tinha 41 anos, era pai de dois filhos e solteiro, tentando conciliar seu tempo entre a família, as duas ocupações laborais, a religiosidade e o curso técnico de segurança privada e pública.

Elton nasceu em 1979 na cidade de Pelotas, RS. Após a separação dos pais, ele e mais dois irmãos (um homem e uma mulher) passaram a morar com

a mãe. Durante a sua infância e adolescência, nas décadas de 80 e 90, o país passava por algumas transformações importantes na sua estrutura econômica, política e social, como já demonstramos anteriormente. Portanto, é nesse cenário que o entrevistado vai tecendo seu quadro de socialização.

Até o ano de 2000, com então vinte e dois anos, o entrevistado morou na casa da mãe. No momento da virada do século XX para o século XXI, ocorrem alguns acontecimentos históricos internacionais e nacionais que impactaram o mundo e o Brasil. Dentre alguns desses fatos estão: O “*Bug do Milênio*”⁶⁸, a doença da vaca louca, a guerra entre os Estados Unidos e Oriente Médio, o atentado terrorista ao *World Trade Center* em Nova Iorque em 2001 e a criação da rede social *Facebook* por Mark Zuckerberg. No Brasil, se elegia como presidente em 2002 Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, assistia-se à implementação de um projeto social desenvolvimentista, que incluía uma política de crescimento econômico e inclusão social, geração de empregos e queda do desemprego no Brasil.

Os anos 2000 supõem algumas transições e rupturas na vida do entrevistado. Ao descobrir que iria ser pai, no ano de 2000, decide sair da casa paterna, arrumar o primeiro emprego e morar com a então namorada. A incorporação de *disposições para o trabalho* aparece tarde na sua vida, graças às bases sólidas da sua família, que lhe possibilitaram dedicar-se integralmente aos estudos até completar o Ensino Médio. É interessante perceber que quando Elton morava com a mãe, garantiu o sucesso escolar de conseguir terminar o Ensino Médio e incorporar *disposições para os estudos*. Após a saída de casa da mãe, a educação deixou de ser uma prioridade e o trabalho passou a assumir maior centralidade. Nesse sentido, as disposições para os estudos foram suspensas e só vieram a ser reativadas, em 2019, aos 40 anos quando decidiu se matricular em um curso técnico.

Com a categoria *disposições para os estudos* nos referimos ao interesse, aspirações e desejos materiais ou simbólicos de um ator social pelos estudos,

⁶⁸ Em décadas anteriores, como o custo dos dispositivos de armazenamento era alto, economizava-se de todas as maneiras, e num campo de data que registrasse o dia, o mês e o ano, o ano era guardado somente com dois dígitos, o que faria, grosso modo, que um cálculo retroativo a partir do ano 2000 (00, portanto), se subtraído de alguma quantidade correspondente a algum período de tempo, resultaria em um número negativo. Por exemplo, a data de 01/01/2000 menos 01/01/1999 seria calculada como 00 menos 99, e não como 2000 menos 1999. Esse fenômeno ficou conhecido como o *Bug do Milênio*. (Schaeffer, 2018, p. 69).

isto é, a vontade de lograr sucesso escolar e continuar a transitar pelos graus de ensino da escola. Essas disposições acompanham a vida de uma pessoa, despertando o interesse de cursar uma universidade, possuir graduação, ou, em outros momentos, mestrado ou doutorado, enfim é o interesse e a dedicação ao longo da vida pelos estudos.

No ano de 2000 o entrevistado obtém o primeiro emprego, em um supermercado e com carteira assinada. Como veremos adiante, o Elton desenvolveu *disposições para empregos registrados*, embora também desempenhasse a função de motorista de aplicativos, sem registro de trabalhador formal. As disposições para empregos registrados em carteira ofereceram segurança e estabilidade e essas disposições foram sendo atualizadas durante seu percurso biográfico.

É importante ressaltar que, ao longo de sua vida, Elton foi se constituindo como uma pessoa que evitava conflitos. Mesmo não tendo por muito tempo, boa relação com o irmão, sempre preferiu evitar qualquer tipo de desgastes ou brigas familiares. O desenvolvimento dessas *disposições para ter boas relações* se atualizam nos quadros socializadores do entrevistado, se refletindo inclusive em seus postos de trabalhos. Acerca desse fato ele narra que:

Eu tenho dois irmãos, eu sou do meio, tenho uma irmã de trinta e nove e o meu irmão mais velho que mora na capital, ele tem sessenta, eu tô com quarenta, cinquenta e oito, sessenta anos, ele tem. A minha convivência com eles sim, não é muito boa, ele é um cara que procura sempre tá com brigas, né, sempre procurando, é meio nervoso e eu como sou um pouco mais calmo, né? Até ali né? Eu procuro evitar, então, já tenho problemas demais, né? É filho, é conta, é serviço, eu não vou tá misturando também mais problema, ainda mais com parente, né? Então, deixa ele lá, com a família dele lá na capital, ser feliz e eu procuro evitar certas desavenças.

Identificamos que essas disposições para ter boas relações atravessam o espaço familiar e vem a ter impacto nas relações de trabalho:

Relação, graças a Deus, eu procuro, né, não só da parte profissional, né, a gente tem que ter um pouco de flexibilidade, né? De conversar, de colocar alguns assuntos pessoais, né, pra se tornar um ambiente mais agradável, né, não ficar aquela coisa meio que robotizada, né? Mas, graças a Deus, em todo o lugar que eu vou, sempre vou tentar fazer uma amizade bacana. Não costumo misturar, né, ir em casas ou receber eles, mas ao mesmo tempo a gente se dá em redes sociais, né? Whatsapp, mensagem de whatsapp, saber como é que a gente tá, o que tão fazendo no final de semana, uma piadinha, né? Uma conversa mais tranquila, nada tão formalizado, né, mas nada também assim, tão pessoal. Mas, eu costumo sempre tentar, pelo menos, ter essa amizade com o pessoal da... do meu serviço

A figura materna aparece como fundamental e primordial na vida de Elton. Com o tempo ele passa a ser o principal cuidador da mãe, após o casamento dos irmãos. Por ser o filho que ficou com a mãe nos anos 2000, o Elton passou a ser responsável por suas idas ao médico, banco e supermercado. Ao longo do tempo, mesmo após casado ele não deixou de prestar assistência a sua genitora. Em sua narrativa ele conta sobre esse cuidado.

Com a mãe também é bem tranquilo até porque, até eu que sou o tutor, digamos assim, dela, né? Por ela ser uma pessoa de idade já e morar sozinha, eu que tô, mais ou menos, gerenciando a vida dela, tanto bancária como indo no super ou em farmácia, eu que vou mais, até por causa da pandemia, né? Ela não pode tá toda hora na rua e quem faz essa... Até pela minha escala também de serviço que é um pouco mais flexível do que a da minha irmã. A minha irmã é do comércio, né, aí comércio tu sabe que pega às oito e solta às sete da noite, né? Agora ela tá até de licença que ela teve um filho, então, quer dizer que agora eu que tô mais nessa parte de mãe assim, de cuidar é mais eu, mas a gente se dá tudo bem assim, na medida do possível, a gente se dá bem, graças a Deus.

O cuidado de Elton, nesta perspectiva, se mostra como fator importante para a manutenção dos laços sociais com a mãe e a família num contexto de solidariedade, proteção e afeto, que tem como principal foco a preservação da vida de sua mãe. Além disso, essa ação pode ser entendida como um cuidado familiar do qual ficou responsável ao longo da vida (Fine, 2005). Embora possamos identificar propensões a agir cuidando a sua mãe, na sua biografia, Elton não desenvolveu, ao que parece, *disposições fortes* nessa direção, pelo menos é o que surge das entrevistas.

Outro momento que consideramos importante abordar na biografia de Elton é sua relação com a religião, que se apresenta em íntima relação com outras esferas da vida social como o trabalho, por exemplo. As *disposições religiosas* do entrevistado foram incorporadas ainda na adolescência, na década de 90, na sua passagem pelo catolicismo, momento em que vivenciou os rituais que a religiosidade exige de um jovem, tais como: catequese, batizado, primeira comunhão e crisma. Em outro momento de sua vida, ele começa a incorporar disposições religiosas voltadas para fé na espiritualidade afro-brasileira,

especificamente no Candomblé⁶⁹, na qual essas disposições se atualizaram e se fortaleceram ao longo de sua trajetória de vida. Na narrativa de Elton:

Eu tenho, primeiramente, Deus. Eu fui, né, criado a minha adolescência eu fiz catequese, né, sempre fui católico, não ia muito na igreja, né, nas missas de domingo, né, mas, eu ia. Mas, eu confio muito com Deus, né, tenho uma coisa muito forte que eu acho que a gente tá sob poder dele, né? E tenho também muita fé na religião de candomblé, nessa parte espírita, né. Aí eu faço uma segurança do ano, procuro fazer uma segurança pra saúde, sabe? Pra que eu possa abrir meus caminhos em matéria de profissional, né? É nessas duas, mais ou menos, nessas duas crenças que eu acredito

Na época da entrevista, Elton se declarava Umbandista e Candomblecista e transitava também no catolicismo, incorporando o que podemos chamar de *disposições religiosas híbridas em trânsito*. Isso dar-se pelo entrevistado estabelecer um fluxo constante entre um grupo religioso para outro. Nesse transitar entre uma religião e outra, o entrevistado absorve elementos materiais e simbólicos ofertados por essas religiosidades que podem se mostrar eficazes ou não, mas que o guiam no mundo objetivo e são responsáveis por resolução de problemas sociais, morais e espirituais (Almeida; Montero, 2001).

Ao relatar sobre a frequência de assistência a espaços religiosos, ele conta que:

Faz bastante tempo, mas não sou assíduo, não vou assim, lá onde eu vou tem, tem sempre aos sábados, faz muito tempo que eu não vou, te confesso! Mas, eu quando eu quero, né, quando eu preciso, eu vou, procuro meu pai de santo, converso com ele, faço as minhas chamadas, né? Ele que faz lá, tentar abrir uns caminhos, faço agora, principalmente, né? Essa parte da virada do ano, né? Um banho, costume tomar uns banhos, né, de ervas, mas não sou assíduo, não, de ir, de tá assim, não sou muito, não.

⁶⁹ “é a religião dos orixás formada na Bahia, no século XIX, a partir de tradições de povos iorubás, ou nagôs, com influências de costumes trazidos por grupos fons, aqui denominados jejes, e residualmente por grupos africanos minoritários. O candomblé iorubá, ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início, aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas, originando-se aqui diferentes ritos, ou nações de candomblé, predominando em cada nação tradições das cidades ou região que acabou lhe emprestando o nome: queto, ijexá, efã (Silveira, 2000; Lima, 1984). Esse candomblé baiano, que proliferou por todo o Brasil, tem sua contrapartida em Pernambuco, onde é denominado xangô, sendo a nação egba sua principal manifestação, e no Rio Grande do Sul, onde é chamado batuque, com sua nação oió-ijexá (Prandi, 1991). Outra variante iorubá, está fortemente influenciada pela religião dos voduns daomeanos, é o tambor-de-mina nagô do Maranhão. Além dos candomblés iorubás, há os de origem banta, especialmente os denominados candomblés angola e congo, e aqueles de origem marcadamente fons, como o jeje-mahim baiano e o jeje-daomeano do tambor-de-mina maranhense.” (Prandi, 2001, p. 44).

Apesar de não ser um frequentador assíduo desses espaços religiosos, Elton acredita na eficácia material e simbólica dos rituais realizados no interior desses grupos. Em momentos em que estava desempregado, o poder do ritual se materializou, na sua percepção, para que pudesse conseguir um emprego, como surge do seguinte trecho de entrevista:

Olha, às vezes que eu procurei, eu nunca fiquei desempregado, né? Não, claro, que agora mesmo eu tô numa área da vigilância que eu gostaria de tá em turno integral, né, eu gostaria de tá também trabalhando armado que o salário seria bem melhor, né. Mas, graças a deus, pela minha fé né, e claro, que eu também procuro, né? Eu não vou lá no centro lá ou fico em casa, né, rezando pra Deus e ficar dentro de casa né, esperando que caia. Mas, a gente também tem que procurar, né? Tem que ter a fé, tem que ter a religião, né? Tem que acreditar, mas acho que tem que se fazer por onde, né? É mais ou menos essa linha de raciocínio que eu, que eu penso, que eu faço.

Diante do exposto, de acordo Segalen (2002, p. 32):

Os ritos devem ser considerados sempre como um conjunto de condutas individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas. Tais condutas são fundadas numa adesão mental – de que o ator eventualmente não tem consciência – a valores relativos a escolhas sociais consideradas importantes e cuja eficácia esperada não advém de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica da ligação causa-efeito

Relativo ao par religião e trabalho, Max Weber (2003) demonstrou que existe uma relação profícua entre o desenvolvimento do capitalismo e determinadas formas religiosas. *Afinidades eletivas*, em termos weberianos, entre estruturas religiosas e estruturas econômicas que direcionam o modo de funcionamento do sistema capitalista e de grupos religiosos.

Em Weber, grosso modo, existe uma relação direta entre a ética vocacional desenvolvida em diferentes religiões (Weber, 2016) e o desenvolvimento da racionalidade capitalista, estabelecendo também uma relação entre classe social, religião e outros sistemas econômicos e sociais. De tal forma, que a conduta religiosa dos indivíduos condiz com sua conduta econômica e agir cotidiano (Weber, 2016).

Essas religiosidades, no nosso caso, atuam como catalisadoras das disposições do entrevistado, revelando-se como um elemento “mágico” que auxilia nos momentos de crises e conflitos no mundo objetivo. As religiosidades que acionam simbolicamente a promessa de autorealização, do trabalho árduo

e edificante, de um futuro próspero, de uma “vida boa” e de uma ética voltada para o sucesso pessoal e profissional são as que produzem, de forma “exitosa”, sentido e significado para o Elton.

Esses foram os aspectos mais importantes que conseguimos captar da biografia de Elton, exceptuando as que se referem a suas experiências propriamente com o trabalho, que serão abordados no capítulo seguinte. As problemáticas para que outros assuntos não fossem abordados com maior propriedade já foram evidenciados no capítulo anterior. Dentre elas: por não se sentir à vontade em comentar assuntos que envolvessem sua vida romântica afetiva, o tempo da entrevista por conta de seus trabalhos e por ser uma pessoa mais introspectiva.

4.4 Roberto e uma vida dedicada ao trabalho

Já apresentamos o Roberto no capítulo anterior. Lembramos que ele é um homem que em 2021 tinha trinta e três anos, era separado e pai de quatro filhos, dividindo seu tempo entre o trabalho com portaria, motorista do aplicativo *Uber* e entregador de aplicativo do *Ifood*.

O entrevistado nasceu em 1988 na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Esse ano, coincide com a Constituição de 1988 foi um marco para a transição democrática no país. De acordo com Arretche (2018), a Constituição de 1988 produziu a promessa de inclusão em uma sociedade totalmente desigual como a nossa. As mudanças, proposta na Constituição, acarretaram a introdução de políticas sociais que beneficiaram metade da população trabalhadora brasileira antes excluída de direitos sociais.

Nesse cenário, na transição para os anos de 1990, Roberto vivencia sua infância, pré-adolescência e adolescência. Muito antes do seu nascimento, os seus pais já eram separados, tendo uma socialização que alternava um tempo com o pai e outro com a mãe. Os dois se dividiam, então, no cuidado e na educação de Roberto.

É interessante perceber as disposições incorporadas para o trabalho desenvolvidas desde muito cedo, aos nove anos, mediadas pela socialização com o pai que na época era camelô na cidade de Pelotas. O camelódromo, ao qual o entrevistado se refere, é o que se conhece hoje como Pop Center de

Pelotas⁷⁰. Em 1996, aos oito anos, o Roberto passou a morar com o pai. Nesse período, teve as primeiras experiências com o trabalho, começando a incorporar *disposições para o trabalho árduo e precário, com o pai, em vendas de equipamentos eletrônicos e outros produtos.*

Sim, nasci, sou nascido e criado em Pelotas mesmo, né, desde novo meus pais já separados, então, cresci já nesse meio assim, né, cresci, morei com os dois, né? Um pouco com um, um pouco com o outro, mas já desde novo em torno de oito, nove anos comecei a trabalhar com meu pai que meu pai era camelô, fui morar com ele e já comecei a trabalhar com ele já

Percebemos que por morar durante algum tempo com o pai, passou a se identificar, nesse contexto de socialização, mais com o pai e com a profissão que o mesmo desenvolvia. O Roberto trabalhou com o pai de 1996 a 2006 no camelô da cidade. Dos nove aos dezenove anos, incorporou *disposições para lidar com público e disposições para vendas.* Estas se formaram a partir do tempo de experiência com esse tipo de trabalho e na observação atenta que Roberto teve ao visualizar o pai lidando com pessoas e com as vendas. Veremos adiante que essas disposições são atualizadas quando Roberto passa a ir em busca de outras profissões.

A necessidade de trabalhar muito cedo fez com que o Roberto não incorporasse disposições fortes para os estudos. O grau escolar concluído pelo entrevistado foi apenas o Ensino Médio. Ele atribui isso às escolhas que fez durante a sua vida, que envolviam estudar e trabalhar, optando pela segunda. Arelado a isso está também o fato de ter sido pai muito cedo (tema da biografia do entrevistado que ele não mostrou interesse em aprofundar, quando se tratava da sua vida pessoal e amorosa). O que pudemos captar foi que ele teve quatro filhos com mulheres diferentes e um dos motivos de ter mais de um emprego era por conta de pagamento de pensão alimentícia esses e outros temas sobre o labor serão abordados de forma mais profícua no próximo capítulo.

O entrevistado sempre viu no trabalho um meio de transformação de vida e um instrumento para suprir necessidades materiais, de forma mais exitosa, em detrimento do tempo excessivo que levaria cursar uma faculdade. Isso deu-se obviamente por desenvolver disposições laborais fortes e ter sido socializado em

⁷⁰ Para uma leitura mais aprofundada acerca da temática, ver a dissertação de Neidiâne Cardoso da Silva (2022).

espaços em que não se tinha o Ensino Superior como mecanismo de ascensão social e de consumo, ou ainda de uma valorização do conhecimento para transformação e desenvolvimento humano e pessoal.

Outro fato que se destaca na biografia de Roberto e se entrelaça com o trabalho e vida pessoal, é a religiosidade, elemento que também já apareceu na biografia de outros entrevistados. A socialização de Roberto ocorreu no meio Evangélico Pentecostal⁷¹, especificamente na Igreja Quadrangular ⁷². As disposições espirituais incorporadas nesse grupo religioso, seus significados simbólicos e a integração com outros membros foram essenciais para que ele construísse uma rede de apoio que podia acionar em momentos de crises. Sobre a importância da religiosidade, ele narra que:

Ah, (risos) no meu ponto de vista é uma importância grande porque talvez tenha saído daí, né, algumas atitudes minhas né, por causa da minha religião, procuro, como é que vou te explicar? Procuro não prejudicar ninguém né, procuro fazer o meu serviço o melhor possível, procuro ajudar os outros e, principalmente, não prejudicar ninguém.

Além de uma importância na esfera da vida pessoal, o entrevistado reconhecia a influência da religiosidade nas suas relações laborais. Ele conta que, no ano de 2002, quando trabalhava como vendedor no setor comercial, na área central da cidade de Pelotas, afastou-se da igreja e isso começou a lhe trazer alguns problemas de ordem pessoal e também laboral.

Principalmente, quando eu tava no comércio mesmo, ali eu tava bem... como é que eu vou te dizer? Bem afastado assim, né, de tudo e foi a época que eu voltei pra igreja e me fez muito bem assim. Melhorou meu rendimento no serviço tudo e... principalmente, minhas atitudes assim mesmo como pessoa assim.

⁷¹ Segundo Mariano (1999), esse movimento religioso teve como centro irradiador da mensagem pentecostal para o mundo a Rua Azusa, em Los Angeles, no Estado da Califórnia (EUA), organizada pelo líder Seymour, de onde se espalhou rapidamente. A teologia pentecostal se caracteriza historicamente pelo Batismo no Espírito Santo, que se configura como eixo central. Para Seymour, havia três estágios na “vida espiritual” do pentecostal: a conversão, também definida como regeneração; a santificação, que era necessário para “purificar o coração” e o batismo do Espírito Santo, tendo como sinal o dom de línguas (Glossolália ou Xenoglossia) (Campos jr, Luiz Castro, 1995).

⁷² De acordo com Freston (1993), está denominação faz parte da segunda onda pentecostal no Brasil, em 1950. Essa fase é marcada por renovações no ascetismo pentecostal, que procurou enfatizar a cura divina, menor exigência nas questões comportamentais, casos da Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja o Brasil para Cristo, a realização de grandes eventos realizados nos estádios de futebol do país, construção de templos gigantescos, participação na política partidária e utilização da mídia que objetivava fins evangélicos.

As disposições religiosas para crer e o agir laboral sempre estiveram interligados na vida do entrevistado, podendo-se visualizar que atribuía o bom rendimento no trabalho à sua volta para o grupo religioso do qual fazia parte. Nesse contexto, para Albornoz (2012) no desenvolvimento do sistema capitalista a vocação para o trabalho é resultado da vontade divina. O labor não seria encarado como uma ação pecaminosa, e sim, o momento de expressar o amor a Deus, se figurando como elemento de honra e orgulho de si e de Deus (Albornoz, 2012). No cristianismo, todo o processo histórico de divisão social do trabalho e seus resultados, seriam efeitos da vontade divina. Por tanto, a relação entre trabalho e religião produz uma gama de sentidos e significados diversos na vida dos trabalhadores (Albornoz, 2012).

O trabalho atravessa a vida de Roberto em diferentes contextos, toma boa parte do seu tempo, não lhe oferecendo muitas vezes possibilidades de lazer e de vivenciar outras experiências sem ser aquelas que envolvem o labor.

4.4.1 Kelly: O trabalho, a família e os estudos

Nascida em 1986, no Bairro Dunas, na cidade de Pelotas, Kelly tinha 37 anos, na época da entrevista. Conciliava o tempo entre o trabalho como porteira, motorista de aplicativo, e cuidado de dois filhos e dos trabalhos do lar. A entrevistada trazia consigo o desejo de cursar, futuramente, um Curso Superior em Farmácia. Iremos apresentar a biografia de Kelly e focar nos eventos que ela considerava mais importantes, durante sua trajetória de vida, que incluem a família, o casamento, o trabalho e os estudos.

No período que vai entre as décadas de 80 e 90 e os anos 2000, a Kelly morou com seus pais e com dois irmãos, no Bairro Dunas. Nesse período, em de convívio com a família, relatou que, embora morasse em um Bairro periférico e estigmatizado⁷³ da cidade como um local “perigoso”, viveu uma infância e adolescência contando com a rede de proteção dos pais, dos irmãos e dos amigos, que a fizeram guardar boas lembranças dessa época da vida.

⁷³ “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1975, p.13).

É importante esclarecer que a percepção do Bairro Dunas, enquanto um lugar “perigoso”, parte da construção e de um imaginário social construído por pessoas que vivem fora do bairro, especificamente nas áreas mais centrais da cidade e alimentado pela mídia local com matérias de violência e criminalidade que causam no cidadão pelotense a sensação de medo e insegurança, fazendo com que o bairro e os moradores passem a ser vistos sempre de forma depreciativa e estigmatizada. Estigmas, para Goffman (1975) são identidades deterioradas, por uma ação social que representa algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado.

Nos relatos de Kelly, o bairro não apresenta todo esse perigo que é narrado quando se fala em morar no Dunas. A rotulação negativa, segundo a entrevistada, sempre é daquele que está de fora e não vive, de fato, a realidade dos moradores do bairro. Link & Phelan (2001, p. 377) afirmam que “estigmas existem quando elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite tais componentes acontecerem”. Link & Phelan (2001) falam que rotulação é um processo social de eleger uma determinada característica e aplicá-la a alguém, não indicando, necessariamente, que este indivíduo a possua. E é a partir dos rótulos empregados às pessoas estigmatizadas que os estereótipos são criados, gerando assim, o processo, de estereotipização. Para Link & Phelan (2001, p, 369) “o rótulo liga uma pessoa a um conjunto de características desagradáveis que forma o estereótipo”.

Viver no Bairro Dunas, para Kelly, apresenta sim suas dificuldades, como qualquer bairro periférico que apresenta baixa assistência por parte do poder público. Contudo, esse foi o lugar em que ela construiu e constrói seus processos de socialização. Proveniente de uma família de classe popular, desde a infância foi motivada pelos pais para estudar, podendo-se enumerar diversos momentos de sua biografia em que desenvolveu disposições fortes para os estudos. Além de concluir o Ensino Médio, na transição da adolescência para a fase adulta, ela continuou valorizando e fortalecendo disposições para os estudos. Depois do Ensino Médio, aos dezoito anos, em 2002, começou o Ensino Técnico e se formou em Radiologia e também em Técnico em Administração de Empresas, sendo que atualmente continua visualizando possibilidades de realizar o Curso

Superior em Farmácia. Os estudos assumiram assim centralidade na vida de Kelly, levando, inclusive, a que em 2002 chegasse a abdicar de um emprego em um supermercado para dedicar-se ao curso técnico. Ela sempre viu nos estudos um mecanismo social de mudança, em sua realidade de vida e um instrumento de ascensão social.

Kelly começou a trabalhar muito cedo, em 1998, aos quatorze anos, como secretária do lar. Desse modo, incorporou disposições laborais para trabalhos precários. Desde então, o trabalho tornou-se importante em sua vida e viveu sempre conciliando-o com o estudo. Trataremos, com maior atenção, da incorporação e manutenção de disposições laborais, no capítulo cinco.

Outros fatos marcantes na vida de Kelly foram o namoro, o casamento e o nascimento dos filhos. A saída da casa dos pais, nos anos 2000, demarca um período de transição na vida da entrevistada, em que passa a assumir, simultaneamente, os papéis de esposa, mãe, trabalhadora e cuidadora dos serviços do lar. As questões de gênero aparecem muito fortes na sua vida, que se cruza com trajetórias de tantas outras mulheres que precisam, ao mesmo tempo, trabalhar fora e cuidar da família e da casa.

A rotina exaustiva de precisar ser múltipla, levaram a Kelly a incorporar, desenvolver e atualizar *disposições para otimização do tempo*. Ainda na fase de transição da adolescência para a idade adulta precisava conciliar estudo e trabalho; ao se casar buscava conciliar o estudo, o trabalho e a relação afetiva com o marido. Com o nascimento dos filhos, passou a otimizar seu tempo entre o trabalho, a família, os filhos e a casa. O que denominamos *disposições para otimização do tempo* está associado aos processos e contextos de socialização da entrevistada; e aos meios materiais, simbólicos e sociais que ela utilizou e utiliza para conciliar o tempo e às tarefas cotidianas que lhe são exigidas. Nesse momento podemos citar, por exemplo, a ajuda da mãe e do marido no cuidado com os filhos, dividindo-se entre buscá-los na escola até o cuidado de sua mãe com os filhos enquanto ela trabalha. Sobre a conciliação do tempo entre cuidar dos filhos e trabalhar, a entrevistada conta:

Sempre tenta encaixar assim, tipo pra mim pegar eles no colégio a gente encaixa as corridas né... pra fazer as coisas pra pegar eles. Ela tá na escolinha, ela pega as oito e o guri estuda de tarde e minha mãe me ajuda muito, muito, muito mesmo com eles e ela (a filha) fica das

oito as cinco e meia aí quando chega umas cinco e dez eu já começo a parar de trabalhar pra poder ir buscar ela e ... pra vir pra casa.

Quando a entrevistada fala “encaixar as corridas” é porque, além de trabalhar como porteira, desenvolve a atividade laboral de motorista de aplicativo, dividindo o carro com o marido. Os dois trabalham em diferentes períodos, mas quem exerce mais de uma função de trabalho é a Kelly.

No período da entrevista a Kelly estava tentando “arrumar” um tempo para estudar e tentar o vestibular no Curso de Farmácia na Universidade Federal. Isso só demonstrava como o tempo e a rotina em otimizá-lo é frequentemente acionado em diferentes períodos de sua vida. Lidar com o tempo exige esforço, dedicação e uma racionalidade que está imbricada a elementos sociais, materiais e simbólicos. Esses elementos, por sua vez, só podem ser possíveis geralmente pelas profissões que exerce e pela rede de apoio familiar. No desabafo da entrevista expõe que: “eu sempre tenho que arrumar tempo porque as contas chegam e os boletos não podem atrasar”, ou seja, não sobra muito tempo para Kelly enquanto pessoa singular em fazer coisas que ela gostaria de fazer, como tirar férias ou cuidar um pouco mais de si, por exemplo.

O tempo de trabalho ocupou e ocupa um papel de destaque na vida da entrevistada. No moderno sistema capitalista, o tempo de serviço é responsável pela manutenção e reprodução dessa mesma sociedade. No caso de Kelly, a falta de tempo se esbarra com as necessidades diárias da manutenção de sua própria vida e das necessidades materiais. Nas suas palavras “ela não nasceu herdeira”. Isso nos remete ao pensamento de Marx (2011) ao argumentar que:

(...) então, por um lado, o tempo de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce "o tempo disponível" de todos (Marx, 2011, p. 591).

A incorporação, desenvolvimento e atualização de disposições para otimização do tempo nos leva a pensar em uma mulher proveniente da classe popular, trabalhadora subalterna que precisou, a vida toda, otimizar o tempo para que não lhe faltassem recursos mínimos para viver com dignidade.

4.4.2 Rosiane: O trabalho, a juventude e os estudos

Rosiane, a mais jovem de todos/as os entrevistados/as, nasceu em 1998 na Cidade de Pelotas. Na época da realização da entrevista, tinha 24 anos e vivia uma rotina intensa de conciliar trabalhos, estudos e lazer. Além de trabalhar na portaria de um prédio, ela desempenhava função de atendente em uma pequena loja do irmão e as vezes realizava trabalho de garçomete em bares e festas. A rotina extenuante com o trabalho se atravessava com a vontade de Rosiane em lograr sucesso escolar. Em 2023, ela realizava um Curso Técnico de Enfermagem, tendo expectativas de concluir o curso, conseguir um trabalho futuramente na era da saúde, e deixar os outros empregos.

Assim como Kelly, ela cresceu no Bairro Dunas com os pais e mais quatro irmãos. Sobre sua infância e adolescência, recorda a boa relação que tinha com os pais e irmãos. De classe popular, os pais de Rosiane incentivaram ela e seus irmãos para o estudo, pois acreditavam que este seria um meio de ascensão social e de consumo. Mesmo com os pais alijados do processo educacional, caso que acontece com muitas famílias de classes populares, principalmente pobres e negros (Abramo, at.al., 2020), ao longo de sua trajetória, Rosiane foi incorporando disposições fortes para os estudos e, em paralelo a isso, disposições fortes para o labor.

Em 2015, ao finalizar o Ensino Médio, as disposições para os estudos se atualizaram, interessando-se em fazer um curso superior. Contudo, devido à exaustiva rotina dos empregos e, concomitantemente, à falta de tempo para dedicar-se ao ritmo de estudo que entrar em um curso de uma Universidade Federal exige, optou pela realização de um Curso Técnico de Enfermagem, que além de poder ser realizado em período menor ao de um Curso Superior, estava em afinidade como os seus sonhos e expectativas.

Estudar e trabalhar sempre fizeram parte de toda a trajetória da jovem Rosiane. De um lado, o trabalho em sua vida aparece no momento em que sentiu a necessidade de autonomia para gerir sua vida e não depender mais dos pais, economicamente. De outro, as disposições fortes para os estudos surgem quando ela começa a desenvolver trabalhos precários. Desse modo, estudar

aparece como uma possibilidade e uma segurança para o futuro, onde ela não precisaria mais trabalhar tanto.

Na sua adolescência, por volta dos quatorze para os quinze anos, Rosiane tem seu primeiro emprego como babá, que precisa conciliar com o curso de ensino médio. Depois disso, outros empregos vieram e desenvolveu disposições para otimização do tempo, para lidar com o estudo e o trabalho. Essa constante na vida da entrevistada, que marca todo seu percurso biográfico, pode ser analisada em perspectiva com a vida de outros jovens brasileiros em que estudar e trabalhar é algo emblemático (Abramo, et.al., 2020).

Ter incorporado em sua trajetória disposições fortes para o labor e para os estudos foram e são algo conflitantes na vida de Rosiane, porque, ao mesmo tempo que ela ver os estudos como instrumento de transformação de sua realidade social e econômica, ela não pode simplesmente largar os trabalhos pelos mesmos motivos. Veremos melhor esses fatos no capítulo 5.

Rosiane não passou pelo processo de término do Ensino Médio para entrada no mercado de trabalho, pelo contrário ela precisou fazer essa conciliação. Mesmo os irmãos tendo casado e ela ter sido a única filha que ficou morando com os pais, em nenhum momento, as disposições para o labor enfraqueceram, pelo contrário se fortaleceram porque agora ela precisava ajudar os pais com as despesas da casa.

Abramo (et.al., 2020) discorre sobre essa combinação entre estudo e mercado de trabalho no Brasil e no continente:

(...) no Brasil e em outros países da América Latina esteve nos próprios nexos entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, aqui marcados pelo ingresso precoce de jovens no trabalho, por vezes ilegal, e pelos impactos dessa inserção precoce sobre a vida escolar dos jovens. (Abramo, et.al, 2020, p. 525).

O entrelaçamento entre labor, família e estudo que aparece com muita força, na vida de Rosiane, divide espaço com as *disposições para o lazer*, as quais são incorporadas em seus contextos socializadores. Essas disposições dizem respeito à vontade em desenvolver atividades fora do seu horário de trabalho e de estudo. Desde muito cedo, essas disposições - tais como a vontade de ir a festas eletrônicas, viajar, acampar e ir a bares e shows-, foram sendo incorporadas.

Desse modo, Rosiane racionalizava o tempo entre o trabalho, os estudos, a família e o lazer. As disposições para o lazer se atualizam com o tempo e se fortalecem em outros cenários de sua vida. Para Rosiane ter lazer é tão importante quanto trabalhar e estudar, pois “se precisar ela trabalha virada”, mas não deixa de ir uma festa que ela gosta. Esse “trabalhar virada” refere-se a aproveitar a festa até altas horas, mesmo que tenha que cumprir suas funções laborais no dia seguinte. A entrevistada não renuncia viver “sua juventude”, mas com responsabilidade e com os limites que ela estabelece para si mesma. Dentre esses limites e grau de importância, trabalhar e estudar aparecem como prioridades.

4.4.3 Camilo: disciplina e hiper valorização do trabalho

Nascido em Pelotas em 1969, Camilo é o mais velho dos entrevistados. Na época da entrevista ele estava com cinquenta e três anos e se desdobrava nas atividades laborais de mecânico de carro e de realização de pequenos fretes na cidade. A década de 70, que é o período em que marca a infância e adolescência do entrevistado, é caracterizada por profundas transformações socioeconômicas, culturais e políticas no país, como já sinalizamos no capítulo 2 desta tese.

Especificamente na cidade de nascimento do entrevistado, nos anos 70, Pelotas vivia o melhor momento do setor industrial. De fato, a instalação do distrito industrial do município servia de modelo para outras cidades do Brasil, importando e exportando produtos alimentares (Silveira, 2008). Para Silveira (2008):

Diante deste contexto era notável o crescimento econômico da cidade de Pelotas. E, como já dito, com a implantação do distrito industrial houve a possibilidade do avanço industrial no setor da alimentação. Assim foi possível a instalação de várias indústrias que receberam incentivos da prefeitura municipal e dos bancos de desenvolvimento (Silveira, 2008, p. 59)

E nessa Pelotas, com forte expansão Camilo viveu infância e adolescência com os pais e mais dois irmãos. A mãe era dona de casa e o pai trabalhava como mecânico. Alguns momentos foram marcantes na vida de Camilo e sua família. Dentre eles: a perda da mãe e de um irmão de cinco anos.

Após a morte da mãe, ainda na sua adolescência, nos anos 70, o entrevistado ficou responsável com o pai de cuidar dos irmãos. Por uma fatalidade, o irmão mais novo sofreu um acidente de moto e faleceu. Nas palavras de Camilo: “*Eu só tenho um irmão agora. O outro irmão que eu tinha, que eu fiquei cuidando dele quando minha mãe faleceu, que tinha cinco anos na época, ele se acidentou de moto e eu o perdi.*”

Esse momento de luto e de uma perda inesperada, lembrada pelo entrevistado, é marcado como um dos acontecimentos que mais lhe causou sofrimento e instabilidade emocional. Ainda sobre a relação com sua família, ele acabou se afastando, sendo que atualmente não possui uma relação de amizade com o irmão e não é tão próximo de outros parentes.

No que se refere à vida escolar, Camilo não incorporou disposições fortes para os estudos. Concluiu o Ensino Médio primeiro e, depois, tentou cursar um Curso Técnico de Eletromecânica, na década de 80. Mas, não concluiu, optando por trabalhar.

A hiper valorização do trabalho e a incorporação de disposições fortes para o labor e o empreendedorismo acompanham a trajetória de Camilo, desde os doze anos quando, em 1981, começou a trabalhar com o pai na oficina mecânica. Essas disposições se fortalecem e se atualizam em outros contextos da vida do entrevistado, como veremos no capítulo seguinte. O interessante aqui é demonstrar que a hiper valorização do trabalho veio da influência do pai, pois aos dezesseis anos em 1985 ele já trabalhava como assalariado e era funcionários do pai. Em 1989 ele começa a incorporar disposições para o empreendedorismo (fato já evidenciado no capítulo 3), onde passa a acreditar na ideia de ser o seu próprio patrão e fazer seu próprio horário. Nesse período, abre sua primeira oficina, ficando independente do pai, – aprofundaremos esse momento da vida de Camilo no Capítulo 5.

Com o trabalho veio também a disciplina e as responsabilidades, Camilo incorporou na relação com o pai *disposições fortes para disciplina*. Essas disposições aparecem mais em contextos que envolvem o labor. Nosso entrevistado é metódico e rigoroso no que diz respeito ao trabalho, desde o horário de entrada e saída até o manuseio de equipamentos e formas de lidar com os funcionários, na época que teve uma padaria. A disciplina também

aparece na sua vida de forma mais ampla, no trato com os filhos, em ter horários para dormir e acordar e no respeito e obediência a autoridades civis e militares.

Aos vinte anos, quando ele começa a ter seu próprio negócio, é também o tempo em que ele começa uma relação amorosa e em seguida veem os nascimentos dos filhos. Nesse momento, é também é notória a incorporação de disposições para o empreendedorismo, o que veremos no capítulo 5 desta tese. Essas disposições surgem com força e são atualizadas em outros momentos de sua vida, como quando ele decide abrir uma padaria e em outro contexto quando ele volta para a oficina mecânica.

O perfil de Camilo é o de um homem que hipervaloriza o trabalho e a ideia de ser seu próprio patrão. Ele incorporou essas disposições desde a socialização com o pai, sendo atualizadas com muita força no presente. Ele não acredita na ação dos sindicatos nem na fiscalização do Ministério do Trabalho e se orgulha de não ter tempo para tirar férias e ter tempo para o lazer. Para ele o “trabalho dignifica e edifica o homem” e é somente via trabalho que existe a possibilidade de ser, em suas palavras: “um sujeito de bem”.

Essas ideias, em boa parte, vêm de sua socialização com o pai e em certa medida de suas disposições espirituais incorporadas na religiosidade Espirita Kardecista⁷⁴, que ele frequentara desde muito jovem. O próprio fundador e mentor do espiritismo, Allan Kardec, coloca o trabalho como um dos pilares que levam à concretização de qualquer ideal de vida. Além da solidariedade e da tolerância, o labor aparece como esse ente que engradece o ser humano. Dessa maneira, o entrevistado crê nessas disposições religiosas e age conforme elas em vários contextos de sua trajetória de vida.

Sobre suas relações com os quatro filhos e sua ex-esposa, Camilo optou por não aprofundar. Apenas disse que a relação com alguns é melhor que com outros, que se trata de uma relação amistosa, mas distante. Em suas palavras: *“Quando os filhos casam, ficam mais maduros. Eles constituem outra família*

⁷⁴ O espiritismo kardecista confere um *status* diferenciado – ao lado da caridade e de suas práticas rituais – à leitura e interpretação de uma bibliografia religiosa própria, que se inicia com a chamada Terceira Revelação ou Codificação de Allan Kardec, e que funciona como fonte de autoridade religiosa e constituição de identidades. Socializar-se no espiritismo significa familiarizar-se, estudar, falar bastante sobre os autores e obras canônicas, ou seja, ingressar num universo de debate e reflexão dominado por uma tradição religiosa escrita e letrada, permeado por uma “oralidade secundária” – no sentido de Ong (1982) (Lewgoy, 2004, p. 256).

então a gente passa para segundo plano. A relação é amistosa, mas está muito longínqua agora”.

Percebemos que Camilo parece não construir vínculos afetivos mais sólidos com a instituição família dentro de seu processo de socialização. Esta vai aparecendo com o grau de importância secundária. Isso se deve a alguns aspectos de sua vida do qual o próprio interlocutor afirmava: como ser sempre uma pessoa que “resolve as coisas sozinho”, “que é independente” e “que já vive sozinho há muito tempo”. A rotina mais reservada, de viver sozinho e de certa forma mais individualista que assumiu após o divórcio com sua esposa, também, o afastou da ideia de colocar a família em primeiro plano.

Nos sentidos e significados que Camilo atribui às diversas dimensões de sua vida, o trabalho vem em primeiro lugar. Veremos com maior profundidade como o labor e a ideia de empreendedorismo assimilado com a noção de autonomia, liberdade e individualidade aparecem com muita força em uma vida destinada e dedicada ao trabalho, nas experiências profissionais do entrevistado.

4.4.4 Considerações sobre o capítulo

Nos ocupamos, neste capítulo, em desenvolver os aspectos biográficos e singularidades dos entrevistados, para esta pesquisa, a partir das suas falas. Ao elencarmos aspectos sobre a vida das pessoas demonstramos como algumas disposições foram sendo incorporadas e/ou atualizadas, e se estas são ou foram mais ou menos fracas no processo de socialização das mesmas.

Além disso, evidenciamos como o passado, o presente e o futuro se entrelaçam com essas disposições e como elas influenciam e são influenciadas por outras esferas da vida social como a família, a igreja, a escola, o trabalho e o lazer. Trouxemos ainda para o escopo do debate, como as disposições citadas se relacionam com o labor de forma mais ampla e como essas se constituem e se incorporam na trajetória com o trabalho.

Situarmos cada entrevistado e sua biografia, no tempo e espaço, sem necessariamente seguir o rigor de uma ordem cronológica, nos oportunizou o entendimento de que em cada trajetória, por mais distinta que possa parecer se a outra, encontram-se contextos semelhantes mais amplos do mundo social.

Cada universo singular carrega em si a influência de outros mundos, mas cada história é única e carrega outros tantos mundos de experiências, sentidos, símbolos e significados únicos.

No capítulo seguinte iremos aprofundar nas questões que dizem respeito ao trabalho e à incorporação de disposições. Nos interessará, especificamente, compreendermos se existe ou não uma mudança de disposições, desses indivíduos, frente às novas reconfigurações trazidas pelas mudanças no mundo do trabalho e pela reforma trabalhista.

CAPÍTULO 5 - O TRABALHO E AS DISPOSIÇÕES

(...) Acho que o drama da nossa época... é que ninguém escolhe no que quer trabalhar. Nós escolhemos, acabamos fazendo algo. Porque, simplesmente temos que ter um diploma, um emprego. Uma carteira de identidade e de trabalho. O que é um homem hoje? Uma carteira de identidade, um pacote de documentos. Isso é um homem atualmente, não é? Nem todo mundo pode ser artista ou artesão, se é mão-de-obra. É preciso vencer o tédio deste trabalho que não nos interessa, que não tem sentido. E apesar disso, é preciso trabalhar (Trecho do Filme Documental Francês “**Crônica de um verão**” - **Cronique D’un Été** - de 1961. Dirigido por Jean Rouch e Edgar Morin.)

Já tratamos, ao longo deste estudo do que se ocupa uma sociologia em escala individual, das novas configurações e reconfigurações do trabalho, da importância dos estudos biográficos para o entendimento da realidade social e de como esta permite a reconstrução dos quadros de socialização de um indivíduo. Neste capítulo, nos ocuparemos de compreender como as disposições laborais dos entrevistados foram se formando e se incorporando no processo de socialização com o trabalho.

A epígrafe que abre este capítulo nos faz refletir acerca da relação entre o homem e o labor, que, na sociedade atual, vive para o trabalho e para trabalhar, ficando alheio a muitos momentos da sua condição de existência e de suas singularidades. No início desta tese levantamos o seguinte questionamento: as novas configurações do trabalho e as mudanças na regulação trabalhista contribuem para a incorporação de novas disposições para o labor?

Nesse sentido, a partir das experiências laborais dos entrevistados, tentaremos entender se houve incorporação, ativação ou desativação de disposições laborais. Também nos interessa ver que processos intervêm na sua formação e se tornaram fortes ou fracas ao longo da vida com o trabalho. Iremos situar cada contexto das experiências laborais dos entrevistados, tanto do passado quanto do presente, com o objetivo de vinculá-los às transformações ocorridas no trabalho no Brasil. Temos como pano de fundo para esta parte da tese, o capítulo 2 no qual discorreremos sobre as novas configurações do trabalho no Brasil e os aspectos centrais da Reforma Trabalhista.

O trabalho para os entrevistados aparece como categoria central da sua vida cotidiana, bem como para dar conta das suas necessidades básicas diárias. O labor assume centralidade desde muito cedo em suas trajetórias de vida. Observamos que a maioria das pessoas entrevistadas iniciaram sua vida com o

trabalho ainda na infância ou adolescência; que o emprego (formal ou informal) e o salário vão se constituindo em elementos cruciais para encarar as adversidades do mundo, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo; e que o labor vai se transformando ao longo da vida. Portanto, podemos pensar o labor, nesta parte da tese, como:

(...) atividade vital que assegura a satisfação das necessidades de produção e reprodução de qualquer agrupamento humano, é uma prática universal e uma realização social que define múltiplos condicionamentos e possibilidades. Sua concretude, materializada distintamente em cada contexto histórico, pode se configurar em relações sociais marcadas, por um lado, pelos efeitos de poder, pela dominação e pela exploração, possuindo valorações simbólicas negativas e formando uma complexa trama de fios contraditoriamente urdidos. Por outro lado, pode expressar coesão, consentimento e prazer com a criação de uma obra coletiva, com vistas à superação dos limites impostos pela natureza (Cattani e Holzmann, 2011, p. 11).

Em vista disso, o trabalho ocupa lugar de destaque nas condutas coletivas e individuais, nas construções identitárias e na produção de riqueza dentro do modelo de sociedade que vivemos atualmente (Cattani e Holzmann, 2011).

Neste capítulo iremos demonstrar, ainda, que, ao longo da vida dos entrevistados, as disposições vão assumindo outras formas e, conforme as necessidades aumentam, surge também a importância de possuir mais de um emprego, seja ele conforme as leis trabalhistas ou de maneira informal e sem direitos. Quanto mais trabalhos, mais a jornada torna-se extensa e exaustiva, privando o trabalhador do lazer e do descanso. Por isso, pensaremos essa intensificação do trabalho a partir do que expõe Dal Rosso (2008) quando conceitua o labor da seguinte forma: “No mundo dos ‘trabalhos’ a remuneração dependeria diretamente das tarefas concretas exercidas, não de um salário contratado, mas de um trabalho realizado” (Dal Rosso, 2008, p. 14).

O trabalhar mais, para os entrevistados, está intrinsecamente ligado com a noção de emprego, através do qual se tem o pagamento de um salário fixo, direito a jornada semanal, respaldo segundo as leis trabalhistas, descanso semanal, contribuições para a seguridade social, seguro-desemprego e, em alguns casos, auxílio saúde. Em outros casos, o trabalho vem acompanhado das ideias de tarefas exercidas sem um recebimento fixo de um salário e com a ausência de direitos trabalhistas. Veremos que a socialização com o labor sempre estivera entre a legalidade das leis trabalhistas, a precariedade e outras

formas trabalhistas associadas ao micro empreendedorismo e ao empreendedorismo.

É importante ressaltar que embora os entrevistados não consigam visualizar como os impactos da reforma trabalhista atravessam suas vidas; esta emerge nas próprias narrativas sobre suas trajetórias com o trabalho, em diferentes contextos, do presente e do passado, como, por exemplo, quando falam da flexibilidade no trabalho e das extensas jornadas de trabalho. Embora, não tenhamos obtido dados de uma disposição voltada para a reforma trabalhista, percebemos que as narrativas perpassam por essa temática, ainda que timidamente em alguns casos.

5.1 A incorporação de disposições para o labor nos processos de socializações dos entrevistados: o que pode nos informar o primeiro emprego?

Quando o trabalho começa a produzir sentido e traz consigo uma gama de significados para vida de uma pessoa? Quando o trabalho aparece como o ente que supre necessidades e como meio para obter e conquistar bens materiais e simbólicos? Nesta seção, iremos buscar, nos quadros de socialização dos entrevistados, o momento em que a primeira experiência com o labor foi posta em prática e analisar a dimensão que o trabalho ocupa na vida singular de cada um dos entrevistados. Iremos, novamente, acionar o passado na trajetória desses atores para reconstruirmos as maneiras pelas quais as disposições laborais foram se formando.

O que consideraremos aqui de *disposição laboral* está atrelado às experiências de socialização com o trabalho, ou seja, os trabalhos de cada entrevistado ao longo da vida. Assim, pretendemos entender os significados sociais, materiais e simbólicos que o trabalho passa a assumir para cada entrevistado, levando em consideração suas singularidades e os motivos que os levaram ao mercado de trabalho e ao emprego, seja formal ou informal.

Iniciaremos compreendendo como as disposições laborais de Alessandro foram se formando e como elas foram se tornando fortes e assumindo outros contornos. O primeiro emprego do Alessandro ocorreu em 1995, por intermédio do padrasto que trabalhava na área da construção civil, como mestre de obras. Nessa época, o entrevistado tinha de doze para treze

anos e iniciava sua primeira socialização com o trabalho. Alessandro era ajudante do padrasto e ficou nessa função por, pelo menos, um ano. Nas palavras do entrevistado:

Eu comecei a trabalhar em obra com treze, doze pra treze anos, com meu padrasto que era mestre de obra, fui tentar ter uma experiência, mais não tive sorte, aí saí das obras, fui trabalhar no Soccer, no Gramm Soccer, que é na Idelfonso Simões Lopes, trabalhei quatro ano ali como limpador, limpava vaso, ahn, passava pano na quadra, eu fazia de tudo.

O tipo de pagamento que ele recebia era diário e a forma de contratação vinha do próprio padrasto, ou seja, uma forma de contratação atípica, precária e fora das legalidades trabalhistas. Nas assertivas de Carvalho (2008), uma das características do trabalho infanto-juvenil no Brasil é a falta de autonomia e o trabalho como auxiliares de membros da unidade familiar.

Neste mesmo período, Alessandro já tinha desistido da vida escolar para se dedicar ao trabalho. Nos capítulos anteriores, expomos que a motivação que levou o entrevistado a trabalhar tão cedo estava ligada à sua condição socioeconômica de uma pobreza estrutural que vivia com a sua família, a qual o levou ao abandono escolar e a uma condição de trabalho infanto-juvenil de forma ilegal. No Brasil, a idade mínima permitida por lei é de dezesseis anos, ou aos quatorze, desde que realizado na condição de menor aprendiz. A rotina com esse trabalho exigia dele um dia inteiro auxiliando o padrasto nas demandas de uma determinada obra, sem equipamentos necessários para o exercício da função, o que colocava seu corpo e sua saúde em risco.

O fato de ser proveniente da classe popular e sem muitos recursos materiais e de acesso ao consumismo levaram Alessandro à busca do primeiro emprego. Além de ajudar economicamente a sua família, o trabalho surgia como forma de suprir necessidades pessoais, como comprar um tênis novo ou uma roupa. O curioso de se perceber sobre esse momento de sua é que, nos anos 90, o Brasil começou a fazer parte do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), da organização Internacional do Trabalho. Já em 1994 foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho, coordenado pelo Ministério do Trabalho, com apoio da UNICEF, de organizações não-governamentais, de empresários, de representantes de Sindicatos, da Igreja, do Poder Legislativo e do Judiciário. Em 1996, foi criado o Programa de

Ações Integradas, que abriu caminhos para a implementação do Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil (PETI), criado para combater as “piores formas” desse trabalho, isto é, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes (Carvalho, 2008). Ao que tudo indica, esses órgãos, que seriam responsáveis por fiscalizar a situação de trabalho em que se encontrava Alessandro, não tiveram eficácia, uma vez que ele continuou trabalhando sob esse regime posteriormente.

A realidade do trabalho infanto-juvenil, fora da legalidade, que marca as primeiras experiências com o labor na vida do entrevistado é algo recorrente no Brasil e no mundo. Segundo o site Criança Livre do Trabalho Infantil⁷⁵, no cenário nacional, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), no ano de 2019 existia 1 milhão, 768 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em regime de trabalho infantil, fato que representava 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária. A maior concentração de trabalho infantil se concentra na faixa de 14 e 17 anos, um total de 78,7%. A faixa de 5 a 13 anos representa, por sua vez, 21,3% de crianças vivendo em regime de exploração do trabalho infantil. Ainda conforme o site, o número de crianças e adolescentes negros em situação de exploração do trabalho infantil é maior que a de não negros. O site expõe os dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) onde os pretos e pardos representam 66,1% do trabalho infantil no Brasil.

A inserção prematura no mercado de trabalho, que aconteceu na vida de Alessandro, também ocorre na vida de outros entrevistados, como veremos adiante, principalmente na obrigação de conciliar escola e trabalho, ou até mesmo de se dedicarem exclusivamente às atividades laborais (CARVALHO, 2008).

Essa primeira experiência de socialização com o labor em um trabalho sem direitos assegurados, de forma precária e fora das leis trabalhistas, abriu brechas para que as disposições para trabalhos precários fossem tomando força na vida do entrevistado, como veremos na seção seguinte. Como ele mesmo conta, após um breve período na construção civil, foi trabalhar em outro emprego, sendo uma espécie de “faz tudo”, e, ainda na condição de menor de

⁷⁵ <https://livredetrabalho infantil.org.br/>. Acesso em 24 de dezembro de 2023.

idade, esse trabalho não lhe oferecia qualquer proteção tanto do ponto de vista das leis trabalhistas como no dos equipamentos necessários para o exercício da função. Apenas quando entrou para o exército, aos dezoito anos, chegou mais próximo de um trabalho com alguma segurança, nessa fase infanto-juvenil, após o período no exército, visualizamos que ele sempre oscilou entre um emprego com direitos trabalhistas assegurados, como MEI, e outras formas de prestação de serviços.

Outro entrevistado que também iniciou sua socialização laboral muito cedo, ainda na infância, foi Denis, que teve suas primeiras experiências laborais aos sete anos por influência do pai, que era caseiro em uma fazenda no Mato Grosso do Sul. Contudo, ele considera que foi por voltas dos treze anos que começou realmente a incorporar disposições fortes para o labor.

O momento mais forte de incorporação para disposições laborais acontece, na vida de Denis, por volta dos anos dois mil, por intermédio da tia que o insere no mercado de trabalho via negócios de família. Nessa época, a tia de Denis tinha um escritório que vendia seguros, não demorando para que Denis começasse a fazer pequenos trabalhos para ela em troca de uma pequena renda, que servia de auxílio para ajudar a família. Assim como Alessandro, as disposições para suprir necessidades sempre estiveram presentes na vida de Denis, que precisava ajudar economicamente os pais em casa e também adquirir seu próprio dinheiro, na pré-adolescência, para suprir suas necessidades individuais de consumo, como ter um par de tênis novo e comprar roupas. Sobre esses primeiros momentos de socialização e de incorporação de disposições fortes para o trabalho, no marco da convivência com a tia, o entrevistado relata que

Ela sempre prezou muito por saber lidar com pessoas, e ela vendo essa oportunidade de pegar pra levar pro escritório dela, que ela tinha um escritório... era despachante e seguradora, lá vendia seguros, né. E tinha o despachante junto, e como eu precisava trabalhar, precisava do meu dinheirinho porque minha mãe e meu pai nunca tiveram muita condição.

Por também ser proveniente de classe popular, o trabalho surge na vida de Denis como forma de contribuir com as necessidades básicas da família, composta por ele, seus pais e seu irmão. O trabalhar cedo na vida do entrevistado está relacionado ao que já falamos em capítulos anteriores sobre

as necessidades materiais e as dificuldades advindas de uma pobreza estrutural que acompanhava a sua família. A tia, por ser de uma condição econômica mais estruturada do que a dos pais de Denis e já ter seu próprio negócio, introduziu o entrevistado no trabalho, para que, mais tarde, viesse a compor o quadro de funcionários da empresa. Nessa época, a sua tia se fazia presente como uma rede de apoio para a família, e ensinar um ofício ao sobrinho perpassava pela ideia de “ajudar” a família e funcionava como uma espécie de livrá-lo de passar muito tempo na rua e em “más” companhias. A tia tinha uma visão mais empreendedora da vida e do trabalho e tinha como objetivo passar essa visão do mundo para o sobrinho. De acordo com Denis, esse processo de socialização de trabalho no escritório da tia ocorreu da seguinte forma:

“Isso, aí ela me chamava pra ir junto, aí ela me dava uma graninha toda semana, tá ligado?! E tipo ia me auxiliando ali, “oh Denis, atende o telefone assim, quando chegar um cliente, primeiramente um bom dia, pergunta em que que pode ajudar”. Esse tipo de coisa assim, sabe?”

A tia do entrevistado o auxiliava nessa primeira experiência com o trabalho, passando-lhe uma cartilha de como lidar com a rotina agitada que o trabalho exigia. É nessa primeira inserção no mercado de trabalho que Denis vai aprendendo sobre vendas e como se gerencia um negócio. É nessa experiência laboral sem direitos trabalhistas, que ele vai desenvolvendo disposições para o consumismo e para o empreendedorismo. A forma de pagamento de Denis era totalmente fora do que é exigido pela regulação trabalhista, visto que recebia um valor semanal que era diferente do que era pago para os funcionários fixos e maiores de idade.

A família sempre teve papel muito importante na socialização de Denis e não foi diferente com suas primeiras experiências laborais, pois foi por intermédio dela que, até os dezoito anos, foi funcionário de algum membro desse grupo primário, seja da tia, do irmão ou do tio. Os negócios familiares foram essenciais para ele incorporar e fortalecer disposições laborais. Sobre essa experiência, o entrevistado conta:

Então, cara. Eu comecei nesse escritório aí, nesse período de 2002, 2003, aí depois o meu irmão acabou montando uma loja de cartucho também, e eu trabalhei com ele também, mas já era um negócio mais chato, tá ligado?! Era um trabalho mesmo, não era uma experiência para adquirir experiência assim, era mais pela grana mesmo, sabe?! E essa loja acabou falindo.

Ai depois cara, aí eu fiquei nesses trabalhosinho assim sabe, de... aí eu trabalhei com outro tio meu que tinha um comércio que vendia coisas, tipo ali da minha terra sabe? Que é berrante, erva de tereré, cela pra cavalo, esse tipo de coisa, tipo uma agropecuária na verdade. Trabalhei com esse meu tio até os 17 anos, e isso eu tava na minha tia, aí eu sai.

Uma parte da família de Denis possuía pequenos negócios, sendo empresas pequenas ou de médio porte. Tais empresas foram responsáveis pelas suas primeiras inserções no mercado de trabalho. Essas empresas familiares⁷⁶ nos termos de Lescura et al (2012). são marcadas por relações de parentescos em dinâmicas interacionais complexas de sentidos e significados. Conforme os autores:

As empresas familiares podem, assim, se constituir como espaços de emergência simbólica, de representação de subjetividades. A relação entre os atores está permeada de valores, crenças, ideologias, imagens, sentimentos, emoções, todo tipo de linguagem, que quando traduzidas reproduzem uma singularidade marcada pelas experiências vividas (Lescura, et al., 2012, p. 604).

Esses elementos podem ser observados nas primeiras experiências laborais do entrevistado, quando elenca os fatores que fizeram com que não permanecesse muito tempo nos negócios da família. Muito disso vinha das diferenças culturais e ideológicas existentes entre Denis e os membros da família. O entrevistado não concordava com muitas decisões que vinham da família e não se sentia confortável prestando mão-de-obra para a tia e o tio. Os impasses levaram o Denis, aos dezoito anos, a procurar outros trabalhos, principalmente um emprego que fosse de carteira assinada. Cabe explicitar, ainda, que o entrevistado não logrou sucesso escolar por se dedicar, ainda na pré-adolescência e adolescência, ao trabalho e aos negócios da família.

Ainda que esses conflitos possam ter existido na experiência de Denis nos negócios familiares, em contrapartida também foi responsável pelo fortalecimento e atualização de disposições para o empreendedorismo e para trabalhos precários. Essas primeiras socializações laborais marcadas por instabilidade e por uma forma de pagamento sem base nas legislações

⁷⁶ Trata-se de um tipo de organização que pode ser considerada como predominante nos mais diferentes setores da atividade econômica. Sua relevância pode ser identificada ao se caracterizar os aspectos de sua contribuição econômica e social, sobretudo no Brasil (Lescura, Borges, Brito et.al, 2012, p. 597).

trabalhistas, empurraram o Denis, cada vez mais, para trabalhos precários e instáveis.

Para continuarmos nessa linha de raciocínio, traremos para a análise a primeira socialização laboral do entrevistado Roberto, que começou a incorporar disposições para o labor muito cedo, em 1997, aos nove anos, por intermédio do pai que também tinha um pequeno negócio no camelódromo da cidade de Pelotas. Os produtos que o pai de Roberto comercializava eram eletroeletrônicos e brinquedos. Sobre essa primeira socialização com o trabalho no negócio do pai, ele conta em dois momentos que:

É, que nem eu te disse, né? Comecei a trabalhar em torno de oito, nove anos ali com atendimento ao público, né? Como meu pai era camelô, né? Sempre lidando com o público assim. Acho que eu tinha... Até uns dezenove, mais ou menos, eu trabalhei com isso.

É, vou te dizer assim ó, às vezes dá saudade, era bom, né? Aquele contato com o público e aquela coisa toda e acaba que tu conhece bastante gente, né? Lida com tudo que é tipo de gente como se diz, né? Que eu comecei novo ali era mais era, como é que vou te dizer? Mais era brinquedo assim, diversão, acabei pegando gosto por aquilo, era camelô, mas não era no pop center, né? Onde era o camelódromo antes, era no centro da cidade. Primeiro era na volta do mercado lá, depois ele foi pra, pra Deodoro esquina da Floriano que foi onde ele se aposentou. Ali sim, ali foi onde eu mais trabalhei. Ali eu trabalhei, mais ou menos, dos dez, onze até os meus dezenove ali.

Pela influência do pai, o entrevistado inicia sua experiência laboral em tarefas de vendedor e de atendimento ao público, ainda criança. Roberto assumia muito cedo esse protagonismo de trabalhar, fato que não o afastou por completo da vida escolar, mas que fez com que não desenvolvesse disposições fortes para os estudos. Assim como os outros entrevistados mencionados, Roberto, com nove anos, trabalhava de forma ilegal, e, como Alessandro, parecia não haver fiscalização por parte dos órgãos competentes que impedisse o pai de Roberto de manter o filho em um regime de trabalho infantil.

Roberto trabalhou com o pai no camelódromo até os dezenove anos de forma informal e sem nenhum direito trabalhista assegurado. É nesse mesmo período que, como já demonstrado no capítulo anterior, ele incorpora disposições para trabalhos precários e disposições para vendas (profissão que passou a exercer por algum tempo após a saída dos negócios do pai).

Podemos cogitar que os dez anos que Roberto passou trabalhando nos negócios de família possam ter relação com questões afetivas e emocionais, uma vez que ele sempre foi muito próximo do pai, tendo-o como referência

profissional e familiar. Além disso, Roberto sempre gostou de trabalhar com o pai no camelô e acreditava nos investimentos de seu genitor em lhe ensinar uma profissão e prepará-lo para o mundo do trabalho. Em acordo com Lescura et al. (2012), podemos hipotetizar que, na relação laboral, nos empreendimentos de família, as questões emocionais atuam conjuntamente com os racionais.

A presença paterna foi um ponto de influência muito grande na escolha do primeiro emprego na vida de Roberto. Além disso, as disposições para suprir necessidades também se somam na medida que o entrevistado aprendeu desde muito cedo a adquirir e ter suas próprias coisas por intermédio do trabalho. Esse fato se tornará uma constante durante a trajetória de vida do entrevistado, como veremos nas seções seguintes.

Na vida de Camilo, a presença masculina e paterna também exercera forte influência nas primeiras experiências laborais e na escolha profissional. Disciplinado e com um forte ímpeto pela ascensão econômica via labor, começou a trabalhar com o pai também na pré-adolescência, aos doze anos. Aos dezesseis anos, em 1981, passa a exigir do pai um salário pelo trabalho prestado na oficina. As disposições laborais de Camilo foram se desenhando a partir da socialização com o pai, que sempre o levava para a oficina. Essa influência despertou no entrevistado a vontade pelo trabalho. Quando passa a receber um salário, aos dezesseis anos, esse desejo e a hiper valorização do trabalho começam a fazer mais sentido na vida dele e os significados de “ter dinheiro” se solidificam quando as disposições para suprir necessidades e de consumismo se fortalecem. Sobre essa primeira experiência com o trabalho ele conta que:

Na verdade, eu comecei a trabalhar com meu pai que tinha oficina de chapeamento e eu comecei a fazer chapeamento com ele. Eu era muito jovem, comecei a trabalhar com 12 anos de idade e algum tempo depois trabalhando com o meu pai, eu exigi renumeração, comecei a ganhar dinheiro aos 16 anos de idade e fiquei de empregado dele ganhando um salário mínimo até os meus vinte anos e onde eu pude abrir uma oficina pra mim e me tornei independente e ai eu comecei o faturamento de verdade, e ai comecei a ganhar como a gente grande, como se diz, e dali, então, eu tive ao todo dez anos com a oficina.

As disposições laborais de Camilo se fortaleceram e, a partir dessa primeira experiência, ele encarou a rotina na oficina como profissão e não demorou a abrir seu próprio negócio nesse ramo, aos vinte anos. Ele atribui essa conquista à persistência e à disciplina que sempre teve para o trabalho. Segundo ele, sempre evitou qualquer distração que lhe tirasse o foco das coisas que

queria conquistar. Dentre essas distrações, elenca o uso de drogas e de álcool. Camilo afirmava que o sucesso que teve e as coisas que conquistou foram possíveis porque viveu uma vida regrada e com dedicação, foco e disciplina para o trabalho. Assim, não escondia o orgulho ao contar os mais de 35 anos de trabalho que acumulava.

A influência do pai foi determinante para a escolha da profissão e do tipo do primeiro emprego exercido por Camilo. Atualmente, o entrevistado segue com a profissão de mecânico e possui um pequeno estabelecimento na cidade. Adiante, veremos como esse primeiro emprego também foi preponderante para ele fortalecer disposições para o empreendedorismo e para ter mais de um emprego.

Diferentemente de Camilo, a entrevistada Kelly teve suas primeiras experiências laborais pela influência da mãe quando suas disposições para suprir necessidades começaram a se fortalecer. Sendo filha de pais oriundos de classe popular, Kelly sempre viu sua mãe assumir postos de trabalhos subalternizados, como secretária do lar, faxineira e diarista. Aos quatorze anos, Kelly segue os passos da mãe e tem seu primeiro emprego como secretária do lar, trabalhando, especificamente, como faxineira. Como ela mesma afirma: “Eu comecei a trabalhar com quatorze anos né? eu era... a... faxineira assim, fazia faxina”. Nesta primeira experiência, Kelly relata que, além da influência da mãe, a vontade de ter coisas e de consumir foram condições básicas que a levaram a optar por esse subemprego.

Em 1998, Kelly era uma adolescente que, além de precisar ajudar os pais em casa, também gostava de ter lazer e se considerava vaidosa. A escolha pela entrada no mundo do trabalho também teve a ver com esse período de sua vida, pois ela sentia necessidade de ter suas próprias coisas como roupas, acessórios e dinheiro para ter lazer. O trabalho com a faxina, naquele tempo, foi importante tanto para auxiliar os pais em casa como para suprir algumas de suas necessidades de consumo.

É importante chamarmos atenção ao fato de que, assim como outros entrevistados, Kelly era uma adolescente e trabalhava em regime de trabalho que remete à exploração infantil e sem direitos trabalhistas assegurados. Como veremos adiante, ela só foi ter sua carteira de trabalho assinada aos dezoito anos. Foi nesse trabalho como faxineira que Kelly começou a incorporar

disposições para trabalhos precários, visto que, dos quatorze aos dezoito, ela desempenhou um trabalho ilegal e totalmente fora da proteção da legislação trabalhista. Contudo, as disposições para trabalhos sem registros não se fortaleceram, já que a entrevistada passou a entender a importância de trabalhar de carteira assinada e dos benefícios que ela poderia usufruir estando apoiada na legislação trabalhista. Apesar disso, iremos mostrar que, ao incorporar *disposições para mais de um emprego*, Kelly transita entre ser abarcada pela proteção das leis trabalhistas e, ao mesmo tempo, de desempenhar outra ocupação totalmente fora desses padrões.

Rosiane foi outra entrevistada que teve suas primeiras experiências de socialização laborais marcadas por trabalhos considerados “domésticos ou do lar”. Embora ambas apresentem similaridades em seus perfis biográficos com o trabalho, também se resguardam a universos muito particulares. Rosiane é a mais nova dos entrevistados, tendo, na época da pesquisa, vinte e quatro anos. A entrevistada também teve seu primeiro emprego aos quatorze anos, como babá em 2013. A vontade de entrar no mundo do trabalho veio, em primeiro lugar, das experiências que teve cuidando dos sobrinhos e, depois, das disposições fortes para suprir necessidades e para ajudar em casa com as despesas. Ter cuidado dos sobrinhos enquanto eram crianças aflorou as disposições laborais de Rosiane, que viu no emprego como babá a porta de entrada para o mercado de trabalho. Como ela mesmo relata: “Eu já tinha um pouco de experiência com criança por causa da minha afilhada e das crianças lá de casa e tudo mais, mas foi tranquilo”.

Assim como já visualizamos na vida de outros entrevistados, Rosiane também vivenciou na primeira experiência laboral a precariedade do trabalho e o regime de trabalho fora das conformidades das leis trabalhistas. Além de sua carteira nunca ter sido assinada nesse primeiro emprego, ela trabalhava também em uma rotina laboral que pode se enquadrar no regime de trabalho de exploração infantil. Esses quadros socializadores laborais contribuíram para que Rosiane fosse incorporando *disposições para o trabalho precário* e *disposições para ter mais de um emprego*, como poderemos ver mais adiante.

Por último, Elton destoa um pouco de todos os outros entrevistados, no que diz respeito a sua inserção no mundo do trabalho. Sua singularidade reside no fato de ele ter tido sua primeira socialização laboral já adulto, aos vinte e dois

anos. Essa entrada tardia, comparada aos outros entrevistados, como já evidenciamos no capítulo quarto desta tese, teve a influência da família e na sua opção em concluir o ensino básico. É nos anos dois mil, então, que Elton vai ter seu primeiro emprego em um supermercado, começando a se desenhar suas disposições laborais. Nas palavras dele: “Sim, eu comecei... como... trabalhando em supermercado, né? Na parte de pacote, né? Fiquei uns dois anos nesse setor e depois mais dois anos como operador de caixa, aí desde então venho trabalhando”.

É interessante perceber, no caso de Elton, que, diferente dos outros entrevistados inicia sua socialização laboral em um emprego registrado e dentro da legislação trabalhista, o que contribuiu para que fosse incorporando *disposições para empregos registrados*, o que não aconteceu com os outros entrevistados. Como já destacamos, essas disposições para empregos registrados foram se fortalecendo e desempenhando um papel importante na busca de outros empregos. Quando Elton saiu do supermercado em que trabalhava, sempre optou por empregos que lhe garantissem alguma segurança dentro das leis trabalhistas.

A maioria dos entrevistados tem suas primeiras socializações em empregos precários e sem o amparo das leis trabalhistas. Além disso, é possível perceber que existe influência da família na escolha desses primeiros empregos. As questões de gênero aparecem fortes nas disposições incorporadas para o labor, quando percebemos que os homens foram influenciados por uma figura masculina para desempenhar ou dar continuidade na profissão de um membro da família do sexo masculino que já desempenhavam atividades informais ou precárias.

No caso das entrevistadas, a influência veio de mulheres que trabalhavam em postos de trabalho atribuídos, geralmente, a pessoas de seu sexo, como secretárias do lar, faxineiras, diaristas e babás. A formação de disposições laborais, nesses casos, provém da socialização com mulheres da família que já trabalhavam nessas atividades ou de atribuições relacionadas ao cuidado, como no caso de Rosiane, que optou por ter seu primeiro emprego de babá porque, anteriormente, foi responsável pelo cuidado com os sobrinhos. Assim, embora com processos de socialização distintos, a incorporação das

primeiras disposições laborais dos entrevistados perpassa pela influência da esfera familiar.

5.2 Disposições para trabalhos precários e trabalho árduo

Na seção anterior abordamos a primeira socialização com o trabalho dos entrevistados e pudemos visualizar que a maioria deles tiveram experiências laborais em empregos precários, subalternizados e sem a proteção da legislação trabalhista. Desse modo, nesta parte iremos nos debruçar no entendimento de como a primeira experiência laboral foi crucial para que disposições para trabalhos precários fossem se fortalecendo na trajetória de alguns entrevistados. Detalharemos como as experiências que sucedem a primeira experiência laboral são marcadas pela precariedade, traço marcante da sociedade do trabalho no Brasil.

O que entendemos por disposições para trabalhos precários e trabalho árduo tem a ver com a persistência que marca a experiência laboral dos entrevistados em se manter no mundo do trabalho em empregos que não lhes oferecem qualquer estabilidade do ponto de vista da regulação trabalhista. Isso está relacionado com as primeiras experiências laborais, com o contexto mais amplo da vida social e econômica de alguns entrevistados. Manter-se em trabalhos precários ou com uma rotina árdua e exaustiva não aparece como uma opção, mas como uma necessidade na vida dos entrevistados, e leva em consideração todo um passado e contexto de socialização permeado por questões culturais e educacionais desfavoráveis.

Em outras palavras, as disposições para trabalhos precários, de uma forma mais ampla, se relacionam com uma vida de precarização que vai além das questões puramente laborais. Esse tipo de disposição não é uma constante na vida dos entrevistados, elas se atualizam e ganham novos contornos na medida que os entrevistados se vão socializando em outros espaços sociais. Essas disposições ora se fortalecem na vida de alguns entrevistados ora se atualizam, ou seja, é provável que anos após a primeira experiência laboral que foi precária as próximas também o sejam, assim como, em outros casos, os entrevistados conseguem dimensionar e entender, após alguns anos, a

importância do emprego registrado, como iremos ver adiante. Em resumo, o que queremos dizer é que essas disposições são oscilantes e flutuantes.

Alessandro, por exemplo, teve suas primeiras experiências laborais trabalhando como ajudante de obra no ramo da construção civil com o seu padrasto, marcadas pela precariedade, ilegalidade e fora da proteção da legislação trabalhista, e passou a ocupar empregos subalternos, instáveis e sem carteira assinada. Ainda aos quinze anos ele relata que saiu do trabalho com obras: “aí saí das obras, fui trabalhar no Soccer, no Gramm Soccer, que é na Idelfonso Simões Lopes, trabalhei quatro ano ali como limpador, limpava vaso, ahn, passava pano na quadra, eu fazia de tudo”.

As disposições para trabalhos precários vão se desenhando na vida do entrevistado quando ainda muito jovem e, durante algum tempo, elas se fortaleceram por ele não ver outras possibilidades fora do subemprego e da precariedade das relações laborais.

Essas disposições, contudo, ficam suspensas quando ele decide, aos dezoito anos, entrar no exército, vivenciando outro contexto de socialização, como já evidenciado nos capítulos anteriores. No entanto, esse estoque de disposição para o trabalho precário e árduo é ativado novamente na vida adulta. Como ele mesmo narra:

Tudo, tudo eu trabalhei sem carteira, trabalhei como pintor, trabalhei muito, quatro ano como pintor, trabalhava como pintor e trabalhava em outro serviço, fazia bate-estaca, fazia limpeza, sempre, eu não parava porque eu tinha um objetivo que eu tenho que comprar, eu tenho que comprar aquilo dali, aí eu ia lá: “Hoje, eu quero comprar tal coisa” e a minha primeira compra que eu fiz foi tirar a minha carteira de carro e moto, aí eu botei na cabeça: “Hoje eu vou, nem que eu tenha que me matar trabalhando, mas esse ano eu vou comprar a minha moto” eu fui lá e comprei a minha moto. Aí saí da empresa onde eu tava trabalhando que era no bate-estaca, fui trabalhar de pintor, aí fui pra uma empresa, fui pro Hospital São Francisco trabalhar, trabalhei sem carteira na São Francisco durante dois anos, dois anos e meio.

Esses fatos ocorrem na vida do entrevistado por volta do ano de 2009, quando ele tinha vinte e dois anos. Cumpre ressaltar que as disposições para trabalhos precários também estão atreladas às disposições para suprir necessidades e disposições para o consumismo. Para o entrevistado, trabalhar ou não de carteira assinada não fazia muita diferença no mundo objetivo, pois, o que ele não queria era ficar sem um emprego. Mesmo o emprego precário e

sem direitos era o que lhe garantia alguma estabilidade, acesso ao consumismo e a bens que almejava ter. Para Alessandro, o foco era sempre ter um trabalho, independentemente de qual fosse sua natureza. Assim, as disposições para trabalhos precários acompanham toda a sua trajetória, ficando ora suspensas ora focada em outros contextos sociais.

O mesmo acontece na vida da Rosiane que começou sua experiência de socialização laboral ainda na pré-adolescência como babá, trabalhando muitas horas e sem direitos trabalhistas assegurados. A natureza desse trabalho, além de caracterizar exploração de mão de obra infantil, era de caráter árduo e exaustivo, demandando horas de dedicação, uma vez que Rosiane precisava morar na casa da família para quem trabalhava. Nessa situação, não tinha descanso semanal, intervalo ou férias. Desde muito cedo a precariedade com o trabalho se destaca na sua vida. A sua afirmação de estar “cansada desde sempre” demonstra como o trabalho árduo esteve tão presente na sua vida. Mesmo após ter participado de um programa de “Jovem Aprendiz”, dentro das conformidades da legislação trabalhista, essa primeira experiência marcada pela precariedade acompanhou a sua trajetória com o trabalho.

A precariedade aparece novamente na fase adulta, quando ela opta por um segundo emprego em uma pequena loja de venda de produtos para barbearia, pertencente a seu irmão, onde trabalhava sem carteira assinada e se desdobrava em múltiplas funções como ser vendedora, conferir o estoque de mercadoria, lidar com os fornecedores e com as finanças.

Ocupar postos de trabalho precários anda sempre junto com aqueles trabalhos amparados pela legislação, pois, ao mesmo tempo que a entrevistada ocupava um posto de trabalho em que era assistida pelas leis trabalhistas, em paralelo, ocupava outro marcado pela precariedade. Assim, em sua vida, as disposições para trabalhos precários foram sendo ativadas dependendo do contexto e da situação de sua vida. Assim, como Alessandro, essas disposições foram ativadas em contextos em que apareciam situações de necessidades econômicas e materiais. Como veremos adiante, um dos motivos que fazem a entrevistada manter-se em um posto de trabalho com características de precariedade e outro regido pelas leis trabalhistas era a dívida que tinha com a compra de um apartamento.

5.3 Disposições para empregos registrados

Se, por um lado, alguns entrevistados incorporaram, em suas primeiras socializações laborais, disposições para trabalhos precários e sem registro, por outro, outros desenvolveram em suas experiências com o trabalho disposições para empregos registrados, valorizando a importância destes em suas vidas, tanto do ponto de vista social – no que concerne à garantia de direitos assegurados, como décimo terceiro, férias, seguro desemprego e FGTS – quanto do ponto de vista existencial – de entendimento de toda base que a segurança de um emprego registrado pode proporcionar.

O entrevistado Elton começou a trabalhar tarde, em comparação a outros pesquisados, contudo, a sua primeira experiência laboral, diferentemente de outros, foi em um emprego registrado e com direitos trabalhistas assegurados. Elton começou a trabalhar aos vinte e dois anos como empacotador em um supermercado, logo em seguida trabalhou como operador de caixa. Essa sua primeira experiência laboral foi marcada por ser contratado dentro da legislação trabalhista, tendo a oportunidade de gozar de todos os benefícios proporcionados para quem tem uma carteira assinada. Sobre as suas experiências ele relata:

Sim, eu comecei... como... trabalhando em supermercado, né?, na parte de pacote, né? Fiquei uns dois anos nesse setor e depois mais dois anos como operador de caixa, aí desde então venho trabalhando, né, aí como terminou a minha... eu não tava me sentindo muito bem no ramo de supermercado, aí eu saí e comecei a minha vida profissional como taxista, aí de táxi eu virei porteiro, né? Tudo em curto tempo, tudo em espaço curto de tempo assim, aí depois na portaria, né, como era uma área que tava crescendo na época e assim, consecutivamente, a área de vigilância, né? Que não deixa de ser também uma portaria, só que armada, daí fiz o curso e tô desde então.

O que podemos extrair do contexto de vida de Elton é a importância que o trabalho registrado representa para ele. Notamos que, desde sua primeira experiência trabalhando em um supermercado (embora tenha tido a oportunidade de trabalhar como taxista), buscou outros empregos que pudessem lhe garantir alguma segurança e estabilidade do ponto de vista das leis trabalhistas. Mesmo trabalhando como taxista buscou outros empregos, como portaria e vigilância, que lhe garantissem o registro em carteira. No

momento da entrevista, Elton estava trabalhando como *Uber* e também como porteiro e não deixava de evidenciar a importância que este último emprego tinha em sua vida, justamente por lhe garantir os benefícios da legislação trabalhista. Nas suas palavras: “No *Uber*, não tenho garantias. Aqui eu tenho”. Para ele não era uma opção largar o emprego registrado para viver na instabilidade de ocupações laborais sem garantias de direitos.

As disposições para empregos registrados sempre foram fortes em vários contextos sociais do entrevistado e envolviam um cálculo racional a longo prazo sobre trabalhar com carteira assinada, que iriam desde o recebimento de vale-alimentação e vale-transporte até a importância de ser sindicalizado e contribuir economicamente com o sindicato. Elton transitava entre o emprego registrado e o “trabalhar por conta própria” sem necessariamente de abdicar de um pelo outro. Durante sua vida, sempre conseguiu conciliar empregos sem registros com um emprego registrado. Resumia sua existência laboral na fronteira entre a precariedade e a estabilidade das leis trabalhistas.

O caso de Elton serve para exemplificar que, no mundo do trabalho brasileiro, muitos trabalhadores vivem experiências laborais distintas que ora se complementam, ora se distanciam, mas que ocorrem de forma simultânea. Estas podem ser precárias, do ponto de vista do abraçamento da legislação trabalhista, ou estáveis, no que se refere à garantia de direitos. Para Elton, as disposições se alternam, sobressaindo as que são orientadas para empregos registrados.

Roberto é outro entrevistado que também fortaleceu disposições para empregos registrados e viveu na fronteira entre duas formas distintas de emprego. Como já falamos anteriormente, a socialização laboral de Roberto começou muito cedo em trabalhos precários e sem garantias de direitos trabalhistas. Contudo, ele também tendeu a dar importância aos empregos registrados. Após de trabalhar com seu pai, como vendedor no camelódromo da cidade, sem receber qualquer benefício trabalhista a sua preocupação foi encontrar um emprego onde pudesse trabalhar com registro e ter alguma garantia dos direitos trabalhistas.

O momento em que começa a incorporar disposições para empregos registrados, foi quando percebeu a importância de se trabalhar com carteira assinada e os benefícios que a lei proporcionava. Aos dezenove anos, então,

começou a buscar empregos que lhe proporcionassem gozar das prerrogativas da legislação trabalhista. Acerca desse momento relata:

É, que nem eu te disse, né, comecei a trabalhar em torno de oito, nove anos ali com atendimento ao público, né, como meu pai era camelô, né? Sempre lidando com o público assim. Acho que eu tinha... Até uns dezenove, mais ou menos, eu trabalhei com isso e aí foi onde eu tive meu primeiro emprego, foi trabalhar de garagista numa... aí era uma garagem e uma lojinha de conveniência junto, né? Depois fui pro comércio onde eu fui vendedor, fui fiscal de loja, trabalhei, tive uma experiência também de pouquíssimo tempo com vidraçaria, mas aí não me adaptei, voltei pro comércio de novo com a questão de segurança de novo, aí por último agora, tava no *uber* e agora nessa função de porteiro aí.

Todas as experiências de socialização com o trabalho que Roberto teve após a do camelô, foram com carteira assinada. Para ele, era importante que experiências futuras com o trabalho fossem vividas em conformidade legal. Isso é evidente em momentos em que essas disposições se fortalecem em outros contextos, quando ele passa a trabalhar como Porteiro, por exemplo, uma ocupação regida pela legislação trabalhista, e, ao mesmo tempo trabalha de forma avessa às leis trabalhistas, como motorista de aplicativo. Seu entendimento é de que precisa de um emprego que lhe ofereça alguma segurança e estabilidade. Como ele mesmo afirmou, “vivi muito tempo sem direitos, não dá pra ficar assim a vida toda”. Roberto reconhece os problemas implícitos na ausência de empregos desprovidos de direitos, mas também não deixa de reconhecer a necessidade de ter mais de uma ocupação de trabalhos instáveis e sem garantias de direitos trabalhistas, como o de dirigir para empresas de aplicativos como *Uber*.

O aprofundamento de disposições para empregos registrados não inibe, necessariamente, as disposições para empregos sem registros. No caso de Roberto, em alguns momentos, essas duas disposições são ativadas ou desativadas, e, em outros, agem de forma simultânea, como quando ele opta por ter mais de um emprego, como veremos mais adiante.

A entrevistada Kelly também valoriza o trabalho registrado. As disposições para empregos registrados foram tomando força a partir dos anos 2000, quando ela viveu a experiência de trabalhar como secretária do lar. Nesse emprego, ela não recebia qualquer direito trabalhista reconhecido pela legislação. Trabalhou durante algum tempo sem carteira assinada e em

condições por ela percebidas como desfavoráveis, tais como o não pagamento de horas extras de FGTS, de férias e de seguro-desemprego. Kelly percebia estas como desvantagens que o trabalho sem registro trazia para a sua vida, ao se comparar com outros trabalhadores que gozavam dos benefícios trabalhistas vinculados ao ter uma carteira assinada.

Ao pesar na balança moral e material de sua vida cotidiana, opta por largar o emprego como secretária do lar e decide procurar empregos onde pudesse ter os direitos trabalhistas assegurados. Nas suas palavras: “queria ter um emprego que eu pudesse ter os direitos pago, tudo direitinho”.

Kelly passou, então, a dar prioridade a trabalhos com carteira assinada. Os empregos como caixa de supermercado e atendente de farmácia foram todos com registro e baseados na legislação trabalhista. Sobre esses fatos ela conta que: “Isso, era tudo baseado na legislação. Só quando eu peguei meu primeiro emprego como trabalhadora doméstica que não era”. Como podemos notar, Kelly desenvolveu disposições fortes para empregos registrados e também não abriu mão dessa modalidade de trabalho. No momento da entrevista, Kelly além de trabalhar como porteira em um condomínio, também trabalhava como motorista de aplicativo. Assim como Roberto, para ela não era uma opção deixar o emprego na portaria porque valorizava os direitos que possuía trabalhando com a carteira assinada. Por sua vez, o trabalho com o aplicativo aparecia como uma segunda opção, motivada pelas disposições de suprir necessidades básicas e de consumo.

5.4 Disposições para empreender

Pelo menos dois dos entrevistados, ao longo de suas trajetórias, desenvolveram disposições fortes ou fracas para o empreendedorismo ou, como já aludimos em capítulos anteriores, de empreendedores de si. Não é nosso intuito aprofundar em discussões sobre as políticas de empreendedorismo, interessa-nos demonstrar como, ao longo do processo de socialização desses atores sociais, a importância de empreender, isto é, de ter um negócio próprio, se tornou relevante tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo; e como essa vontade de empreender é uma decisão individual pautada em um cálculo racional a partir da condição social e de existência dos entrevistados.

Aqui é importante esclarece dois casos: O primeiro é que a forma de empreender é diferente nos dois casos analisados. O entrevistado Camilo provinha de uma família de empreendedores, pois seu pai já empreendia e pertencia a uma classe média da cidade. Sendo assim, Camilo expressava disposições fortes para o empreendedorismo, isto é, uma crença nessa forma de conduzir o trabalho. O Alessandro, por sua vez, provinha de uma classe popular e começou a empreender, em algum momento de sua vida, pela influência do contexto de interação com os pais de sua esposa. Contudo, essas disposições se enfraqueceram ao longo do tempo.

Alessandro desenvolveu disposições para empreender aos vinte anos, a partir da experiência que teve em fazer manutenções prediais e trabalhos com pintura. Em 2009, ele decide, então, abrir uma pequena empresa sob a modalidade de Microempreendedor Individual (MEI). A opção em abrir um pequeno negócio de reparos e manutenção prediais partiu da necessidade de ter uma complementação de renda. A empresa era basicamente de prestações de serviços para prédios e condomínios que envolviam parte elétrica, pintura e outros serviços de reparos. Nessa época, o padrão de consumo de Alessandro havia mudado e, em suas palavras, “precisava pagar as contas que chegavam”, sendo a partir dessa necessidade que ele e sua esposa decidiram abrir um MEI. Alessandro relata que:

É, aí foi onde a gente decidiu abrir um MEI, aí a gente tava trabalhando tranquilo e isso e aquilo, deu o acaso dum rapaz adoecer, apodrecer, estragar, a mão dele apodreceu e a gente deixou ele parado por uns três meses e pagando, todos os mês pagando, aí foi um ponto que ele conseguiu se encostar e eu disse pra ela: “Bom, isso foi um aviso, vamo parar” aí a gente parou, fechemo, o rapaz melhorou, nunca mais deu problema e a gente, eu comecei a trabalhar...

A primeira experiência como microempreendedor não foi avaliada como positiva por Alessandro, atribuindo isso a uma falta de maturidade e de má administração da parte dele e da esposa. Na época, o empreendimento foi considerado mais como uma complementação de renda e um segundo emprego do que como um negócio em que se precisasse investir e desenvolver. Contudo, as disposições para empreender já tinham deixado marcas na trajetória do entrevistado.

Essas disposições ficaram suspensas por algum tempo até que, recentemente, na época da realização da entrevista para este trabalho, Alessandro já tinha consolidado uma microempresa com as mesmas características que ele tinha em 2009 e que contava com pelo menos três funcionários. Diferentemente da microempresa fundada em 2009, a do tempo presente conseguiu se consolidar, mesmo funcionando como uma complementação de renda, uma vez que Alessandro também trabalhava como porteiro, como já evidenciamos anteriormente. Assim, conseguia trabalhar no próprio negócio, o qual tinha como segundo emprego, e como porteiro.

É importante lembrar que as disposições incorporadas para empreender vieram, em boa parte, da socialização que Alessandro teve com os pais de sua esposa, que já possuíam pequenos negócios de família como lojas de roupas e revenda de perfumaria. A vontade de ter o próprio negócio aparece por essa importante influência familiar e pela necessidade material, enfrentada por ele e sua esposa, no mundo objetivo. Essas disposições, como podemos notar, ficaram suspensas em determinados contextos na vida de Alessandro, assim como aparecem fracas e se fortalecem em outros contextos.

Outro entrevistado que aprofundou disposições para empreender motivado pela influência familiar foi o Camilo, que, aos vinte anos, teve a oportunidade de abrir o próprio negócio, uma oficina de carros. A influência veio através do trabalho com o pai que sempre teve oficina. Observar o pai trabalhar e ter o próprio negócio despertou em Camilo a vontade de ter sua própria oficina, ter autonomia e não precisar, como ele dizia, “de ter um patrão, ter horários”. Camilo acreditava na sua autonomia no mundo do trabalho a partir da ideia da difusão do empreendedorismo, ao modo como o neoliberalismo fomenta a ideologia de valorização e de potencialidades individuais (Valetim e Peruzzo, 2017). Camilo internalizou essa ideologia e tinha em vista o objetivo de ser dono do próprio negócio com seus próprios funcionários. Foi, então, a partir dos vinte anos, que as disposições para empreender começaram a se fortalecer, quando ele abriu a sua primeira oficina e se tornou independente do pai. Com essa primeira experiência, o entrevistado começa a dar importância à atividade de empreender, atrelando-a às ideias de flexibilização, autonomia, sucesso e liberdade. Contudo, dentro desse contexto, sua percepção não abrangia um cenário de trabalho marcado pela precariedade, informalidade e instabilidade.

As disposições para empreender se fortalecem na vida de Camilo quando ele decide, em outro momento, abrir uma padaria, a qual permaneceu ativa durante vinte anos, de 1994 a 2014. Sobre esse segundo negócio, ele conta que:

Na verdade, é assim o: eu fiquei com... comecei com um mercado pequeno né..., mas eu tinha a oficina ainda, aí o mercado foi crescendo e diminuindo a minha atenção com a oficina, eu nunca deixei de ter oficina e então nesses vinte anos de padaria eu tive oficina e padaria ao mesmo tempo. A manutenção eu fazia para algum conhecido que queria fazer manutenção, mas a padaria ficou muito instigante né porque era uma área muito grande, era 16horas por dia, 8horas por dia, padaria em atividade né e aí eu cansei e fechei a padaria e me dediquei novamente a oficina que... o horário quem faz sou eu, não que eu vá trabalhar em qualquer horário, mas eu posso parar a qualquer momento, se eu estou cansado, estressado... então a oficina me dá a liberdade de parar a hora que eu quiser e já a padaria não, se tu não fizer as coisas na hora tu não vende na hora...

Esse segundo negócio, que funcionava em paralelo com a oficina, fazia parte das motivações que Camilo tinha de empreender, gerando disposições fortes que perduraram longos anos. A padaria foi um negócio lucrativo durante alguns anos, começando com um pequeno mercadinho e tomando, ao longo do tempo, outras proporções que fizeram com que a atividade com a oficina ficasse em segundo plano. Contudo, o lucro econômico na padaria começou a sofrer abalos e Camilo precisou encerrar as atividades e voltar a se dedicar mais à oficina. Ele se considerava um “empreendedor acovardado”, ao mesmo tempo em que se orgulhava de ter mantido a padaria aberta e gerado emprego durante muito tempo. A visão de ser um empreendedor era levada muito a sério por Camilo, manifestando euforia em ter empregado onze pessoas na oficina e oito na padaria durante o tempo que tomou a decisão de empreender. Conforme sua narrativa:

Aos vinte anos, em 1990, eu tinha onze funcionários, na oficina de restauração e pintura, eu tinha dez, onze funcionários. Mas no mínimo uma meia dúzia tinha comigo sempre e aí depois na padaria eu tinha por volta de oito funcionários. Agora eu tô trabalhando sozinho desde que fechei a última padaria, que foi em 2015 que eu fechei a última padaria, agora eu tô sozinho...

A ideologia de ser o próprio patrão, ter seu próprio negócio e fazer suas próprias escolhas é muito presente na vida de Camilo. O momento de fechar a padaria e optar em ficar somente com a oficina foi vivenciado por ele como uma

crise pois precisou renunciar a algo que tinha demorado muito tempo para conquistar e manter. Os motivos de fechamento da padaria foram variados, mas sobressaíam os conflitos internos e os problemas na justiça trabalhista com os funcionários. Camilo afirmava, sem mencionar muitos detalhes, que as leis para o empreendedor no Brasil precisavam mudar, visto que protegiam apenas os funcionários.

Camilo também se orgulhava de ser patrão, de nunca ter precisado trabalhar como carteira assinada, afirmando que: “Eu nunca precisei. Eu sempre fui patrão. Então lá com dezoito anos de idade eu fiz meu CNPJ, no caso, aí depois eu abri a padaria eu fiz um CNPJ e... um secundário... como é que chama? Matriz e filial, eu tenho dois CNPJ”. Essa fala ilustra como as disposições para empreender se fortaleceram, ao longo da trajetória de vida do entrevistado, combinando-se, aliás, com disposições políticas e ideológicas. As disposições políticas do entrevistado revelavam forte tendência com uma ideologia de partidos com perspectivas liberais e neoliberais. Ele acreditava no desenvolvimento do Estado por meio da economia e se mantinha fortemente contrário a políticas voltadas ao bem-estar social. Para ele, o problema do Brasil eram as políticas de assistência sociais e a legislação trabalhista, que na sua visão, “prejudicava o patrão e tornava o trabalhador cada vez mais vítima”. Segundo ele, o fato de ele ser um “empreendedor” acovardado se dava muito pelas políticas que colocavam cada vez mais o patrão como o vilão e o trabalhador como vítima.

Camilo reclamava da legislação trabalhista e de uma exigência cada vez maior para os empreendedores e isso que isso lhe dificultava continuar empreendendo. Cabe explicitar que, quando Camilo esteve na posição de “patrão”, ele relata que teve diversos funcionários que acionaram a justiça trabalhista por causas que ele considerava injustas como, pagamentos de horas extras, sendo que na época, alguns de seus funcionários tomaram, segundo ele, a decisão de trabalhar sem carteira assinada.

Analisando esse cenário, podemos afirmar que o “empreendedor acovardado”, mencionado por Camilo, refere-se a uma ideia construída, ao longo do tempo, de ser patrão, argumentando que isso não deu certo devido a seus colaboradores passarem a exigir o cumprimento de seus direitos trabalhistas. Ao se colocar diante dessas exigências, sua ideologia política e suas disposições

para empreender sofreram um abalo, pois passou a ter que se responsabilizar, a responder legalmente pela forma em que conduzia as relações de trabalho.

Por mais que Camilo alegue ser um “empreendedor acovardado” e hoje conduza sozinho a oficina de manutenção de carros, ainda acredita e leva muito a sério a ideia de ser seu próprio patrão, de fazer seus próprios horários e de empreender como uma forma de realização pessoal e profissional. As disposições para empreender continuam sendo fortes, podendo ser ainda verificadas na realização de pequenos fretes pela cidade para complementação de renda, para além do trabalho na oficina.

Os dois casos ilustram que a ideia de empreender se torna algo bastante relevante na trajetória de alguns trabalhadores brasileiros, e que as políticas de cunho liberal e neoliberal repercutem, de algum modo, na ideia do empreendedorismo como uma possibilidade a mais no mercado de trabalho. No caso dos entrevistados, o micro empreendedorismo ou o empreendedorismo surgem como uma oportunidade de ter o próprio negócio, visando driblar o desemprego, complementar a renda e ascender social e economicamente.

5.5 Disposições para mais de um emprego

Todas as pessoas as entrevistadas para a pesquisa desenvolveram e aprofundaram, ao longo de suas experiências de vida, disposições para a obtenção de mais de um emprego. Aqui nos colocamos o seguinte questionamento: disposição para mais de um emprego ou questão situacional? Nosso argumento é favorável à noção de disposição. Para tanto, expomos o seguinte exemplo: um trabalhador de classe média ou classe média alta, no Brasil, que foi socializado dentro desse recorte de classe e tendo uma base econômica estável, ganhando mais de vários salários mínimos, dificilmente desenvolverá a necessidade de ter que trabalhar em mais de um emprego. Por sua vez, no caso dos entrevistados desta pesquisa, oriundos das classes populares, tiveram suas primeiras experiências de socialização laboral em empregos precários e subalternos. Nesse sentido, quando eles se veem diante da flexibilidade do trabalho, por uma necessidade de complementação de renda, vão incorporando uma propensão a ter mais de um emprego. Assim, ter mais de um emprego não se resume a uma opção e sim a uma necessidade material de

subsistência. Cumpre destacar, ainda, que muitos dos entrevistados, como ficará evidenciado, não desejam ficar por muito tempo em mais de um emprego. Os motivos para isso são diversos, tais como o cansaço, e a falta de lazer e de disponibilidade para o convívio com a família; então, é provável, que essa disposição em algum momento venha a se enfraquecer em alguns casos individuais.

Concebemos disposições para mais de um emprego ao processo social pelo qual os entrevistados optaram, dentro de suas trajetórias, por ocupar diferentes trabalhos, levando em consideração seus desejos, aspirações e planos. Ocupar mais de um posto de trabalho leva em conta disposições para suprir necessidades e disposições para o consumismo. Ao optar por ter mais de um emprego, os entrevistados elencaram diversos fatores, como veremos no decorrer desta seção. Essas disposições se fortalecem ao longo de suas trajetórias, ocupando um papel central nas suas relações com o trabalho. Os outros postos de trabalho costumam ser temporários, informais, fora da legislação trabalhista e sem carteira assinada. Veremos, ao longo desta seção, como essas disposições foram se formando e se fortalecendo na trajetória dos entrevistados Alessandro, Roberto, Kelly e Rosiane.

Começaremos investigando a trajetória de Kelly, que, em um momento da vida, precisou complementar a renda para ajudar o marido, e decidiu trabalhar mais e ocupar dois diferentes postos de trabalho. As disposições para mais de um emprego começaram a se desenhar na vida de Kelly a partir do momento que ela sentiu que as despesas e o consumismo aumentaram em casa e que a renda dela e do marido, com apenas um emprego, não estava suprimindo as necessidades materiais da família como gastos com as contas e escola para os filhos. Kelly já trabalhava como motorista de aplicativo, revezando turnos de trabalho com o marido. Contudo, durante o período pandêmico, viver apenas com a renda do aplicativo não era o suficiente para suprir todos os gastos que o momento exigia. Nesse cenário, por ter desenvolvido disposições fortes para empregos registrados, a entrevistada decidiu ir atrás de um emprego de carteira assinada e que lhe oferecesse algumas garantias de direitos trabalhistas. Foi quando começou a trabalhar como porteira e conciliar, em paralelo, seu trabalho de motorista de aplicativo. Sobre isso, ela conta que:

Na verdade, na pandemia a gente ficou muito parado com o *Uber* e aí eu comecei a pensar assim: “Gente eu tenho conta para pagar, eu tenho que ter uma renda fixa, pelo menos né?” Porque a gente paga o nosso carro, eu e meu marido... meu marido também trabalha fazendo *Uber*, quem tá trabalhando no carro é ele e aí a gente optou de um pelo menos ter uma carteira assinada pra poder se manter, pagar as contas, comprar... manter nosso sustento e das crianças... a gente optou, de eu trabalhar porque pelo menos eu vou ter um salário fixo né... E no *Uber* eu estava ficando muito tempo parada e uma manhã parada não rendia né! Tem que rodar né?

As dificuldades, ocasionadas pelo período pandêmico aos motoristas de aplicativo fizeram com que Kelly fosse em busca de outro trabalho que lhe possibilitasse uma estabilidade e uma complementação de renda para sanar os problemas de ordem material que a família estava passando. De acordo com sua narrativa, as necessidades eram variadas e a renda como motorista de aplicativo não as estava suprimindo. A ideia de ter uma renda fixa era atrativa para Kelly, uma vez que ela tinha trabalhado e valorizado o emprego com carteira assinada e dentro da legislação trabalhista. Assim, Kelly se mantinha com o salário da portaria que era pago em vigor com a legislação trabalhista e exercia, no seu tempo livre, o posto de trabalho como motorista de aplicativo. A flexibilidade com o trabalho na portaria, por se tratar de uma escala de 12x36 horas (essa escala consiste em trabalhar em um dia sim e o outro não durante a semana), contribuiu para que ela conseguisse conciliar os dois trabalhos.

Para Kelly, existe uma ordem de classificação sobre esses dois empregos, o primeiro é o emprego na portaria, no qual ela possui garantias trabalhistas; e o segundo é o trabalho como motorista de aplicativo, que ela encara como condição de renda extra. Na perspectiva dela, o trabalho como motorista de aplicativo ajuda no dia a dia da seguinte forma:

Olha é o meu sustento, é com que eu sobrevivo, sabe? A gente ganha bem, posso te falar que a gente ganha bem... só ainda não consigo sair do serviço porque eu tenho medo e agora veio o covid de novo, né? E eu tenho medo de ficar parada novamente. Mas a gente ganha bem assim... é com a gente sobrevive né? Posso te falar que é bem isso.

O importante de observarmos nessa fala é o medo que a entrevistada tem de sair do emprego registrado. Para ela, não é uma opção abandonar o emprego de um salário fixo para ficar apenas como motorista de aplicativo. Isso também aparece como um fator de não aprofundamento de disposições para

mais de um emprego. No caso de Kelly, ela não pretende ficar muito tempo em dois empregos, devido ao fato da exaustão e da falta de tempo para se dedicar ao cuidado dos filhos. Além disso, como já demonstramos, Kelly possui disposições fortes para os estudos, não pretendendo passar muito tempo como motorista de aplicativo, porque seus planos envolvem investimento em alguma faculdade.

Uma das hipóteses que levantamos para o não aprofundamento de disposições para mais de um emprego, além das inseguranças provenientes da forma de trabalho, estão relacionadas com questões de gênero. Kelly trabalhava em um ambiente majoritariamente masculino, como já foi explicitado anteriormente. A entrevistada relata como se sente trabalhando nesse ambiente:

Ah! as vezes é complicado quando a gente pega homem... porque tem alguns homens que ainda são bem machistas, né! Tipo, "ah! uma mulher..." "mas aí a gente tem a opção também de pegar somente mulher né... mas como o aplicativo não toca as vezes tanto, eu não optei por essa opção eu deixo no total o que vir veio né? Pra não ficar parada, mas essa relação de trabalhar com homem e pegar homem é meio complicado assim, posso te falar que é... tem uns que não, mas tem o machismo né... ah porque é mulher e acha que não dirige bem e mulher é mais cuidadosa não vai tá correndo, então eu acho que pensam assim... e devido a isso até te avaliam mal, né! Porque tu não corres... porque tu né... tu já fica mais ligada no trânsito.

As questões de gênero aparecem como uma realidade na vida de Kelly como motorista de aplicativo. Diariamente ela se depara com situações que envolvem relações sexistas, que põem em xeque a sua capacidade de ser mulher e trabalhar como motorista de aplicativo. Para Kelly esses são alguns dos embates e dificuldades do trabalho que enfrenta e que a deixam, em diversos momentos, desconfortável, insegura e em dúvida em se manter nesta ocupação.

Rosiane, a mais nova dos entrevistados, também incorporou muito cedo disposições para mais de um emprego, pois começou a trabalhar muito cedo – aos catorzes anos – e aos vinte quatro se desdobrava entre as atividades laborais de porteira, de atendente e de vendedora em uma pequena loja do irmão. A vontade de Rosiane de trabalhar em mais de um emprego também surgiu do que chamamos de disposições para suprir necessidades. A entrevistada tinha a expectativa de sair da casa dos pais e ter sua independência econômica, a qual se materializava em ter uma casa própria. Aos vinte e dois anos ela decide comprar um apartamento, mas os custos com essa aquisição

começaram a pesar no orçamento e ela optou, então, por realizar uma dupla jornada de trabalho. Nos dias em que não trabalhava como porteira, Rosiane desempenhava a função de atendente e vendedora na loja do irmão. Como já expusemos, anteriormente, a contratação no condomínio em que Rosiane trabalhava era feita a partir de uma empresa terceirizada, na qual os direitos trabalhistas eram pagos conforme a legislação, já no trabalho na loja do irmão era feita de forma atípica.

A decisão de ter mais de um emprego veio da necessidade de pagar as parcelas do apartamento recém adquirido e também de concluir o curso técnico de enfermagem. Quando perguntada sobre como ela conseguia conciliar estudo e trabalhos, Rosiane respondeu: “Nem sei, eu vivo cansada o tempo inteiro”. Estar cansada do trabalho e das formas de trabalhar aparece como constante na vida de Rosiane, que precisa racionalizar o tempo e, além disso, “viver sua juventude”, como já relatamos em capítulos anteriores.

Na época da realização da entrevista, não era uma opção para Rosiane renunciar a seus empregos. Afinal de contas, essas atividades laborais lhe permitiam não tão somente suprir as necessidades básicas de subsistência como também a ter uma expectativa positiva de realização de futuros planos. Incorporar disposições para mais um emprego, dentro do perfil biográfico da entrevistada, aparecia como sendo forte e a estimulava a fazer alguns trabalhos extras, aos domingos, como garçomete em eventos particulares. Como afirma a entrevistada, “todo esse sacrifício” valeria a pena no futuro.

A ideia de sacrifício para obter bens materiais e melhorar a condição de vida, em um cenário laboral cada vez mais precário e estável, está atrelada, também, no caso de Rosiane, à sua religiosidade. Rosiane é cristã evangélica e esse sacrifício através do trabalho também vinha dos “ensinamentos bíblicos e do pastor”, segundo os quais, para prosperar é preciso trabalhar arduamente. Assim, essas disposições para mais de um emprego foram se fortalecendo em paralelo com uma religiosidade que valoriza o trabalho árduo e edificante.

Alessandro é outro entrevistado que trabalha desde os treze anos e para quem o protagonismo do labor ocupa um lugar central na vida. No seu caso, também desenvolveu e fortaleceu disposições para mais de um emprego. Essas disposições se fortaleceram logo após o casamento, quando aumentou seu padrão de consumo e de necessidades materiais. Esse cenário foi facilitado

quando ele começou a trabalhar como porteiro em uma escala de trabalho de 12x36, que tornava possível conciliar o trabalho da portaria com o de manutenção predial, como já comentamos anteriormente. Nos dias em que Alessandro não trabalhava na portaria, prestava serviços de manutenção predial para o próprio condomínio, bem como para outros prédios e condomínios da cidade de Pelotas. A sua fala, a seguir, ilustra as motivações de ele ter optado por ter mais de um emprego:

Hum, uma porque eu sou uma pessoa que eu gosto de correr atrás de tudo que eu quero, outra que a gente, antes de eu ter tudo o que eu tenho hoje, eu passei muito trabalho, não só eu, como minha esposa junto comigo porque tudo o que passei, ela passou junto. Então, eu olhava dentro de casa chovia, a gente dizia assim: “Bah, tá pingando, entrando água em tal lugar” e eu dizia assim: “Não, vou trabalhar mais quanto mais a gente trabalhava a gente poder cada vez mais”.

Como já antecipamos, as disposições para suprir necessidades levaram Alessandro a optar por mais de um emprego. O casamento aumentara essas necessidades e a vontade de oferecer uma estrutura familiar confortável para ele e sua esposa o levaram a trabalhar mais do que habitualmente trabalhava. A rotina intensa com o trabalho, ao longa da vida, também foi preponderante para que essas disposições para ter mais de um emprego se aprofundassem ao longo do tempo e que se atualizasse em diferentes contextos do passado e do presente.

Alessandro conta como conciliava os dois empregos:

Pesquisador: E em que momento você faz esses serviços?

Alessandro: Depois das seis, aí, às vezes, eu vou até dez, onze horas, tomara que meu amigo não descubra, se não ele vai querer me correr porque não pode.

Alessandro: Tá, é... Tu poderia me falar um pouco, então, dessa tua rotina de trabalho? Me contar como é essa rotina?

Entrevistado: Bom, minha rotina de porteiro, eu saio seis e meia de casa, passo o dia no lugar onde tem dias que dá vontade de tu chutar tudo e ir embora porque não dá pra aguentar, é muita gente reclamando, ahn, tem um morador, né? Que não dá pra citar nome, né, que às vezes dá vontade de jogar ela lá da cobertura, né? Mas, a gente pode ser preso e estragar nossa vida. Mas, tirando dois ou três morador, o resto assim, ó, tu passa o dia bem. É um serviço bom, é um serviço, claro, é cansativo, muito cansativo porque tem entregas, tem encomendas, tem tudo e volto pra casa sete da noite, às dezenove horas. No dia que eu to na manutenção eu saio de casa oito hora pra chegar oito e quinze, oito e vinte, passo a minha rotina, verificar tudo, vejo se tem lâmpada pra trocar, se tem alguma coisa pra fazer, se tem algum morador reclamando de alguma coisa ou alguns detalhe, vou na zeladoria ver se tem alguma coisa anotado pra ver. Ahn, vou em casa ao meio dia pra almoçar, retorno às duas e duas horas eu sigo de novo

até umas cinco, cinco e dez na manutenção. Aí, ultimamente, sempre tem um biquinho pra fazer, vou pra esse bico, faço até umas dez, onze horas quando não viro até uma meia noite, uma hora.

Além da rotina com o emprego, a fala do entrevistado nos revela que ele ainda arruma um tempo para fazer “bicos”, aumentando ainda mais as horas que investe no labor. É importante ressaltar que ele opta, em algumas circunstâncias, por vender suas férias para a empresa, pois dificilmente tem tempo, por exemplo, para lazer como viajar. Como ele mesmo afirmava: “o único lazer que eu tenho é fazer um churrasco em casa no fim de semana ou acampar no fim do ano em Pedro Osório”⁷⁷.

As disposições para ter mais de um emprego, para Alessandro, também se fortaleceram via consumismo. Tanto o perfil do entrevistado quanto o perfil de sua esposa são de pessoas consumistas. Na época da entrevista, ele e sua esposa pagavam carro, apartamento, a reforma da casa e eletrodomésticos novos para a casa. Esses gastos aumentavam as despesas do casal e, por consequência, ele precisou ter que trabalhar mais e estender as horas trabalhadas.

Roberto também é outro entrevistado que desenvolveu, ao longo de sua história de vida com o trabalho, disposições para ter mais de um emprego. A escolha por trabalhar em mais de um emprego começa quando ele ainda trabalhava no comércio, como fiscal de loja, no centro comercial da cidade, o que o levou a optar por também ser motorista de aplicativo: após o encerramento do expediente na loja, obtinha uma renda extra. Apenas o salário como fiscal de loja não era suficiente para se manter e, como já explicitamos, sendo pai, precisava pagar pensão para os filhos. Essas necessidades e o aumento com os gastos, tanto de consumo como da pensão dos filhos, o levaram a fortalecer disposições para mais de um emprego.

Sobre o início da incorporação dessas disposições, Roberto narra que:

É, na verdade, o *Uber* começou como uma segunda renda. Na época eu trabalhava já nessa questão do comércio que aí, no caso, lá eu nem era... lá, eu, eu, como vou te explicar? Eu trabalhava mais numa parte burocrática, né? E aí eu cuidava mais em relação de nota fiscal, essas coisas assim, de pagamento de funcionário. E aí o *Uber* entrou como uma renda extra. Um horário livre que eu tinha e depois eu optei por

⁷⁷ Cidade localizada próximo de Pelotas.

sair desse emprego e fiquei só no *Uber*. Foi bom, era um serviço que eu gostava, às vezes, eu peso os prós e os contras e eu tenho vontade de voltar e, ao mesmo tempo, eu não tenho, né? Que mal ou bem é uma profissão bem arriscada, né, porque tu lida com tudo que é tipo de gente, tu não sabe quem tá entrando no teu carro, quem não é, né? Passei por algumas situações meio, meio cabrosas assim, mas graças a Deus, nunca deu nada. E eu entrei no *uber* mais em relação por uma renda extra mesmo. Melhorar, otimizar o meu tempo disponível que eu tinha.

O que nos chama atenção nessa fala é que outros motivos aparecem para que o Roberto opte por mais de um emprego, dentre eles a otimização do tempo disponível. A flexibilidade que o emprego como fiscal de loja lhe concedia surge como um meio viável de conseguir conciliar um segundo emprego.

Outro fato importante, para Roberto, é o da rotina de trabalho com o aplicativo, o qual lhe oferecia benefícios como conciliar o tempo ou ter mais tempo disponível. Contudo, ele reclama dos riscos que envolvem a profissão como ficar alheio e não ter controle no que pode acontecer durante uma corrida ou ir em lugares considerados perigosos.

Ele conta dessa rotina:

É, principalmente, o bom de tu fazer o teu horário, né? Claro, tu tem que ter uma responsabilidade, mas tu tem, tchê, agora eu vou trabalhar, um exemplo, de poder escolher os melhores horários pra trabalhar, né? Um dia quente, ah, tá muito calor, não vou trabalhar, vou deixar pra trabalhar mais a noite, “ah, não, hoje vou trabalhar de dia pra folgar a noite, né?” Esse é o lado bom assim, e bom também porque tu lida com bastante gente, né? Tu acaba conhecendo bastante gente, muita gente até brinca, né? “Ah, o *uber* é melhor que um psicólogo” né? (risos) Tu conversa bastante, é bom! E os contra que eu vejo não é nada em relação ao trabalho assim, né? Claro, tem a questão da segurança, mas, principalmente, pelo desgaste do carro mesmo, essas coisas assim, né?

Assim como alguns dos outros entrevistados, Roberto também tem a visão de ser motorista de aplicativo atrelado à ideia de um empreendedor de si. A reconfiguração do trabalho dentro do capitalismo neoliberal oferece maior flexibilidade e uma mudança da rotina de trabalho, na qual o indivíduo acaba acreditando que pode ser o seu próprio patrão, ao poder otimizar seus próprios horários de trabalho. É interessante perceber, na fala de Roberto, que em nenhum momento ele questiona o fato do trabalho com o aplicativo não lhe oferecer nenhum tipo de estabilidade ou ônus laboral no que se refere a direitos trabalhistas garantidos pela legislação.

Em um determinado momento, Roberto decide ficar trabalhando somente com o aplicativo, contudo, no momento da primeira entrevista realizada, já estava trabalhando como porteiro em um condomínio e também seguia realizando as atividades laborais como motorista. A flexibilidade do emprego de escala 12X36, mais uma vez possibilitava que o entrevistado seguisse trabalhando em dois empregos. Um fato importante de mencionar é que as disposições para mais de um emprego, na trajetória de Roberto, foram suspensas durante algum tempo devido à pandemia de COVID-19, que impossibilitou que ele continuasse trabalhando como motorista de aplicativo. Além da baixa procura pelos serviços de mobilidade urbana, devido às medidas de isolamento, Roberto pagava uma locação mensal pelo aluguel do carro, o que lhe seria impossível de fazer nesse momento. Esses fatores foram preponderantes para que ele deixasse de trabalhar como motorista de aplicativo por algum tempo. Como ele mesmo conta:

Deu a pandemia e aí caiu bastante o movimento e na época tava com o carro alugado, né? Já... Daí já não teve mais como pagar, né? Até fizeram de tudo um pouco pro cara seguir alugando o carro, seguir trabalhando, mas no comecinho foi bem difícil, aí eu não tive como manter.

Porém, Roberto pensou em outra possibilidade para continuar em mais de um emprego, posto que a renda mensal com a portaria não supria todas as suas necessidades. Roberto tinha uma moto e já havia trabalhado como entregador para aplicativo para algumas lanchonetes da cidade. Nessa ocasião, decidiu novamente conciliar o emprego de porteiro com o de entregador: “Isso, continuo na portaria e aí eu tenho, eu faço entrega de lanche, né? Eu faço *iFood* durante a semana, não todos os dias e aí sim, final de semana eu tenho uma lancheria fixa que eu trabalho sexta, sábado e domingo”. Ao ser questionado sobre essa rotina, responde da seguinte maneira:

É um aplicativo meio parecido com a *Uber* assim, né, de funcionalidade ali, na verdade. Eu acho que até dá pra ganhar mais do que eu ganhava com a *uber*, né? Porque o valor ali das entregas é um valor não tão baixo e a moto é muito mais econômica, né? Só que aí tem toda a questão de segurança também, né? A moto acaba sendo um veículo muito mais perigoso, né? Mas, às vezes, o *ifood* eu to bem parado até, mas às vezes, eu trabalho ainda porque é uma renda extra, né? Uma semana que o cara tá precisando um pouquinho mais de dinheiro, o cara liga o aplicativo e vai atrás.

Para Roberto, aplicativos de entrega como o *iFood* têm uma lógica laboral parecida com a de motorista de aplicativo. Contudo, ele vê algumas vantagens em trabalhar com as entregas, principalmente no que diz respeito aos valores econômicos. Para ele, era mais compensatório realizar entregas no aplicativo *iFood* do que realizar corridas para aplicativos como *Uber* e *99*. Durante a experiência como motorista de aplicativo, Roberto demonstrava muita instabilidade quanto ao trabalho e, ao mesmo tempo em que se via contemplado na profissão, tinha muitos questionamentos sobre o carro ser alugado, sobre o medo de acidentes e perdas do veículo. Já no *iFood*, a atividade laboral parecia mais estável. Um dos fatores que fizeram com que ele visse mais benefícios no *iFood* era por ele ter veículo próprio e os custos com combustíveis, por exemplo, serem bem menores. O fato é que essas disposições para mais de um emprego se atualizam no quadro de socialização do Roberto, ao longo de sua trajetória com o trabalho.

Como podemos observar no perfil biográfico e laboral de alguns entrevistados, eles aprofundaram disposições para mais de um emprego muito atreladas às disposições para suprir necessidades e para o consumismo. Essas disposições se atualizam dependendo da situação e do contexto laboral em que os entrevistados se inserem.

5.5.1 Disposições para crença e descrença nos sindicatos

Já elucidamos, em capítulos anteriores, as crises vividas pelos sindicatos no cenário brasileiro. Aqui, vamos analisar os sentidos e os significados que os sindicatos ocupam na vida dos trabalhadores entrevistados para esta pesquisa. Iremos delinear como as disposições para crença e descrença nos sindicatos se formaram no contexto de socialização laboral dos entrevistados.

Não é unânime entre os entrevistados a visão sobre os sindicatos, enquanto alguns acreditam na força e na função dos sindicatos para apoio social, político e de garantias trabalhistas para os trabalhadores, outros acham que os sindicatos em nada resolvem os problemas dos trabalhadores quando eles realmente precisam dessa instituição. Isso se dá devido ao processo de socialização com o trabalho e as experiências laborais de cada entrevistado.

Iremos observar que os entrevistados que desenvolveram disposições para empregos registrados são aqueles que mais acreditam na força e na importância dos sindicatos.

No caso do Camilo, devido a sua trajetória e processo de socialização com o trabalho estar atrelada à ideia de ser o seu próprio patrão e de ter desenvolvido disposições para empreender, constata-se a não crença no agir dos sindicatos. A seguir, reproduzimos suas críticas:

Os sindicatos são muito burros, as pessoas não tem uma balança no sindicato, sabe... na verdade eles eram para serem mediadores, eles eram para ouvir as duas partes né e mediar as coisas, sempre que eu cheguei aos sindicatos eu fui tratado como mal, eu não sou mal, eu sou do bem eu som empreendedor, eu sou empregador né... existe uma política governamental e assim esquerda e direita. A esquerda demonia.... demoníaca... demoniza, não sei qual a palavra certa, fazem o empreendedor ser o diabo e não é... ele não é! Faz o patrão, o empreendedor ser o diabo. A pessoa tem que ser capaz suficiente para trabalhar numa empresa até onde empresa supra a necessidade delas e se aquela empresa ali não supri ele que tem que procurar outra empresa para que supra, ele que tem que correr atrás, ele não pode exigir que o patrão corra atrás pra ele. “ Pra mim não tá bom por enquanto eu vou arrumar uma coisa melhor” as pessoas estão se julgando muito incapazes e estão jogando essa responsabilidade pra cima do patrão né... eu acho que eu mereço mais e meu patrão tem que dá mais, tchê se tua acha que tu merece mais vai procurar alguém que te enxergue, não tem porque tu ficar exigindo dele porque quando tu entrou tu sabia qual era o salário, tu sabia qual era a função e como é que tu vai querer que a gente te dê mais? “Ah! mas eu tô me doando” pó, se ele não te enxerga essa doação, vai procurar alguém que enxergue! Isso aí iria aprimorar muito o trabalho e assim o... o trabalho e os funcionários, porque se a pessoas tivesse enxergando, bah aquele funcionário ali resolvia tudo e agora coloquei esse bosta que não faz merda nenhuma, desculpa as palavras, mas no português é isso mesmo e então assim... esse aqui vai ficar.

Vejamos que a principal crítica de Camilo, dirigida aos sindicatos, não é como trabalhador e sim como patrão, como empreendedor que teve alguns negócios e um quadro de funcionários que, em algum momento, acionou os sindicatos para reivindicar direitos contra ele. Outro ponto interessante de se perceber é a politização que o entrevistado atribui aos sindicatos, como sendo um movimento relacionado à esquerda. Isso coincide com suas disposições políticas, que se colocam mais alinhadas com perspectivas de uma direita mais liberal e neoliberal. A fala de Camilo, na figura de empreendedor, ainda culpabiliza os trabalhadores pelas suas condições de trabalho.

Ao ser perguntado por que considera que os sindicatos são “burros”, o entrevistado responde que:

Por causa disso, porque eles não usam a balança, fazem do patrão o demônio e empregado o injustiçado e não é assim, tem que entender... é assim, uma vez eu cheguei no sindicato e deu quase caso de polícia, registra bem essa parte ai pra ti pensar em casa depois e com os teus colegas lá... ah, a pessoa ganhava dois salários, dois e quatrocentos, dois e quatrocentos se for dividir por 4, dá 1.200\$ né, é isso certo? Eu não fazia por 4 eu dividia por trinta e fazia vezes sete... sem calculadora, só pra ti ter um entendimento assim, se eu dividisse dois e quatrocentos por trinta ia dá o valor de X dias não ia? Vezes sete ia dá o valor da semana e eu pagava aquilo por semana ai o pessoal quando somava, vamos fazer aqui na calculadora, pra ti registrar e para eu te mostra onde estava o erro do sindicato que eu mandei chamar a polícia, mandei chamar a polícia! Vou achar a calculadora aqui... olha aqui, se tu não sabes, vai ficar sabendo agora... o ano quantas semanas tem? Cinquenta e duas semanas. Dois quatrocentos se dividir por 4 , dá esse valor aqui 600 pilas então a pessoa foi no sindicato reclamar que ela tinha que ganhar 600\$ por semana e não pagava seiscentos reais por semana , eu pagava assim, dois e quatrocentos divididos por trinta vezes sete dias, eu pagava quinhentos e sessenta a pessoas foi lá no sindicato me reclamar esses quinhentos e sessenta ai eu disse chama cara chama o contator aqui da, do sindicato porque eu fiz assim o , se eu pago quinhentos e sessenta pra essa pessoa... dois e quatrocentos, vezes doze meses. Quanto é que dá? Vinte oito mil e oitocentos... vamos lá então, seu estava pagando para essa pessoa quinhentos e sessenta por semana vezes cinquenta e duas semanas, quanto é que dá? Dá trezentos e vinte reais a mais ainda, então eu estava pagando a mais e a pessoa queria me cobrar esses quarenta por semana vezes doze meses aí eu falei é so pegar a calculadora, vocês vão ver que em um ano eu paguei vinte e novel mil reais, quando eu tinha que pagar só vinte oito e oitocentos. Eu paguei a mais! Eu to aqui respondendo... vocês aqui era para ter visto isso antes de chamar né... A pessoa estava me cobrando, vamos fazer a conta aqui de quanto eles estavam me cobrando aqui quarenta reais né? Vezes quatro, vezes 12 né? A pessoa estava me cobrando dois mil e era impropriedade, a pessoa achou que estava ganhando menos de mil e novecentos e vinte, na verdade ela estava ganhando trezentos e vinte a mais ai eu chamei eles de burro, não vocês são burros, se vocês não vão pegar a calculadora para fazer o cálculo que eu fiz pra vocês agora, vocês são burro, porque a gente sempre foi demonizado como patrão, isso é burrice tchê... nós temos um erro político muito grave, muito complicado ai, onde a gente ver que o pessoal não tem legislado com a fila da balança, são dois pesos e duas medidas, os sindicatos também é assim. Há algum tempo no nosso governo, existe uma competição patrão e empregado, o pessoal invés de tentar uma humanização, sabe, não... estão sempre demonizando... eu vi uma entrevista hoje e o cara dizia PTISTA, tu pode ser PTISTA ou não... não sei, esse cara era PTISTA , dizia assim:“ uma empresa não funciona sem funcionários”, sim, lógico que não funciona né... mas os funcionários não comem sem uma empresa, alguém tem que empregar, dizia assim “abaixo o patrão! Abaixo os patrões!” Como vai baixar o patrão, vão trabalhar de quê? Se não tiver lá o empreendedor pra abrindo uma fábrica, uma indústria, uma padaria, uma oficina mecânica, vão viver de quê? O estado não tem como sustentar as pessoas se não tiver indústria, se não tiver comércio né... eu acho que é uma burrice o que esses sindicalistas fizeram comigo lá e não foi só um, todas às vezes que eu tive contato com o sindicato sempre tive problema de ter que explicar nas minúcias, uma coisa que a matemática explica, a matemática é uma ciência exata a gente não precisa ta discutindo isso, essa coisa... O que que eu fiz depois pra

evitar essa coisa, só depois de quinze em quinze dias. Eu dava um adiantamento de quarenta, cinquenta por cento no dia quinze e pagava o resto dia trinta. Chegava no sábado eu via as pessoas indo para o supermercado né... pra comprar carne, um gás sabe? E não tinham o dinheiro, ah me dá um vale... eu sempre achei melhor pagar por semana, na minha concepção né... porque as pessoas gostavam de receber assim, mas algumas pessoas se sentiram lesadas nessa função ai... se acharam lesados porque são ruins de matemática.

O entrevistado descredibiliza a ação dos sindicatos, vinculando-os a uma posição “esquerdista” e acusando-os de colocarem o empregador como demônio e sem capacidade de realizar seu trabalho com eficácia. Contudo, Camilo fala desde uma posição de patrão, com algumas ações trabalhistas movidas contra ele, por intermédio dos sindicatos. De fato, ele parecia desconfortável por um de seus funcionários ter procurado seus direitos através do sindicato. É importante sinalizar que o entrevistado, durante seu processo de socialização laboral, passou a viver e acreditar na ideologia de ser um empreendedor de si e não ter um patrão e, por consequência, nunca precisar recorrer aos sindicatos.

Elton, por sua vez, avalia positivamente a funcionalidade e os sentidos que os sindicatos têm para o trabalhador, principalmente para a resolução de problemas de ordens legais com relação a processos trabalhistas. Para ele, os sindicatos:

O sindicato, eu acho que é sempre bem-vindo, né? Quando é mostrado serviço, né? Tem sindicato que não faz nada pelo, pelo trabalhador, né, pelo associado, né? No meu caso, graças a Deus, todas às vezes que eu pude, que eu precisei do sindicato, né, na minha área, eu fui sempre atendido, né? Não em assuntos de justiça, né, eu apenas botei uma vez só uma empresa na justiça e foi, não foi diretamente pelo sindicato, mas eu acho que o sindicato é sempre bem-vindo, né? Que responde pelo empregador, né...

É importante mencionar o fato de que Elton é sindicalizado e vive no cotidiano os benefícios disso, argumentando a favor de como funciona a lógica de um trabalhador que é sindicalizado:

Eu faço, tenho uma porcentagem no meu salário, né, que eu pago até por causa do quesito dos benefícios do meu sindicato, com médicos, dentistas e como eu não tenho plano de saúde, né? Aí pelo menos, pelo sindicato eu tenho, né, pra minha família, pros meus filhos, dentista, médicos, né, advogados também. Então, eu sou associado, sindicalista.

Ter desenvolvido disposições favoráveis aos sindicatos vem da própria trajetória do entrevistado, que, como já evidenciamos, sempre trabalhou em empregos registrados com proteção da legislação trabalhista. Por mais que, em algum momento, também tenha experienciado empregos fora dessas modalidades legais, priorizou empregos registrados e amparados pelas leis trabalhistas.

Roberto também desenvolveu disposições para a crença nos sindicatos, principalmente em momentos em que ele precisou da sua intervenção. De fato, quando trabalhou no comércio necessitou recorrer aos sindicatos para resolver questões trabalhistas, como se verifica a seguir: “Pro trabalhador eu acho bom. Eu sei que os sindicatos tão praticamente extintos, né? Mas, eu já precisei na época do comércio e pra mim foi muito útil”.

Para Alessandro, a relação com o sindicato é de incerteza, pois ele trabalhou, em boa parte de sua vida, em empregos subalternos em que o sindicato não era um ator importante, por isso as disposições para a crença nos sindicatos ser instável. Em um determinado momento de sua trajetória com o trabalho, viu o sindicato presente e, em outro, não chegou a ter a mesma certeza sobre sua funcionalidade e efetividade para os trabalhadores. Segundo ele:

Olha, quando nós trabalhava numa outra empresa na X, nós tinha todo o suporte de sindicato, a gente nunca pode reclamar do salário que... Porque o sindicato ele sempre vinha, um mês sim, um mês não, vinha descontado, todos os mês, um mês sim, um mês não, era um valor x, mas o sindicato batia certo. Agora, nessa empresa que nós tamo, já vai fazer dois ano, até hoje nunca vi descontar em contracheque o tal de sindicato. Então, eu não posso dizer: “Ah, o sindicato é bom” pra mim não tá sendo bom em nada, esse sindicato pra mim é péssimo porque nunca deu o ar da graça, não sabemos nem onde é nosso sindicato, o da outra empresa que nós trabalhava sim, a gente sabia aonde era o sindicato, sabia a pessoa que trabalhava, tudo. Agora nessa empresa que é a gente tá, não conheço ninguém.

A fala de Alessandro sinaliza para duas experiências, uma em que ele se sentia contemplado e visualizava que o sindicato de sua categoria se fazia presente, e outra em que a organização se demonstrava displicente e não atendia as demandas tanto de Alessandro quanto dos seus colegas. Podemos dizer que as disposições para crer nos sindicatos na vida do entrevistado se apresentam instáveis e dependem do contexto laboral em que o entrevistado está inserido em determinado momento de sua vida.

Denis, embora tenha tido experiências laborais marcadas por empregos subalternos, registrados e voltadas para o empreendedorismo, foi desenvolvendo disposições para a crença nos sindicatos, acreditando na sua força e eficácia. Segundo o entrevistado:

Já tive no posto de gasolina. Foi uma boa experiência, não tenho do que reclamar, o sindicato acho... achava da hora porque o sindicato era uma coisa que, cara principalmente pra pessoa que não tem conhecimento, porque tipo o boy, o rico lá ele não precisa de sindicato, obvio que ele vai falar mal do sindicato, porque ele é boy, ele é rico, ele tem advogado, pai dele tem advogado. Uma coisa tu vai no advogado pra tirar tuas dúvida. E o cara, o pobre, não é pobre coitado né que eu quero dizer, mas um cara que não tem esse acesso, que não tem grana pra um advogado ou enfim, de não tá no meio... que às vezes tem um amigo advogado né, tu vai e tira uma dúvida "Pô mano, tal", ai beleza. A pessoa que trabalha assim cara, igual eu trabalhava lá no posto, não tem contato com esse tipo de gente, às vezes tem mas não é tão chegado pra enfim né, pra perguntar sobre certa coisa. E qualquer dúvida que o patrão provavelmente quer desviar da função, quer pagar menos, tipo, às vezes se ele puder te... todos, cara assim, eu não posso falar com certeza, mas a maioria o que puder te passar pra trás, te engolir uma hora extra, te, sabe?! Por isso até que eu abandonei a carteira assinada, por esse tipo de coisa. O que queriam tirar, se desse pra tirar, se desse pra... ah se fazendo de coitado, mas socando, tá ligado?! Colocava. Os sindicatos eu acho legal, o pessoal fala mal né mano, tipo tu vê várias coisa, mas pra mim, no meu momento que eu precisei me ajudou. Porque tipo, quando essa mulher me mandou embora eu tava desconfiado que ela poderia ter sei lá, porque tudo é com o contador né, eles não sabem de nada, tá ligado?! "Ah não o contador fez aí" se você vê alguma brecha "Ah não vô falar com o contador". Ai tipo, pô, tu vai no sindicato ali, o sindicato tá ali e vai te esclarecer, comigo foi... eu acho uma boa o sindicato, claro trabalhando de uma maneira correta, a gente tem que acreditar nas pessoas né, confiar nas pessoas, até que elas nos provem ao contrário, tá ligado?! Tipo, eu acho o sindicato legal pô. Cê perguntou o que que eu achava do sindicato é isso?

Dentro de seu processo de socialização com o trabalho, Denis avalia que os sindicatos cumprem a função de instruir o trabalhador e aparecem como um fator positivo na busca de seus direitos, mas não possuem recursos para pagar um advogado, por exemplo. Denis acredita na função social e política dos sindicatos porque estes se mostraram eficazes nas vezes em que precisou suprir suas demandas.

5.5.2 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, buscamos analisar as trajetórias individuais dos entrevistados, especialmente suas relações laborais, enfatizando como elas

foram cruciais para a incorporação de algumas disposições. Embora indivíduos distintos em seus perfis biográficos, os entrevistados compartilham experiências comuns relacionadas com o mundo do trabalho em um sentido amplo. As disposições dizem respeito a um mundo do trabalho marcado pela precariedade, flexibilidade e pelas formas de trabalho diversas que assumem, hoje, o capitalismo neoliberal. Essas disposições ora se atualizam, ora ficam inibidas, dependendo do contexto laboral em que se inserem os entrevistados. Observamos que cada período de vivências laborais dos entrevistados, representa um tempo diferente dentro do espectro de suas experiências, no que se refere à incorporação de disposições, à forma de lidar e se identificar com um determinado emprego e aos sentidos que esses passam a assumir dentro de suas trajetórias.

6 Considerações finais

Esta pesquisa buscou evitar generalizações abusivas sobre o social, levando em consideração a trajetória laboral e de vida dos atores que participaram da pesquisa. Além disso, não foi nossa intenção analisar os trabalhadores entrevistados apenas como “precarizados” ou “sofredores” em suas respectivas atividades laborais, nem os reduzir a um único domínio social, como o trabalho. Reconhece-se aqui que os trabalhadores têm vidas e identidades complexas que não podem ser reduzidas a um único aspecto. Ao contrário, eles precisam ser vistos em diversas dimensões de análise, podendo, inclusive, encontrar satisfação em diferentes esferas de suas realidades, como, por exemplo, no(s) seu(s) trabalho(s). Por sua vez, não se tratou, na pesquisa que dá sustento a esta tese, de negar a precarização do trabalho, praticamente estrutural na sociedade brasileira, mas, sim, de levar adiante uma proposta mais ampliada sobre as subjetividades dos trabalhadores brasileiros.

Os trabalhadores entrevistados não podem ser reduzidos apenas por sua relação com um grupo ou com uma parte da estrutura social, pois são agentes que estão influenciando e são influenciados por diversos grupos e estruturas, nos quais se relacionam e agem (trabalhos, família, igreja, instituições militares etc.).

No atual estágio da sociedade e das relações sociais, é importante que a própria categoria trabalho seja compreendida como estando imbricada com outros elementos da vida social dos indivíduos. Ou seja, o labor, na sociedade contemporânea, deve considerar os aspectos que compõem o universo mais amplo da vida, tais como os processos de socialização diversos e a trajetória dos atores dentro e fora do trabalho. Assim, pensar um conceito amplo de trabalho⁷⁸ pode ser interessante para desvendar outros aspectos da relação entre subjetividades e condições laborais. Isso implica compreender o trabalho e o trabalhador não isolado das suas relações com a igreja, a família, o bairro, a educação e outras dimensões sociais que marcam sua trajetória, seus desejos, realizações, angústias, emoções, planos e aspirações para o futuro.

⁷⁸ Ver: De La Garza (2009).

Com as trajetórias e singularidades de trabalhadores da cidade de Pelotas, fomos costurando e abrindo caminhos para entender como as novas configurações do trabalho e a regulação trabalhista contribuem para a incorporação ou não de novas disposições para o labor. Para enfrentarmos essa problemática, precisamos, em um primeiro momento, recorrer a uma discussão histórica, social e política acerca do trabalho no Brasil e, depois, às mudanças enfrentadas dentro do cenário laboral nacional, com suas peculiaridades e processos. Passamos, ainda, pelos momentos que envolveram crises, rupturas, demandas e novas propostas da regulação trabalhista.

Além disso, para que o contorno desta tese adquirisse forma, precisamos recorrer a uma teoria consistente e empiricamente orientada, que nos desse a base de sustentação para firmar e solidificar os argumentos e a proposta que buscamos lançar em nosso problema de pesquisa. A teoria na qual nos debruçamos é a de uma sociologia em escala individual ou disposicional, que deu sustento a toda a nossa análise acerca das disposições e dos processos de socialização dos entrevistados.

Cumpramos ressaltar que o processo de construção de um trabalho acadêmico implica uma rigorosidade e sistematicidade que é dada pelos procedimentos metodológicos utilizados, próprios da sociologia. Contudo, deve também ser considerado que há um minucioso fazer artesanal e artístico, no qual as partes cooperam entre si para atingir um fim. Dessa maneira, no percurso, o constructo metodológico foi de suma importância para afinar e refinar a análise proposta. Recorrer a uma abordagem metodológica biográfica nos permitiu olhar com mais profundidade para o fenômeno social pesquisado e darmos a devida importância às falas, narrativas e histórias das pessoas entrevistadas, tratando de entrelaçar aspectos teóricos e empíricos.

Não podemos deixar de mencionar a importância dos entrevistados para esta tese: homens e mulheres que, gentilmente, nos cederam seu tempo para cumprir os objetivos propostos. Foram pessoas que, entre o intervalo do almoço, a pausa no trabalho com um aplicativo como o *Uber* ou nos finais de semana, em seus momentos de descanso, nos concederam seu tempo. Seus relatos e trajetórias foram elementos basilares para as reflexões apresentadas ao longo desta tese e, especialmente, nestas considerações finais.

Para muitos desses trabalhadores e trabalhadoras, o labor vem carregado de sentido e significado desde a infância e aparece como uma engrenagem para driblar as dificuldades dadas pela sua origem social baixa, bem como um instrumento de ascensão social, consumo e suprimento das suas necessidades básicas. Eles se depararam, na maioria das vezes, com uma precariedade geral do trabalho, quando não com condições gerais de vida precárias. Encontraram no próprio labor uma alternativa que os conduzisse a mudanças nas suas vidas, seja a saída da pobreza estrutural ou a realização de desejos de consumismo, como adquirir um carro ou um local de moradia próprio.

Esses trabalhadores encontraram nas brechas do capitalismo neoliberal, a partir de seus processos de socialização, disposições para agir que lhes permitissem melhorar suas condições de vida. A flexibilidade do trabalho, por exemplo, possibilitou que muitos deles trabalhassem em mais de um emprego, mesmo com uma carga horária excessiva de trabalho e pouco descanso, pois o labor era encarado como uma forma de dar conta de suas necessidades. “Quanto mais trabalho, mais dinheiro, menos necessidade”, como afirmou um dos entrevistados. Trata-se de trabalhadores que aprenderam a racionalizar seu tempo, de forma a conciliar diferentes dimensões da vida social, tais como emprego, estudo, lazer e família.

Pudemos observar que o processo de socialização laboral e o aprofundamento de disposições, seja para ter mais de um emprego seja para empreender ou trabalhar em empregos formais, foram influenciados por outros espaços de socialização. A família, por exemplo, mostrou-se um elo importante na escolha laboral de muitos entrevistados e na definição das disposições laborais. Da mesma forma, a religiosidade atuou, em algum caso específico, como um elemento mágico que ajudava a suportar as turbulências no ambiente de trabalho ou na busca de motivação para realizações pessoais no mundo objetivo. Além disso, as instituições militares, como processo de socialização anterior, fortaleceram, em algum caso, disposições para disciplina e labor.

Quando apoiados em Lahire, afirmamos que cada indivíduo é singular e portador de um estoque de disposições que são ativadas e reativadas dependendo do contexto social em que se inserem. Reconhecemos que cada entrevistado para esta pesquisa possui socializações e experiências com o trabalho distintas. Porém, ao mesmo tempo, argumentamos que há aspectos

mais amplos do mundo do trabalho que conectam de alguma forma as vidas laborais desses trabalhadores. Muito embora singulares e plurais, eles compartilham uma base comum no mundo objetivo, formada por aspectos próprios do mundo do trabalho brasileiro, como a precariedade que marca suas primeiras experiências trabalhistas e a instabilidade de empregos sem registro e com ausência da proteção das leis trabalhistas.

Podemos retornar agora à nossa pergunta inicial: as novas configurações do trabalho e as mudanças na regulação trabalhista contribuem para a incorporação de novas disposições para o labor? Para responder a essa pergunta, tratamos os trabalhadores desta pesquisa como plurais, isto é, como atores com estoques de práticas e disposições sociais diversos, fruto de vários processos de socialização que marcaram suas trajetórias. Nesse sentido, são atores que não podem ser reduzidos a uma única condição estrutural ou social, isto é, pessoas que criam caminhos para a mobilidade social e para modificar hábitos de consumo, desenvolvem aptidões e criam e recriam estratégias e técnicas próprias a partir de suas vivências, para não sucumbirem a um capitalismo feroz e degradante.

Nesse sentido, não diríamos que os trabalhadores entrevistados desenvolveram novas disposições, apenas aprofundaram aquelas que já possuíam e foram se moldando às mudanças que o contexto laboral exigia deles em determinados momentos de suas vidas. Algumas disposições se fortaleceram, outras se enfraqueceram e algumas foram inibidas, ativadas ou reativadas, dependendo do cenário e do contexto que pautavam suas ações, sobretudo aquelas destinadas ao labor. Os trabalhadores desta pesquisa se adaptam, readéquam-se às dificuldades e às possibilidades que as novas configurações do trabalho e o sistema capitalista lhes oferecem.

As disposições para empreender, em muitos casos, ficaram inibidas e só emergiram em um contexto social em que os entrevistados tiveram que recorrer a um novo modelo laboral, seja quando eles decidiram abrir o próprio negócio para complementação de renda, seja quando optaram por trabalhar com vendas, por exemplo. As disposições para as crenças nos sindicatos se enfraquecem nas trajetórias de vários dos entrevistados. Já as disposições para trabalho registrado se fortaleceram na trajetória de uns e se enfraquecem na de outros. No que diz respeito às disposições para trabalhos precários e árduos,

percebemos que elas se fortaleceram durante a trajetória de todos os entrevistados, mas que também foram inibidas em outros contextos de socialização com o trabalho.

Percebemos as limitações do trabalho em relação às temáticas de raça, gênero e religiosidade. Estes temas não foram explorados, embora tenham aparecido na fala dos entrevistados e estejam intimamente ligados aos processos de socialização laboral. Tivemos apenas duas entrevistadas mulheres que relataram algumas dificuldades de ser mulher e trabalhar em ambientes compostos, majoritariamente, por homens. Tivemos um único homem negro que, embora não tenha relatado episódios de racismo, pode ter sofrido preconceito ou discriminação associados a uma sociedade em que a raça é um fator relevante de diferenciação social. Também não chegamos a explorar com maior profundidade a relação entre trabalho e religiosidade, tema que sempre pareceu envolver alguma tensão e relação direta com o labor.

Chamamos atenção, ainda, para que futuros trabalhos consigam captar melhor os processos disposicionais através da metodologia de “Retratos Sociológicos”, tal como proposta por Lahire. No espaço desta tese, utilizamos, parcialmente, esse instrumento metodológico consistente em boa medida na repetição das conversações com cada entrevistado, devido ao fato de a pesquisa ter sido realizada durante o período de pandemia de COVID-19 e da falta de disponibilidade dos trabalhadores em concederem mais de uma entrevista. Atender uma portaria de um prédio, trabalhar boa parte do dia dentro de um carro com aplicativo, transitar diariamente entre um trabalho e outro ou realizar jornadas de trabalho extensas deixa pouco tempo para que os trabalhadores exponham suas trajetórias de vida. Em certa medida, a dificuldade e repetição dos encontros com eles é produto do tipo de trabalho associado a esses indivíduos.

Outro resultado relevante é a questão sindical. Mesmo com o enfraquecimento das organizações sindicais diante das novas configurações do trabalho, para alguns entrevistados a ação sindical ainda se faz importante e atuante. Assim, trabalhos que aprofundem melhor essas disposições e crenças nos sindicatos na atual conjuntura social, política e econômica do Brasil, bem como pesquisas que possam propor uma relação entre disposições laborais e disposições políticas dos brasileiros, ajudariam a construir uma análise

consistente entre sociologia disposicional, trabalho e política. Apontamos, ainda, que futuras pesquisas possam se debruçar sobre a relação entre gênero e disposições laborais, principalmente centradas na vida de mulheres provenientes de classes populares que trabalham como motoristas de aplicativos.

Seria recomendável que futuras pesquisas se aprofundem em um universo mais heterogêneo de trabalhadores e de profissões, a fim de captar com maior riqueza de detalhes a singularidade e a pluralidade de disposições, dos trabalhadores brasileiros, em diferentes categorias laborais.

Apontamos também que atingimos parcialmente um dos objetivos desta tese, aquele que versa sobre a incorporação de disposições relacionadas com a reforma trabalhista. Não que os entrevistados não conhecessem a existência da reforma trabalhista, mas não conseguiram narrar explicitamente como as mudanças na legislação influenciavam suas relações laborais presentes, devido, provavelmente, à posição subordinada que ocupam no espaço social. Contudo, o objetivo foi alcançado parcialmente, porque nas suas próprias narrativas apareciam aspectos vinculados com essa reforma, tais como a ampliação da flexibilidade do trabalho ou medidas que tornavam o trabalhador menos protegido em termos legais. Tudo isso, timidamente, devido a que a reforma foi aplicada em anos recentes e ainda seus efeitos, talvez, não se possam perceber de forma precisa.

Por fim, nesta pesquisa, nos aventuramos em um percurso teórico e empírico que buscou agregar o universo conceitual de uma Sociologia Disposicional ao mundo do trabalho brasileiro e suas reconfigurações. Enfrentamos um desafio arriscado, mas que nos possibilitou olhar empiricamente, por meio de uma sociologia em escala individual, a vida de trabalhadores na cidade de Pelotas e suas trajetórias com o trabalho ao longo de seus processos de socialização. Identificamos disposições que foram sendo incorporadas e como elas se fortaleceram em alguns casos. Foi assim que conseguimos elencar disposições laborais, disposições para trabalhos precários e árduos, disposições para empregos registrados, disposições para empreender, disposições para mais de um emprego e disposições para crença e descrença nos sindicatos. Com isso, reafirmamos que, apesar de serem atores sociais com suas individualidades e particularidades, resultados de sua inserção em diversos

e plurais contextos sociais anteriores e atuais, são, antes de tudo, trabalhadores que, no mundo objetivo, compartilham socialmente processos estruturais comuns à sociedade, como o trabalho no Brasil e suas especificidades.

Ainda que os trabalhadores que colaboraram com este estudo estejam inseridos em diversos contextos de socialização, no presente e no passado, é preciso destacar que esta tese também nos faz refletir sobre o processo de homogeneidade da sociedade brasileira no que diz respeito ao seu mundo do trabalho, que também contribui para tornar semelhantes as suas trajetórias. Por sua vez, o contexto laboral neoliberal atual é cada vez mais precário e coloca para os indivíduos o multiemprego, a flexibilidade e a instabilidade do trabalho. Assim, podemos pensar nesta pesquisa para além do que observa Lahire, no contexto europeu moderno. O autor nos mostra que, nas sociedades modernas, existe pluralidade de universos, o que torna indivíduos singulares e plurais. Mas, em sociedades como a brasileira em que a homogeneidade precarizante do mundo do trabalho se impõe, isso os torna disposicionalmente semelhantes, como pudemos acompanhar na trajetória laboral das pessoas entrevistadas para esta tese.

Aqui falamos também das limitações de uma teoria aplicada originalmente a um universo social diferenciado e multifacetado. No caso do Brasil, o arcabouço lahiriano nos serviu de guia para captarmos disposições de trabalhadores brasileiros e entendermos suas subjetividades, a partir dos diversos contextos de socialização. Contudo, alguns aspectos aparecem limitantes, como o fato de o cenário laboral brasileiro apresentar uma homogeneidade, do ponto vista estrutural, o que acaba se refletindo na vida dos entrevistados. Mas, isso não implica, ao nosso ver, um descarte da teoria mencionada para o entendimento do mundo do trabalho no Brasil. Pelo contrário, o desafio empreendido nesta tese pode servir como inspiração, justamente, para futuras pesquisas que se debrucem em compreender processos disposicionais heterogêneos em outros universos e esferas da sociedade brasileira.

Essa sociedade do trabalho, comum a todos os entrevistados, é a mesma que os impulsiona, por um lado, a trabalhar mais, por exemplo, tendo mais de um emprego que permita complementar a renda e, por outro, a procurar novos patamares de inserção econômica e social, através, principalmente, da busca de ascensão material e de consumo.

Referências

- ABRAMO, L., & Montero, C. (1995). A Sociologia do Trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (40), 65–83.
- ALEXANDER, Jeffrey C. O Novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.
- ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ALMEIDA, R. MONTERO, Paula. Trânsito Religioso no Brasil. *Revista São Paulo e em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, no. 3, 2001, p. 17-35.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 2, p.409 - 428, 2005.
- _____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990-200). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 19, p. 71-74, 2002.
- _____. Trabalho e neodesenvolvimentismo – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. **Bauru: Canal 6, 2014.**
- AMÂNDIO. Sofia. Entrevista com Bernard Lahire do homem plural ao Mundo Plural. Edição e propriedade Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *Análise Social*, 202, xlvii (1.º), 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre a centralidade no mundo do trabalho**. 16 edição. São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006
- _____. Trabalho, In. CATTANI, Antonio David & HOLMANN. L (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**, 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2011.
- _____. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARRETCHE, Marta (2018). Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders, in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 33, n. 96: pp. 1-23.
- ARRUDA, Kátia Magalhães. As transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no Brasil atual. **Brasília a.** 48 n. 191 jul. /set. 2011.
- ASHAR, H.; LANE-MAHER, M. Success and spirituality in the new business paradigm. *Journal of Management Inquiry*, 13(3), 249-260, 2004.

- BARBOSA, Atila Magno. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, fev. 2011
- BACHELARD, G. **A epistemologia** Lisboa: Edições 70, 2000.
- BANDERA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** V, 2. p, 135-146, 2002.
- BALTAR, P. E. A; SANTOS, A. L; KREIN, J. D et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Papers**, 2010. (Paper, 09). Disponível em: <http://www.global-labouruniversity.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf>. Acesso em: 12 fev 2022.
- BAUMGARTEM, Máira; HOLZMANN, Lorena. Reestruturação Produtiva, In. CATTANI, Antonio David & HOLMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**, 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2011.
- BARREIROS, Costa Bruno & PREVIATTI, Débora. Os sonhos como uma produção social (resenha LAHIRE, Bernard. *L'interprétation sociologique des rêves*. Paris: La Découverte, 2018. 490p.). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019, p. 366-381.
- BERGER, Peter I. **Perspectivas Sociológicas – uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1976.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BECKER, Howard S. **Biografia e Mosaico Científico**. In: Proceedings of Social Science Research. Voar. 62-63, junho de 1986. pp. 105-110.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BERTANI, Silvia Mara Novaes Sousa. Neopentecostalismo e empreendedorismo: A prosperidade e a mobilidade social. Uma “nova” classe média? **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. 2016.
- BERTAUX, D. 1999 [1980]. “**El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades**”. In Propositiones 29(4): 1-23.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 169-196, 2009

- BIAVASCHI, M. B. **O Direito do Trabalho no Brasil - 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas.** São Paulo: LTr, 2007.
- BOAES, G., OLIVEIRA, S. B. de, & ASSIS, R. V. de. (2019). SOCIOLOGIA(S) EM ESCALA INDIVIDUAL. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, 1(50), 13–28. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2019v1n50.45949>.
- BORELLI, S. H. S., Rocha, R. M. R., OLIVEIRA, R. C. A., & Lara, M. R. (2009). Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociale**, Niñez y Juventud, 7(1), 375-392
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas.** 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008.
- _____. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: **A distinção. Crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162-211.
- _____. **A econômica das trocas simbólicas.** - organização E seleção. Sergio Micel. - São Paulo, perspectiva, 2007.
- _____. **Coisas ditas.** Brasiliense. São Paulo, 2004.
- _____. **Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989
- _____. “L’illusion biographique”. In. **Actes de la recherche en sciences Sociales**, 62-63, 1986.
- _____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- _____. **Le sens pratique.** Paris: Minuit, 1980.
- _____. **Travail et travailleurs en Algérie.** Paris: Mouton, 1963
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. An Invitation to Reflexive Sociology. Chicago: **The University of Chicago Press**, 1999.
- BOURDIEU, P., & PASSERON, J-C. Reproduction in education, society and culture. Londres: **Sage Publications**, 1977.
- BORGES, S. **O repórter-amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum.** Recife: Editora Cepe, 2015.
- BRASIL. Medida Provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,

Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2019. Edição 219, Seção 1, p. 5.
Disponível em: <www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-905-de-11-de-novembro-de-2019-227385273>. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil Hoje: Balanço e Perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 42-64, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.244>.

CAMPOS JR, Luiz de Castro. **Pentecostalismo Sentidos da Palavra Divina**. São Paulo: Geografica, 1995.

CARMO, Arielson Teixeira, OLIVEIRA, Kássia Cristina Neves de Oliveira. Religiosidade em tempos de pandemia: Memórias e Narrativas de Homossexuais Cristãos. In. REIS, Marcos Vinicius de Freitas, JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O sagrado em tempo de pandemia: diálogos a partir do campo religioso brasileiro**. Neppan Editora, Rio Branco, 2021.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CATANI, Maurizio; MAZE, Suzanne (1982) - Tante Suzanne. Une histoire de vie sociale. **Librairie des Meridiens**, Paris.

CATTANI, Antonio Davida; HOLZMANN, Lorena (Org). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre, Zouk, 2011, 494

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário Petrópolis**, 11. Ed, Rio de Janeiro, Petrópolis Vozes, 2013.

CONDE, Idalina. Problemas e Virtudes na defesa da biografia. **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 13

CORIAT, Benjamin. **A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação**. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1989.

CARVALHO, I. M. M. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 551–569, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2 edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

D' AVILA, Ana Paula F, & ROBERTT, Pedro Niz. As transformações das relações de trabalho recente: Incerteza e desregulação irrestrita. **Boletim Oteakien**, N°, 26. 2018.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAMIÃO, W. S. et al. A espiritualidade no ambiente de trabalho como agente de autorregulação do caos organizacional. **Rev. Ciênc. Empres.** UNIPAR, Umuarama, v. 18, n. 2, p. 229-240, jul./dez, 2017. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2020.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Dinâmica econômica e mercado de trabalho: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo. 1990. 234f. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285571>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

DE LA GARZA, Toledo. **Hacia un concepto ampliado de trabajo.** CLACSO. 2009.

DE LA GARZA, Henrique Toledo; BALESTRO, Gustavo Gabarito; et. al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle de regulação e de construção social da ocupação: os “outros” trabalhadores, In. PICCININI, V. C. et al. (Orgs.) **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

DOUGLAS, Mary, ISHERWOOD. **El mundo de los bienes Hacia una Antropología del Consumo.** Norton and Company, Nueva York, 1979.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo.** Editora Unesp, 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno do CRH,** Salvador, v. 24, n.spe, 01, p. 35-54, 2011.

DUTRA, Renata Q.; JESUS, Selma C. S. Medida provisória nº 905/2019 Programa Verde Amarelo: a reforma dentro da reforma trabalhista. **Trabalho, Educação e Saúde,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2020.

DURKHEIM, Emille. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **As Regras do Método Sociológico.** Lisboa: Editorial Presença, 2004.

_____. **A Evolução Pedagógica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.

FRANZOI, Naira Lisboa. Justi-in-time, In. CATTANI, Antonio David & HOLMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia,** 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2011.

FINE, Michael. Individualization, risk and the body: **Sociology and care.** *Journal of Sociology,* v. 41, n. 3, p. 247-266, 2005.

FREITAS, Ana Maria Aparecida, SILVA, Carolina de Freitas. A Reforma Trabalhista e a implementação de Políticas Públicas de Reducionismo de Direitos Sociais: Crise e austeridade em tempos de Golpe. In: GIORGI, Fernanda, et al. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência**, Bauru: Canal 6, 2017.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 304 f. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

GAULEJAC, V. de. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Cronos**, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005

GEERTZ, Clifford. 1989a. A Religião como Sistema Cultural. In. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p. 101-42.

_____. 1989b. "Ethos", Visão de Mundo e a Análise de Símbolos Sagrados. In. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, pp. 143-59.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**, São Paulo, Perspectiva, 1974.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GUERRIERO, S. A atualidade da teoria da religião de Durkheim e sua aplicabilidade no estudo das novas espiritualidades. **Estudos de religião**, 2012.

GRACIOTTI, MÁRIO. **O Homem Plural**. Nova Época Editorial LTDA. São Paulo. 1978.

GUSSI, Alcides Fernando. A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a antropologia e a educação. **Cadernos de Estudos sociais**. Recife, V. 24, nº. 2. p, 173-186, jul/dez, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOLZMANN, L. Divisão social do trabalho, In. CATTANI, Antonio David & HOLMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**, 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2011.

HOLZMANN, L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs.) **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

Ilmonen, K. *et al.* **A Social and Economic Theory of Consumption**. Palgrave Macmillan, London, 2011.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. **Revista Estudos Avançados**, n. 8 (21), 1994.

ÍNDIO, Edson Carneiro. O Golpe e a Reforma Trabalhista. In: GIORGI, Fernanda, et al. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência**, Bauru: Canal 6, 2017.

IBGE

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

JOAS, H; KNÖBL, W. **Teoria Social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 649. Coleção Sociologia.

JODELET, D. O movimento de Retorno ao Sujeito e a Abordagem das Representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JOURDAIN, A. e NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**, Petrópolis, Vozes, 2017.

JUNQUEIRA, L. (2019). ABORDAGENS BIOGRÁFICAS DE PESQUISA E DISPOSICIONALISMO SOCIOLOGICO. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, 1(50), 29–42.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Ego: para uma sociologia do indivíduo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

KREIN, José Dário. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – IE/Unicamp. Campinas, 2001.

KREIN, José Dário, *et al.* Trabalho no Governo Lula: Avanços e contradições. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n.201, fev. 2012.

_____. **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**.

Organizadores: José Dari Krein, Denis Maracci Gimenez, Anselm Luis dos santos. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.

_____. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da Reforma Trabalhista.

Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2017.

Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil. Organizadores: José Dari Krein, Denis Maracci Gimenez, Anselm Luis dos santos. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.

_____. O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90. 2001. 194 p. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285915>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LAHIRE, Bernard. **L'interprétation sociologique des rêves.** Paris, La Découverte (col. Laboratoire des sciences sociales), 2018.

_____. Franz Kafka: **éléments pour une théorie de la création littéraire.** Paris: La Découverte, 2010.

_____. **A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1393-1404, dez., 2015.

_____. O singular plural. **Cadernos do Sociófilo.** Tradução de Thiago Panica Pontes. Quarto Caderno – 2013.

_____. **La Condition Littéraire. La Double Vie des Ecrivains, Paris, Editions La Découverte.2006.**

_____. **A cultura dos indivíduos** Porto Alegre: Artes Médicas, 2006

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, nº 49, p. 11-42, 2005.

_____. **La Culture des Individus. Dissonances Culturelles et Distinction de Soi,** Paris, Editions La Découverte,2004.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Homem plural: os determinantes da ação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Portraits Sociologiques.** Paris, Editions Nathan,2002

_____. **L'Homme Pluriel. Les Ressorts de l'Action.** Paris, Editions Nathan, 1998.

_____. **Tableaux de Familles. Heurs et Malheurs Scolaires en Milieux Populaires.** Paris, 1995.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares - as razões do improvável.** São Paulo: Ática, 1997.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. (1990). *Pour éviter TEurope à deux vitesses. Travail! et Société, n.22, avr.*

LECHNER, Elsa (2009), "Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 85, 43-64

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas configurações: Conceitos e realidades. In. LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Orgs). **O trabalho reconfigurado Ensaio Brasil e México.** São Paulo: Anablume, Fapesp. 2009.

LESCURRA, Carolina, BRITO, Mozar José de, et. al. Representações Sociais sobre as Relações de Parentesco: Estudo de Caso em um Grupo Empresarial Familiar. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, art. 6, pp. 98-117, Jan./Fev. 2012

LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira.** Bauru: EDUSC; 135 pp, 2004.

LIMA, J.; ARAÚJO, A. La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. In: DE LA GARZA, E. (org.). **Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas.** Barcelona: Anthropos Editorial, 2016.

LINK, B. G. & PHELAN, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, New York, (27), 363-385. Recuperado de <http://arjournals.annualreviews.org/>.

LIPIETZ, Alain. As relações Capital – Trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio, Porto Alegre**, 12 (1): 101-130, 1991.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo.** Santiago: LOM Ediciones, 2007.

_____. **¿Existen individuos en el Sur?** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2010.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MATSUO, Myrian. Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades sociais. **Tese (doutorado em Sociologia)** Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores, livro 1, tomo 2).

MONTERO, Cecilia; ABRAMO, Laís. A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 40,2. ° semestre 1995, pp. 65-83.

Nash, L., & McLennan, S. (2003). **Igreja aos Domingos, trabalho às segundas. O desafio da fusão de valores cristãos com a vida dos negócios**. Rio de Janeiro: Qualitymark.

NEFFA, J. C. **Los paradigmas productivos taylorista y fordista y su crisis: una contribución a su estudio desde la Teoría de la Regulación**. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, PIETTE del CONICET / Trabajo y Sociedad, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, maio/ago, 2013.

NUNES, Avelã A. J. Aventuras e desventuras do Estado Social. **Revista da Fundação Brasileira de Direito Econômico**, vol. 3, nº 1, 2011.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. Relatório Semestral 1º Semestre de 2020. O Mercado de trabalho de trabalho de Pelotas. In, <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2020/08/O-Mercado-de-Trabalho-de-Pelotas-1o-Semestre-de-2020-Versao-Final-.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

OFFE, Claus. **o Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. vol. I - A crise. R. Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

_____. **Mundialização e cultura** São Paulo: Braziliense, 1994.

PANOFSKY, Erwin. **Arquitectura gótica y pensamiento escolástico**. ePub r2.0 Titivillus. 2018.

PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: CONFERÊNCIA DOS ECONOMISTAS SOCIALISTAS. **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PENEFF, Jean. Autobiographies de militants ouvriers. **Revue Française de Sciences Politiques**, 29: 53-82, 1979.

_____. La méthode biographique. **De l'École de Chicago à l'histoire orale**. Paris, Armand Colin, 1990.

PETERS, Gabriel. De volta à Argélia. A encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 1, 2017.

PICCININI, V. C. et al. (Orgs.) **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

PICCININI, V. C.; Oliveira, S. R. de, & Rübenich, N. V. Formal, flexível ou informal? - Reflexões sobre o trabalho no Brasil. In V. C. Piccinini, L. Holzmann, I. Kovács, & V. Naha (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações, 2006**.

PINHEIRO, Luciano; FROEHLICH, Cristiane; KONRATH, Karoline. Espiritualidade no ambiente de trabalho: evidências em três caso. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 8, n. 2, p. 41-62, jul. 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio**. Ver também: José Ivo Folmann. Trânsito religioso e o 'permanente peregrinar'. **Cadernos IHU em formação**, Ano VIII, n. 43, 2012, p. 14.

_____. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. In: **Estudos Avançados** (18) 52, 2004.

_____. **Mitologia dos orixás**, São Paulo, Companhia das Letras, 2001,

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil, In. ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RIVERO, Patricia Silveira. Trabalho: **opção ou necessidade? um século de informalidade no Rio de Janeiro**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm. 2009.

SABÓIA, João L. M. Tranformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política**, vol, 6, nº 3. Jun-set, 1986.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho: No mundo contemporâneo**. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

Santos, C. R. S., Roazzi, A., & Souza, B. C. Religiosidade e suas interposições na relação indivíduo-organização. **Revista Brasileira de Administração Científica**, p.146 v.11 - n.1. jan a mar, 2020.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Record, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

_____. A socialização como fenômeno social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 296-307, maio/ago. 2009.

SCHAEFFER, André Gustavo. Educação científica e educação tecnológica: A identificação de relações a partir de atividades pedagógicas com robótica educativa. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2018.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Neidiâne Cardoso da Sil“Eu tô no camelô” : a construção de identidades profissionais no Pop Center em Pelotas (RS). **Dissertação (Mestrado)** — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

SILVA, R. R da; SIQUEIRA, Deis. Espiritualidade, religião e trabalho no contexto organizacional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 557-564, jul./set, 2009.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da. Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas. Pelotas, 2008. 99 p. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SORJ, Blla. SOCIOLOGIA E TRABALHO: mutações, encontros e desencontros. **RBCS**. Vol. 15 no 43 junho, 2000.

SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá. **“A compreensão de um paradoxo. Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUTO MAIOR, J. & Severo, V. S. (2017), “**201 ataques da reforma aos trabalhadores**”.

Disponível em <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/os-201-ataques-da-reforma-aos->

-Trabalhadores, consultado em 15/9/2019.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed rev. e ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Stiglitz, J. E. Is there a Post-Washington Consensus? In: Serra, N.; Stiglitz, J. E. (eds.). **The Washington Consensus reconsidered: toward a new global governance.** Oxford: Oxford University, p. 41-56.2, 2008.

STOLZ, Jörg. "Explaining Religiosity: Towards a Unified Theoretical Model." **British Journal of Sociology**, 2009. 60:345-376.

THOMAS, W. I. & ZNANIECKI, F. (1918-1920). **The Polish Peasant in Europe and America.** University of Illinois Press, Urbana, 1984

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*; *Rev. Sociol. USP* S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998.

TONI, Miriam de. Informalidade, In: CATTANI, Antonio David & HOLMANN. L (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**, 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2011.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VALENTIM, Erika Cordeiro; PERUZZO, Juliane Feix. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. **Temporalis**: Brasília, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017

VANDENBERGHE, Frédéric. A Sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire. Em: **Cadernos do Sociólogo (IESP-UERJ)**, Quarto Caderno, 2013. Pp. 70-112.

VANDENBERGHE. Frédéric. A sociologia relacional como uma forma de vida. **Blog do Sociólogo [blogdosociologo.com]**. Tradução Diogo Silva Corrêa. 2018. Acesso em 01 de abril de 2020.

_____. A Sociologia na escala individual Margaret Archer e Bernard Lahire. Tradução de Gabriel Peters. **Cadernos do Sociólogo**. Quarto Caderno. 2013.

_____. **Teoria social realista: Um diálogo franco-britânico.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VASAPOLO, Luciano. A flexibilização e o Mal-Estar do trabalho, In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. O trabalho atípico e a precariedade elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 45-57.

VILAR, Maria da Conceição Oliveira, MOURÃO, Luciana. Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase-Experimental. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, vol. 26, nº 4, p. 1999-2014 - dezembro/2018.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião**. V. 1: Confucionismo e Taoísmo. Petrópolis: Vozes, 2016.